

REP
SENTA
VIDADE

INSTITUTO **UPDATE**

Malu A. C. Gatto, PhD
Guilherme A. Russo, PhD
Débora Thomé, PhD

+REPRESENTATIVIDADE**Pesquisa****Coordenação Geral**

Tulio Malaspina

Coordenação da Pesquisa

Malu A. C. Gatto

Estratégia Qualitativa

Débora Thomé

Estratégia Quantitativa

Guilherme A. Russo

Colaboração

Caroline Caldas e Karine Belarmino

Financiamento

Fundação Tide Setubal

Instituto Galo do Amanhã

Luminate

Apoio:

Fundação Friedrich Ebert – Brasil

Dezembro de 2021**Publicação****Coordenação Editorial**

Marcelo Bolzan

Produção

Jéssica Cerqueira

Projeto Gráfico e Diagramação

Ana Cristina Silveira/AnaCê Design

RedaçãoDébora Thomé, Guilherme A. Russo
e Malu A. C. Gatto**Revisão**

Ana Cíntia Guazzelli

Tradução

André Czarnobai

ColaboraçãoAlejandra Parra, Carol Althaller,
Giulia Fagundes e Laryssa Ramos

Ficha catalográfica: Andrea Godoy Herrera CRB 8/6589

Gatto, Malu A. C.

+Representatividade: relatório / Malu A. C. Gatto, Guilherme
A. Russo, Débora Thomé. - São Paulo: Instituto Update,
2021. 214 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-996648-1-6

1. Eleições - Brasil. 2. Gêneros (grupos sociais). 3. Minoria
política. I. Russo, Guilherme A., Thomé, Débora. III. Título.

Índice remissivo

Índice de Ilustrações..... 4

Lista de Siglas 6

Partidos Políticos Brasileiros 6

1. Introdução..... 7

Recrutamento de Candidatos/as 13

Campanhas Eleitorais 17

Contexto Brasileiro..... 22

Estrutura 30

2. Recrutamento de Candidatos/as 33

Destaques..... 34

Introdução..... 35

Decidindo Concorrer 40

O Papel dos Partidos 48

O Papel dos/as Eleitores/as 60

Conclusões 70

3. Campanhas Eleitorais..... 71

Destaques..... 72

Introdução.....73

O Papel dos Partidos 82

O Papel dos/as Eleitores/as 101

Conclusões..... 140

4. Iniciativas de Apoio a Candidato/as.... 141

Destaques.....142

Introdução.....143

Recrutamento de Candidatos/as 150

 Decidindo Concorrer.....150

 O Papel dos Partidos.....155

 O Papel dos/as Eleitores/as..... 162

Campanhas Eleitorais 166

 O Papel dos Partidos..... 166

 O Papel dos/as Eleitores/as.....177

Conclusões.....187

5. Recomendações189

2022 e Eleições Futuras: Iniciativas de Apoio a Candidatos/as 191

Além das Iniciativas de Apoio a Candidatos/as..... 195

Apêndice: Equipe de Pesquisa..... 197

Apêndice: Coleta de Dados199

A. Dados sobre Elegíveis e Aspirantes..... 199

B. Dados sobre Candidatos/as.....200

C. Dados sobre Eleitores/as..... 201

 Opiniões dos/as Eleitores/as antes das Eleições:

 Pesquisa Representativa 201

 Opiniões dos/as Eleitores/as após as Eleições:

 Pesquisa Representativa202

 Opiniões dos/as Eleitores/as em Detalhes: Grupos Focais.....202

D. Dados sobre Iniciativas de Apoio a Candidatos/as 202

Bibliografia 203

Índice de Ilustrações

| | |
|---|----|
| Figura 1. Trajetórias políticas e fatores que, potencialmente, contribuem para as lacunas de representação..... | 9 |
| Figura 2. Percentual de candidatos/as a prefeito/a, por gênero (TSE 2020) | 35 |
| Figura 3. Percentual de candidatos/as a vereador/a, por gênero (TSE 2020) | 36 |
| Figura 4. Percentual de candidatos/as a vereador/a, por raça/etnia (TSE 2020)..... | 37 |
| Figura 5. Percentual de candidatos/as a vereador/a, por gênero e raça/etnia (TSE 2020)..... | 38 |
| Figura 6. Percentual de filiados/as ao partido, por gênero (TSE 2020) | 41 |
| Figura 7. Interesse em política, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019)..... | 42 |
| Figura 8. Autoavaliação de qualificação para cargo público, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019) | 47 |
| Figura 9. Incentivo para concorrer a cargos públicos, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019) | 50 |
| Figura 10. Fonte de incentivo para se candidatar (LAPOP 2019) | 52 |

| | |
|---|----|
| Figura 11. Incentivo à candidatura dado por familiares e amigos/as, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019) | 53 |
| Figura 12. Incentivo à candidatura dado por líderes políticos/as, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019) | 53 |
| Figura 13. Percentual estimado de integrantes mulheres e negros/as no Congresso (OpinionBox 2021) | 61 |
| Figura 14. Percepções sobre a presença de integrantes mulheres e negros/as no Congresso (OpinionBox 2021) | 62 |
| Figura 15. Média de aprovação de cotas de candidaturas para mulheres, negros/as e LGBTQI+ (Datafolha 2020) | 64 |
| Figura 16. Percentual de candidatos/as a prefeito/a e prefeitos/as eleitos/as, por gênero (TSE 2020, 2016)..... | 74 |
| Figura 17. Percentual de candidatos/as à Câmara Municipal e vereadores/as eleitos/as, por gênero (TSE 2020, 2016)..... | 74 |
| Figura 18. Percentual de prefeitos/as eleitos/as, por raça/etnia (TSE 2020)..... | 75 |
| Figura 19. Percentual de candidatos/as a prefeito/a e prefeitos/as eleitos/as, por raça/etnia (TSE 2020, 2016) | 75 |

Figura 20. Percentual de candidatos/as a vereador/a e vereadores/as eleitos/as para Câmara Municipal, por raça/etnia (TSE 2020, 2016)..... 76

Figura 21. Percentual de prefeitos/as eleitos/as, por gênero e raça/etnia (TSE 2020).....77

Figura 22. Percentual de mulheres candidatas e eleitas vereadoras nas Câmaras Municipais (TSE 2004-2020) 79

Figura 23. Tentativa e sucesso de reeleição de incumbentes, por gênero (TSE 2020, 2016) 81

Figura 24. Associação entre fundos de campanha e número de votos (TSE 2020) 83

Figura 25. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as a prefeito/a, por gênero (TSE 2020, 2016) 84

Figura 26. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por gênero (TSE 2020, 2016) 84

Figura 27. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as a prefeito/a, por raça/etnia (TSE 2020, 2016) 86

Figura 28. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por raça/etnia (TSE 2020, 2016) 86

Figura 29. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por raça/etnia (TSE 2020, 2016) 87

Figura 30. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por gênero e incumbência (TSE 2020, 2016) 88

Figura 31. Principais motivos para escolha de voto (Datafolha 2020)102

Figura 32. Ter/não ter opinião sobre um partido, por partido (Datafolha 2020) 112

Figura 33. Percepções de viabilidade eleitoral, por gênero, raça e orientação sexual dos/as candidatos/as (Datafolha 2020) 123

Figura 34. Intenção de voto, por gênero, raça e orientação sexual dos/as candidatos/as (Datafolha 2020) 124

Figura 35. Intenção de voto por religião dos/as entrevistados/as e orientação sexual dos/as candidatos/as (Datafolha 2020) 131

Figura 36. Percepções de viabilidade eleitoral, por gênero dos/as candidatos/as e tipo de apoio (Datafolha 2020)..... 133

Figura 37. Intenção de voto, por gênero dos/as candidatos/as e tipo de apoio (Datafolha 2020)..... 134

Figura 38. Impressões sobre iniciativas não partidárias, com grupo de tratamento (Datafolha 2020) 163

Figura 39. Apoio a candidatos/as que participaram de cursos, com grupo de tratamento (Datafolha 2020) 179

Lista de Siglas

(em ordem de aparição no texto)

- LGBTQI+** Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e intersexuais
- TSE** Tribunal Superior Eleitoral
- OLPR** *Open-list Proportional Representation*
(Representação Proporcional de Lista Aberta)
- CLPR** *Closed-list Proportional Representation*
(Representação Proporcional de Lista Fechada)
- FEFC** Fundo Especial de Financiamento de Campanha
- STF** Supremo Tribunal Federal
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LAPOP** *Latin American Public Opinion Project at Vanderbilt University* (Projeto de Opinião Pública da América Latina na Universidade de Vanderbilt)
- NFNB** Nova Frente Negra Brasileira
- ANTRA** Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- Nepem-UFMG** Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais

Partidos Políticos Brasileiros

(em ordem alfabética)

- AVANTE** Avante
- DEM** Democratas
- MDB** Movimento Democrático Brasileiro
- PCdoB** Partido Comunista do Brasil
- PDT** Partido Democrático Trabalhista
- PMB** Partido da Mulher Brasileira
- PODE** Podemos
- PRTB** Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
- PSB** Partido Socialista Brasileiro
- PSDB** Partido da Social Democracia Brasileira
- PSL** Partido Social Liberal
- PSOL** Partido Socialismo e Liberdade
- PT** Partido dos Trabalhadores
- PTC** Partido Trabalhista Cristão
- PV** Partido Verde
- REDE** Rede Sustentabilidade



Introdução

1

“O contrário de democracia representativa não é democracia direta, mas, sim, exclusão”.

(DAHLERUP 2011, 160)

A ideia de que governantes eleitos/as *representam* a sociedade está no cerne da democracia representativa. Uma das dimensões da representação é a *descritiva* (Phillips Griffiths and Wollheim 1960; Pitkin 1967),¹ incorporando a ideia de que representantes eleitos/as devem compartilhar características físicas ou sociais específicas – como gênero e raça – com aqueles/as que representam. Em outras palavras, a representação descritiva trata da *presença* de indivíduos na política (Phillips 1995).

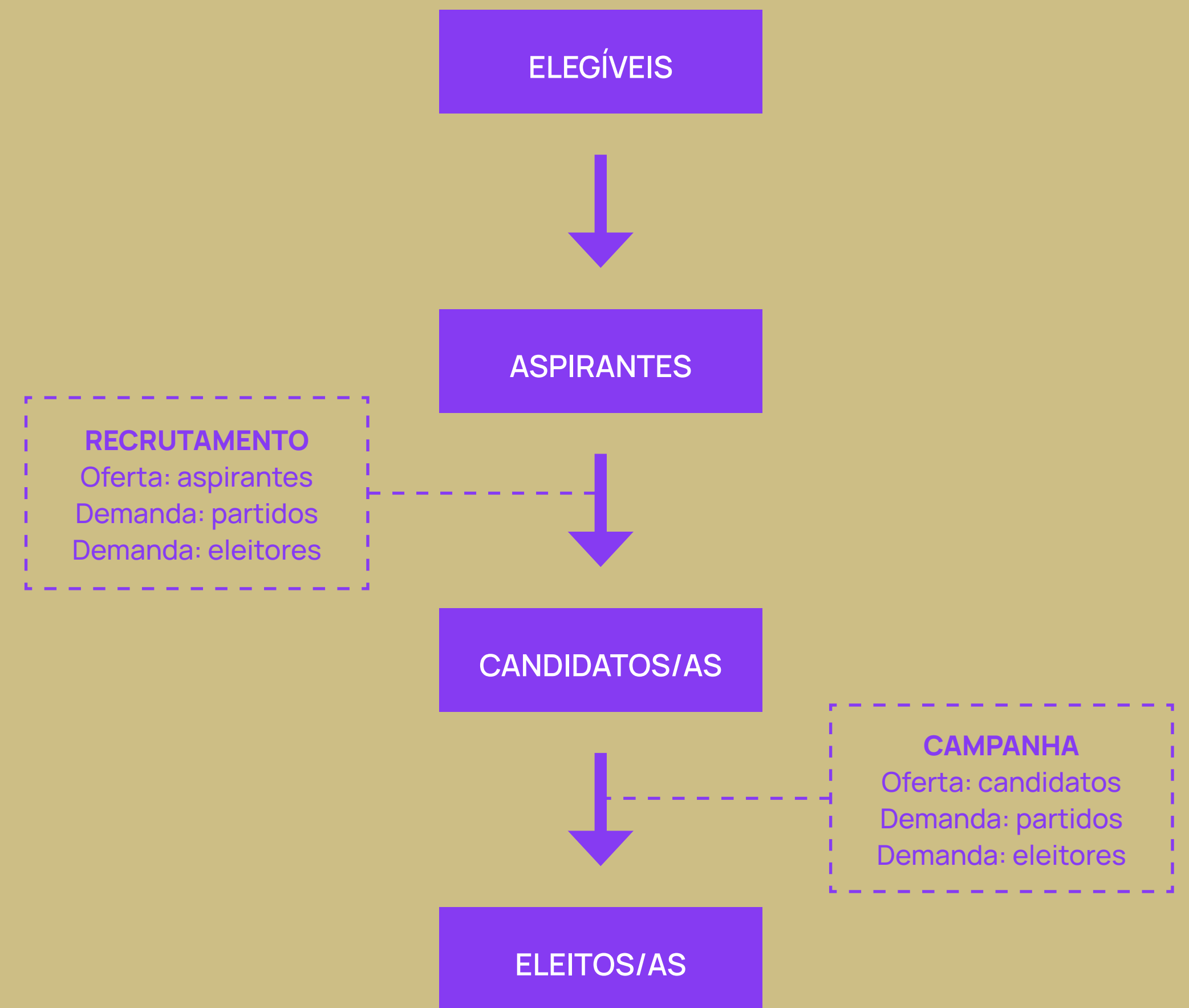
Entretanto, em todo o mundo, os processos democráticos raramente produzem retratos que refletem a sociedade de forma descritiva: tradicionalmente, a maioria das legislaturas é – e historicamente tem sido – dominada por “homens ricos que pertencem a maiorias étnicas” (Murray 2014, 520), ao mesmo tempo em que exclui mulheres, jovens, grupos raciais minoritários ou marginalizados e pessoas LGBTQI+², para citar apenas alguns.

1. Pitkin (1967) identifica quatro dimensões de representação, mas este estudo se concentra em apenas uma delas. Para saber mais sobre isso, veja também Schwindt-Bayer e Mischler (2015).

2. Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer e intersexo.

Analistas costumam olhar para o número de assentos ocupados em legislaturas e cargos executivos para identificar os sinais de exclusão de grupo, mas é importante reconhecer que a trajetória para se tornar um/a representante é composta de muitos estágios, nos quais lacunas de representação podem surgir e reforçar umas às outras (Freidenberg 2018). Ou seja, de acordo com a **Figura 1**, antes de se tornar um/a representante eleito/a, indivíduos são, primeiro, *elegíveis* (cidadãos/ãs que podem concorrer a cargos), depois *aspirantes* (cidadãos/ãs que desejam concorrer a cargos) e, por fim, *candidatos/as* (cidadãos/ãs que oficialmente são candidatos/as a cargos).

FIGURA 1. Trajetórias políticas e fatores que, potencialmente, contribuem para as lacunas de representação.



Existem fatores de oferta e demanda que afetam o impacto que esses estágios exercem sobre as lacunas de representação (Lovenduski 2016). Fatores de oferta são aqueles que afetam até que ponto indivíduos estão dispostos a dar o próximo passo político, enquanto fatores de demanda são aqueles que afetam quanto interesse existe para que tais indivíduos queiram dar esse próximo passo ou tenham sucesso ao fazê-lo.

Os requisitos legais para a elegibilidade de um/a candidato/a variam de acordo com o país, mas geralmente incluem idade, nível de instrução e exigência de filiação partidária.³ Fatores de oferta, como acesso à educação e índices desiguais de filiação partidária,

podem significar que grupos específicos, como populações mais jovens e pessoas com menos anos de educação formal, nem sempre estarão elegíveis para concorrer a cargos públicos (Inglehart e Norris 2003). Porém, como Hinojosa (2012) identificou em seu estudo sobre a sub-representação das mulheres na América Latina, as lacunas de representação baseadas em gênero, normalmente, têm menor propensão a se manifestar na fase de elegibilidade. Os avanços educacionais ocorridos nas últimas décadas, por exemplo, fazem com que as mulheres tenham uma tendência menor a ser menos instruídas que os homens, atendendo, dessa forma, a possíveis requisitos educacionais (Pinto 2001). Além disso, homens e mulheres de toda a região também tendem a possuir taxas semelhantes de filiação partidária e, portanto, este critério também não parece afetar o grupo dos elegíveis no tocante ao gênero.⁴

3. Por exemplo, cidadãos/ãs brasileiros/as precisam ter, pelo menos, 18 anos de idade para se candidatarem a vereador/a; 21, para concorrerem à vaga de prefeito/a ou deputado/a estadual/federal; 30 anos para se candidatarem a governador/a e 35 anos para se candidatarem a senador/a ou presidente/a. Os homens também precisam estar em dia com o serviço militar para se tornarem elegíveis a um cargo público.

4. Como será discutido mais adiante, no caso do Brasil, embora as médias em nível nacional tendam a ser equilibradas por gênero, partidos específicos podem ser menos equilibrados. Além disso, as taxas de alfabetização variam em todo o país, com os/as negros/as, em média, ainda atingindo índices de escolaridade mais baixos do que os/as brancos/as.

Embora a elegibilidade não pareça produzir diferenças significativas entre os grupos, existem alguns sinais de que lacunas de representação se manifestam ainda na fase de aspirante. O interesse em concorrer a um cargo público é um fator-chave da oferta, que caracteriza o grupo de aspirantes, mas nem todos/as compartilham do mesmo grau de ambição em seguir uma carreira política. Por exemplo, obstáculos estruturais (incluindo diferentes níveis de acesso à educação e redes profissionais, bem como o sexismo e o racismo da sociedade); oportunidades desiguais geradas tanto por leis formais quanto por práticas não escritas (incluindo a falta de transparência no critério de seleção de candidatos/as); e processos de socialização com forte viés de gênero, raça e orientação sexual (incluindo diferenças nas autoavaliações de qualificações para ocupar cargos públicos e uma percepção da política como um domínio masculino, hétero e branco) são alguns dos fatores que podem desmotivar mulheres, indivíduos de grupos raciais

minorizados, e pessoas LGBTQI+ a aspirar a concorrer a um cargo político (Carnes e Lupu 2021; Crowder-Meyer 2013a; Fox e Lawless 2005, 2014; Marques 2021; Norris e Lovenduski 1995; Wylie 2020).⁵

No entanto, como outras pesquisas sugerem, lacunas na ambição podem ser corrigidas com algumas intervenções, mais ou menos estruturadas, na demanda, como o incentivo constante de amigos/as, família, líderes partidários e programas de treinamento de candidatos/as (Moncrief, Squire, Jewell 2001; Scott 2018; Shames et al. 2020). Ou seja, a motivação de outros, especialmente das lideranças partidárias (Fox e Lawless 2010), tem o potencial de melhorar a confiança de indivíduos quanto às suas qualificações e reduzir as lacunas na ambição política.⁶ Como resultado, as diferenças entre população elegível e aspirantes não podem ser vistas como as principais responsáveis pelas lacunas de representação.

5. Trabalhos similares questionam determinadas afirmações sobre desigualdades baseadas em gênero na ambição política, defendendo que as medidas mais habitualmente empregadas de “ambição política” podem ser baseadas em gênero e racializadas. Nessa linha, Piscopo e Kenny sugerem que “o que parece ser uma falta de ambição nas mulheres é, na verdade, uma decisão racional de recusar a candidatura, dada uma estrutura de oportunidades políticas de gênero que favorece homens de grupos majoritários” (Piscopo e Kenny 2020b, 4).

6. Ações de incentivo, todavia, podem não afetar todas as pessoas da mesma forma e, como consequência disso, ampliar os diferenciais de ambição política entre as mulheres de diferentes grupos raciais e étnicos (Brown e Gershon 2016; Holman e Schneider 2018; Silva e Skulley 2019), mesmo reduzindo a lacuna entre mulheres e homens de forma geral.

Em vez disso, as lacunas de representação se manifestam principalmente como um produto das ações dos partidos e eleitores/as durante: 1) processos de recrutamento, por meio dos quais aspirantes se tornam candidatos/as; e 2) campanhas eleitorais, quando candidatos/as de grupos distintos competem em condições desiguais. Ou seja, até que os obstáculos institucionais sejam removidos, soluções que apenas concentram o foco na ideia de que empoderamento, esforço e dedicação individuais garantem o sucesso, seguirão insuficientes para mudar a composição de gênero e raça de representantes políticos/as (Dittmar 2015; Piscopo 2019).

Com o objetivo de identificar tanto espaços quanto momentos de atuação que sejam, de fato, promissores no enfrentamento das desigualdades de representação eleitoral e promover a representação política dos grupos marginalizados, este estudo se concentra sobretudo nas etapas de recrutamento de candidatos/as e campanhas eleitorais. Ao fazer isso, ele fornece uma análise focada dos principais fatores que dificultam o acesso e as chances de eleição das pessoas de grupos

marginalizados no Brasil. Conforme será detalhado nas próximas duas seções, nosso foco no recrutamento de candidatos/as e nas campanhas eleitorais se deve à literatura acadêmica existente, que revela que é nesses estágios que se localizam os principais nós que dão origem às lacunas de representação.

As ações das iniciativas de apoio a candidatos/as, um novo grupo de atores/as que passou a operar no âmbito da política brasileira, principalmente a partir de 2018, também se concentram nessas duas etapas da carreira política. Avaliar se e como as iniciativas de apoio a candidatos/as buscaram promover a representação dos grupos marginalizados durante o recrutamento de candidatos/as e as campanhas eleitorais, portanto, também nos permite identificar pontos de sucesso e possíveis fragilidades ao longo do processo.

Recrutamento de Candidatos/as

O grupo de aspirantes determina a oferta para o recrutamento de candidatos/as e, conseqüentemente, as candidaturas. O grupo de aspirantes é, em parte, um produto das ambições políticas de indivíduos. Contudo, como motivar ativamente indivíduos a concorrer a cargos políticos pode reduzir possíveis lacunas em suas aspirações, os padrões de gênero e racialização dos processos de recrutamento são determinantes ainda mais importantes das lacunas de representação nas candidaturas, que aspirações, *a priori*, de indivíduos (Dittmar 2015; Piscopo 2018; Piscopo e Kenny 2020b).

Os partidos e suas respectivas lideranças desempenham um papel crucial no processo de recrutamento de candidatos/as. Como tal, podem ser considerados parcialmente responsáveis por enfrentar — ou não enfrentar — as lacunas de representação (Caul 1999; Kunovich e Paxton 2005). Em muitos sistemas eleitorais, incluindo o brasileiro, os/as candidatos/as não podem concorrer de forma independente, assim sendo, aspirantes

dependem de partidos que lhes concedam uma indicação. Conseqüentemente, os/as líderes partidários/as atuam como guardiões/lãs (*gatekeepers*) dessas indicações, o que significa que os processos de recrutamento dos partidos determinam em grande parte quem se torna — e quem não se torna — um candidato/a, e quais grupos estão sobre ou sub-representados no processo eleitoral (Rezende 2020; Sacchet 2011).

As características institucionais de todo o sistema determinam os incentivos de recrutamento dos partidos. Por exemplo, os sistemas de representação proporcional, particularmente aqueles com altas magnitudes distritais, muito mais que os sistemas majoritários, aumentam o número de candidatos/as que cada partido pode indicar, dando-lhes mais espaço para acomodar indivíduos de grupos politicamente marginalizados (Matland 1998; Matland e Taylor-Robinson 1997; Rule 1981).

Geralmente, e independentemente do tipo de sistema eleitoral, os partidos empregam processos de indicação com base em procedimentos de seleção informais, não escritos e pouco transparentes – algo que pode reforçar a vantagem de integrantes já estabelecidos no partido (Bjarnegård e Zetterberg 2019; Norris e Lovenduski 1995), que tendem a ser homens heterossexuais pertencentes a grupos de maioria racial. Como o recrutamento de candidatos/as é, muitas vezes, orientado por práticas informais e ocorre dentro dos partidos, costuma-se dizer que se trata de um “jardim secreto”, ainda não completamente compreendido, mas reconhecido por facilitar o acesso àqueles/as que já estão no poder e, inversamente, servir como uma barreira para novos/as competidores/as (Bjarnegård e Kenny 2015; Dahlerup 2017; Kenny e Verge 2016).

Além das regras informais, os/as agentes envolvidos/as nos processos de recrutamento de candidatos/as também podem facilitar ou dificultar ainda mais as chances dos/as aspirantes de

grupos marginalizados. Por exemplo, organizações partidárias com mulheres em sua liderança são mais propensas a recrutar e indicar mulheres para concorrer a cargos políticos (Wylie 2018).

Regras também podem ser criadas para limitar o efeito de decisões personalistas na ação dos/as recrutadores/as dos partidos na seleção, o que geralmente deixa candidatos/as estreatantes em desvantagem. Um exemplo de regra que se encaixa nessa categorização são as cotas eleitorais. Desde a adoção pioneira da política de cotas na Argentina, em 1991, países de todo o mundo vêm adotando estratégias para enfrentar os efeitos potencialmente prejudiciais do monopólio dos partidos sobre o recrutamento de candidatos/as, instituindo regras que os obrigam a reservar uma parcela específica das indicações em suas listas de candidatos/as para pessoas de grupos politicamente marginalizados (Bush 2011; Hughes et al. 2019; Hughes, Krook, e Paxton 2015; Krook 2004).

De longe, o tipo mais comum de cotas eleitorais é aquele que reserva espaço para mulheres, mas cotas de candidatura e assentos reservados com base em etnia e idade também foram implementados em outros países (Htun 2004; Htun e Ossa 2013; International IDEA 2018).⁷

Ao estabelecer que uma parcela específica de candidaturas deve contemplar um determinado grupo de pessoas (por exemplo, 30% dos candidatos/as devem ser mulheres), as cotas eleitorais institucionalmente “inflam” a demanda dos partidos por candidaturas de pessoas de um grupo anteriormente sub-representado (Santos, de Paula, e Seabra 2012). As cotas frequentemente entram em

conflito com os interesses das lideranças partidárias, que têm o interesse de permanecer no poder e, desta forma, indicar as elites partidárias que lhes pareçam mais convenientes, isto é, as vigentes. Por conta disso, políticos/as podem buscar ativamente contornar ou minar tal política (Baldez 2007; Gatto e Wylie 2021; Wylie, dos Santos, e Marcelino 2019). Na realidade, como eles tendem a não querer substituir integrantes do próprio partido por forasteiros/as, as cotas eleitorais para candidatos/as só são eficazes se os projetos de lei em que se baseiam forem “à prova de balas”, ou seja, preparados para enfrentar todas as críticas e ações contrárias, bem como se sua implementação for monitorada (Caminotti e Freidenberg 2016; Gatto 2017; Hughes et al. 2017, 2019; Piscopo 2016; Schwindt-Bayer 2009).

7. Cotas para candidatos/as reservam espaços nas listas de candidatos/as; enquanto isso, assentos reservados destinam assentos no parlamento para um grupo específico. Enquanto o primeiro não garante que os candidatos/as indicados serão eleitos/as, o segundo garante que um número mínimo de assentos será ocupado por membros de um determinado grupo (Htun 2004). Nos concentramos no primeiro, pois é o tipo de cota mais comum na América Latina, e a que existe no Brasil.

Além dos partidos, os/as eleitores/as são outro conjunto de atores com influência sobre o grupo de candidatos/as. Embora os/as eleitores/as não tenham influência direta sobre os processos de seleção de candidatos/as (a menos que exista um sistema de prévias), eles/as ainda podem influenciar a seleção de candidatos/as indiretamente. Como os partidos desejam obter apoio eleitoral, eles têm incentivos para levar em conta as preferências dos/as eleitores/as e oferecer opções que maximizem suas chances de sucesso nos pleitos (Downs 1957).

As demandas dos/as eleitores/as por candidatos/as de grupos politicamente marginalizados podem, dessa maneira, apontar a viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as desses grupos e incentivar os partidos a recrutá-los/as (O'Brien 2018). Por outro lado, a ausência de uma demanda dos/as eleitores/as por candidatos/as de grupos politicamente marginalizados – ou sua preferência pelas elites políticas vigentes – pode sinalizar para os partidos que eles não precisam procurar por nomes além do seu banco de candidatos/as já existente.

Campanhas Eleitorais

De forma semelhante à fase de recrutamento de candidatos, ao definir as condições em que os/as candidatos/as competem, os partidos e eleitores/as também podem impactar a representação descritiva de grupos marginalizados na fase de campanha eleitoral.

Em locais onde apenas candidatos/as filiados/as a partidos podem competir nas eleições,⁸ o conjunto de candidatos/as é puramente determinado pelos processos de seleção dos partidos. Porém, mesmo após a seleção, nem todos os/as candidatos/as são iguais. Experiência e acesso a recursos financeiros afetam de forma determinante o quanto um/a candidato/a pode financiar uma campanha atraente e, dessa maneira, aumentar sua viabilidade eleitoral (Stratman 2005).

Os partidos, exercendo seu papel de responsável por alocar os recursos mais importantes para uma campanha, como informações, financiamento, materiais de campanha e pessoal de apoio, podem influenciar significativamente as perspectivas eleitorais dos/as candidatos/as. Evidentemente, como os recursos do partido são finitos, as lideranças partidárias tendem a priorizar certos/as candidatos/as em detrimento de outros/as (Avelino e Biderman 2019; Samuels 2001a). Como diversos estudos têm mostrado, políticos/as que estão em seus cargos (os/as denominados/as “incumbentes”) geralmente entram na disputa com uma vantagem eleitoral sobre estreantes: em geral, as pessoas reconhecem seus nomes e eles/as são mais conhecidos/as que estreantes, além de também terem uma importante experiência prévia de campanha e o acesso a uma série de recursos monetários associados ao cargo que ocupam.

8. Ou seja, onde os candidatos/as não podem concorrer como independentes.

Uma vez que incumbentes tendem a ser homens brancos, os recursos também tendem a ser desigualmente distribuídos de acordo com gênero e raça (Avelino e Biderman 2019; N. S. Bueno e Dunning 2017; Ferreira Rubio 2009; Machado e Campos 2020; Meneguello et al. 2012; Sacchet e Speck 2012; Speck e Mancuso 2014; Wylie 2020).

Embora os recursos de campanha sejam cruciais em qualquer cenário, eles podem ser ainda mais importantes em eleições em sistemas de representação proporcional de lista aberta (OLPR), nos quais candidatos/as competem contra pessoas do seu mesmo partido pelo apoio dos/as eleitores/as (Ames 1995; Carey e Shugart 1995; Mainwaring 1999). Esses recursos permitem que os/as candidatos/as não apenas realizem campanhas robustas, mas também se diferenciem de seus concorrentes do próprio partido (Sacchet 2012; Samuels 2001c, 2001a).

Candidatos/as que têm maior proximidade com lideranças partidárias têm também mais chances de ser colocados em uma posição em que são mais competitivos/as, seja por meio de uma posição superior na lista do partido (em sistemas de representação proporcional de lista fechada, CLPR, como na Argentina) ou por meio da distribuição preferencial e em maior volume de recursos em sistemas OLPR (Carey 1996). Ou seja, de forma similar aos processos de recrutamento de candidatos/as, as decisões quanto aos/as candidatos/as que recebem mais apoio partidário nem sempre são transparentes, mas tendem a beneficiar integrantes com uma relação já bem próxima ao partido (Bjarnegård e Kenny 2015; Gallagher e Marsh 1988; Kenny e Verge 2016).

Regras formais podem ser estabelecidas para tentar contornar as tendências dos partidos a beneficiar seus integrantes e incentivar a viabilidade eleitoral de grupos historicamente sub-representados. Por exemplo, nos sistemas CLPR, as cotas de gênero podem determinar que as candidatas sejam colocadas nos espaços mais altos das listas partidárias, o que aumenta muito suas chances de eleição (Schwindt-Bayer 2009). É o caso das leis de cotas de gênero no México, na Costa Rica, na Bolívia e em outros países, que obrigam os partidos a alternarem candidatos/as de diferentes gêneros em listas ordenadas de partidos (Hughes et al. 2017; Piscopo 2016). É mais difícil estabelecer regras para a distribuição mais equitativa dos recursos partidários em sistemas de lista aberta e majoritário, uma vez que os partidos não precisam fornecer uma lista ordenada de candidatos/as nestes sistemas (Araújo 2010; Jones 2009; Jones e Navia 1999). Isso não significa que não haja esforços nesse sentido, nem que não existam casos de sucesso do uso de cotas numa OLPR (Schmidt 2003).

Para incentivar os partidos a promoverem candidaturas femininas, por exemplo, a cota de gênero chilena estipula uma recompensa financeira aos partidos que elegem mulheres (Arce Riffo 2018; Schwindt-Bayer 2015). Como discutiremos a seguir, graças à reserva de parcelas específicas de financiamento de campanha para candidaturas de mulheres e negros/as⁹, o Brasil também está fazendo progressos para promover a competitividade eleitoral de candidatos/as de grupos politicamente marginalizados.

9. Quando nos referimos a negros/as, estamos nos referindo à soma dos indivíduos *pretos e pardos*.

Além dos partidos e das regras formais, os/as eleitores/as também podem influenciar o grau de competitividade dos candidatos. Ao indicar sua preferência por candidatos/as específicos/as nas urnas, por exemplo, os/as eleitores/as têm voz direta sobre quem é eleito/a e quem não é. Isso significa que a disposição dos/as eleitores/as em apoiar candidatos/as de grupos politicamente marginalizados também pode influenciar as perspectivas de maior representação destes grupos (Campbell e Cowley 2014; Sanbonmatsu 2002).

Em primeiro lugar, as características sociodemográficas dos/as eleitores/as—como gênero, raça, idade, escolaridade, renda, partido e religião—estão associadas a diferentes preferências para determinados tipos de agendas e candidatos/as. Por exemplo, mulheres tendem a apoiar mais candidatas mulheres do que homens (e.g., Campbell e Heath 2017); eleitores/as de grupos raciais e étnicos marginalizados podem apoiar mais os/as candidatos/as de sua mesma raça e etnia (e.g., Mitchell 2020) e eleitores/as

conservadores/as e religiosos podem ser menos abertos a apoiar candidatos/as LGBTQI+ (e.g., Herrick e Thomas 2002).

Mas a literatura sobre comportamento eleitoral é extensa e aponta diversos outros fatores que também podem afetar os processos de tomada de decisão dos/as eleitores/as. Por exemplo, os/as eleitores/as tendem a não querer “desperdiçar” seus votos em um/a candidato/a perdedor/a (Morton e Ou 2015) e tendem a apoiar candidatos/as eleitoralmente fortes (Borges 2019)—de modo que se os/as eleitores/as percebem os/as estreados e os/as candidatos/as de grupos marginalizados como competentes e elegíveis, isso também pode influenciar sua probabilidade de apoiá-los/as. Além disso, os/as eleitores/as tendem a interpretar as características do/a candidato/a como atalhos para fazer inferências sobre sua ideologia, preferências políticas e competência para ocupar cargos públicos. Dessa forma, as características dos/as candidatos/as, incluindo sua aparência, gênero e raça, também podem afetar a probabilidade dos/as eleitores/as de apoiá-los/as (Alexander e Andersen 1993; Campbell e Cowley 2014; Koch 2002).

Embora o uso de atalhos para avaliar os/as candidatos/as possa, frequentemente, colocar os/as candidatos/as de grupos marginalizados em desvantagem eleitoral (Franks 2020; Herrick e Thomas 2002; Lemi e Brown 2019; Nelson 2021; Sanbonmatsu 2002), em alguns contextos, os estereótipos dos/as eleitores/as em relação a um grupo podem ser positivos (Huddy and Capelos 2002): por exemplo, eleitores/as podem perceber as minorias raciais e étnicas como mais benevolentes (Sigelman et al. 1995) e, mulheres, como menos corruptas que homens (Barnes e Beaulieu 2014; Batista Pereira e Porto 2020) — percepções essas que são capazes de melhorar suas perspectivas eleitorais (Aguilar, Cunow, e Desposato 2015).

Em suma, os fatores de oferta e as crenças e ações dos partidos e eleitores/as podem influenciar significativamente o recrutamento e as campanhas de tal maneira que isso afeta quem consegue e quem não consegue se tornar um/a candidato/a e ser eleito/a no final do processo. Sendo assim, para compreender porque surgem as lacunas de representação, é fundamental examinar os fatores que operam em contextos específicos. Essas análises tendem a não apenas revelar possíveis problemas, mas também apontar caminhos potenciais para as soluções. Realizamos tal avaliação para o caso do Brasil, que apresentaremos a seguir.

Contexto Brasileiro

As eleições municipais brasileiras acontecem a cada quatro anos. Nessas eleições, eleitores/as votam para escolher prefeitos/as e vereadores/as. Assim como acontece com o/a presidente/a e governadores/as, prefeitos/as de cidades com mais de 200.000 eleitores/as são selecionados/as em eleições majoritárias de dois turnos. Nesse sistema, se um/a candidato/a não obtiver mais de 50% dos votos válidos no primeiro turno, os/as dois/duas candidatos/as com mais votos concorrem em um segundo turno para obter maioria nesta segunda votação. Prefeitos/as de cidades menores são eleitos por maioria simples, sistema em que o/a candidato/a com mais votos vence pela metade dos votos mais um.

Eleições majoritárias podem influenciar a representação de grupos politicamente marginalizados de maneiras contraditórias: por um lado, o poder que envolve os cargos executivos e as regras que estabelecem que cada partido só pode apresentar um/a candidato/a para cada eleição de prefeito/a estimulam a indicação das elites partidárias tradicionais – que são compostas predominantemente por homens brancos. Por outro lado, – e precisamente porque os cargos executivos apresentam oportunidades de alto retorno e cada partido só pode indicar um/a candidato/a – os/as candidatos/as que concorrem a prefeito/a tendem a receber um alto grau de apoio de seus partidos em suas campanhas.

Como Wylie (2018) argumenta, o apoio dos partidos aos/as candidatos/as em eleições majoritárias é o que explica uma taxa maior de sucesso de mulheres entre candidatas ao Senado brasileiro do que entre candidatas à Câmara dos Deputados. Embora possa ser mais difícil para os/as candidatos/as de grupos marginalizados virarem candidatos/as nas eleições majoritárias, uma vez indicados/as, eles/as provavelmente receberão apoio do partido e recursos que permitirão competir numa posição mais igualitária. Ou seja, uma vez selecionados/as como candidatos/as do partido, representantes de grupos marginalizados se aproximam muito de ser tão eleitoralmente viáveis quanto seus/suas correspondentes.

Os/as vereadores/as, assim como os/as deputados/as federais e estaduais, são eleitos/as no Brasil por meio de um sistema proporcional de lista aberta. Nesse tipo de sistema, o número total de votos obtidos por todos/as os/as candidatos/as do partido determina o número de cadeiras que um partido obtém. Ou seja, as vagas são distribuídas a cada partido de forma proporcional à parcela de votos obtida por seus/suas candidatos/as mais os votos dados para a legenda partidária, que tendem a ser raros (Zucco Jr. e Nicolau 2016). Como o número de cadeiras disponíveis nas disputas proporcionais no Brasil nunca é menor que oito, os partidos podem apresentar mais de um candidato em cada eleição. Especificamente, os partidos podem indicar uma lista de candidatos/as com até 150% do número de cadeiras disponíveis. Ou seja, em disputas com oito vagas disponíveis, por exemplo, cada partido pode indicar até 12 candidatos. E considerando que há vários partidos disputando vagas nessas eleições, pode haver centenas de candidatos/as competindo por um número pequeno de assentos.

Porém, enquanto o número de cadeiras atribuídas a cada partido é determinado pelos votos obtidos por toda a lista de candidatos/as daquele partido, os/as candidatos/as específicos/as que são eleitos/as para ocupar os assentos são determinados/as pelos votos nominais que cada um/a deles/as recebe individualmente. Este sistema centrado na pessoa promove a competição também ao nível do candidato: como as listas dos partidos não têm uma ordenação prévia e é o apoio dos/as eleitores/as a candidatos/as específicos/as que determina a posição de cada candidato em suas listas partidárias, os/as candidatos/as competem por votos não apenas com integrantes de outros partidos, mas também com as pessoas de seu próprio partido (Carey e Shugart 1995).

Além da dependência que os/as candidatos/as têm em relação a suas campanhas partidárias, como ferramenta para atrair eleitores/as, o processo ainda se torna mais complicado dado o sistema partidário altamente fragmentado, com 33 partidos registrados, que produz um número enorme de candidatos/as.

Além disso, como muitos partidos apresentam uma ideologia frágil e os índices de partidarismo são baixos, os/as eleitores/as tendem a não ter informações suficientes sobre a posição ideológica e as preferências políticas da maioria dos partidos (Samuels e Zucco Jr. 2018), o que faz com que as campanhas dos/as candidatos/as sejam importantes para fazer alguma diferença. Para se tornarem visíveis aos/as eleitores/as e se diferenciarem dos/as concorrentes, os/as candidatos/as precisam de recursos e outros tipos de apoio em suas campanhas (Avelino e Biderman 2019; Speck 2006; Speck e Mancuso 2017). Em partidos maiores e mais institucionalizados, a competição por recursos de campanha pode ser intensa; por outro lado, partidos menores podem ter “caciques” partidários mais fortes, que conseguem concentrar o uso de recursos em benefício de suas próprias carreiras (Zucco Jr. e Power 2021).

Embora os/as candidatos/as possam usar recursos pessoais e receber doações individuais, o financiamento de campanha no Brasil é impulsionado principalmente pela alocação de recursos públicos feita através dos partidos. Os partidos têm acesso a duas fontes de financiamento público que podem ser utilizadas para apoiar campanhas: o Fundo Partidário e o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).¹⁰ Apesar de receberem grandes montantes de dinheiro público, não existem restrições legais ou monitoramento efetivo sobre como os partidos distribuem tais recursos. Ao concentrarem fundos partidários nas campanhas de poucos indivíduos e não fornecerem apoio financeiro (e de outros tipos) para outros/as candidatos/as, os partidos podem, dessa maneira, influenciar o grau de competitividade de diferentes nomes (Meireles 2019; Samuels 2001c).

A alocação de recursos é uma das formas pelas quais os partidos podem favorecer suas elites tradicionais e tornar menos competitivas as campanhas de candidatos/as de grupos marginalizados (Araújo e Borges 2013; Barbieri et al. 2019; N. S. Bueno e Dunning 2017; Machado e Campos 2020; Osmo Mardegan 2020; Sacchet e Speck 2012; Speck e Mancuso 2014; Wylie 2020).

De maneira similar a seus vizinhos, o Brasil tentou resolver as lacunas na representação política das mulheres valendo-se de uma política de ação afirmativa aplicada às eleições proporcionais. Em 1995, o país tornou-se um dos primeiros a adotar a cota de gênero, estabelecendo que os partidos que apresentassem listas para as eleições para as Câmaras Municipais de 1996 deveriam reservar pelo menos 20% das indicações em suas listas de candidatos/as para pessoas do sexo sub-representado (Araújo 2003; de Melo e Thome 2018).¹¹

10. O FEFC foi criado em 2017 em resposta a uma decisão judicial de 2015 que tornou inconstitucionais as doações de empresas para campanhas eleitorais.

11. A cota brasileira não especifica esse direito é voltado especificamente para a reserva de espaço para mulheres, mas para o sexo sub-representado. Desta forma, a política também não é uma cota de gênero, per se, mas uma cota de sexo. Como explica Gatto, porém, “uma resolução unânime de 2018 do TSE determinou que os candidatos/as cujos gêneros não condizem com a documentação civil podem corrigir as informações do cadastro de candidatos/as informando às instituições eleitorais até 150 dias antes das eleições” (nd, 288).

Posteriormente, esse percentual foi aumentado para 30%, antes das eleições nacionais de 1998. O desenho das cotas continha algumas falhas, o que acabou criando problemas na sua implementação (Gatto, 2016). Especificamente, o uso do termo “reserva” junto com uma regra que permite aos partidos apresentarem listas de candidatos/as que correspondem a até 150% do número de cadeiras disponíveis, em última análise, significa que os partidos podem cumprir a lei sem indicar uma única mulher, simplesmente deixando 30% de suas listas de candidatos/as sem preenchimento (portanto, tecnicamente “reservados” para mulheres) (Wylie e dos Santos 2016; Wylie, dos Santos, e Marcelino 2019).

Durante a minirreforma eleitoral de 2009, as legisladoras revisaram minuciosamente a Lei de Cotas na tentativa de resolver suas falhas. Ainda que não tenham conseguido que fossem cumpridas todas as demandas, garantiram uma mudança no texto da lei, que mudou de “reservar” para “preencher” (de Melo e Thome 2018). A partir de então, para cumprir a Lei de Cotas de Gênero, os partidos tinham que indicar mulheres, em vez de simplesmente deixar espaços não atribuídos em suas listas de candidatos/as (Gatto e Wylie 2021). Embora as revisões da lei tenham se deparado com algumas questões relativas ao recrutamento limitado de candidatas mulheres pelos partidos, elas não garantiram que a distribuição de recursos fosse menos desigual, o que afeta profundamente a competitividade das candidaturas femininas.

A criação do FEFC, em 2017, abriu uma brecha para que, pelo menos em parte, fosse possível questionar a distribuição desigual dos recursos de campanha. Depois de tentativas fracassadas de estabelecer, pelos caminhos legislativos, uma cota reservando uma parcela dos recursos partidários para mulheres, as legisladoras fizeram lobby para que os tribunais superiores – a saber, o TSE e o STF – determinassem que 30% dos fundos públicos destinados aos partidos deveriam ser reservados para candidaturas de mulheres (Barbieri et al. 2019; Gatto e Thome 2020). Esta mudança na aplicação da lei passou a valer a partir das eleições nacionais de 2018.

Após a obtenção da reserva de financiamento de campanha para mulheres por meio de decisão do judiciário, organizações da sociedade civil e partidos de esquerda entraram com uma moção para solicitar a reserva proporcional de recursos partidários alocados publicamente para candidatos/as negros/as. Isso foi concedido em setembro de 2020, apenas dois meses antes das eleições municipais (Moro Martins 2020). Assim, as eleições de 2020 foram as primeiras em que se aplicou a reserva de verbas de campanha para candidaturas de mulheres e negros/as. Tais mudanças foram feitas com a expectativa de fortalecer as campanhas de mulheres e negros/as, aumentando suas chances de sucesso eleitoral (Machado e Campos 2020).

Novas regras que proíbem coalizões eleitorais em eleições proporcionais também foram implementadas pela primeira vez em 2020. Como especialistas anteciparam,¹² isso resultou num aumento significativo no número de candidatos/as registrados/as em todo o país, uma vez que cada partido concorreu com sua própria chapa.

De modo geral, quanto mais candidatos/as houver em uma eleição, mais difícil se torna para o/a eleitor/a obter informações sobre todos/as os/as candidatos/as (Cunow 2014; Rahn, Aldrich, e Borgida 1994; Russo 2018; Sniderman e Levendusky 2007). Em um contexto no qual os/as eleitores/as têm muitos/as candidatos/as para escolher e poucas informações sobre eles/as, as pessoas podem se tornar mais inclinadas a recorrerem a atalhos na escolha do voto, incluindo os relativos ao sexo e raça/etnia, para tomarem decisões sobre quem apoiar.

As eleições de 2020 também ocorreram durante circunstâncias complexas, com possíveis implicações para os déficits na representação. Em primeiro lugar, o Brasil enfrenta uma crise de representação, que aprofundou o grau de insatisfação com as instituições democráticas e de desconfiança em relação às elites políticas (Russo 2016; Winters e Weitz-Shapiro 2014). Momentos de crise podem fornecer janelas de oportunidade para mudanças e facilitar a entrada de estreantes na política (Hunter e Power 2019; Thome 2019). Uma maior representação de grupos politicamente marginalizados pode também melhorar a opinião que cidadãos/ãs têm em relação à democracia (Clayton, O'Brien, e Piscopo 2019), portanto, a representação descritiva é especialmente importante em contextos de baixos índices de confiança no governo (Mansbridge 1999).

12. Como mostrado nessa reportagem, por exemplo: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/voto-a-voto/2020/10/2020-mais-candidatos-menos-partidos.shtml>.

Essas eleições também marcaram a primeira vez em que brasileiros/as foram às urnas desde a vitória do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro, em 2018. Semelhante às movimentações em curso em outras partes do mundo, a agenda conservadora de Bolsonaro, que enfatiza os esforços para combater o que esses grupos classificam como “ideologia de gênero” (Molyneux et al. 2021; Payne e de Souza Santos 2020), impôs ameaças aos direitos e à segurança de grupos marginalizados, como mulheres e pessoas LGBTQI+. Ameaça elevada e cenários de urgência política podem impulsionar aspirações políticas (Cooper 2018; Dittmar 2020; Lorde 1981; Traister 2018), então, paradoxalmente e de forma quase irônica, a presidência de Bolsonaro pode acabar levando a aumentos na representação de grupos marginalizados.

Por fim, as eleições ocorreram em meio à pandemia de COVID-19. Para tentar evitar maiores riscos à saúde, as autoridades eleitorais encurtaram o calendário eleitoral e impuseram restrições às campanhas presenciais. Esses fatores podem ter diminuído

ainda mais as oportunidades de estreantes na política, uma vez que ficou mais complicado se tornarem conhecidos/as pelos/as eleitores/as, incentivando os partidos a subestimar o potencial eleitoral dos/as candidatos/as de grupos marginalizados e a concentrar recursos em candidatos/as “mais seguros”, já conhecidos/as pelos eleitores/as (Gatto e Thome 2020).

Empregando uma série ampla de dados coletados nos meses imediatamente anteriores e posteriores às eleições municipais de 2020, oferecemos uma avaliação da situação atual das desigualdades políticas e identificamos os obstáculos e oportunidades a serem levados em consideração para promover uma maior diversidade na representação, tanto nas eleições de 2022 quanto nas que se seguem. Especialmente focando em candidaturas de mulheres, de negros/as e pessoas LGBTQI+, examinamos os papéis dos partidos, eleitores/as e iniciativas de apoio a candidatos/as — um novo ator na política eleitoral brasileira — na redução de obstáculos à representação de candidatos/as de primeira viagem.

Estrutura

Conforme mencionamos anteriormente, as instituições são endógenas e tendem a refletir os interesses de seus/suas integrantes; isso significa que os procedimentos de recrutamento de candidatos/as, sistemas eleitorais e regras de campanha não são neutros, e têm influência sobre as oportunidades políticas para estreadantes, especialmente aqueles/as que não são homens brancos (Chappell e Waylen 2013; Kenny 2007, 2014; Mackay, Kenny, e Chappell 2010; Wylie 2020). Como as regras formais e as práticas não escritas de recrutamento de candidatos/as e apoio à campanha são criadas e executadas por uma maioria de homens brancos que busca permanecer no poder, processos políticos – incluindo o recrutamento de candidatos/as e as campanhas eleitorais – são fortemente influenciadas por questões de raça e gênero (Gershon et al. 2019).

As desigualdades também se agravam, de modo que a interseção entre gênero e raça (bem como classe socioeconômica, orientação sexual e outras características) leva, com frequência, ao aumento da marginalização política de grupos específicos (Carneiro 2010; Crenshaw 1989; Franco 2017; Gonzalez 1983, 2020).

Outros estudos também identificaram as inúmeras maneiras pelas quais gênero e raça se interseccionam, levando à exclusão política. Em consonância com tais trabalhos, esta pesquisa fornece uma avaliação dos desafios e oportunidades para a representação de grupos politicamente marginalizados no Brasil, em especial, mulheres e negros/as.¹³ Para isso, conta com uma ampla gama de dados inéditos coletados antes, durante e após as eleições municipais brasileiras de 2020, que ocorreram nos dias 15 e 29 de novembro daquele ano.

13. Os dados oficiais sobre raça e etnia autodeclarada dos candidatos/as estão disponíveis somente a partir de 2014. O baixo número de candidaturas de outros grupos raciais e étnicos marginalizados limita nossa capacidade de fornecer análises robustas para esses grupos. Além disso, o TSE não coleta dados sobre identidade de gênero e orientação sexual dos/as candidatos/as, o que nos impede uma avaliação mais abrangente das perspectivas eleitorais das pessoas LGBTQI+. Assim, nossa avaliação dos obstáculos à representação política de pessoas LGBTQI+ se limita a nossos próprios esforços de coleta de dados. Como consequência da disponibilidade de dados (e de nossa própria experiência como estudiosos de gênero), há partes do estudo que estão mais focadas na dinâmica de gênero que em outros aspectos da desigualdade.

Especificamente:

1. Pesquisa nacional representativa conduzida por telefone com **2.000 eleitores/as**, realizada pelo Datafolha no período pré-eleitoral;
2. Duas rodadas de entrevistas com **51 candidatos/as** realizadas por nossa equipe de pesquisa nos períodos pré e pós-eleitoral;
3. **Dez grupos focais**, com um total de 80 eleitores/as, realizados pela Estimativa no período pós-eleitoral;
4. Pesquisa nacional representativa conduzida *online* com **2.000 eleitores/as**, realizada pela OpinionBox no período pré-eleitoral;
5. Pesquisa institucional de **19 iniciativas** de apoio a candidatos/as realizada por nossa equipe de pesquisa.

Também complementamos as análises desses dados originais com duas fontes primárias adicionais:

6. **Dados eleitorais oficiais de filiação partidária, registro de candidatos/as e resultados eleitorais** coletados e disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE);
7. Pesquisa nacional representativa conduzida de forma presencial com **1.498 entrevistados**, realizada pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina na Universidade de Vanderbilt (LAPOP), entre 29 de janeiro e 3 de março de 2019.

No **Apêndice**, fornecemos mais detalhes sobre a coleta das diferentes fontes de dados analisadas. Conforme mostrado neste estudo, diferentes tipos de dados produzem achados semelhantes, reforçando nossa confiança na identificação dos principais obstáculos e oportunidades para a representação política de grupos marginalizados.

O estudo está dividido em cinco partes. Seguindo a estrutura teórica apresentada, o **Capítulo 2** analisa os padrões de gênero e raça das candidaturas a cargos de prefeito/a e vereador/a e examina as maneiras pelas quais fatores relacionados à oferta de candidatos/as, demandas partidárias e eleitores/as contribuem para as desigualdades nos processos de recrutamento de candidatos/as.

No **Capítulo 3**, examinamos os resultados eleitorais e comparamos o desempenho de mulheres e homens e candidatos/as de grupos raciais majoritários e marginalizados. Utilizando dados de entrevistas com candidatos/as e pesquisas e grupos focais conduzidos com eleitores/as, o Capítulo 3 também fornece uma análise das maneiras pelas quais as demandas do partido e dos/as eleitores/as influenciam a viabilidade eleitoral de candidaturas de mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+.

Com o objetivo de compreender se e como as inovações promovidas por iniciativas de apoio a candidatos/as podem contribuir para a maior representação de grupos politicamente marginalizados, o **Capítulo 4** discute a diversidade do ecossistema de iniciativas de apoio a candidatos/as e as formas como elas enfrentam – ou não – os fatores previamente identificados como obstáculos à representação de grupos politicamente marginalizados. Assim, esse Capítulo também identifica os obstáculos existentes e as oportunidades para ações futuras.

Por fim, concluímos o **Capítulo 5** com recomendações práticas para o fortalecimento das ações para promover a representação de grupos politicamente marginalizados.



Recrutamento de Candidatos/as

2

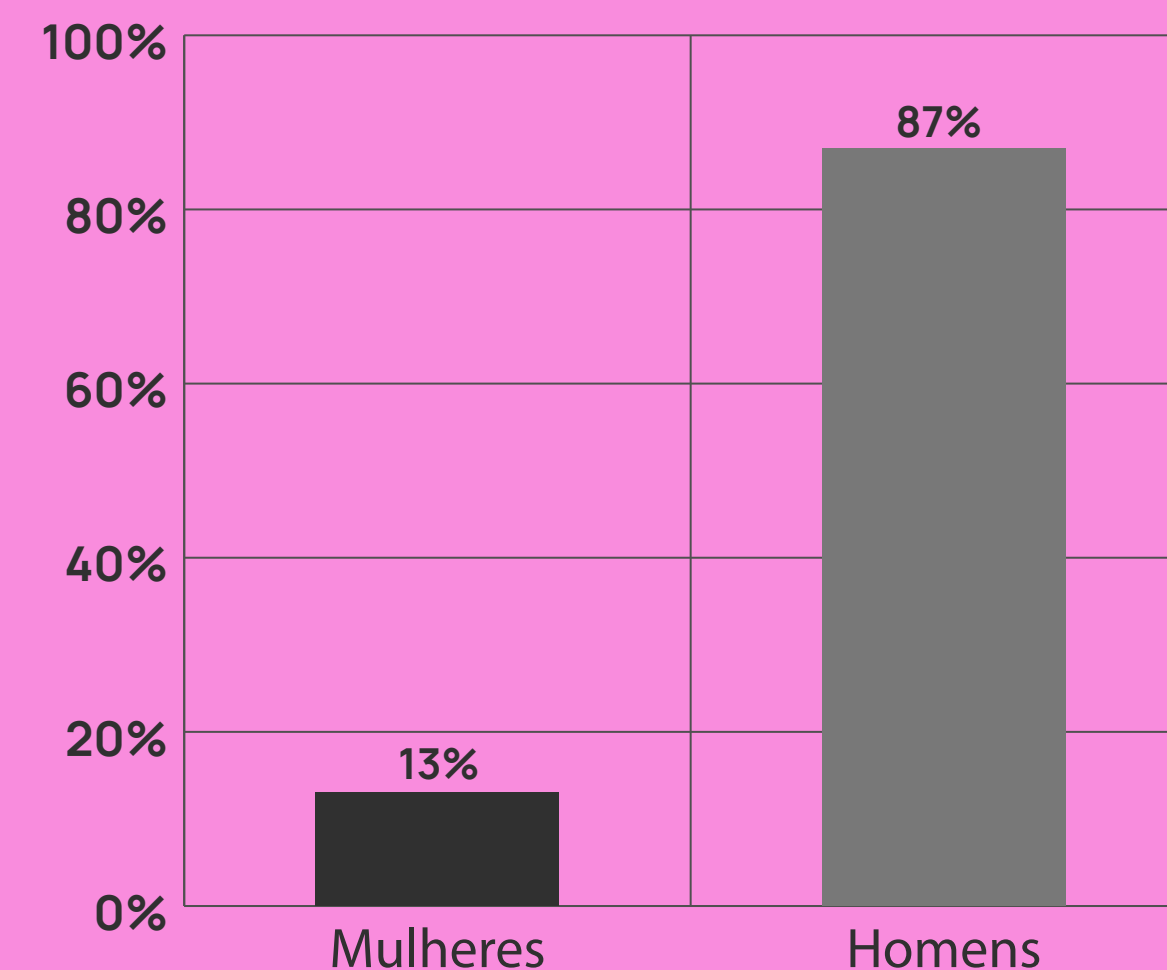
Destques

- Em 2020, mais de **513.000 candidatos/as** concorreram a uma vaga nas Câmaras Municipais e mais de **19.000 concorreram** como candidatos/as a prefeito/a (TSE).
- Nas disputas para o cargo de prefeito/a, **87% dos/as candidatos/as eram homens**. Nas eleições para vereador/a, às quais se aplica a cota de gênero, o desequilíbrio foi menos acentuado: **66% dos/as candidatos/as eram homens** (TSE).
- Apesar da desigualdade racial nas candidaturas ser menos pronunciada que a desigualdade de gênero, **55% dos/as candidatos/as para prefeituras se identificaram como brancos/as** (TSE).
- Uma fonte potencial do déficit de representação diz respeito à ambição política: homens — particularmente **homens brancos** — **tendem a se interessar mais por política** que as mulheres, especialmente mulheres pretas e pardas (LAPOP).
- Outra fonte é o incentivo a concorrer: **20% dos homens de todos os grupos raciais receberam incentivo para concorrer**; 14% das mulheres pretas, 12% das mulheres brancas e **7% das mulheres pardas receberam o mesmo tipo de incentivo** (LAPOP).
- **Os homens têm muito mais chances de ser incentivados** pelos líderes do partido a concorrerem que as mulheres: 31% dos homens pardos, 27% dos homens brancos e 25% dos homens pretos relatam ter recebido incentivo de líderes políticos/as, em comparação com 25% das mulheres brancas, 18% de mulheres pretas e 17% das mulheres pardas (LAPOP).
- **Menos da metade dos/as entrevistados/as estima corretamente a porcentagem de mulheres e negros/as no Congresso**, e uma grande maioria diz que essas porcentagens são baixas (OpinionBox).
- **Eleitores/as exibem alto grau de aprovação às cotas** para promoção de candidaturas de grupos marginalizados, especialmente mulheres (Datafolha), o que parece ser motivado pelo desejo de ver características mais “femininas” (por exemplo, comprometimento, honestidade) na política (grupos focais).
- **Eleitoras mulheres são significativamente mais favoráveis que homens às cotas** de candidaturas para mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+ (Datafolha).

Introdução

As eleições brasileiras, particularmente as realizadas no nível local, são marcadas por um grande número de candidatos/as. Em 2016, mais de 427.000 candidatos/as concorreram a uma vaga às Câmaras Municipais e mais de 16.000 disputaram o cargo de prefeito/a. Em 2020, esses números foram ainda maiores devido às mudanças nas regras eleitorais: foram mais de 513.000 candidatos/as a vereador/a e 19.000 candidatos/as a prefeito/a. Mas o perfil demográfico desses/as candidatos/as não se assemelha em nada ao da população. Para começar, a esmagadora maioria dos/as candidatos/as é formada por homens, especialmente nas disputas para prefeito/a. Em números exatos, 87% dos candidatos/as a prefeito/a, em 2020, eram homens (**ver Figura 2**); um resultado semelhante ao de 2016.¹⁴

FIGURA 2. Percentual de candidatos/as a prefeito/a por gênero (TSE 2020).

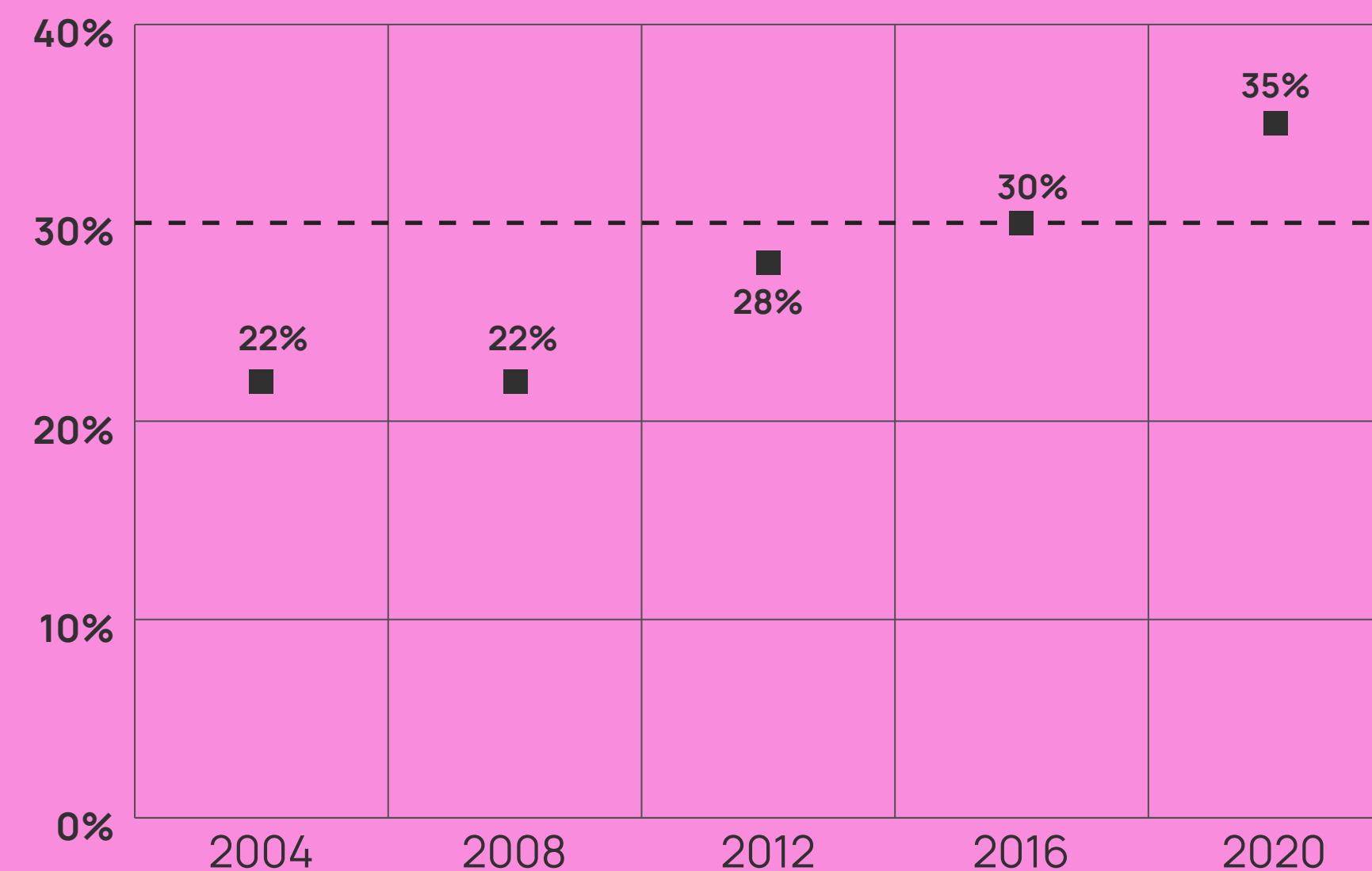


14. Para todas as análises de dados de candidatos/as e eleições anteriores a 2020, utilizamos o CepespData – plataforma desenvolvida para facilitar o acesso aos dados disponibilizados originalmente pelo TSE.

Nas eleições para as Câmaras Municipais, às quais se aplica a cota de gênero, o desequilíbrio é menos pronunciado: em 2020, 66% dos/as candidatos/as eram homens, o que representa uma pequena queda em relação aos 70%, de 2016. Curiosamente, entretanto, não ocorre uma grande variação na proporção de candidatas mulheres entre os partidos.¹⁵

Como mostra a **Figura 3**, houve um grande aumento na porcentagem de candidatas mulheres a partir de 2009. Esse aumento na porcentagem de mulheres nas chapas foi impulsionado por uma cobrança mais ostensiva na implementação das cotas de gênero, em 2009, como explicado no Capítulo anterior. As mudanças formais na lei levaram os partidos a incluir mais mulheres em suas listas de candidatos.¹⁶ Desde 2009, o monitoramento realizado pelo TSE nas listas de partidos também melhorou, o que provavelmente fez com que os partidos passassem a hesitar em não cumprir as cotas de gênero, pois isso aumentava o risco de sofrer sanções eleitorais.

FIGURA 3. Percentual de candidatos/as a vereador/a, por gênero (TSE 2020).



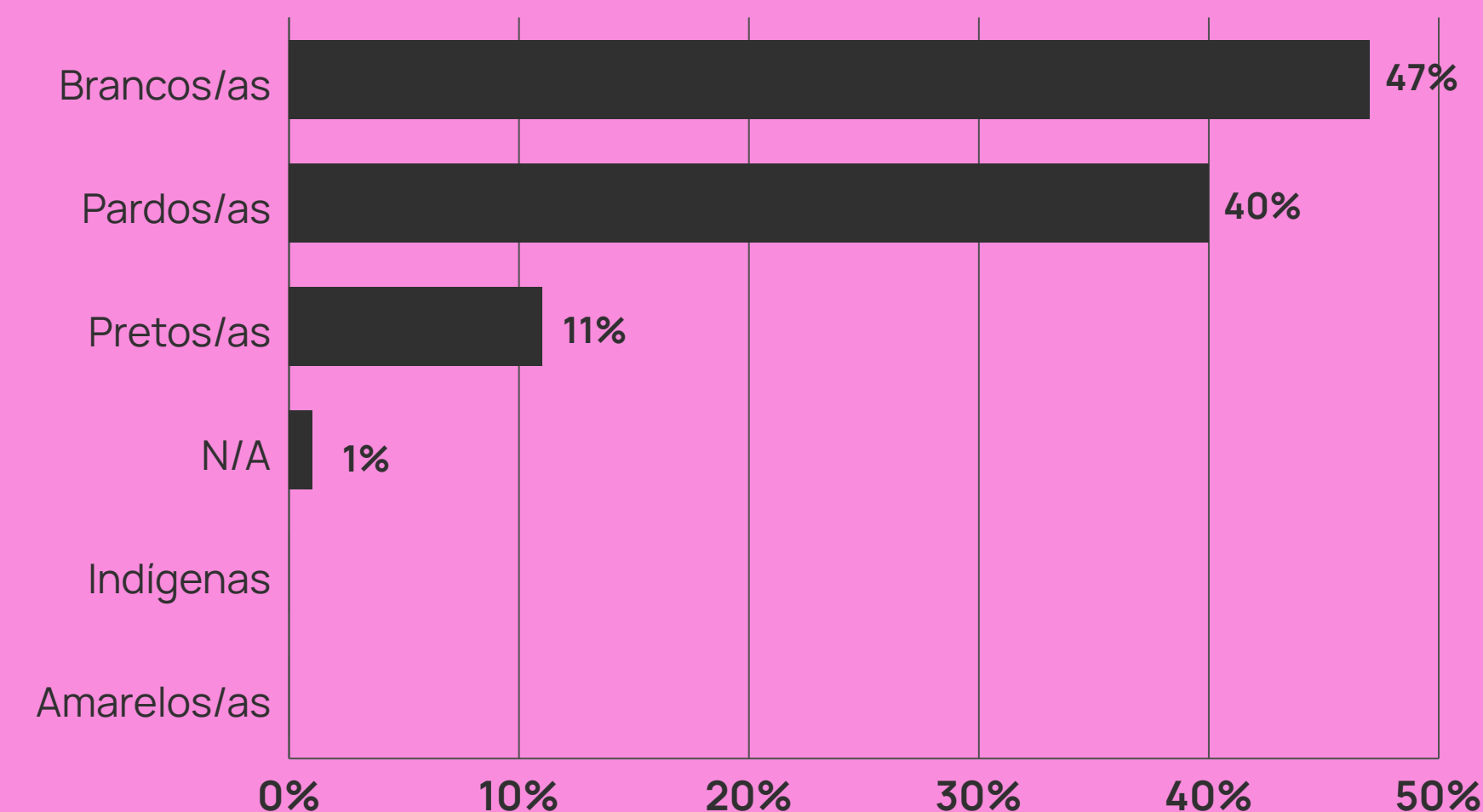
15. Na verdade, os percentuais de mulheres candidatas a vereadora, nos partidos que disputaram eleições, variaram entre 33,7% (PRTB) e 37,8% (PSOL).

16. É importante observar que, quando um partido integrava uma coalizão eleitoral, a exigência de cotas se aplicava à lista de candidatos/as de todos os partidos da coalizão. Os partidos individuais poderiam ter uma porcentagem menor de mulheres em suas próprias listas se seus parceiros de coalizão compensassem indicando uma parcela maior de mulheres nas suas, cumprindo, dessa forma, a cota de 30%.

Seja como for, as cotas de gênero podem, eventualmente, se tornar um teto em vez de um piso para as indicações de mulheres (Murray 2014). Nesse sentido, o fato das indicações terem ficado, em média, acima da cota obrigatória de 30%, em 2020, é promissor e sugere que alguns partidos estão indicando mais mulheres do que o exigido por lei.

Além das diferenças de gênero no número total de candidatos/as, o grupo de candidatos/as também é desequilibrado em termos de raça/etnia. Em 2020, dois/duas em cada três (67%) candidatos/as a prefeito/a se identificaram como brancos/as, 31% como pardos/as, 4% como pretos/as, 0,5% como amarelos/as e 0,34% como indígenas. Esses percentuais são praticamente os mesmos das eleições municipais de 2016.¹⁷ A distribuição racial dos candidatos/as a vereador/a é menos desequilibrada, ou seja, há, proporcionalmente, menos candidatos/as brancos/as. Nas disputas para o cargo, 47% dos/as candidatos/as se identificaram como brancos/as, 40% como pardos/as, 11% como pretos/as, 0,4% como indígenas e 0,3% como amarelos/as (**Figura 4**).

FIGURA 4. Percentual de candidatos/as a vereador/a, por raça/etnia (TSE 2020).



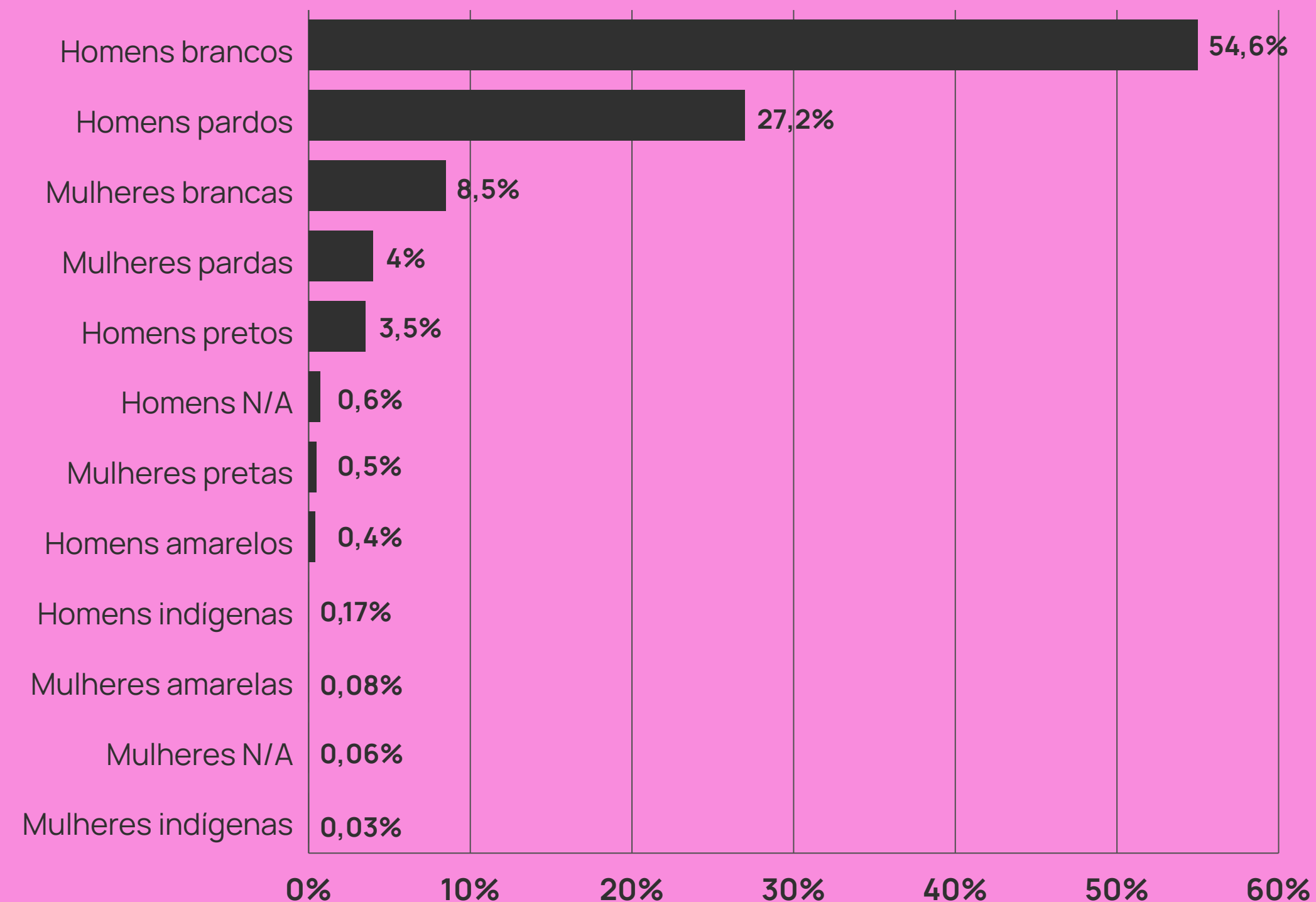
17. A primeira vez em que o TSE solicitou aos candidatos/as informações sobre sua raça e etnia foi nas eleições de 2014, portanto não há informações disponíveis para eleições anteriores.

Diferentemente do que ocorreu com as disputas para prefeito/a, esses percentuais mudaram um pouco em comparação a 2016, quando 51% dos/as candidatos/as eram brancos, 39% eram pardos/as, 9% eram pretos/as, 0,4% eram amarelos/as e 0,3% eram indígenas.

O aumento no percentual de candidatos/as negros/as, ainda que pequeno, foi possivelmente impulsionado por mudanças na autoidentificação, resultado da decisão judicial de 2020 de reservar fundos de campanha públicos para negros/as.

Quando olhamos para a intersecção de gênero e raça dos/as candidatos/as, conforme mostrado na **Figura 5**, descobrimos que a representação assimétrica de candidatos/as homens e mulheres é consistente dentro de cada grupo racial. Ou seja, enquanto 30% dos candidatos/as às Câmaras Municipais, em 2020, eram homens brancos, 27% eram homens pardos e 7% eram homens pretos; 17% eram mulheres brancas, 13% eram mulheres pardas e cerca de 4% eram mulheres pretas.

FIGURA 5. Percentual de candidatos/as a vereador/a, por gênero e raça/etnia (TSE 2020).



Isso significa que a proporção de dois homens para cada mulher nas eleições para as Câmaras Municipais se aplica a todos os grupos raciais, incluindo amarelos e indígenas. Em outras palavras, as candidatas de grupos raciais marginalizados estão particularmente sub-representadas.

Nas disputas para prefeito/a, o número de mulheres indígenas e amarelas foi especialmente reduzido: seis e 15, respectivamente. Além disso, o desequilíbrio na proporção de candidatos homens a prefeito em comparação com as candidatas mulheres tende a ser consistente entre os grupos. Enquanto 55% dos candidatos/as a prefeito/a eram homens brancos, 27% eram homens pardos e 4% eram homens pretos; 8% eram mulheres brancas, 4% eram mulheres pardas e 0,7% eram mulheres pretas.

Os números sobre o perfil dos/as candidatos/as mostram que as eleições no Brasil são disputadas por uma maioria de homens, muitos deles brancos, principalmente quando se trata da Prefeitura. Esses números também revelam que, com exceção das candidaturas motivadas por uma implementação mais ostensiva da cota de gênero para as disputas legislativas, pouca coisa mudou ao longo do tempo. Para entender o que dá origem a esses números, consideramos as possíveis diferenças raciais e de gênero na motivação para concorrer a um cargo e, em seguida, examinamos os obstáculos e oportunidades criados por partidos e eleitores/as durante o processo de recrutamento de candidatos/as.

Decidindo Concorrer

Analisando as diferentes etapas das carreiras políticas, identificam-se que os primeiros obstáculos para a representação igualitária de grupos marginalizados podem surgir ainda no momento da elegibilidade. Conforme discutido anteriormente, no Brasil, os/as candidatos/as não podem concorrer como independentes, e precisam estar filiados/as a um partido para serem elegíveis e se tornarem candidatos/as. Sendo assim, o déficit de representação na filiação partidária pode traduzir-se em um número menor de indicações de candidatura. Analisamos, então, dados sobre o perfil de gênero na filiação partidária.¹⁸

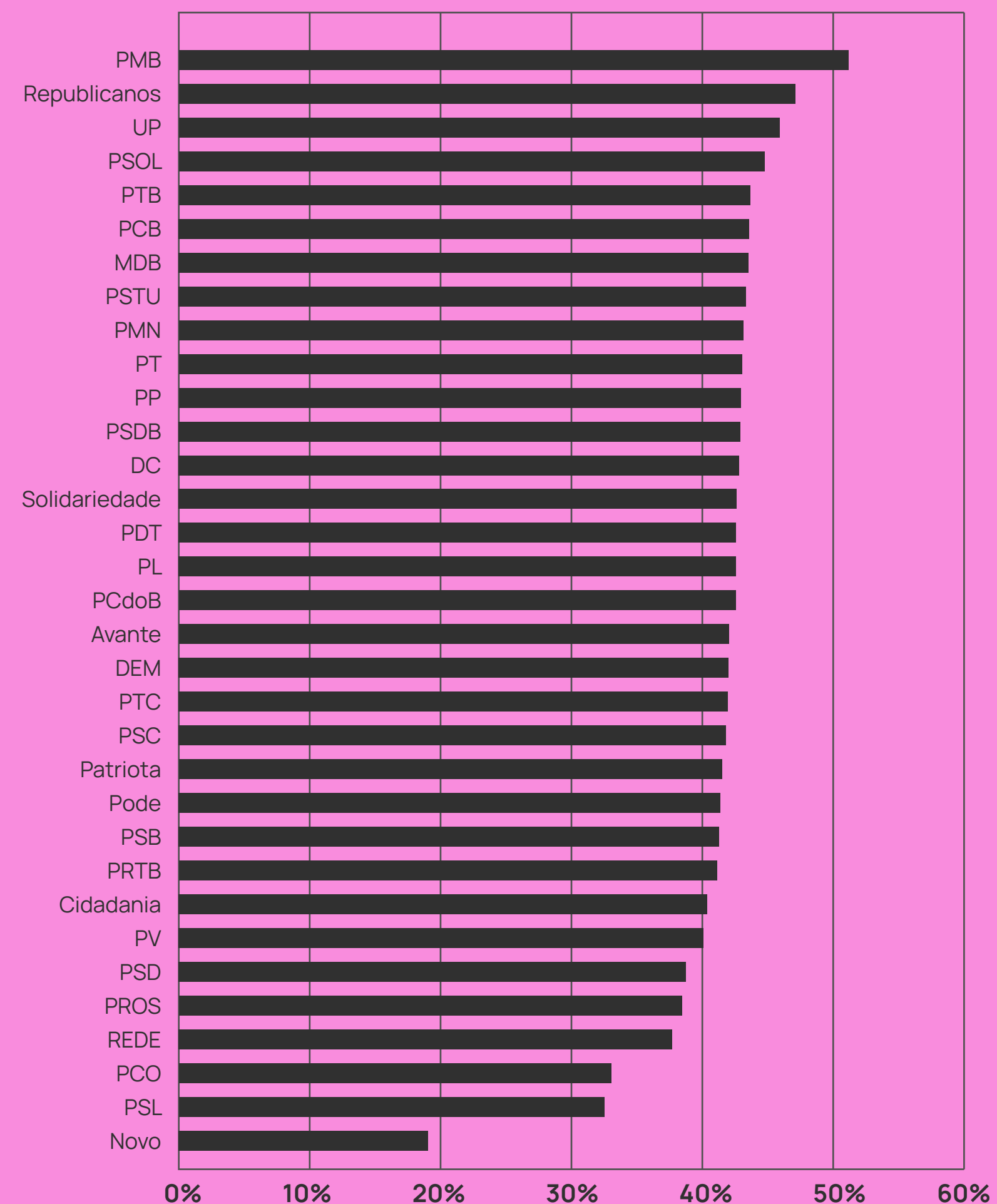
Como é possível identificar na **Figura 6**, a sub-representação de mulheres nas candidaturas não parece ser resultado de um desequilíbrio no número de mulheres filiadas a partidos. Especificamente, dos 33 partidos atualmente registrados, 24 deles têm entre 40% e 45% de filiadas mulheres. Outros três têm mais de 45% e seis têm menos de 40%, dos quais três contam com menos de 35%. Isso indica que não apenas a diferença de gênero é menor na filiação partidária que nas candidaturas, mas também que não há uma grande variação nas diferenças no número de homens e mulheres dentro dos partidos. Isso posto, a falta de mulheres que podem se tornar candidatas não parece ser a fonte mais relevante da desigualdade de gênero nas candidaturas.¹⁹

18. Dados sobre raça não estão disponíveis.

19. Os dados de filiação partidária são atualizados com menos frequência pelo TSE. Assim, pode haver alguma variação recente em relação a essas informações.

As pessoas “elegíveis”, no entanto, não são necessariamente aspirantes. Ou seja, pode haver outros fatores importantes impedindo pessoas que seriam elegíveis de se tornarem candidatas. Nem todos os indivíduos da população estão interessados em política ou dispostos a concorrer a cargos públicos; pesquisas de opinião pública indicam uma diferença substancial entre homens e mulheres no que diz respeito ao grau de interesse pela política. Uma série de trabalhos, porém, mostra que as razões para essa desigualdade tendem a ser reflexo dos papéis sociais de gênero, da socialização e de como a ambição política é mensurada (Fox e Lawless 2005; Piscopo e Kenny 2020a; Schwindt-Bayer 2011).

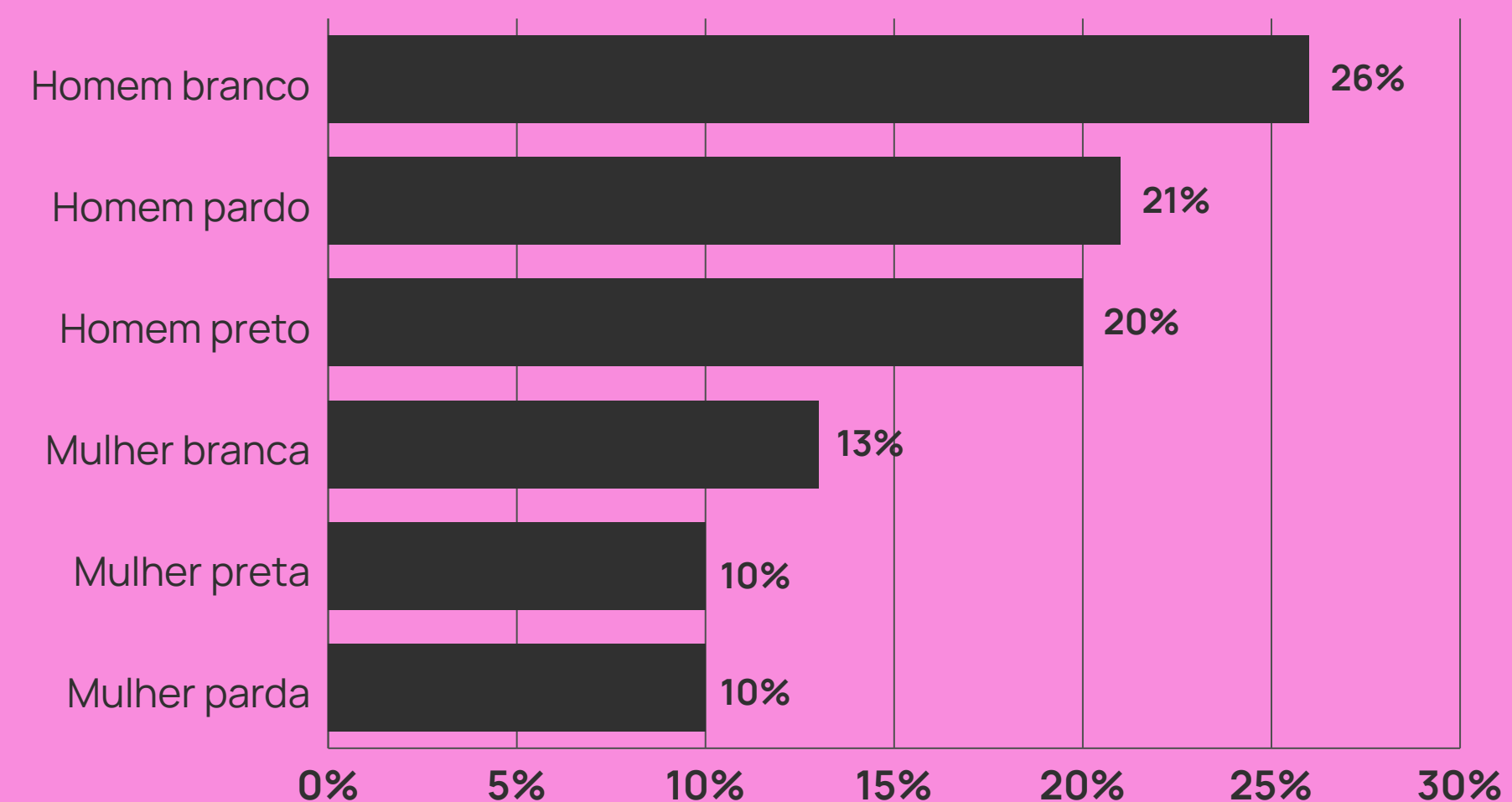
FIGURA 6. Percentual de filiados/as ao partido, por gênero (TSE 2020).



Um interesse menor pela carreira política entre pessoas de grupos marginalizados poderia, ao menos em parte, explicar o déficit nas indicações de mulheres e de minorias raciais. Dados da última pesquisa LAPOP, conduzida no Brasil no início de 2019, indicam que os homens, principalmente brancos, tendem a se interessar mais por política que as mulheres, principalmente pretas e pardas.²⁰ Especificamente, os dados da pesquisa indicam que, enquanto 26% dos homens brancos dizem ter muito interesse em política, apenas 10%, tanto das mulheres pretas quanto pardas, expressam o mesmo grau de interesse pela política formal (**ver Figura 7**).

Como as entrevistas que conduzimos com candidatos/as de primeira viagem indicam, reconhecer esse “lampejo político” tende a ser o primeiro passo de uma sequência que leva a aspirações políticas mais concretas. Para os/as futuros/as candidatos/as, esse momento consiste num processo interno de reconhecimento da política em torno de suas vidas e o desenvolvimento de um desejo de participar mais intensamente do processo de mudança.

FIGURA 7. Interesse em política, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019).



20. Não consideramos indivíduos amarelos e indígenas nestas análises, pois o número de entrevistados/as desses grupos era muito pequeno, o que dificulta a capacidade de fazer inferências.

A segunda etapa do processo é se tornar consciente das responsabilidades para com a própria comunidade. Candidatos/as novatos/as que participaram da pesquisa contam que se trata do momento em que eles/as compreendem sua relevância como líderes comunitários/as e sua qualificação para ocupar um cargo eletivo. É o caso de Sirlene. Mais conhecida como “Lena da Filadélfia”, Sirlene vive em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se tornou uma líder comunitária. As eleições de 2020 foram sua segunda tentativa de ser eleita para representar os interesses de sua comunidade. Como ela explicou:

“

EU DECIDI ME RECANDIDATAR

porque eu moro num assentamento, da zona rural, a 65 quilômetros da cidade, e a gente tem muitas demandas aqui; muita coisa precisa ser feita, e eu era presidente da associação e eu vi que, como vereadora, eu posso lutar por melhorias na minha região.

Lena da Filadélfia, 46, preta,
sem iniciativa de apoio, Juína (MT), PT.²¹

”

21. Tendo seu consentimento explícito, identificamos todos/as os/as entrevistados/as pelo nome na cédula eleitoral, idade, raça autodeclarada, associação com iniciativa de apoio a candidatos/as, cidade em que se candidataram e filiação partidária.

O nível de educação formal também é importante. Como alguns/algumas de nossos/as entrevistados/as também indicaram, ser mais escolarizado/a que a média das pessoas de suas respectivas comunidades significa que são eles/as os/as responsáveis por ajudar vizinhos/as e parentes a lidar com questões burocráticas e acessar serviços oferecidos pelo Estado, incluindo os de saúde e educação. Essas experiências os/as aproximam da política formal e permitem que se percebam como qualificados/as para cargos políticos, ou como capazes de adquirir conhecimentos relevantes para tal (Madsen 1987, Russo 2017).

Um exemplo é Luana, mulher preta e mãe, que foi candidata por São Gonçalo, segundo município mais populoso do estado do Rio de Janeiro, que abriga uma grande população de baixa renda. Luana cursou Ciências Sociais na universidade, algo que ela via como essencial na preparação para uma carreira política. Como ela afirmou:

“

DESDE 2018, QUE A GENTE TEVE ESSA GRANDE MUDANÇA

nos parâmetros do nosso país, um certo ataque a direitos já conquistados, uma grande instabilidade da nossa democracia, eu percebi que era o momento mais que urgente de eu me candidatar. Já era um desejo que eu nutria, desde criança. A minha formação, ela colaborou para isso. Eu me formei em Ciências Sociais.

Luana Mota, 27, preta, sem iniciativa de apoio, São Gonçalo (RJ), PDT.

”

O candidato Anfrísio, 23 anos, natural de Boa Vista, capital do estado de Roraima, no extremo norte do país, também expressou a importância da preparação universitária para a carreira política:

“

A GENTE TEM UMA FALTA DE REPRESENTAÇÃO

na Câmara. Aqui no município, não só no município, mas também na Assembleia. Então, eu acho que a gente precisa entender mais, participar mais, a gente participa pouco. Eu fui para a faculdade e vi como funciona, como é importante eu me candidatar; a representação que eu sou na minha comunidade.

Anfrísio Terminelli, 27, preto, sem iniciativa de apoio, Boa Vista (Roraima), REDE.

”

Da mesma forma, Ynaê, jovem branca de Pirenópolis, cidade pequena próxima a Brasília, sem políticos/as na família ou entre os/as amigos/as, decidiu que queria se candidatar quatro anos antes das eleições de 2020. Para isso, buscou o que considerou serem as qualificações necessárias:

“

EU NÃO QUERIA TER QUE SAIR DAQUI

para encontrar oportunidades, e fui me preparando para poder melhorar a qualidade de vida minha, da minha família e todo mundo que eu conheço aqui da minha cidade. [...] Quando estava no 3º ano do ensino médio, eu tomei esta decisão. Então, eu resolvi estudar: entrei com um Mandado de Segurança pra poder entrar na faculdade, para quando chegasse em 2020, eu tivesse mais preparada com conhecimento para poder assumir um cargo público, legislar. Então eu vim esses anos estudando pra isso.

Ynaê, 21, branca, RenovaBR e Goianas na Urna, Pirenópolis (GO), DEM.

”

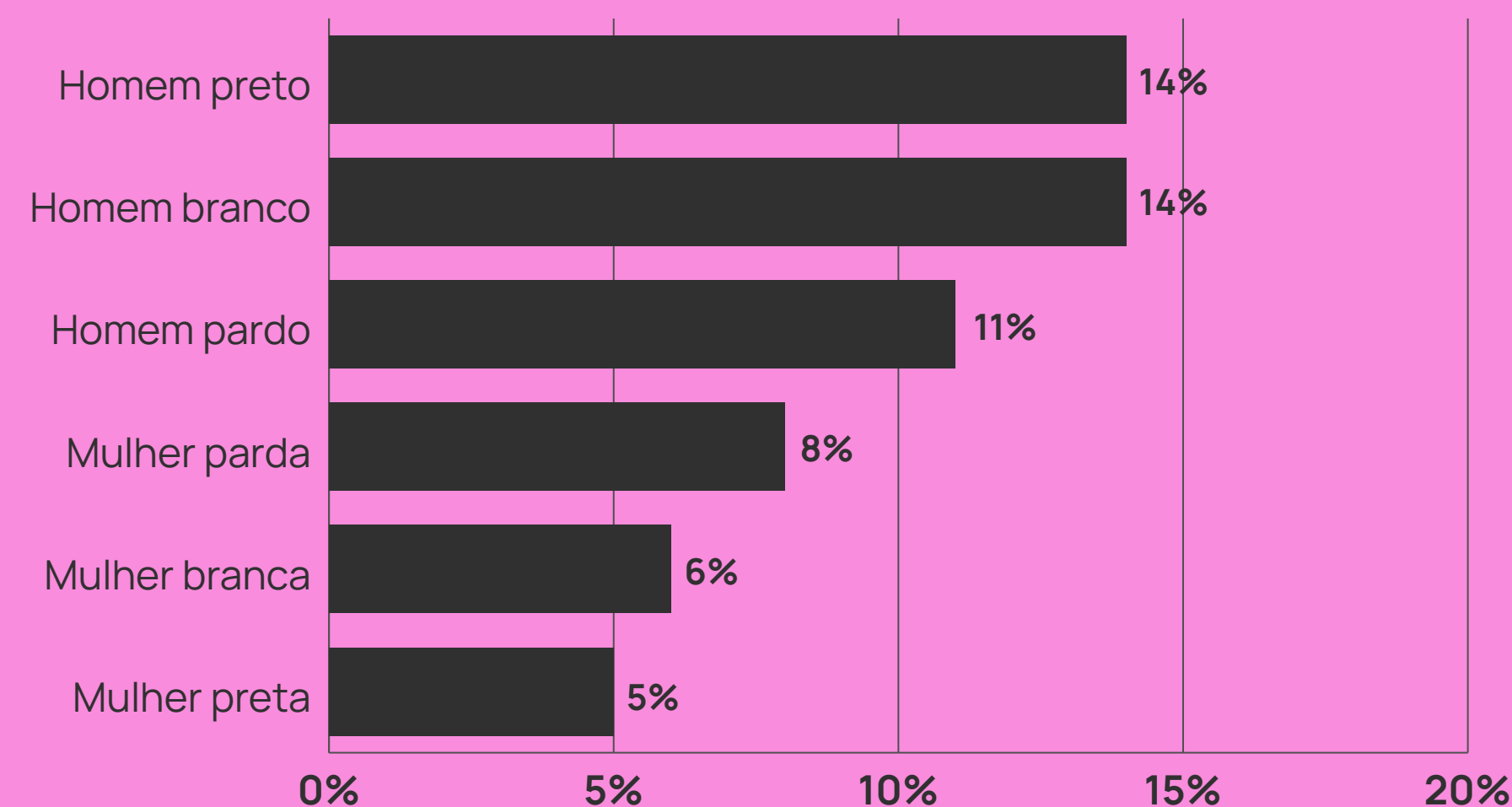
Durante as entrevistas, os/as candidatos/as, muitas vezes, explicaram suas motivações para se candidatar como resultado da sua própria percepção como lideranças comunitárias qualificadas para concorrer a cargos públicos. Essa consciência sobre si mesmo, no entanto, pode também ser resultante de processos de socialização racializados e de gênero, levando pessoas de grupos marginalizados a se avaliarem como menos qualificadas – mesmo quando possuem, objetivamente, as mesmas qualificações formais de homens brancos que estão na política.

A pesquisa LAPOP de 2019 perguntou aos/as entrevistados/as até que ponto se sentiam qualificados/as para executar o trabalho de uma autoridade eleita, como vereador/a, prefeito/a ou deputado/a. De forma semelhante ao observado quanto ao grau de interesse político, as análises desses dados indicam que há uma lacuna de gênero nas autopercepções dos/as entrevistados/as a respeito de suas qualificações (**ver Figura 8**).

Enquanto cerca de 14% dos homens pretos, assim como brancos, e 11% dos homens pardos disseram se sentir altamente qualificados para ocupar cargos eletivos, apenas 8% das mulheres pardas, 6% das mulheres brancas e 5% das mulheres pretas responderam da mesma forma. Esse padrão converge com uma extensa literatura que mostra que as mulheres tendem a subestimar suas qualificações e desempenho, enquanto os homens tendem a fazer justamente o contrário (Foschi 1996).

Esses resultados levantam considerações importantes sobre como questões relacionadas à oferta de candidatos/as podem produzir diferenças de gênero e raça no grupo de aspirantes. Ou seja, as análises sugerem que mulheres e negros/as têm índices mais baixos de interesse pela política e que os homens de todas as raças têm maior probabilidade que as mulheres de se considerarem qualificados para ocupar cargos eletivos. A percepção de si mesmo/a pode afetar as decisões de se candidatar a um cargo. Ainda assim, as diferenças na ambição política podem ser, ao menos parcialmente, reduzidas, caso haja incentivo à candidatura a um cargo (Crowder-Meyer 2013b; Fox e Lawless 2010).

FIGURA 8. Autoavaliação de qualificação para cargo público, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019).



O Papel dos Partidos

Independentemente das diferenças existentes entre homens e mulheres nas autoavaliações, elementos externos podem desempenhar um papel importante na redução das desigualdades nas aspirações políticas, promovendo mais interesse e canais de participação. Como explicou um candidato de São Paulo em sua entrevista, o incentivo aos estreados permite que os indivíduos reconheçam suas próprias qualificações políticas, além de servir como um importante motivador para concorrer a cargos públicos:

“

EU CANSEI DE DEPENDER DAS PESSOAS,

de esperar que façam aquilo que pode ser feito! É mais uma iniciativa de ser a mudança que eu quero. [...] eu sempre atuei dentro de projetos, de projetos sociais e nesses projetos eu fui incentivado por alguns amigos que sempre falaram sobre o meu potencial político.

Douglas Fernando, preto,
sem iniciativa de apoio,
São Paulo (SP), PMB.

”

Luana deu uma explicação semelhante sobre a importância da motivação externa para sua candidatura:



A PARTIR DO MOMENTO

em que eu me tornei mãe de um menino com necessidades especiais, eu também me engajei com a causa. Outras mães começaram a se motivar ao tipo de militância que eu adquiri no estudo sobre as pautas acerca da neurodiversidade, então começaram a me estimular para que eu pudesse participar do processo.

Luana Mota, 27, preta, sem iniciativa de apoio, São Gonçalo (RJ), PDT.



O incentivo pode ser particularmente importante para as mulheres, que, como mostrado anteriormente, podem se autoavaliar como menos qualificadas para concorrer a cargos políticos. Como Jô Dias, candidata que estava na terceira tentativa de se eleger, explica:



EU TENHO UMA FAMÍLIA COM DIABETES;

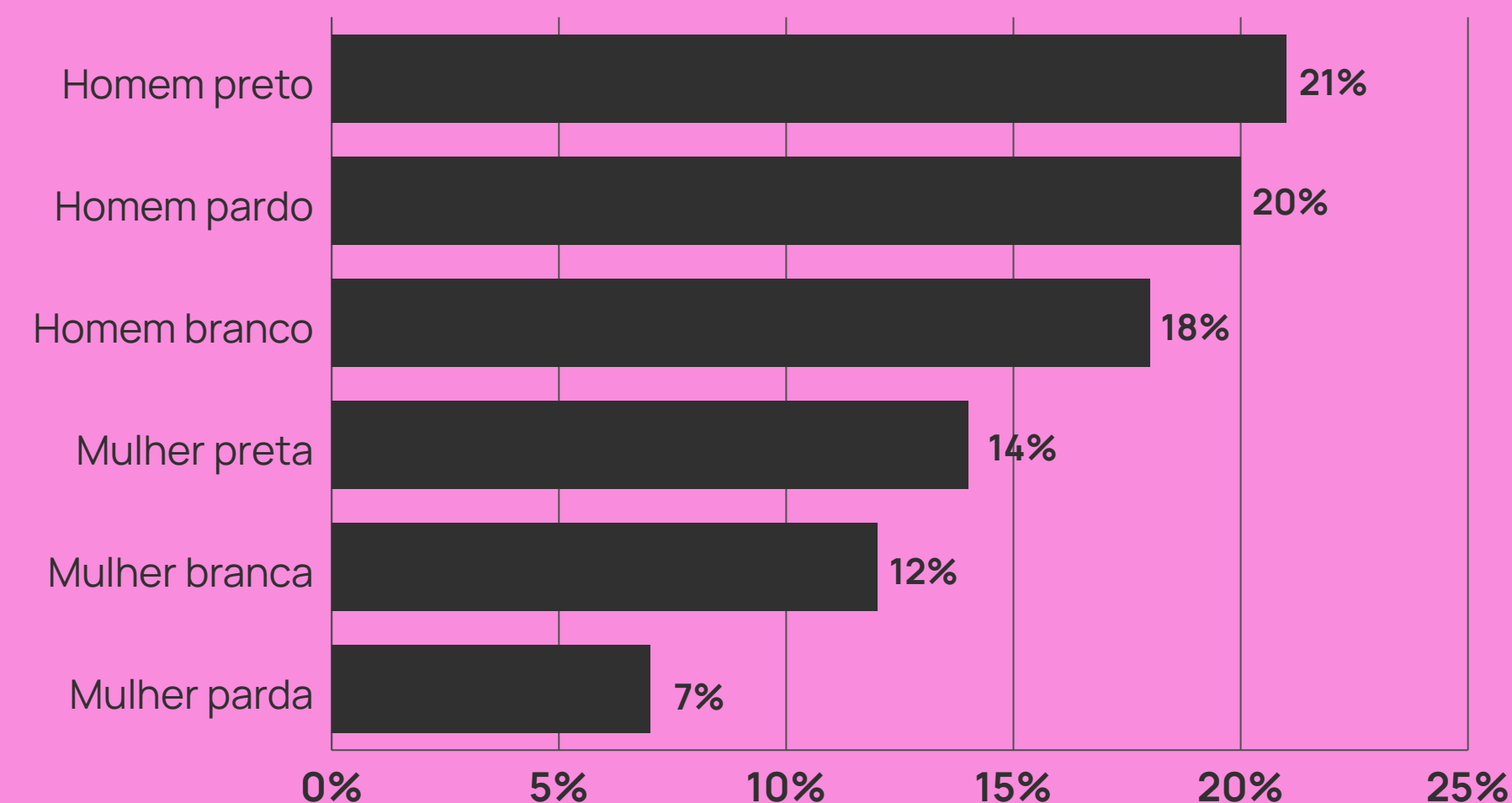
meu pai passou por muitos problemas de saúde, precisamos da saúde pública. Eu fiquei sem ter pra onde correr. Depois, minha irmã descobriu um câncer de tireoide, minha mãe perdeu a vista. A gente fica muito à deriva, e nossos representantes não conseguiram encontrar nenhuma saída. E também não tem aquele comprometimento, nem que seja com a saúde. Eu decidi sair do anonimato. Por ser mulher, sempre achamos que não somos capazes, sabemos que o preconceito ainda é grande, maior do que com os homens. Mas os amigos me encorajaram, falaram que sou capaz. E nossa campanha sempre foi assim, correr: um ajuda de um lado, o outro, do outro e isso me fez acreditar na luta da boa política. Eu falo que é o tostão contra o milhão, mas não vamos desistir.

Jô Dias, 45, parda, Alziras, Abaetetuba (Pará), PSDB.



Os próprios padrões de incentivo podem também reproduzir as diferenças raciais e de gênero. De acordo com os dados da pesquisa LAPOP, quando os/as entrevistados/as foram questionados/as se alguém os/as motivou a se tornarem candidatos/as a um cargo eletivo, os incentivos foram diferentes. As análises mostram que homens são incentivados a concorrer a cargos em um grau mais elevado que as mulheres (**Figura 9**). Isto é, cerca de 20% dos homens de todos os grupos raciais relatam ter sido motivados por alguém para concorrer a um cargo, enquanto apenas 14% das mulheres pretas, 12% das mulheres brancas e 7% das mulheres pardas relatam ter recebido o mesmo tipo de incentivo. Essas diferenças de gênero parecem começar cedo: mesmo quando concentrando nossa análise nos/as entrevistados/as mais jovens, com 30 anos ou menos, ainda encontramos as mesmas diferenças.

FIGURA 9. Incentivo para concorrer a cargos públicos, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019).



Nas entrevistas semiestruturadas feitas por nossa equipe de pesquisa, perguntamos àqueles/as que disseram estar motivados/as para concorrer, quem os/as encorajou a fazê-lo. Como indica a literatura, os partidos políticos e os/as políticos/as ocupando cargos podem desempenhar um papel fundamental no processo e aumentar ou reduzir as desigualdades na ambição política entre diferentes grupos de pessoas, motivando indivíduos específicos a concorrerem a cargos públicos. Ou seja, os próprios partidos podem ter um papel ativo para resolver o déficit de representação descritiva. Uma das entrevistadas, Josilene Luna, mencionou explicitamente o papel do recrutamento partidário (e não do recrutamento direto) no processo de motivação de sua candidatura.

“PASSOU NA TELEVISÃO QUE UM PARTIDO

estava à procura de vereador, vereadoras, candidato a Prefeito e a Vice. Foi quando minha mãe disse: ‘Se inscreve, Lene, para ver o que é que dá’. Aí, eu me inscrevi. Porque é um emprego também, né? Por quatro anos... E é um emprego que tanto você vai receber, como você vai dar. Eu não vou mentir isso para ninguém, faz cinco anos que eu não trabalho e quando você chega a certa idade você não tem trabalho e emprego. Então, você só tem vontade de mudar o mundo. Então, se você quer mudar o mundo das pessoas, o jeito, você tem que entrar numa coisa dessas, pra ver com aquilo funciona”

Josilene Luna, 51, branca, sem iniciativa de apoio, João Pessoa (PB), REDE.

A **Figura 10** apresenta uma análise das fontes de incentivo que as pessoas entrevistadas pela LAPOP disseram ter recebido. As respostas foram espontâneas (ou seja, não foram oferecidas opções de resposta), e quem respondia podia listar quantos fatores desejasse. Posteriormente, foram destacados os mais mencionados, com base numa lista de opções previamente elaborada, assim como exibido na Figura 10.

Os resultados mostram que, entre as pessoas que relataram ter sido motivadas a concorrer, praticamente ninguém afirmou ter recebido incentivo do/a chefe ou empregador, de pessoas da mídia, de outras lideranças nacionais não partidárias ou de iniciativas formais de apoio a candidatos/as. Um pequeno número de entrevistados/as relatou ter recebido incentivo de líderes comunitários locais, incluindo líderes de grupos religiosos. Curiosamente, a fonte de incentivo mais importante para se candidatar a um cargo político parece vir da família e dos amigos: 50% dos/as entrevistados/as pela pesquisa LAPOP mencionaram essa fonte de apoio; enquanto isso, cerca de 25% dos/as entrevistados/as relataram que os líderes políticos/as nacionais ou locais os/as incentivaram a concorrer a cargos públicos.

FIGURA 10. Fonte de incentivo para se candidatar (LAPOP 2019).



Entre as mulheres pretas que foram incentivadas por alguém a concorrer a um cargo público, mais da metade (53%) afirmou que a motivação veio de familiares e amigos/as. Entre aqueles que foram encorajados a concorrer, 57% dos homens pretos também relataram receber incentivo de familiares e amigos. Já pessoas brancas (homens e mulheres) relataram receber menor incentivo de amigos/as e da família: 46% e 42%, respectivamente. Os resultados não mostram uma grande diferença com base em gênero no incentivo da família e de amigos/as, mas é importante lembrar que essa análise está condicionada, em primeiro lugar, ao incentivo. Quando olhamos para a amostra completa (ou seja, incluindo aqueles/as que não receberam incentivo para se candidatar), descobrimos que aproximadamente 9% dos homens dizem que foram encorajados a se candidatar por familiares e amigos/as, em comparação a 4% de mulheres (**ver Figura 11**).

Quando analisamos os percentuais de apoio das lideranças políticas, novamente entre aqueles/as que relataram terem sido incentivados/as, há uma diferença considerável entre homens e mulheres, especialmente entre negros/as (**Figura 12**).

FIGURA 11. Incentivo à candidatura dado por familiares e amigos/as, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019).

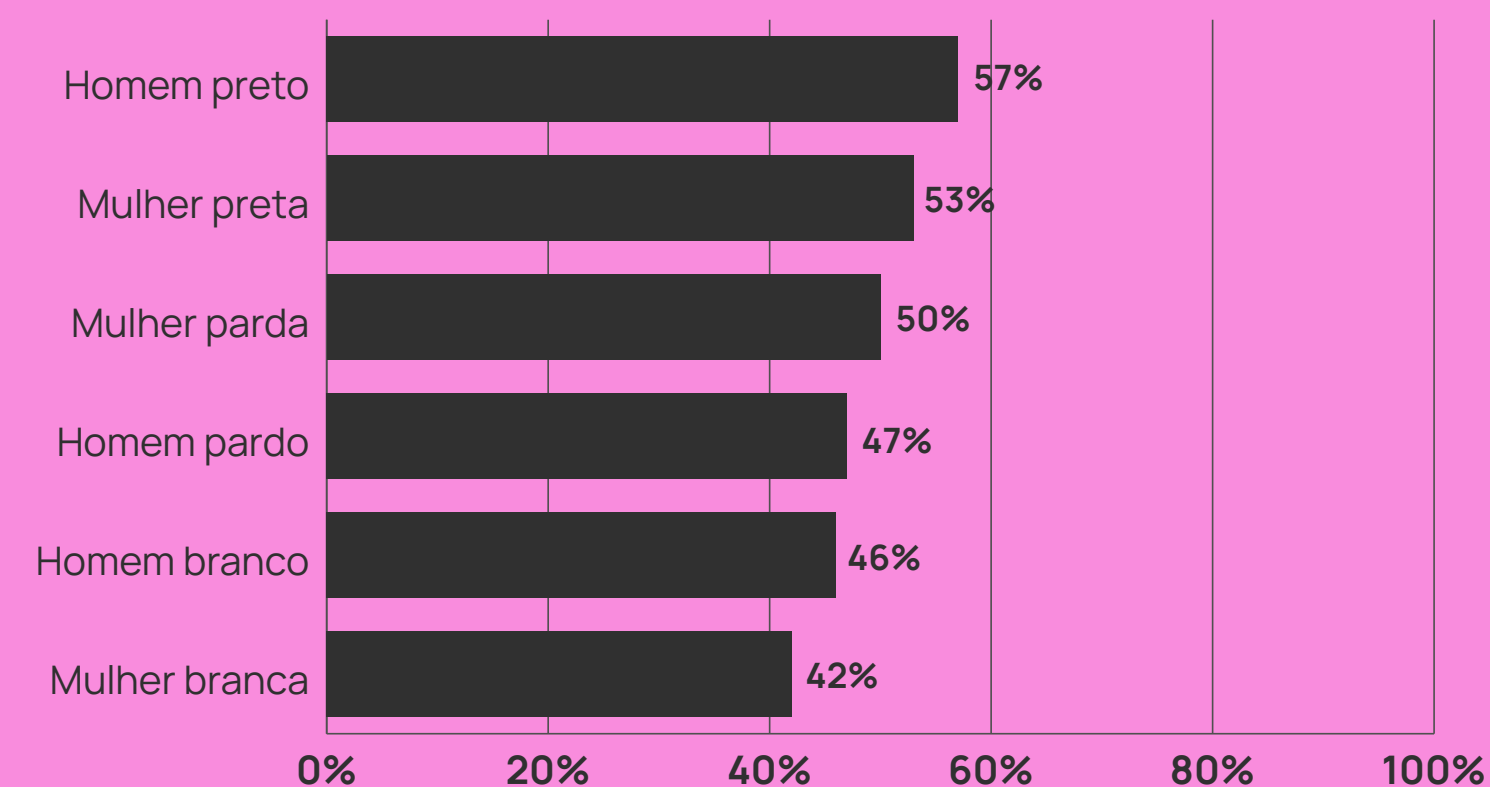
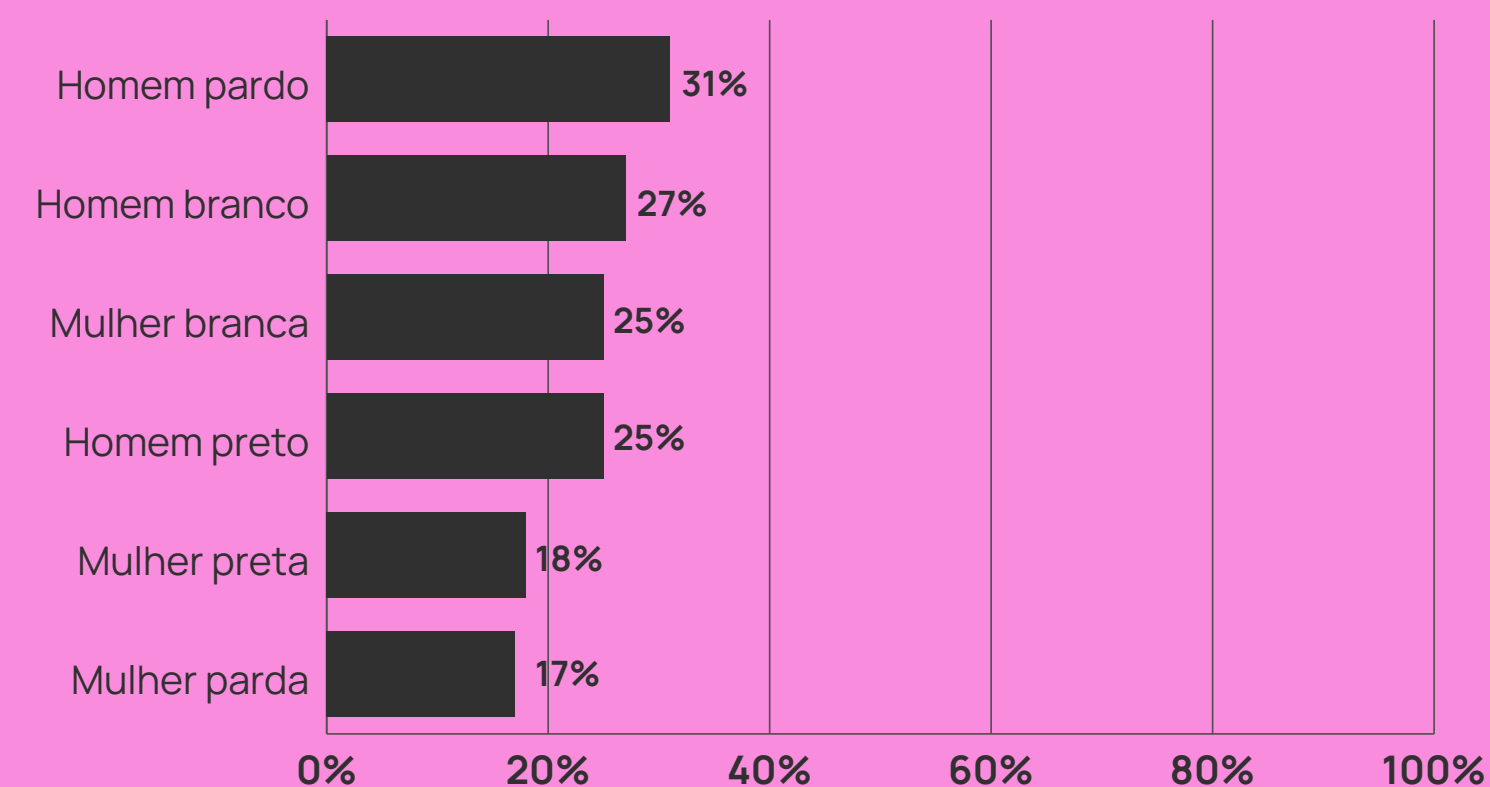


FIGURA 12. Incentivo à candidatura dado por líderes políticos/as, por gênero e raça dos/as entrevistados/as (LAPOP 2019).



Ou seja, mesmo entre aqueles/as que relataram receber incentivos, os homens apresentam maior probabilidade que as mulheres de terem sido motivados por líderes políticos/as a concorrer a cargos públicos. Enquanto cerca de 31% dos homens pardos, 27% dos homens brancos e 25% dos homens pretos relataram ter recebido incentivo de líderes políticos/as, 25% das mulheres brancas, 18% das mulheres pretas e 17% das mulheres pardas dizem ter sido motivadas por líderes partidários/as.

Quando examinamos a amostra de entrevistados/as por inteiro, essas diferenças entre os grupos se tornam maiores: enquanto 5% dos homens relataram ter sido incentivados por líderes políticos/as, menos de 2% das mulheres o foram. Entre os negros/as, essa lacuna é ainda maior: 6% dos homens pardos dizem que foram motivados por líderes políticos/as, em contraste com 1% das mulheres pardas, e 5% dos homens pretos dizem que foram motivados por um líder partidário, em oposição a 2% de mulheres pretas.

Nossas análises anteriores indicam que a raça/etnia dos indivíduos não está associada a diferentes graus de ambição política, mas o gênero, sim. Mesmo assim, a literatura existente sugere que um incentivo para concorrer a um cargo pode despertar ambições políticas nas mulheres e, como resultado, reduzir as lacunas no grupo de aspirantes. Como nossas análises sugerem, por outro lado, determinados tipos de aspirantes podem ter maior acesso a partidos e líderes políticos/as que outros, o que, por sua vez, aumenta a probabilidade de serem recrutados por esses partidos. De forma consistente com os dados da pesquisa, poucos/as de nossos/as entrevistados/as descreveram ter sido motivados/as a concorrer por ação de partidos ou de políticos/as. Nesses poucos casos, os incentivos dados pelos partidos para que eles/as se candidatassem foram de natureza variada.

Em diversos sistemas eleitorais, os serviços prestados ao partido e os atos de lealdade partidária aumentam as chances de que indivíduos recebam apoio dos partidos ao longo de suas trajetórias políticas (Kerneck 2017). Trabalhar no e para o partido por vários anos antes de ter a oportunidade de concorrer a um cargo é uma trajetória comum para que candidatos/as competitivos/as sejam nomeados/as na chapa.²² Algumas das pessoas que entrevistamos seguiram esse caminho tradicional até se candidatarem. Foi o caso de Nereida Mazza.²³

Ela trabalhava para o PSB desde 2006 e atuou como assistente de uma das deputadas eleitas pelo partido, nos últimos 15 anos; no entanto, ela só decidiu filiar-se e apresentar uma candidatura após o convite da direção do partido. Resolveu, então, retornar à sua cidade natal para concorrer. Dois outros entrevistados, Vanderlei do Sindicato²⁴ e Cyrillo Fernandes²⁵, também declararam que suas candidaturas são o resultado de muitos anos de serviços aos respectivos partidos,

PT e PDT. Esses modelos de trajetória representam o caminho tradicional para a candidatura, o qual é pavimentado por relações longevas de pessoas filiadas às lideranças partidárias.

Mas poucos foram os/as candidatos/as entrevistados/as que tinham perfis semelhantes aos de Nereida, Cyrillo e Vanderlei do Sindicato. Em vez disso, a maioria ingressou em seus respectivos partidos poucos meses antes da eleição. Entre os recrutados/as pelos/as dirigentes partidários/as estavam aspirantes que tinham algum tipo de vínculo com lideranças, mesmo que ainda não fossem filiados/as ao partido. Como elas explicam:

22. Muito embora, para políticos estabelecidos que têm capital político pessoal, a mudança de partido pode constituir uma estratégia importante para o avanço na carreira (Desposato 2004, 2006).

23. Nereida Mazza, 45, parda, (Re)presentante UFBA, Feira de Santana (BA), PSB.

24. Vanderlei do Sindicato, 59, preto, NFNB, Extrema (MG), PT.

25. Cyrillo Fernandes, 49, preto, Natal (RN), PDT.



EU ESTUDEI 11 PARTIDOS

aqui em Goiânia, participei das reuniões e estudei as propostas [...]. Então, apesar do Democratas ser um partido pesado [...], eu fui por incentivo do próprio deputado, que era desse partido.

Juliana Braga do Karatê, 50, branca, Goianas na Urna, Goiânia (GO), DEM.

FOI UM CONVITE.

Um familiar que sempre participou de partidos me fez o convite para eu entrar na política, pois estavam precisando de mulheres. Eu resolvi me filiar ao partido e participar também, concorrer ao pleito.

Vanessa Durans, 34, preta, sem iniciativa de apoio, São Luiz (MA), PTC.



Em alguns desses casos, o recrutamento de candidatas mulheres pelos partidos não foi apenas o produto de incentivos institucionais para cumprir a cota de gênero, mas também por oportunidades políticas específicas. Por exemplo, como explicou Tia Sandra, candidata da Rede Sustentabilidade na Bahia, sua indicação foi facilitada pelo fato de seu partido ser novo na cidade e, por isso, estar procurando pessoas para se filiarem e concorrerem. Em suas próprias palavras:



EU NÃO SABIA QUE PARTIDO PROCURAR, *então um amigo me indicou um partido novo que estava começando na nossa cidade. E ele falou de mim para o presidente desse partido, então o presidente me ligou e fui até ele.*

Tia Sandra, 43, raça não declarada, sem iniciativa de incentivo, Valença (BA), REDE.



Por fim, uma das entrevistadas, Haiane, relatou que seu recrutamento foi motivado pelo fato dela ser uma pessoa conhecida na sua cidade. Vencedora de um concurso de beleza, ela foi convidada a se candidatar pelo PSD. Em suas próprias palavras: “Como eu já representava a cidade nos concursos de beleza, o partido perguntou se eu queria concorrer [ao cargo]”.²⁶

Esses exemplos reforçam a ideia de que os padrões de recrutamento dos/as candidatos/as variam. No entanto, como as análises dos dados da pesquisa LAPOP indicam, lideranças políticas estão, em geral, mais dispostas a encorajar homens a concorrerem a cargos políticos do que mulheres, especialmente mulheres negras.

Quando comparadas aos homens, serem recrutadas por líderes partidários/as é uma motivação bastante forte para que mulheres se candidatem (Fox and Lawless 2010), de modo que esforços desiguais para recrutar homens e mulheres podem reforçar e ampliar as lacunas na ambição política e na motivação para uma candidatura. Enquanto os homens pretos e brancos mantêm níveis iguais de autoavaliação de suas qualificações, os homens pretos são consideravelmente menos propensos a ser encorajados por líderes políticos/as a concorrer a cargos públicos. Esses resultados evidenciam que o recrutamento político não é apenas baseado em gênero, mas também em raça, e que as interseções de gênero e raça (bem como outras características) aprofundam as desigualdades nas oportunidades políticas.

26. Haiane Guterres, 21, parda, RenovaBR, Viamão (RS), PSD.

Percentuais mais baixos de recrutamento partidário ativo de aspirantes mulheres e pessoas pretas, quando comparados ao recrutamento de aspirantes homens e pessoas brancas, podem não apenas significar que as ações das lideranças aumentam ainda mais a ambição entre homens brancos, mas também que as pessoas de grupos marginalizados que já decidiram se candidatar encontram obstáculos maiores para encontrar apoio para as suas candidaturas dentro dos partidos. O incentivo institucional imposto pela cota de gênero, muitas vezes, faz com que encontrar um partido disposto a incluí-las nas chapas não represente um problema para as mulheres; ainda assim, aquelas que estão estreando na política podem não ser facilmente bem-vindas nos partidos mais competitivos. Conforme explicou Ynaê, nem todos os partidos se mostraram dispostos a aceitá-la:

“

ENTÃO, COMO EU QUERIA ME CANDIDATAR, *tive que recorrer a outro partido na cidade. E aqui a política ainda é muito velha. Os partidos são fechados, não aceitam gente nova, são sempre as mesmas pessoas estão na Câmara, há oito mandatos, trinta e tantos anos. E o partido que me deu entrada foi o Democratas. Simplesmente por esse motivo.*

Ynaê, 21, branca, RenovaBR e Goianas na Urna, Pirenópolis (GO), DEM.

”

Essas entrevistas reforçam os argumentos existentes na literatura sobre como o incentivo ativo pode motivar indivíduos a se candidatarem, reduzindo ou eliminando déficits na ambição política. Ressaltando, porém, que líderes políticos/as são menos propensos/as a encorajar ativamente as mulheres, particularmente as mulheres pardas e pretas, a se candidatarem. Ou seja, o esforço diminuto dos partidos políticos em recrutar mulheres e, em particular, mulheres negras, é um dos fatores que explicam a sub-representação de mulheres e grupos raciais marginalizados nas candidaturas. Contudo, podemos afirmar que a oferta de candidatos/as dos partidos também reflete a falta de demanda por parte dos/as eleitores/as? Examinaremos esse tema na seção seguinte.

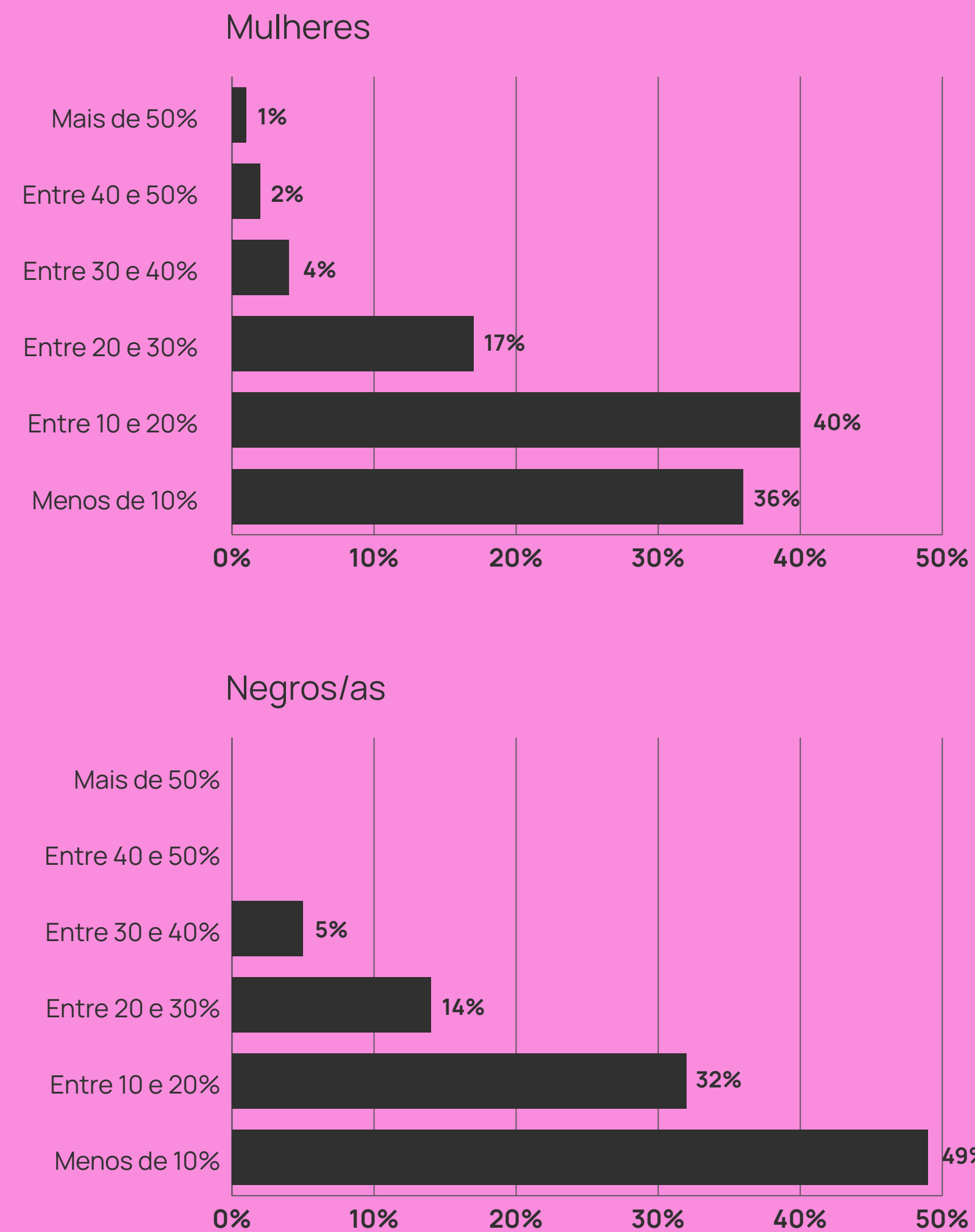
O Papel dos/as Eleitores/as

Ainda que eleitores/as não interfiram diretamente nos processos de seleção de candidatos/as, é evidente que as lideranças político-partidárias estão bastante atentas às preferências dos/as eleitores/as. Assim, caso a demanda do eleitorado por candidatos/as de grupos marginalizados seja grande, isso pode motivar partidos a incluírem nas chapas mais nomes com esses perfis. Por outro lado, caso a demanda dos/as eleitores/as seja pequena, isso pode desmotivar ou mesmo impor obstáculos ao recrutamento de indivíduos de certos grupos pelos partidos.

Uma forma de avaliar os níveis de demanda dos/as eleitores/as por candidaturas de grupos marginalizados politicamente é examinar o grau de informação sobre a representação desses grupos e suas percepções sobre se eles estão adequadamente representados na política ou não. Na pesquisa realizada no período pós-eleitoral pela OpinionBox, pedimos aos/as entrevistados/as que informassem qual eles/as acreditavam ser a proporção de cadeiras na Câmara dos Deputados ocupadas por mulheres e pessoas negras e, em seguida, indicassem se esses percentuais são maiores, menores ou equivalentes ao que, em sua opinião, seria apropriado.

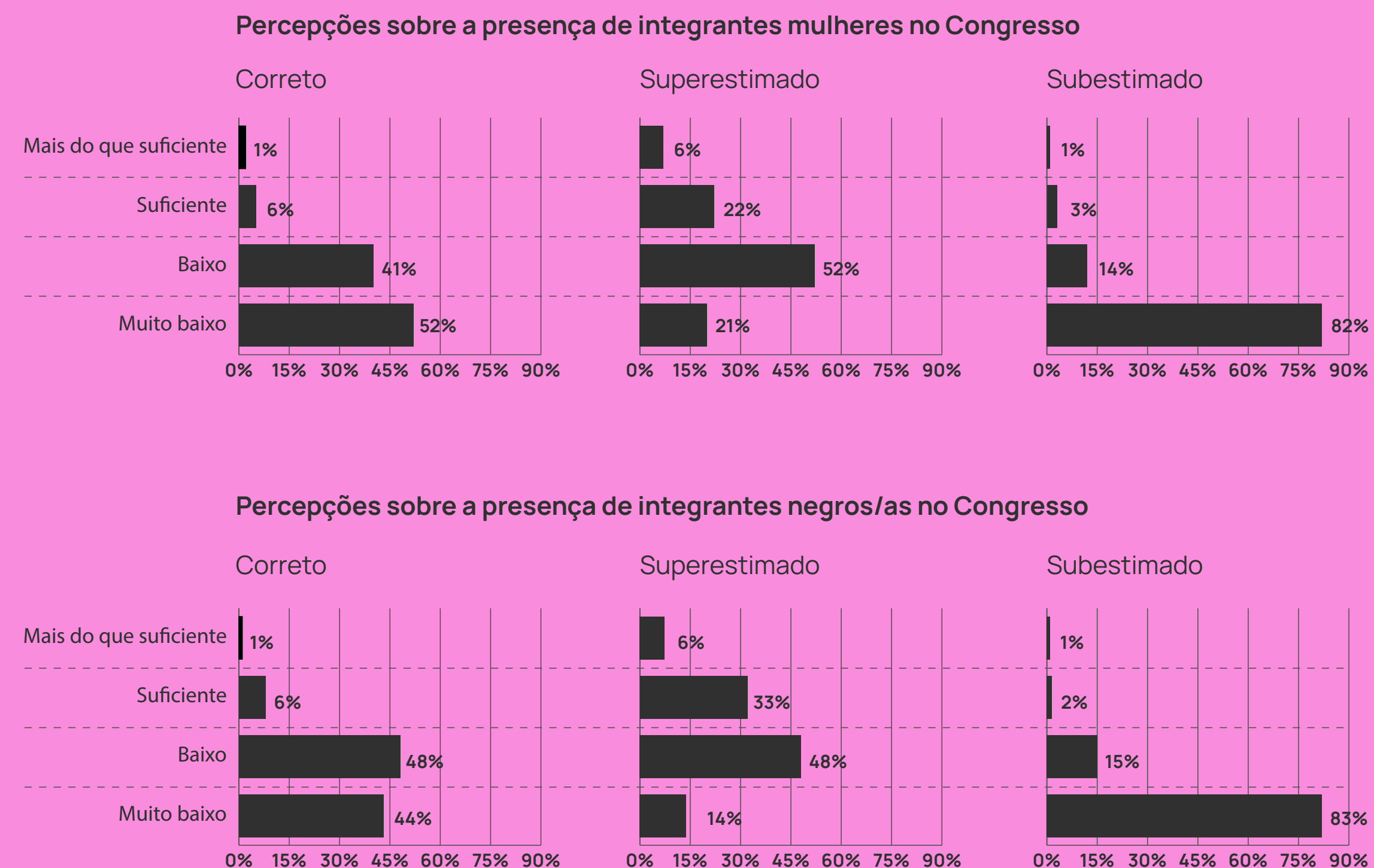
A **Figura 13** mostra que cerca de 40% dos brasileiros estimaram corretamente que entre 10% e 20% dos deputados federais são mulheres, enquanto 37% subestimaram a representação feminina das mulheres (“Menos de 10%”), e 24% superestimaram, expressando que as mulheres ocupam mais de 20% dos assentos. Em contrapartida, apenas 15% estimaram corretamente que entre 20% e 30% dos/as parlamentares são negros/as; quase 80% subestimou esse percentual e menos de 10% superestimaram a presença de parlamentares negros/as.

FIGURA 13. Percentual estimado de integrantes mulheres e negros/as no Congresso (OpinionBox 2021).



Aqueles/as que subestimaram a representação de mulheres e negros/as (ou seja, acharam que existem menos mulheres e negros/as do que na realidade) são particularmente inclinados/as a dizer que a presença dos grupos nos cargos é “muito baixa” (**Figura 14**). Em contraste, aqueles/as que superestimaram a parcela de assento ocupada por esses grupos (ou seja, acharam que existem mais mulheres e negros/as do que na realidade) têm muito menos probabilidade de pensar que a representação desses grupos é “muito baixa”. Assim, podemos identificar que 82% dos/as que subestimaram o percentual de mulheres ou negros/as acham que sua representação é “muito baixa”, contra 21% entre aqueles que superestimaram o percentual de mulheres e 13% entre aqueles que superestimaram o percentual de negros/as. A direção da estimativa incorreta está altamente ligada às avaliações de que a representação desses grupos no Congresso Nacional é suficiente.

FIGURA 14. Percepções sobre a presença de integrantes mulheres e negros/as no Congresso (OpinionBox 2021).

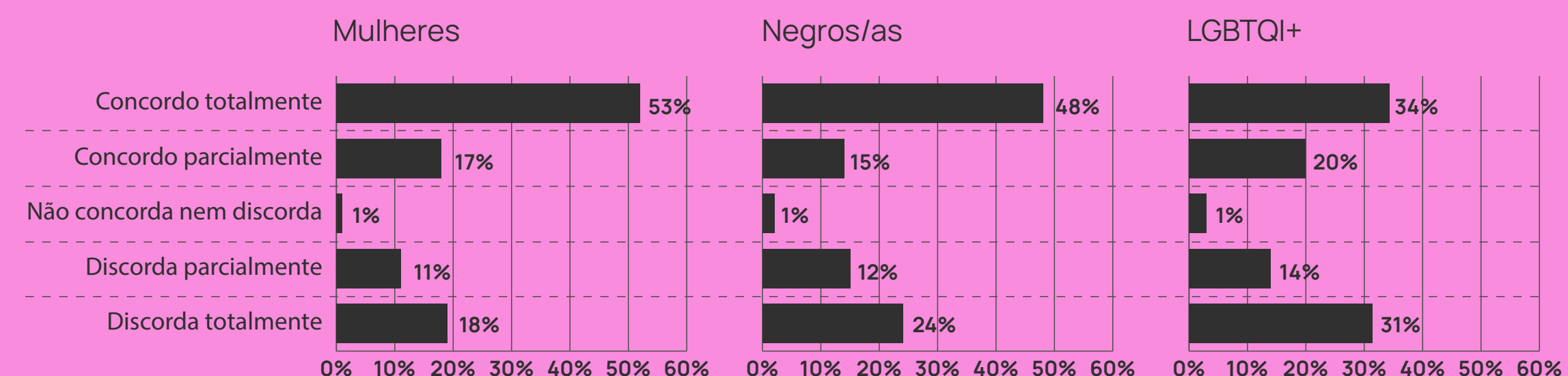


Entre as pessoas que estimaram corretamente o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres e negros/as no Congresso, mais de 50% acharam que o percentual de mulheres é muito baixo e 44% afirmaram que o percentual de negros/as é muito baixo. Por outro lado, 7% daqueles/as que estimaram corretamente a participação de mulheres e negros/as no Congresso acreditavam que sua representação é “suficiente” ou “mais que suficiente”. Esses resultados indicam fortemente que os/as eleitores/as acreditam que o número de representantes desses grupos não só é baixo, como também insuficiente.

Outra forma de medir a demanda por candidaturas de grupos marginalizados é examinar o apoio de eleitores/as às cotas de candidatos/as para esses grupos. Na pesquisa realizada pelo Datafolha, por telefone, no período pré-eleitoral, foi perguntado até que ponto os/as entrevistados/as concordavam que os partidos deveriam reservar uma parcela específica de vagas em suas listas de candidatos/as para candidaturas de mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQI+. Conforme resumido na **Figura 15**, o apoio à cota de gênero é maior que o apoio às cotas para os outros dois grupos: mais de 50% dos/as entrevistados/as concordaram totalmente com as cotas de gênero; no entanto, menos de 35% dos entrevistados/as aprovaram a reserva de espaço nas listas partidárias para candidatos/as LGBTQI+.

Para avaliar com maior precisão o apoio dos/as eleitores/as às cotas, restringimos o escopo do questionamento fazendo, aleatoriamente, para metade dos entrevistados/as, uma versão da pergunta que mencionava explicitamente que reservar espaços nas listas partidárias para candidatos/as mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+ significaria subtrair vagas de candidatos homens, brancos e heterossexuais. De modo geral, o apoio às cotas é maior quando os eleitores/as não são levados a levar em consideração que essas políticas reduziriam a presença dos grupos majoritários. O efeito da inclusão deste lembrete diminuiu o apoio às cotas para todos os grupos, mas principalmente para as pessoas negras, que caiu em 17 pontos percentuais (de 57% para 40%). Já o apoio às cotas de gênero e as cotas para pessoas LGBTQI+ caiu em 12 pontos percentuais (de 59% para 47% e de 40% para 28%, respectivamente).

FIGURA 15. Média de aprovação de cotas de candidaturas para mulheres, negros/as e LGBTQI+ (Datafolha 2020).



Em suma, essas análises sugerem que a demanda dos eleitores/as é: 1) maior para mulheres e menor para candidatos/as LGBTQI+; e 2) ainda tem como referência o *status quo*. Ou seja, enquanto a maioria dos/as eleitores/as apoia instituições que promovem a indicação de mulheres e de negros/as como candidatos/as, uma parcela considerável dos/as eleitores/as deixa de apoiar essas políticas quando é lembrada de que isso pode reduzir o espaço dos grupos majoritários. Além disso, os/as eleitores/as que superestimam a presença de grupos politicamente marginalizados têm uma tendência maior a acreditar que sua participação já é suficiente.

Entretanto, conforme mostrado na Figura 15, o apoio para os três tipos de cotas varia bastante. Portanto, quem são os/as eleitores/as mais predispostos/as a apoiar políticas de ação afirmativa destinadas a promover as candidaturas de grupos marginalizados? Em análises de regressão com controles para as principais características sociodemográficas, incluindo gênero, idade, nível educacional, região, religião e raça dos/as

entrevistados/as, identificamos que, em média, entrevistados/as mais jovens e com menor escolaridade e as mulheres são significativamente mais favoráveis a cotas de candidatos/as para todos os três grupos do que entrevistados/as mais velhos/as, mais instruídos/as e do sexo masculino. Entrevistados/as negros/as são menos favoráveis que brancos a apoiar cotas para candidatos/as LGBTQI+, mas não expressam uma opinião diferente (estatisticamente significativa) dos/as respondentes brancos/as quando se trata de cotas raciais ou de gênero.

Nos grupos focais, os/as eleitores/as reiteraram seu apoio às cotas, em especial para as mulheres. O sentimento de que “o governo deve adotar regras para [promover] a entrada de mais mulheres, negras e pessoas LGBTQI+” (Homem, CD, 25-45, Monte Mor, SP) foi manifestado por muitos/as participantes. Alguns justificaram seu apoio às cotas com base no princípio da representação:



COM CERTEZA, MAIS MULHERES.

E não só mulheres, quanto pessoas negras e LGBT também. Por conta da representatividade. Se você for olhar, em todas as Câmaras e em todos os espaços de representação pública, a maioria são homens brancos. São pessoas que estão tomando decisões para a população inteira. Muitas vezes, essas pessoas [que decidem] não têm noção da realidade dessas outras pessoas e várias questões acabam sendo deixadas de lado.

Homem, CD, 18-24 anos, Salvador (BA)²⁷.

SERIA UMA BOA, POR CONTA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

também. Hoje em dia não temos representantes. Não temos negros, não temos muitas mulheres e LGBTs também são pouquíssimos. Se você for pegar, tem um em cada estado.

Homem, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).

DO MESMO JEITO QUE DEVIA TER

cotas para mulheres, deveria ter conta para os LGBT e para os negros. Deveria sim. Um branco nunca vai entender o que um negro sente na pele.

Homem, CD, 18-24 anos, Salvador (BA).

ACHO QUE DEVIA TER SIM,

o governo devia dizer que tem que ter, mas eles deviam ter a capacidade de estar lá. Os negros na política ainda são poucos, LGBT também. Eu acredito que eles tendo alguém para lutar por eles, ia ser melhor. Os LGBT são muito desvalorizados, muito criticados, então ter alguns para lutar por eles ia ser bom sim.

Homem, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).



27. As citações dos grupos focais são acompanhadas de informações sobre o gênero do participante, classe socioeconômica, faixa etária e cidade de residência. Conforme detalhado no Apêndice, foi realizado um total de 10 grupos focais em quatro cidades diferentes: Salvador (BA), São Paulo (SP), São Gonçalo dos Campos, uma cidade pequena no estado da Bahia, e Monte Mor, uma cidade pequena no estado de São Paulo.

Embora as cotas para todos os grupos marginalizados tenham recebido um índice substancial de apoio, entre participantes dos grupos focais, o apoio às cotas de gênero foi maior que o apoio às cotas para negros/as e pessoas LGBTQI+, o que converge com os resultados da pesquisa pré-eleitoral. Questões de ordem religiosa parecem levar a um menor apoio para cotas para pessoas LGBTQI+.

Contudo, o que explica os índices discrepantes de apoio às cotas de gênero e raça, especialmente considerando que as mulheres e os/as negros/as são grupos que constituem mais de 50% da população brasileira? As análises dos dados coletados na pesquisa realizada após as eleições sugerem que o apoio às cotas é impulsionado pela percepção de que mulheres e negros/as sofrem discriminação na sociedade; que estão sub-representados/as na política; que o sucesso nem sempre é impulsionado pelo trabalho duro (ou seja, que a meritocracia nem sempre funciona); e que grupos marginalizados, especialmente mulheres, têm qualidades importantes para contribuir na política.

As discussões que ocorreram durante os grupos focais corroboram a ideia de que preconceções positivas em relação às mulheres aumentam o apoio dos/as eleitores/as especificamente às cotas de gênero. Ou seja, diversos/as participantes justificaram seu apoio às cotas de gênero com base na percepção de que as mulheres poderiam trazer benefícios para a política:

“

EU GOSTARIA DE VER MAIS MULHERES NA POLÍTICA.

Eu vejo a mulher de forma diferente: ela é mais dada, mais concentrada, mais atenta, e isso são características femininas”

Homem, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

”

“

**PARA A MULHER PODER
MOSTRAR QUE É CAPAZ.**

*Para provar para o mundo machista.
Nos favorece acabando com o
machismo.*

Mulher, CD, 18-24 anos, Salvador (BA).

”

As percepções dos/as eleitores/as de que os/as políticos/as de um grupo marginalizado específico se dedicariam a determinados assuntos que consideram importantes também influenciaram, aparentemente, os índices de apoio dos/as eleitores/as às cotas nos grupos focais. Especificamente, os/as participantes de grupos focais argumentaram que aumentar a representação das mulheres era benéfica, pois as mulheres tendem a se preocupar com questões que afetam a sociedade em geral. Por exemplo, como alguns/umas participantes de grupos focais relataram:

“

SIM, COTAS.

*Para termos mais mulheres no poder.
Ação social, empregos... tudo o que as
mulheres sabem que a gente precisa.*

Mulher, CD, 18-24 – Salvador (BA).

EU VEJO QUE SIM,

*até porque a mulher tem uma outra visão,
mais sensível, pensa muito na família, em
segurança e da saúde que todo mundo
precisa e a mulher tem que ter seu espaço
e já tem muito homem na política.*

Homem, AB, 25-45, São Paulo (SP).

”

Ao mesmo tempo, alguns participantes levantaram preocupações sobre uma potencial limitação das áreas de atuação dos/as políticos/as negros/as e LGBTQI+, considerados/as representantes dos interesses de seus próprios grupos, mas não necessariamente da população em geral. Por exemplo, uma participante manifestou que apoiaria políticos/as negros/as e LGBTQI+, desde que representassem os interesses de todos/as. Como ela explicou:

“ A MULHER TEM QUE SE ENGAJAR MAIS

no meio desses sistemas políticos, a mesma situação do negro e do LGBT. O que a gente acredita é que entrem pessoas que pensem em todo mundo, num conjunto, não só neles, no negro e no LGBT.

Mulher, AB, 25-45, São Paulo (SP).



Em suma, nossos resultados sugerem que existe uma demanda eleitoral por candidatos/as de grupos marginalizados, especialmente entre eleitoras mulheres e as gerações mais jovens. O eleitorado apoia especialmente as candidatas do sexo feminino. Embora o apoio às cotas para candidatos/as LGBTQI+ seja menor do que para mulheres, a demanda por candidatos/as LGBTQI+ encontra apoio em mais de um terço dos/as eleitores/as. Em outras palavras, embora os índices de apoio ao aumento da representação de diferentes grupos variem, pelo menos um terço do eleitorado demonstra apoio a uma maior representação de candidaturas de grupos marginalizados.

Conclusões

1 Uma das causas do déficit de representação pode estar nos **índices menores de ambição política das mulheres e nas avaliações de suas próprias qualificações para concorrer a um cargo público**. As diferenças de ambição política e autopercepção baseadas em raça são menos acentuadas do que as com base no gênero.

2 Incentivos têm a **capacidade de, ao menos em parte, reduzir diferenças no que diz respeito à ambição política e autoavaliação, porém os dados referentes aos diferentes níveis de motivação entre os grupos sugerem que, o que ocorre, é a reprodução das desigualdades pré-existentes**. Ou seja, homens de todos os grupos raciais recebem consideravelmente mais incentivos para concorrer a cargos políticos, algo que pode aumentar ainda mais as desigualdades.

3 O recrutamento ativo de candidatos/as feito por lideranças partidárias reproduz padrões de sub-representação racializados e de gênero: os homens são mais propensos a ser incentivados a concorrer por líderes partidários do que as mulheres, particularmente mulheres pretas e pardas. Assim, é possível concluir que **líderes partidários/as não buscam ativamente eliminar as brechas de representação**.

4 Eleitores/as **estão cientes da sub-representação política dos grupos marginalizados e apoiam amplamente os esforços para resolver esses desequilíbrios**.

5 Eleitores/as não apoiam igualmente o aumento da **representação política de todos os grupos marginalizados**: eles/as tendem a apoiar mais as mulheres, depois os negros/as e, por último, as pessoas LGBTQI+.



Campanhas eleitorais

3

Destques

- **As taxas de sucesso de candidatos/as homens e mulheres de todas as raças/etnias são similares nas eleições para prefeito/a**, de modo que as desigualdades entre os/as eleitos/as nessa disputa refletem as desigualdades nas indicações de candidatura, não as taxas de sucesso eleitoral.
- **Em contraste, as taxas de sucesso de mulheres e grupos raciais marginalizados é significativamente pior nas disputas para as Câmaras Municipais:** 66% dos/as candidatos/as a vereador/a eram homens, mas os homens são 84% dos/as eleitos/as; 47% dos/as candidatos/as se identificaram como brancos/as e são 54% dos/as eleitos/as.
- As diferenças de gênero nas taxas de sucesso não decorrem dos/as candidatos/as à reeleição. Ou seja, **sob as mesmas condições, homens e mulheres têm o mesmo sucesso.**
- **Fundos de campanha são um forte indicador de sucesso eleitoral**, e incumbentes (pessoas já com assento) da Câmara de Vereadores/as geralmente têm à sua disposição, fundos de campanha substancialmente maiores.
- **As decisões judiciais** que obrigaram os partidos a fazerem uma divisão mais equitativa dos fundos públicos partidários e de campanha para mulheres e pessoas negras **parecem ter reduzido as diferenças no financiamento** de campanha entre os/as candidatos/as à Câmara de Vereadores/as.
- **Candidatos/as “estrepantes” estão extremamente insatisfeitos/as com o apoio** – tanto financeiro quanto de outros recursos – que receberam de seus partidos.
- **Eleitores/as levam em consideração a viabilidade eleitoral**, as qualificações políticas e as prioridades dos/as candidatos/as ao decidir em quem votar.
- Eleitores/as se mostram dispostos a apoiar as candidaturas de estrepantes na política, embora **percebam as elites tradicionais como mais viáveis eleitoralmente.**
- **O sexismo, o assédio com base em gênero e a violência impõem desafios** adicionais às campanhas das mulheres, principalmente às das mulheres trans.

Introdução

Após decidir se candidatar e ser nomeado/a por um partido para concorrer a um cargo, o passo seguinte é começar a campanha. Como já discutimos anteriormente, essa etapa está longe de ser simples. Campanhas eleitorais em pleitos com um grande número de candidatos/as são bastante caras; tendem a requerer consideráveis recursos financeiros e capital político. Isso inclui desde dinheiro para custear transporte, pessoal e material de campanha, até contatos (capital social) que podem apresentar candidatos/as a líderes comunitários/as e associações (Avelino e Biderman 2019; Samuels 2001b; Speck e Mancuso 2014). Neste capítulo, discutiremos a importância dos recursos para campanhas bem-sucedidas, analisando, principalmente, como os/as eleitores/as acompanham as campanhas políticas e decidem em quem votar. Mas, antes, examinaremos os resultados das eleições municipais mais recentes para explicar as diferenças nos índices de eleitos/as entre os grupos e porque os recursos parecem explicar boa parte essas diferenças.

No Capítulo 2, vimos que 87% dos/as candidatos/as a prefeito, em 2020 (ou seja, a oferta), eram homens. Analisando os/as candidatos/as que venceram as respectivas disputas, constatamos que 88% dos prefeitos eleitos eram homens (número semelhante ao das eleições de 2016). Em outras palavras, a desigualdade de gênero entre candidatos/as e prefeitos/as eleitos/as não aumenta ou diminui neste estágio. Essencialmente, isso significa que, embora as eleições e cargos para prefeito/a sejam predominantemente disputados por homens, as candidatas mulheres, em média, têm resultados tão bons quanto os dos homens (ver Figura 16); ou seja, a taxa de sucesso das candidatas à Prefeitura é aproximadamente igual à dos homens.

Em contraste, embora o desequilíbrio de gênero entre candidatos/as à Câmara Municipal seja menor do que o dos cargos executivos locais, a taxa de sucesso das mulheres é significativamente menor nas disputas pelas legislaturas locais. Ou seja, as disparidades de gênero aumentam entre candidatos/as e eleitos/as, o que significa que há uma proporção bem maior de homens eleitos que de homens concorrendo. Especificamente, 66% dos/as candidatos/as a vereador/a eram homens, mas os homens constituem 84% dos eleitos/as.²⁸ Isso significa que existem, proporcionalmente, mais candidatas mulheres concorrendo e sendo eleitas nas eleições para vereador/a que nas disputas para Prefeitura, mas sua taxa de sucesso é significativamente menor nas disputas para as legislaturas locais. A **Figura 17** mostra as porcentagens de candidatos/as à Câmara Municipal e eleitos/as por gênero.

FIGURA 16. Percentual de candidatos/as a prefeito/a e prefeitos/as eleitos/as, por gênero (TSE 2020, 2016).

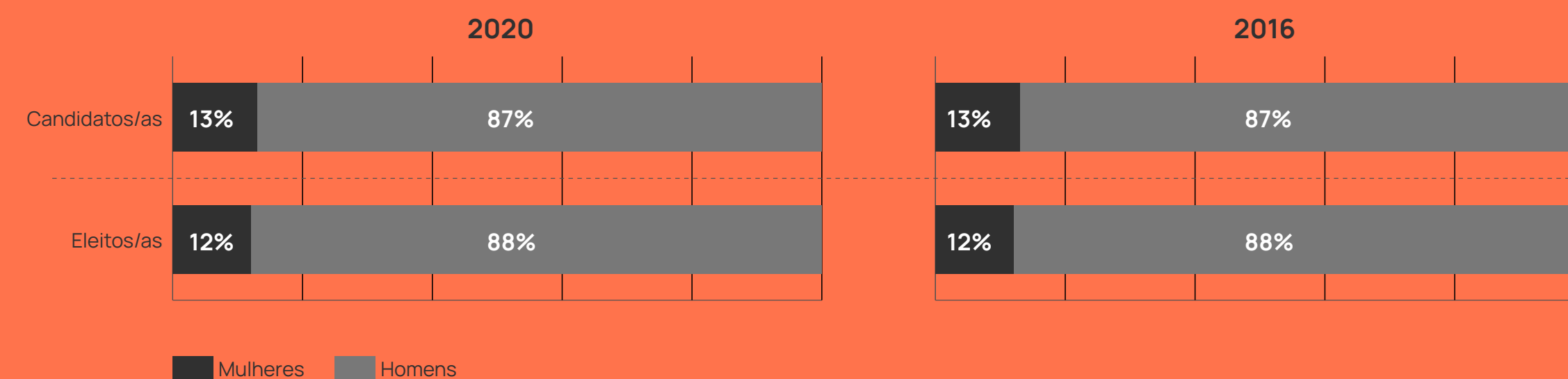
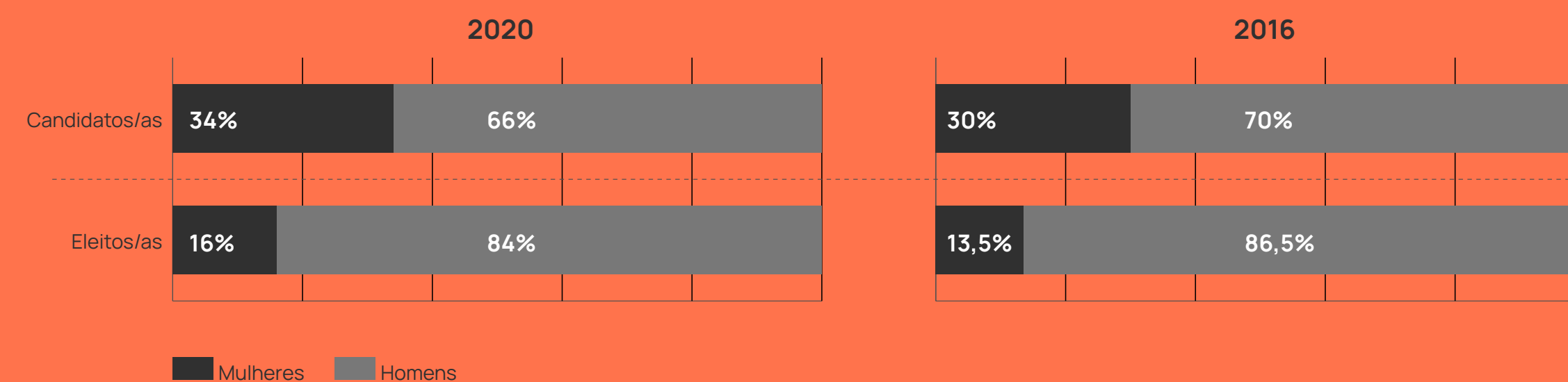


FIGURA 17. Percentual de candidatos/as à Câmara Municipal e vereadores/as eleitos/as, por gênero (TSE 2020, 2016).



28. Isso representa uma diminuição no percentual de homens entre os/as eleitos/as, dado que 86,5% dos/as vereadores/as eleitos/as, em 2016, eram homens.

A diferença nos percentuais dentro dos grupos indica a maior taxa de sucesso dos homens nessas eleições. Em termos gerais, para cada 100 mulheres candidatas às Câmaras Municipais, cerca de cinco são eleitas, enquanto, para cada 100 homens, 14,5 são eleitos.

A distribuição racial dos/as eleitos/as para o cargo de prefeito/a também é desequilibrada (**ver Figura 18**). Cerca de 67% dos/as prefeitos/as eleitos/as, em 2020, se identificaram como brancos, quase 30% como pardos, 2% como pretos e uma pequena minoria como amarelos ou indígenas.

Esses percentuais são comparáveis à composição de candidatos/as a prefeito/a, o que significa que a taxa de sucesso por grupo racial também é semelhante entre grupos raciais. Além disso, os percentuais de prefeitos/as por grupo racial não são muito diferentes de 2016, quando 70% dos/as prefeitos/as se identificaram como brancos/as, 27% como pardos/as e menos de 2% se identificaram como pretos/as (**ver Figura 19**).

FIGURA 18. Percentual de prefeitos/as eleitos/as por raça/etnia (TSE 2020).

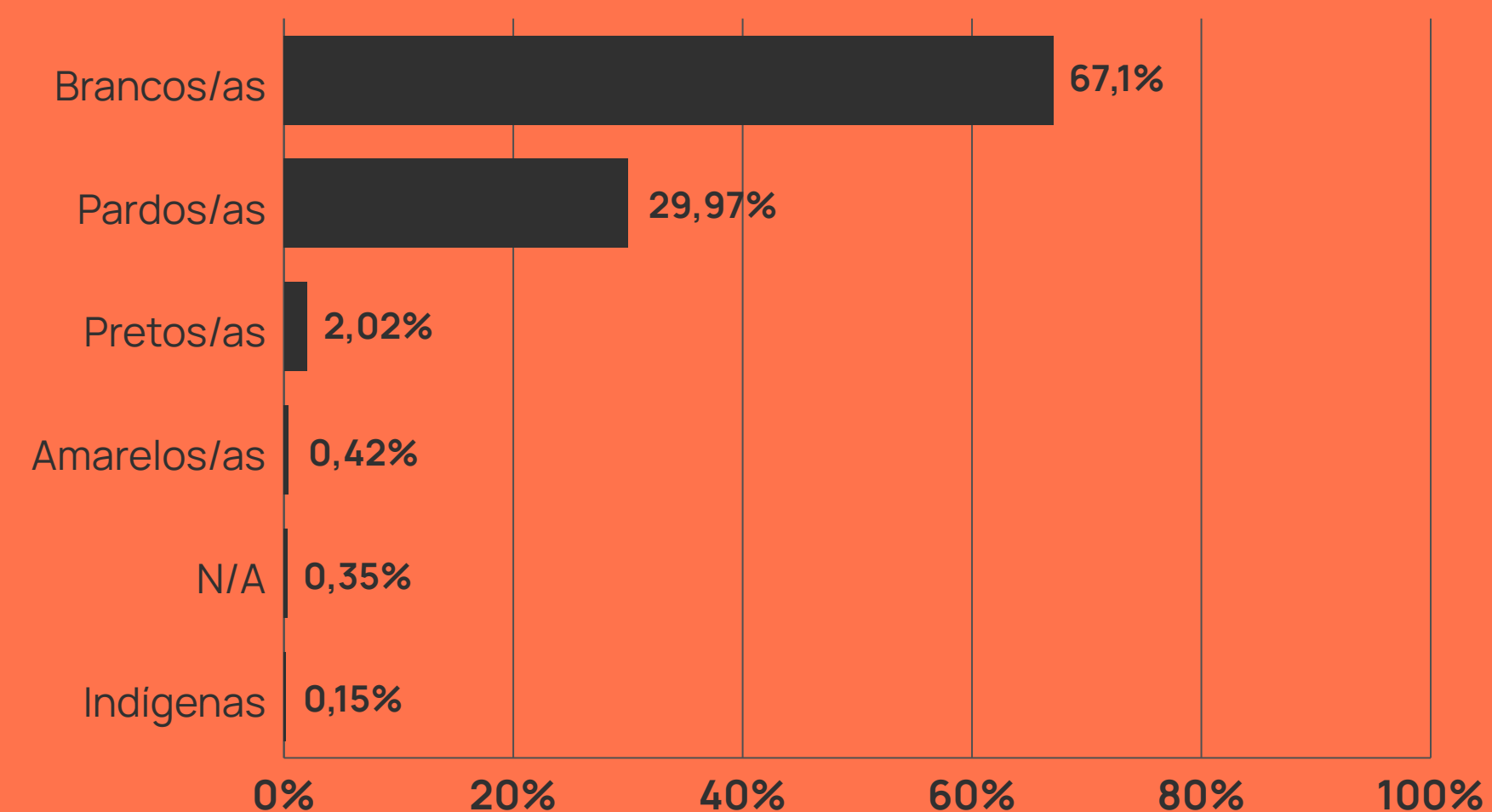
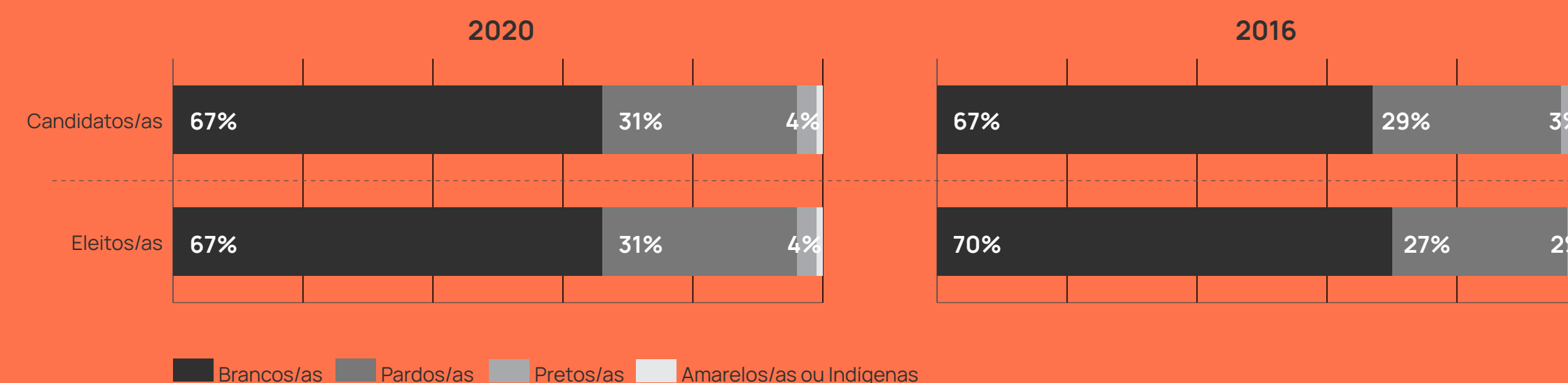


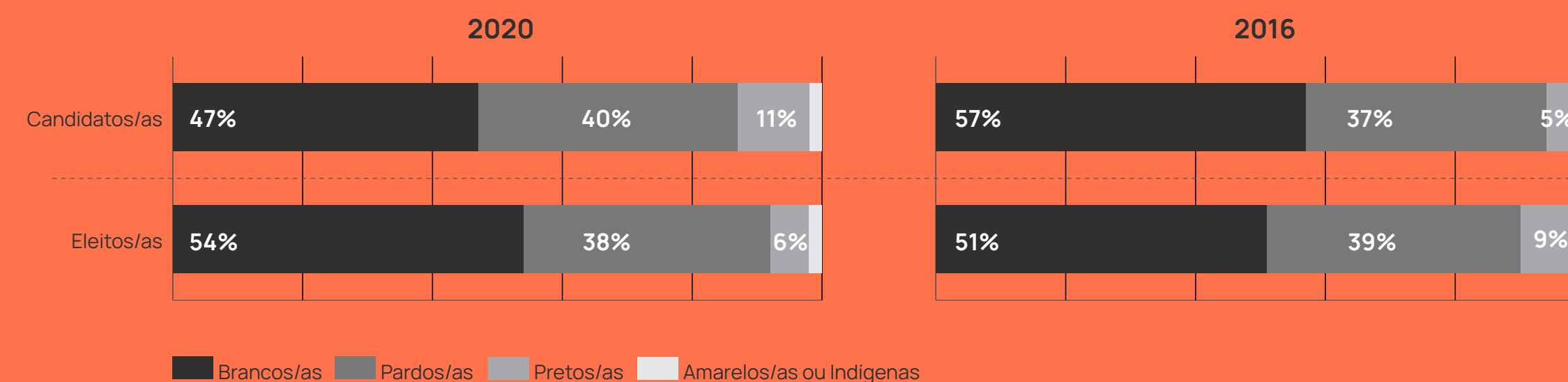
FIGURA 19. Percentual de candidatos/as a prefeito/a e prefeitos/as eleitos/as por raça/etnia (TSE 2020, 2016).



Esses resultados reforçam o entendimento de que o acesso à política ainda é desigual e vem mudando apenas lentamente (N. S. Bueno e Dunning 2017; Sacchet e Speck 2012; Wylie 2020), mas as disputas por Prefeituras não aumentam os déficits de representação entre os estágios de candidatura e eleição. Nas disputas majoritárias em que os/as candidatos/as indicados/as têm total apoio de seus partidos, candidatos/as de grupos raciais marginalizados têm tanta chance de sucesso quanto candidatos/as brancos/as.

Em contraste, as disputas por assentos nas Câmaras Municipais aumentam os desequilíbrios raciais entre os estágios de candidatura e eleição, semelhante aos padrões das diferenças de gênero (ver Figura 20). Embora 47% de todos os candidatos/as às Câmaras Municipais sejam identificados/as como brancos/as, esse percentual sobe para 54% quando olhamos para os/as eleitos/as. Enquanto isso, entre os candidatos/as pardos/as e pretos/as, o percentual diminui de 40%, quando consideramos todos/as os/as candidatos/as, para cerca de 38% dos/as eleitos/as entre aqueles pardos/as, e de 11% para 6%, entre candidatos/as pretos/as.

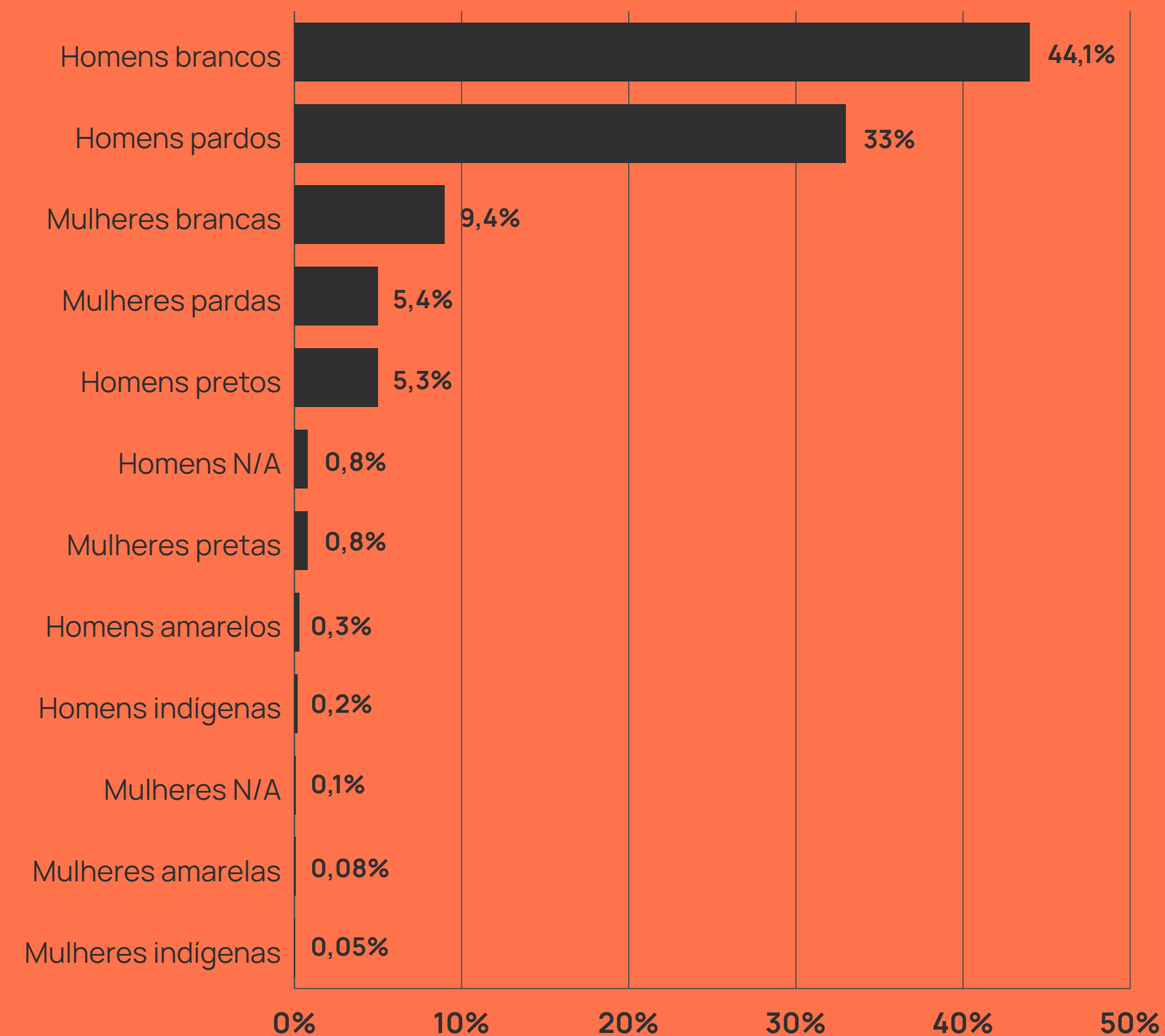
FIGURA 20. Percentual de candidatos/as e eleitos/as para Câmaras Municipais por raça/etnia (TSE 2020, 2016).



Ainda assim, tais percentuais entre eleitos/as são, na realidade, menos desequilibrados que os de 2016, quando 57% se identificaram como brancos/as, 37% como pardos/as e 5% como pretos/as – lembrando que houve um aumento no número total de candidatos/as autodeclarados/as negros/as, em 2020, o que, potencialmente, foi motivado pela decisão judicial de 2020 de reservar fundos de campanha públicos para candidatos/as pardos/as e pretos/as.

Essas desigualdades raciais e de gênero na composição dos/as vereadores/as eleitos/as se acumulam quando fazemos uma análise interseccional, levando em consideração gênero e raça. Enquanto 30% de todos/as os/as candidatos/as às Câmaras Municipais, em 2020, eram homens brancos, este grupo chega a 44% do total de vereadores/as eleitos/as. O percentual também é maior, embora de forma menos intensa, entre os homens pardos: de 27% para 33%. Entre os homens pretos, a proporção cai de 7% de todos os/as candidatos/as para 5,3% dos eleitos/as. Isso indica que os homens brancos são o grupo de candidatos/as com maior sucesso eleitoral, seguido pelos homens pardos. A **Figura 21** ilustra esse resultado para todos os grupos.

FIGURA 21. Percentual de prefeitos/as eleitos/as, por gênero e raça/etnia (TSE 2020).

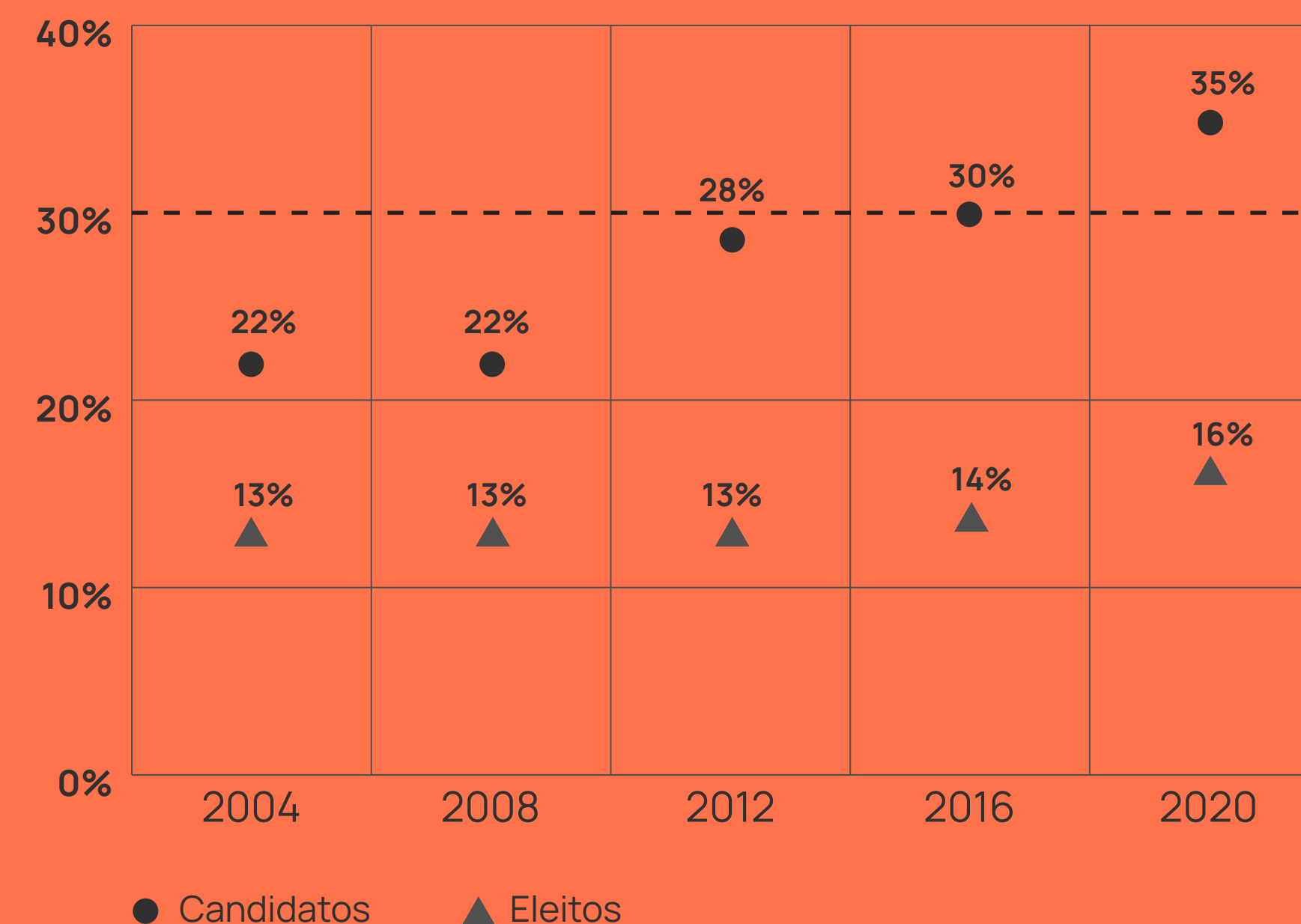


Entre as mulheres, os percentuais sempre diminuem substancialmente, sendo as mulheres pretas, em média, as que têm mais dificuldade de ser eleitas. Enquanto 17% de todos os/as candidatos/as eram mulheres brancas e 13% eram mulheres pardas, entre os/as candidatos/as eleitos/as às Câmaras Municipais, 9,5% e 5,4% são mulheres brancas e pardas, respectivamente. As mulheres pretas, no entanto, representavam 4% de todos os/as candidatos/as, mas apenas 0,85% dos/as eleitos/as. Isso representa a pior taxa de sucesso, mesmo quando olhamos para mulheres autodeclaradas amarelas e indígenas, que representam pequenas minorias no conjunto de todos/as os/as candidatos/as e somente 0,08% e 0,04% dos/as vereadores/as eleitos/as em 2020.

Novamente, diferentemente dos resultados das eleições para vereador/a, as disputas para prefeito/a não aumentam muito a desigualdade na composição de gênero e raça dos/as eleitos/as vis-à-vis a composição de todos/as os/as candidatos/as a prefeito/a, com exceção das mulheres pretas, que representam 4% de todos/as candidatos/as e apenas 0,18% do total de eleitos/as – em números absolutos, são 10 prefeitas, em 5.570 municípios. Esse resultado reforça a percepção de que, apesar da composição demográfica desigual dos/as candidatos/as a prefeito/a, quando políticos/as de grupos marginalizados se tornam o/a candidato/a do partido à Prefeitura, sua performance eleitoral é semelhante à de seus análogos, mesmo que possa enfrentar outras dificuldades. Uma razão fundamental porque candidatos/as de diferentes gêneros e raças apresentam taxas semelhantes de sucesso eleitoral em disputas para Prefeitura está nos recursos a que têm acesso, ou, de forma mais direta, o fato de terem acesso a dinheiro e capital políticos.

O impacto reduzido da cota de gênero na promoção da eleição de mulheres para as Câmaras Municipais é mais um elemento que fortalece esta percepção. Como mencionamos já algumas vezes, para atenderem à obrigatoriedade de que 30% dos/as candidatos/as nas chapas para vereador/a sejam mulheres, os partidos frequentemente aumentam o número de mulheres em suas listas sem fornecer apoio para suas candidaturas. Trabalhos acadêmicos e artigos jornalísticos mostram que “candidatas fantasmas” ou “bois de piranha²⁹” (amplamente referidas como “laranjas”, no Brasil) permitiram que os partidos conseguissem preencher – ou quase – as cotas sem de fato aumentarem as chances das mulheres serem eleitas (Gatto e Wylie 2021; Wylie e dos Santos 2016; Wylie, dos Santos, e Marcelino 2019).³⁰ Consequentemente, a implementação da cota de gênero não se traduziu em um aumento substancial no número de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais. Assim, embora ela tenha gerado um aumento na proporção de candidatas mulheres, a proporção de mulheres eleitas mudou muito timidamente, conforme ilustrado pela **Figura 22**.

FIGURA 22. Percentual de mulheres candidatas e eleitas vereadoras nas Câmaras Municipais (TSE 2004-2020).



²⁹. Em inglês, “sacrificial lambs”

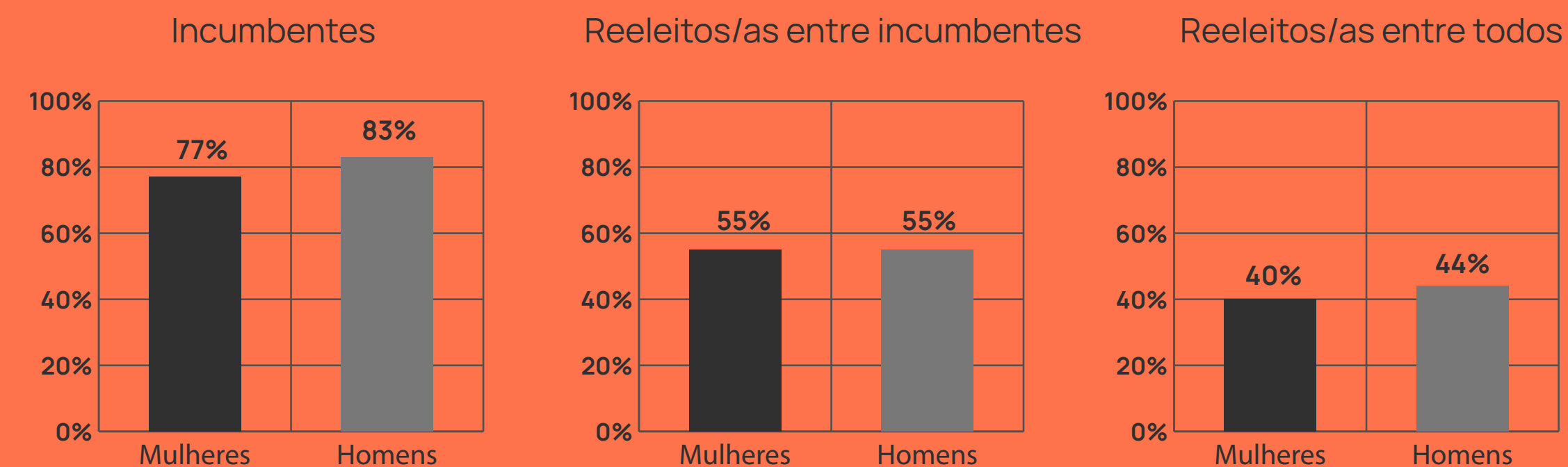
³⁰. Discutiremos esse problema mais detalhadamente a seguir.

Isso levanta a questão: por que hoje há mais mulheres concorrendo, mas não sendo eleitas? Uma das respostas é que os recursos são fundamentais neste processo. Isto quer dizer que, por um lado, a imensa maioria dos/as candidatos/as que tentavam a reeleição nas Câmaras Municipais era do sexo masculino, e estes disfrutavam de diversas vantagens eleitorais por já ocuparem um cargo. Se focarmos nossa análise apenas nos incumbentes (ou seja, aqueles/as que haviam sido eleitos/as vereadores/as em 2016), a diferença entre mulheres e homens torna-se relativamente pequena: 44% dos vereadores foram reeleitos, em 2020, em comparação com 40% de vereadoras.

Embora ainda exista uma distância de quatro pontos percentuais, essa diferença não é motivada pelo sucesso de suas campanhas à reeleição, mas pelo fato de que as mulheres incumbentes concorrem à reeleição com menos frequência que os homens – uma descoberta consistente com trabalhos anteriores (Osmo Mardegan 2020). Especificamente, enquanto 83% dos vereadores eleitos concorrem à reeleição, cerca de 77% das vereadoras decidem fazer campanha com o intuito de se reeleger. Essa diferença se mantém mesmo se considerarmos as outras características demográficas e partidárias, bem como o número de votos que receberam em 2016. Entre os que concorreram à reeleição, a taxa de sucesso das mulheres foi de cerca de 55%, e a dos homens foi apenas um pouco superior: 55,4%. Ou seja, quando as condições entre homens e mulheres são semelhantes, como neste caso de incumbentes, especialmente quando decidem concorrer, as brechas de gênero na viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as quase desaparecem (**Figura 23**).

Outra possível explicação para a desigualdade de gênero na representação é a preferência dos/as eleitores/as por candidatos homens. Conforme mostraremos a seguir, a maioria dos/as eleitores/as não é contra a eleição de candidatos/as de grupos marginalizados *per se*. Na realidade, o problema está nas condições sob as quais os/as candidatos/as de diferentes grupos concorrem a cargos – por exemplo, os recursos de que dispõem – que tendem a ser consideravelmente diferentes, afetando as perspectivas dos candidatos/as de serem eleitos/as. Essas condições, por sua vez, são, em grande parte, influenciadas pelo apoio recebido no âmbito do partido. Uma condição fundamental, que impacta não apenas o sucesso das candidaturas, mas também o quão difícil será o processo ao longo da campanha, é o acesso ao financiamento.

FIGURA 23. Tentativa e sucesso de reeleição de incumbentes, por gênero (TSE 2020, 2016).



O Papel dos Partidos

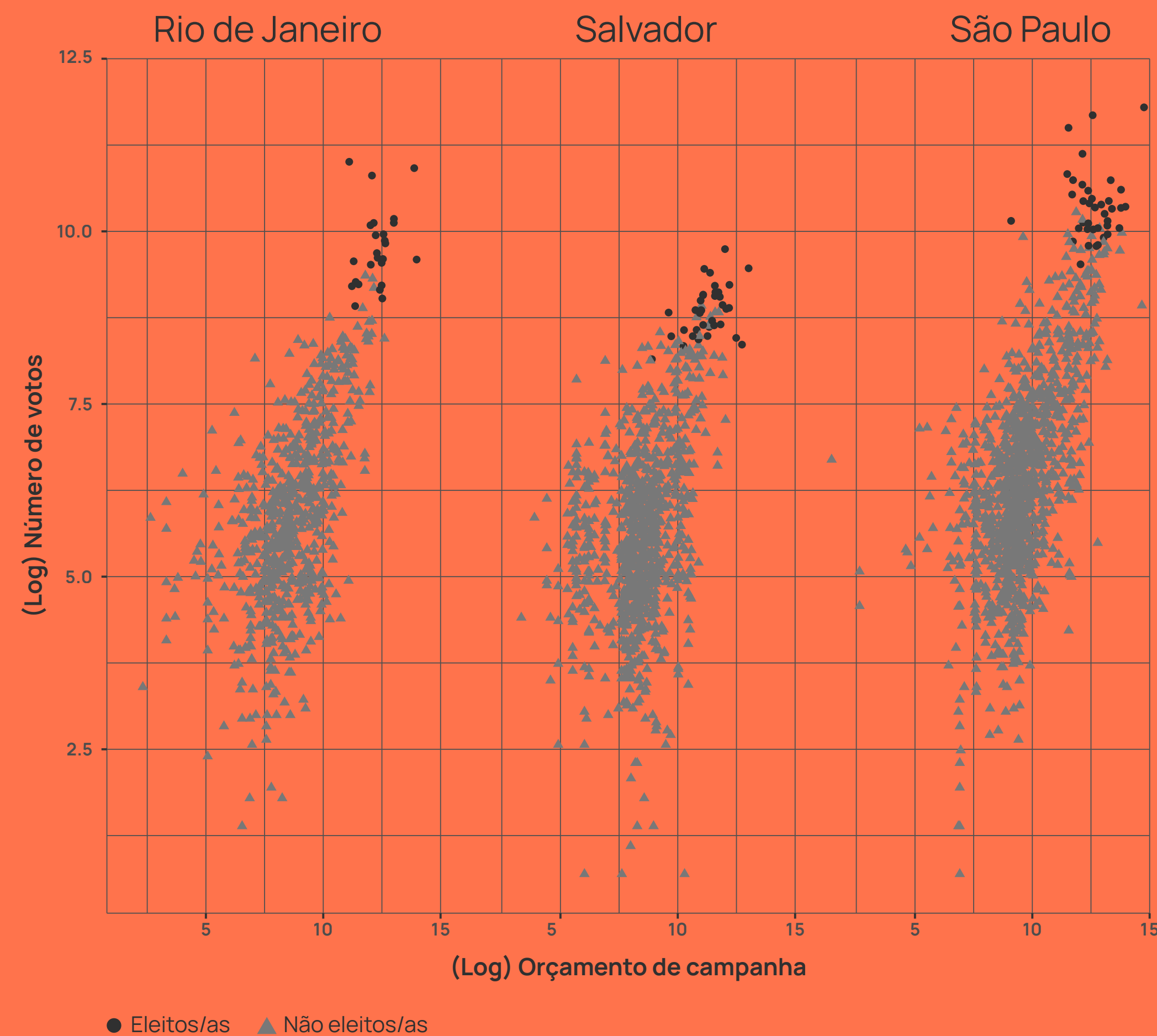
A relação entre recursos financeiros e chances de eleição acontece devido à importância do dinheiro para realizar as campanhas e pelo fato de que os/as candidatos/as competitivos/as (por exemplo, incumbentes, parentes de políticos/as conhecidos/as, candidatos/as mais ricos) são mais propensos/as a começar a campanha com mais recursos e também a receber montantes maiores durante o período de campanha, isso tanto no que diz respeito a recursos financeiros quanto a capital social. Essa associação fica evidente quando utilizamos as informações sobre financiamento de campanhas coletadas pelo TSE, disponibilizados em seu repositório *online*, e observamos a distribuição dos fundos entre os grupos.

Como esperado, o montante de fundos destinado a um/a candidato/a em sua campanha está altamente correlacionado com o número de votos que ele/a recebe. A **Figura 24** mostra a relação entre os fundos de campanha e o número de votos obtidos por candidatos/as a vereador/a nas três maiores cidades do Brasil. Em média, os/as candidatos/as com mais dinheiro recebem significativamente mais votos, e quase todos/as os/as candidatos/as eleitos/as tinham financiamento de campanha consideráveis.³¹

31. Os dados sobre fundos de campanha utilizados nessas análises foram baixados do repositório de dados do TSE, em março de 2021, mas é fundamental destacar que nem todos os relatórios financeiros haviam sido processados até essa data. Por isso, as informações de financiamento de campanha não estão disponíveis para um número significativo de candidatos/as, incluindo 30% dos/as prefeitos/as eleitos/as, 40% dos/as candidatos/as eleitos/as às Câmaras Municipais e mais de 50% dos candidatos/as não eleitos. Isso significa que análises semelhantes empregando versões desses dados baixados em uma data diferente podem apresentar divergências, especialmente aquelas que se concentram em valores específicos ou nas diferenças entre pequenos grupos com percentuais eleitorais diferentes. Todavia, não esperamos que os padrões gerais relatados entre os grupos variem abruptamente.

A forte correlação positiva evidencia que dispor de dinheiro, importa. Na seção anterior, destacamos que as disputas para prefeito/a são marcadas por uma maioria de candidatos/as brancos/as, mas também por taxas de sucesso bastante equivalentes entre os diferentes grupos de gênero e raça. Ou seja, as mulheres candidatas e candidatos/as de grupos raciais marginalizados são poucos, mas ganham com a mesma frequência que seus colegas brancos do sexo masculino. Conseqüentemente, não deveríamos esperar que os candidatos homens a prefeito tenham tido mais recursos do que as mulheres.

FIGURA 24. Associação entre fundos de campanha e número de votos (TSE 2020).



Na verdade, algumas informações sobre candidatos/as a prefeito/a de 2020 sugerem que as mulheres, sim, receberam financiamento maior que o dos homens: o orçamento médio entre as candidatas a prefeitas foi de cerca de R\$ 75.000, entre os homens, o valor médio foi de R\$ 49.000.³² Esses valores não são muito diferentes dos de 2016, quando as regras de financiamento de campanha proibindo doações de empresas foram implementadas pela primeira vez (**ver Figura 25**). Os resultados gerais sugerem que as mulheres candidatas a prefeitas não dispõem de menos recursos, ao contrário, o financiamento que recebem, em média, é maior. Ainda assim, são necessárias análises mais detalhadas para entender melhor como funciona essa distribuição e outras características dessas amostras, como tamanho do município, por exemplo.

Apesar dessa ser a realidade quando se trata de campanhas para Prefeitura, quando olhamos para as disputas para as cadeiras na Câmara Municipal, as diferenças no orçamento de campanha favorecem os homens (**Figura 26**).

FIGURA 25. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as a prefeito/a, por gênero (TSE 2020, 2016).

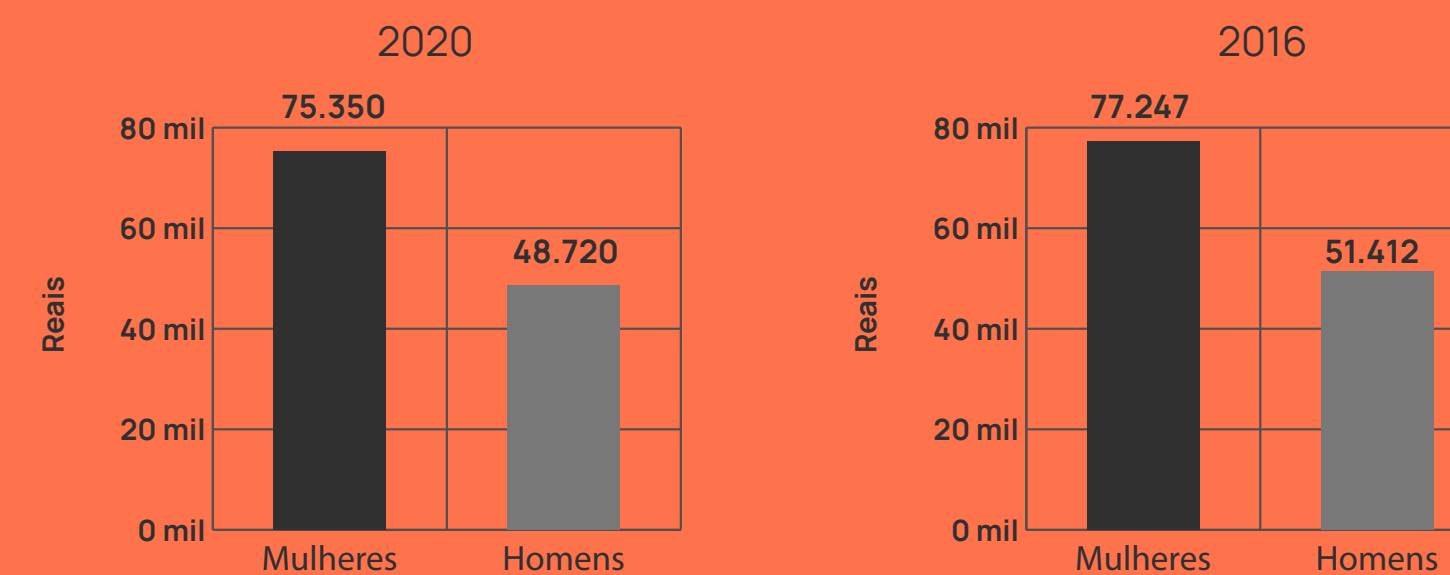
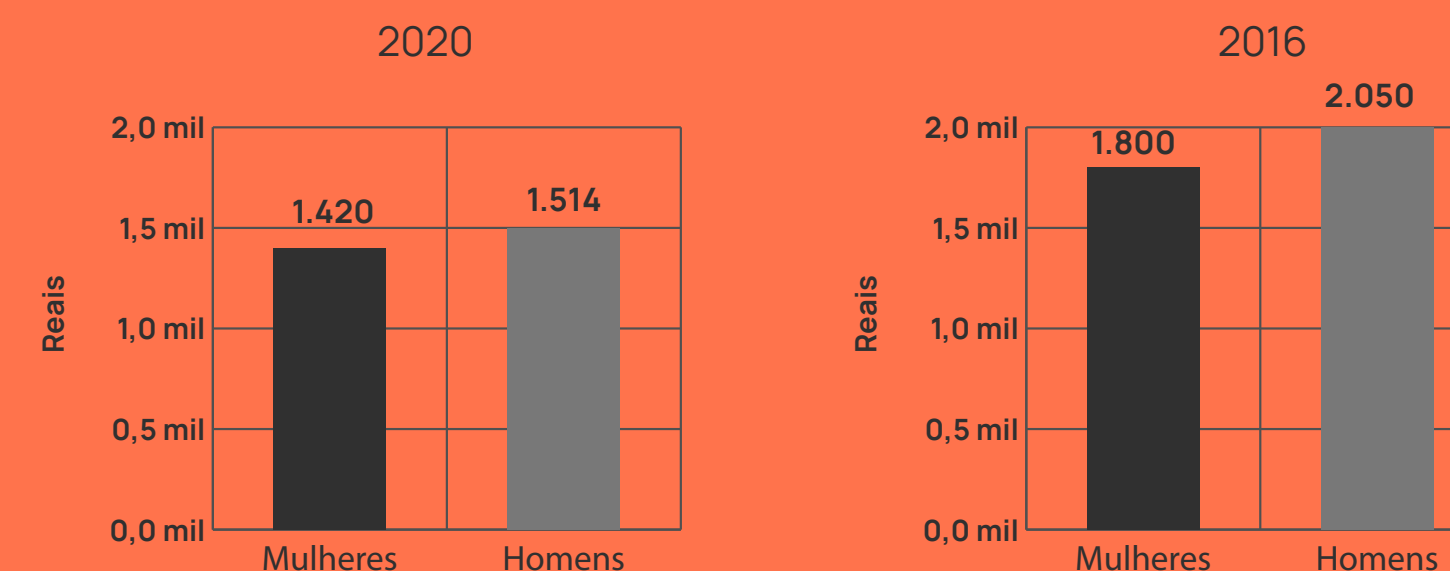


FIGURA 26. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por gênero (TSE 2020, 2016).



³² Utilizamos aqui os valores medianos porque a distribuição de orçamentos de campanha pende fortemente para a direita, o que significa que a pontuação média é afetada por *outliers*, ou seja, poucas ocorrências de orçamentos muito elevados. Por exemplo, o orçamento médio de campanha entre as mulheres era de cerca de R\$ 174 mil, e por volta de R\$ 127 mil entre os homens, que são valores pouco realistas para os gastos de uma campanha na grande maioria das cidades brasileiras.

Em 2016, a média de financiamento de campanha entre os homens foi de R\$ 2 mil, enquanto entre as mulheres foi de R\$ 1.800. Em 2020, o financiamento médio caiu para ambos os grupos, assim como a diferença entre homens e mulheres foi reduzida para cerca de R\$ 100. Esse menor orçamento para candidatos/as pode ser explicado pelo aumento do número de candidatos/as, mencionado anteriormente. Além disso, a redução dessa brecha é possivelmente produto da reserva obrigatória de 30% dos fundos públicos de campanha para candidaturas de mulheres, estabelecida em 2018, ainda que os informes de financiamento de campanha não tenham sido totalmente processados para avaliar se os partidos realmente cumpriram essa determinação. Seja como for, esses resultados estão em consonância com análises anteriores que indicam que a proibição de financiamento por empresas privadas e a mudança para o financiamento público reduziu as disparidades entre diferentes grupos na destinação dos fundos de campanha (Avelino e Biderman 2019).

Além da reserva de recursos para as mulheres, em 2020, o TSE também determinou que os partidos deveriam reservar recursos públicos de campanha para candidatos/as negros/as (na proporção de suas candidaturas). Apesar de alguns protestos de líderes partidários/as, a decisão parece ter ajudado a reduzir a distância entre candidatos/as brancos/as e negros/as.³³ Em 2016, o financiamento médio de candidatos/as pretos/as era significativamente menor que o dos candidatos/as brancos/as e pardos/as. Porém, em 2020, a diferença tornou-se muito menor. Além disso, o financiamento médio dos/as candidatos/as a prefeito/a pardos/as aumentou em valores absolutos mais que o financiamento dos/as candidatos/as brancos/as (ver Figura 27).

33. Na análise dos financiamentos de campanha entre grupos, não incluímos candidatos/as amarelos/as e indígenas devido ao seu pequeno número e porque suas candidaturas estão mais concentradas em certas áreas geográficas, o que diminui a confiança em algumas estimativas, e que as diferenças na comparação com os outros grupos poderiam ser explicadas com base em diferenças entre estados e regiões.

Nas disputas para a Câmara de Vereadores/as, o padrão de aumento de fundos para candidatos/as negros/as foi semelhante, com a exceção de que o financiamento dos candidatos/as pretos/as não apenas se equiparou ao dos demais, como foi um pouco maior, em 2020 (ver Figura 28). Em outras palavras, a decisão judicial sobre a reserva de fundos de campanha parece ter afetado a distribuição – embora seja importante ressaltar que esta análise tem um complicador pelo fato de que a decisão também levou alguns/algumas candidatos/as, que anteriormente se autoidentificavam como brancos/as, a mudar sua raça/etnia para pardo/a ou preto/a.³⁴

FIGURA 27. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as a prefeito/a, por raça/etnia (TSE 2020, 2016).

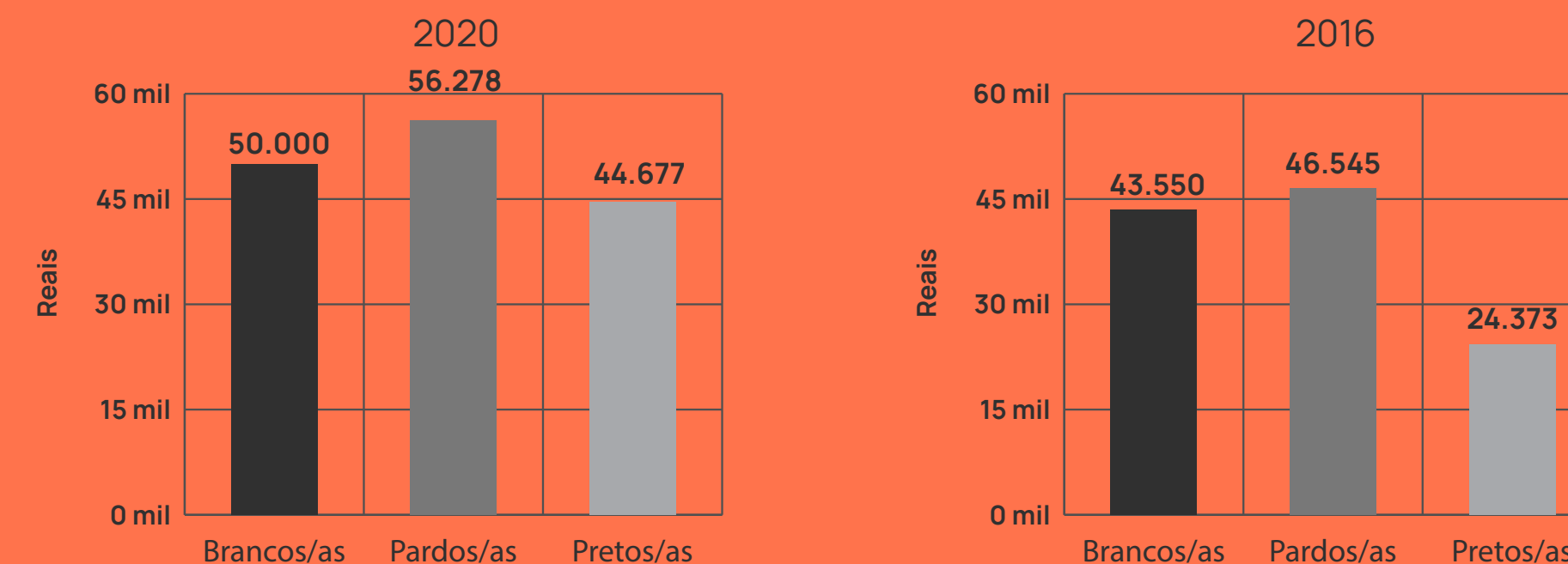
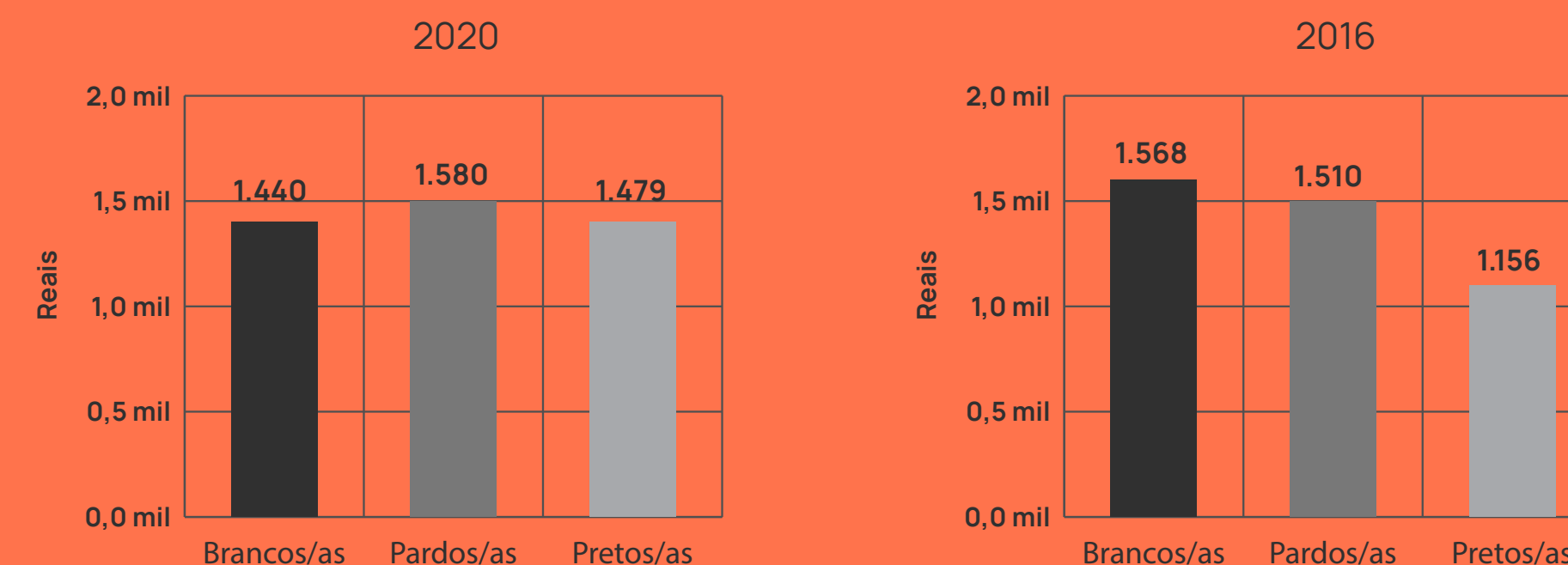


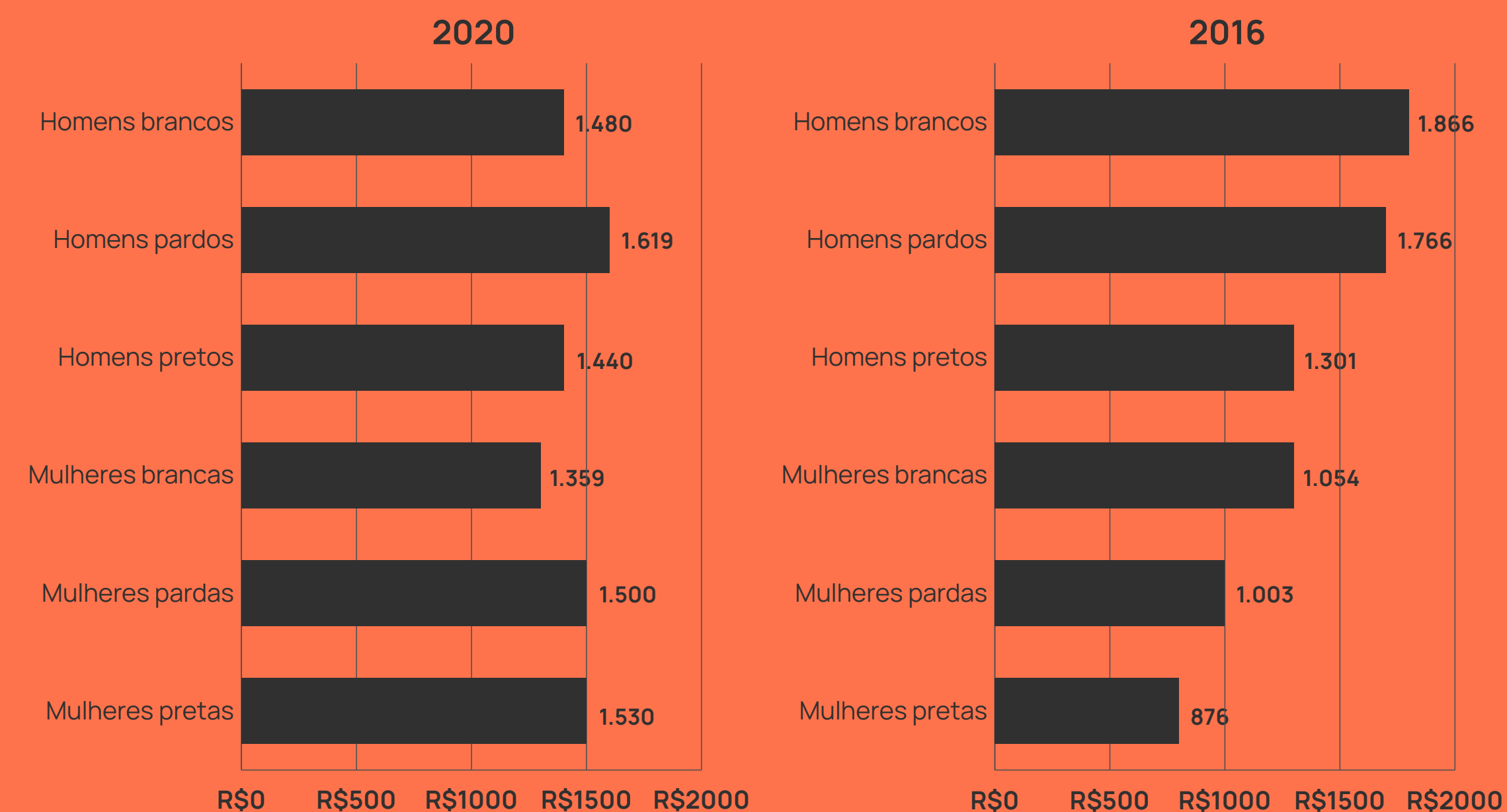
FIGURA 28. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por raça/etnia (TSE 2020, 2016).



34. Como já foi amplamente divulgado pela mídia brasileira, por exemplo, aqui: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/chegam-a-42-mil-os-candidatos-que-mudaram-declaracao-de-cor-para-eleicao-deste-ano.shtml>

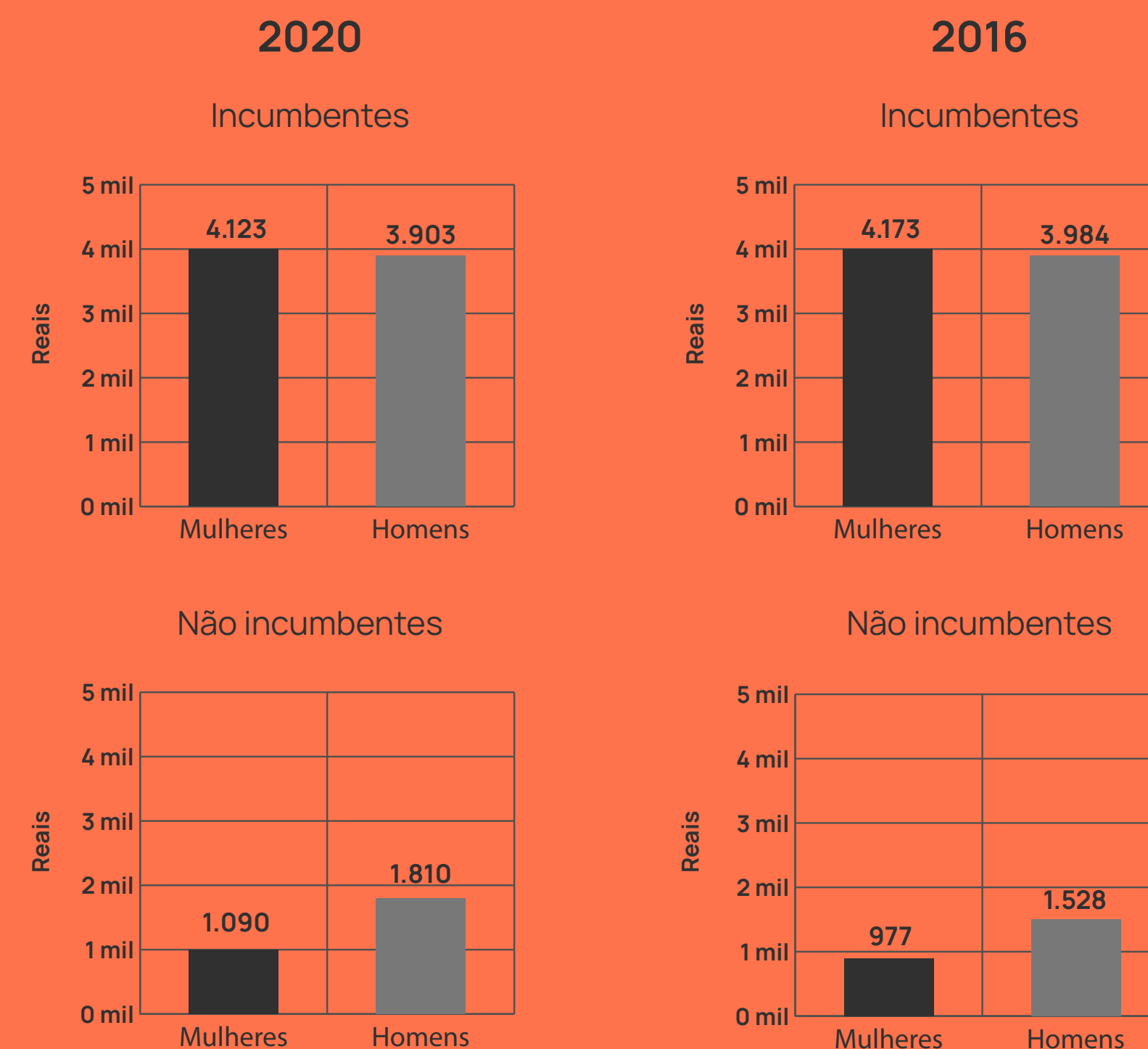
A combinação das duas decisões judiciais de reserva de fundos de campanha – tanto para mulheres, quanto para pessoas negras – pode ter afetado particularmente as mulheres pretas e pardas, que tinham, em média, os financiamentos mais baixos entre os grupos de candidatas às Câmaras Municipais. Em 2016, especificamente, homens brancos candidatos a vereador tiveram o maior orçamento médio, R\$ 1.866, enquanto as mulheres pardas e pretas tiveram os menores: R\$ 1.003 e R\$ 866, respectivamente (**Figura 29**).

FIGURA 29. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por raça/etnia (TSE 2020, 2016).



A pequena brecha de gênero que existe no financiamento de campanha, entre candidatos/as às Câmaras Municipais, é resultado principalmente dos/as candidatos/as não incumbentes – ou seja, aqueles/as que não foram eleitos/as na eleição anterior. Em 2020, os candidatos homens a vereador não incumbentes registraram uma média de mais de R\$ 1.800 em comparação com R\$ 1.100 entre as candidatas não incumbentes, conforme ilustrado na **Figura 30**. Essa disparidade de recursos de 2020 é semelhante à de 2016, quando as regras de financiamento de campanha proibindo as doações de empresas foram implementadas pela primeira vez. Em contraste, os incumbentes recebem financiamento significativamente maior que candidatos/as não incumbentes, mas a diferença entre os incumbentes homens e mulheres não chega a ser muito grande; e ainda favorece timidamente as mulheres.³⁵

FIGURA 30. Financiamento médio de campanha entre candidatos/as à Câmara Municipal, por gênero e incumbência (TSE 2020, 2016).



35. Vale observar que esta análise leva em consideração o nível (individual) do/a candidato/a. Se considerarmos a alocação total de fundos, os homens recebem uma parcela muito maior do financiamento de campanha, uma vez que a maioria dos incumbentes é de homens.

Esses resultados reforçam a conclusão de que a diferença de gênero no sucesso eleitoral é impulsionada pela dificuldade de acesso aos cargos por parte dos/as candidatos/as não incumbentes. Além disso, eles corroboram a ideia de que as lideranças partidárias favorecem os/as incumbentes por meio da alocação de recursos. É preciso esclarecer que, dado que os/as líderes partidários/as em nível local são, na maioria das vezes, os/as próprios/as incumbentes que recebem esses fundos, pode-se interpretar que a alocação de fundos provavelmente os/as favorece. Isso quer dizer que a maioria dos/as candidatos/as novatos/as enfrenta uma batalha difícil, mesmo quando competindo com seus correligionários, que já são incumbentes.

Um sinal de que os/as novatos/as, principalmente as mulheres, têm dificuldade em fazer uma campanha viável é a frequência com que recebem poucos votos. Nas últimas três eleições locais, cerca de 10% das candidatas receberam 5 votos ou menos. Essa porcentagem é imensamente maior que entre os homens (no mesmo período, receberam cinco votos, ou menos, entre 1% e 2,4% dos candidatos), o que sugere que algumas dessas candidaturas podem ser o que pesquisadores/as de gênero e política, e mesmo o senso comum, chamam de 'laranjas' (Gatto e Wylie 2021; Wylie, dos Santos, e Marcelino 2019). Embora parte desses resultados seja provavelmente explicada por candidaturas insufladas para preencher cotas de gênero, eles também são produto da competição nessas disputas e da falta de apoio que alguns/algumas candidatos/as recebem, especialmente de seus partidos, o que pode levá-los/as a desistir de fazer campanha.

Os diferentes graus de apoio recebidos dos partidos também foram constantemente mencionados nas entrevistas feitas com os/as candidatos/as novatos/as. Ainda que em intensidades diversas, quase todos os/as 51 entrevistados/as mencionaram ter uma relação difícil com seus respectivos partidos, principalmente no que diz respeito acesso aos recursos. Por exemplo, quando perguntados/as se estavam satisfeitos/as com a quantidade de financiamento de campanha que receberam de seus partidos, quase todos/as responderam prontamente “não”. A esmagadora maioria desses/as candidatos/as não registrava uma trajetória longa dentro de seus partidos, mas, mesmo aqueles/as com mais tempo de serviços prestados aos partidos, reclamaram da distribuição desigual de poder e recursos.

Chama a atenção, especialmente nos relatos das candidatas, o fato de que suas experiências com os partidos evidenciam como incentivos institucionais que podem motivar a diversidade no recrutamento de candidatos/as não se traduzem necessariamente em apoio partidário no período de campanha, o que acaba comprometendo as chances nas urnas. Como algumas de nossas

entrevistadas relataram, a relação com seus partidos pode ser caracterizada em três diferentes fases: primeiro, os partidos querem parecer atraentes para candidatas em potencial — para cumprirem a cota de gênero, nas conversas, eles se apresentam como apoiadores dos objetivos políticos dessas mulheres, afirmando que a entrada no partido significará receber não apenas apoio financeiro para a campanha, mas também apoio da liderança partidária, apoio jurídico, informação e auxílio para a prestação de contas (um dos tipos de apoio mais relevante para candidatos/as novatos/as, que não têm experiência com a complexa burocracia das campanhas). Esse primeiro contato, normalmente bastante positivo, leva ao segundo momento, do compromisso efetivo, quando a possível candidata concorda em ingressar em um determinado partido e integrar a chapa. No entanto, após ajudar o partido a cumprir suas obrigações legais preenchendo as cotas de gênero, surge um terceiro período na relação entre as candidatas e seus partidos: um momento de “abandono”, no qual os recursos e apoios prometidos não são entregues. Como algumas de nossas entrevistadas afirmaram, uma vez que já haviam se tornado membras do partido e garantido sua inclusão na nominata, os líderes partidários as “traíram”.

Não apenas as promessas dos partidos foi o que levou as mulheres a esperarem um maior grau de comprometimento com suas candidaturas: muitas entrevistadas também relataram que acreditavam que a decisão judicial de reservar 30% dos fundos públicos de campanha e partidário significaria que teriam acesso ao montante necessário para levarem adiante campanhas competitivas. Contudo, a partir do momento em que os recursos começaram a ser distribuídos, elas perceberam que, mesmo que os partidos estivessem cumprindo estritamente a lei (alocando 30% do total dos recursos para as mulheres), isso ainda poderia ser feito concentrando recursos em um/a ou alguns/algumas candidatos/as. Por exemplo, como uma das entrevistadas afirmou explicitamente:

“

NÃO, EU NÃO ESTOU SATISFEITA, *muito insuficiente e precário [o apoio financeiro], principalmente para candidaturas femininas. Esse é o momento em que se antecipou a decisão de auxiliar as candidaturas negras e determinação da lei de dar os 30% para as mulheres. Elas encontram muitas brechas que não favorecem as mulheres, porque o homem, a partir do momento que tem o material, geralmente tem mais estrutura, está nas direções partidárias, resolve num estalar de dedos a forma como escoar o material.*

Luana Mota, 27, preta, sem iniciativa de apoio, São Gonçalo (RJ), PDT

”

Os/as candidatos/as têm percepções diferentes sobre o que seria uma distribuição justa de recursos. Alguns/algumas candidatos/as acreditam que sua dedicação de tempo e esforço à campanha deveria credenciá-los/as como merecedores/as de mais apoio partidário do que outros/as candidatos/as. Por exemplo, Ludmila Rosa, candidata ligada a duas iniciativas de apoio, argumentou que o apoio financeiro de seu partido não correspondia ao seu grau de compromisso com a candidatura, e que o partido deveria ter alocado mais recursos para candidaturas com chances reais de ganhar. Como ela afirmou:



NÃO [FIQUEI SATISFEITA]

mesmo porque eles dividiram o dinheiro de maneira idêntica, então candidaturas que estão mais competitivas receberam o mesmo quinhão que candidaturas que você sabe que não emplacam. Do ponto de vista estratégico, deveria ser melhor distribuído.

Ludmila Rosa, 32, parda, Goianas na Urna, Goiânia (GO), AVANTE.



Na entrevista após as eleições, Ludmilla aprofundou suas reflexões sobre a distribuição dos recursos e questionou a distribuição dos fundos de campanha.

Outro grupo de entrevistados/as, composto principalmente por mulheres com menor nível de experiência e informação sobre o processo político, apoia com intensidade a ideia de que os partidos deveriam distribuir igualmente entre todas as candidatas o montante dos fundos partidários reservados para mulheres. Letícia Garces, candidata do mesmo estado de Ludmila, por exemplo, queixou-se da distribuição desigual de recursos, que ela acredita ser influenciada por percepções pré-determinadas dos partidos a respeito do nível de viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as — com a maior distribuição de recursos a esse grupo promovendo profecias auto realizáveis. Como ela explicou:

NÃO ESTOU NEM UM POUCO SATISFEITA.

Foi muito desigual. Os partidos acabam priorizando pessoas que eles apostam, quem eles acham que vão conseguir a maior parte dos votos, e essa pessoa acaba ficando com a maior parte dos recursos.

Leticia Garces, 40, branca,
RenovaBR e Goianas na Urna, Goiânia (GO), PT.

Apesar de suas diferentes visões sobre como a reserva de fundos partidários para mulheres deveria ser distribuída, o que todas as candidatas entrevistadas tinham em comum era a percepção de que haviam sido enganadas pelos/as líderes dos partidos. Algumas candidatas chegaram a mencionar que nunca tiveram acesso aos fundos do partido. O financiamento que foi prometido a Maria Lúcia, por exemplo, nunca chegou à sua campanha; o partido lhe forneceu material impresso (ou seja, panfletos), mas ela teve que recorrer a seus próprios recursos para cobrir todos os outros custos. Como ela explicou:

TEM O FUNDO PARTIDÁRIO, QUE NUNCA SAIU.

Hoje já estamos há 12 dias para as eleições, então o Fundo Partidário não saiu. Pela coligação foi feito o material para trabalhar, os santinhos. E o restante está saindo do meu bolso, por exemplo, gasolina, tem que andar, fazer carreatas.

Professora Maria Lúcia, 52, parda,
sem iniciativa de apoio, Trindade (GO), PT.

Embora a cota de gênero motive os partidos a recrutar especificamente candidatas mulheres, a dinâmica da relação entre os partidos e novatos/as na política pode ser aplicada de forma mais ampla. Ou seja, embora os partidos possam estar abertos a receber candidatos/as recém-chegados/as ao mundo político, eles podem não estar tão dispostos a fornecer o apoio necessário para tornar essas candidaturas competitivas de fato. Por exemplo, Cleiton mencionou:



ESCOLHI O PARTIDO PORQUE JÁ TINHA

um rapaz do Renova, que é o Luis Lima, deputado lá do Rio de Janeiro. Aí eu vi que ele era do RenovaBR e conseguiu se eleger pelo PSL; aí, eu resolvi ir pelo PSL, porque o Partido Novo, que é um partido que eu gosto mais, não tinha diretório no meu município, mas acabou que o partido acabou boicotando a gente. Apesar de ter o segundo maior fundo eleitoral, ele não deu auxílio nenhum para a gente, e a gente está fazendo a campanha do bolso, mesmo. Tanto é, que os meus panfletos e santinhos estão sendo impressos em folha Chamex.

Cleiton Barboza, 28, branco, RenovaBR, Valparaíso de Goiás (GO), PSL

De forma significativa, candidatos/as homens e mulheres não só reclamaram da falta do recebimento de recursos partidários, mas também de suas dificuldades em acessá-los a tempo de suas campanhas. Por exemplo, muitos/as relataram que só receberam recursos do partido na semana anterior às eleições, ou que não foram devidamente orientados/as sobre as etapas burocráticas para acessar esses valores. Na prática, os/as estreantes na política descobriram rapidamente como a falta de recursos criaria obstáculos às suas campanhas. Como alguns/algumas mencionaram:

A MAIOR DIFICULDADE É A FALTA

do recurso, porque para conseguir um carro, eu não tenho carro, eu só tenho as minhas pernas. E aí tem sido muito difícil a questão de transporte, porque a gente tem que fazer rodízio e, aí, se a majoritária tem que sair para algum lugar durante a semana e aí a comitiva vai.

Tia Sandra, 43, sem raça declarada, sem iniciativa de apoio, Valença (BA), REDE



“

COMO VOCÊ QUE NUNCA ENTROU PARA a política, para a campanha, você não sabe nem como funciona, só depois que cai a ficha. Mas, do partido veio verba, entrou mil reais para mim. Aí paguei advogado, contador e paguei um bocado de coisa e não ficou dinheiro pra panfletar. Eu chamei umas meninas, fiz 10 mil santinhos. Chamei as meninas, fiquei devendo a elas, para pagar. Fiquei devendo, assim, o almoço... E agora que entrou, antes de ontem entrou R\$ 2 mil na minha conta.

Cleiton Barboza, 28, branco, RenovaBR, Valparaíso de Goiás (GO), PSL

”

Conhecer previamente quais são os desafios para acessar os fundos e para ter apoio na campanha pode ajudar candidatos/as a tomarem, desde o início, decisões que lhes beneficiem. Foi o caso de Ludmila Rosa, que decidiu em qual partido iria se filiar com base nas suas chances de receber algum apoio. Apesar de sua inclinação para os partidos de centro-esquerda, ela preferiu se filiar ao AVANTE, partido de centro, o qual ela avaliou que poderia oferecer um maior apoio à sua candidatura. No final, porém, ela também não ficou satisfeita com a quantidade de recursos de campanha e apoio que recebeu.

A falta de acesso a recursos financeiros não foi a única reclamação dos/as candidatos/as ao descreverem sua relação difícil e complexa com seus respectivos partidos. Por exemplo, uma candidata que recebeu financiamento de seu partido, apesar disso, reclamou que, por ser uma novata na política, o sucesso de sua campanha dependia também de outros tipos de apoio, que o partido não ofereceu. Como explicou:

“

SÓ FINANCEIRO. RECURSO FINANCEIRO.

É uma chapa de 50 candidatos, eu acho que o partido não consegue dar conta de todo mundo. Então, o formato a seguir é: você recebe o dinheiro e vai fazer sua campanha. Não tem aquela estrutura, não tem estrutura de apoio de, por exemplo, prestação de serviço, né, entre outras coisas.

Gilmara Cunha, 36, preta, sem iniciativa de apoio, Rio de Janeiro (RJ), PT.

”

Na entrevista após as eleições, Adriana reiterou a experiência de Gilmara, explicando como o apoio partidário dado aos candidatos homens de seu partido ao longo da campanha não foi o mesmo dado a ela. Em suas próprias palavras:

“

EU SENTI MUITA FALTA

do que foi construído durante a pré-campanha [...]. Acho que enquanto mulheres, a gente deveria ter um suporte maior em relação ao material humano. Não só a questão financeira, mas, por exemplo, no dia, perguntar, como é que está seu dia hoje? (...) A gente viu alguns candidatos, principalmente homens, eles estavam fazendo algumas demandas. Demandas tipo, colocar uma iluminação na praça ou na rua, uma calçada, um asfalto. Eu tive muita demanda e não tive como atender nenhuma, enquanto os candidatos homens tiveram suas demandas quase todas supridas. A gente percebe também que existe isso de uma maneira muito visível.

Adriana Santos, 36, parda, (Re)presente UFBA, Salvador (BA), PV.

”

A falta de apoio dos partidos acaba fazendo com que as campanhas de novatos/as na política dependam fortemente do trabalho de voluntários/as. Em geral, esses/as voluntários/as não têm experiência, nem foram treinados/as para trabalhar em campanhas eleitorais, o que, às vezes, tornava seus esforços insuficientes, apesar das boas intenções. Especificamente em relação às eleições de 2020, que ocorreram no contexto da pandemia, candidatos/as que estavam em sua primeira campanha mencionaram que foi ainda mais difícil lidar com as muitas burocracias, como abrir uma conta em um banco, bem como encontrar pessoas para trabalharem em atividades de campanha corpo-a-corpo, nas ruas. Por exemplo, como alguns dos/as entrevistados/as afirmaram:

INFELIZMENTE, ATÉ AGORA A GENTE

não recebeu nada: estou com apoio da minha família mesmo, buscando ajudar com algum movimento de poder estar fazendo esse movimento na política. Estou trabalhando mais as redes sociais, as mídias e ligando. Ligando para as lideranças, conversando. É o que estou fazendo até o exato momento, é usar agora, as ferramentas da mídia.

Diana Campos, 38, preta, Alziras, Chapada Gaúcha (MG), PODE.

“

ACABOU QUE EU PEGUEI PESSOAS QUE,

eu aloquei, trabalham de maneira voluntária e principalmente quem me ajudou na prestação de contas que foi uma amiga advogada que não estava recebendo e eu paguei para ela. Falei, olha 'justo, não vou devolver o dinheiro ao partido, não vou, como sobra de campanha, então vou remunerar quem me ajudou'. E foi isso que a gente fez. Também deu pra contratar um mini trio, no sábado, pra gente correr a cidade. Não ia ser uma carreata, não foi uma carreata. Ia ser somente eu em cima de um mini trio na expectativa de passar em locais mais cheios da cidade e meter o louco e me apresentar.

Ludmila Rosa, 32, parda, Goianas na Urna, Goiânia (GO), AVANTE

”

Por fim, houve candidatos/as que também reclamaram que as estruturas internas dos partidos não estão preparadas para acolher e apoiar totalmente as mulheres. Essas situações são ainda mais difíceis de identificar, uma vez que tendem a ser sutis. Como uma candidata apontou:

“

TEM UMA LÓGICA DE MEXER

com recursos próprios para conseguir manusear isso, pedir carro de marido, com quem deixar os filhos, arrumar comida antes, enfim. Eu não estou satisfeita e tem muito pouca sensibilidade com a questão da mulher dentro do meu partido, especificamente, e de outros partidos que eu dialogo com outras companheiras aqui em São Gonçalo.

Luana Mota, 27, preta, sem iniciativa de apoio, São Gonçalo (RJ), PDT.

”

A experiência de Luana foi semelhante à de Adriana,³⁶ que, em sua entrevista após as eleições, afirmou ter a sensação de que o partido a escanteou durante a campanha, inclusive ao não convidá-la para reuniões e palestras. O poderoso desabafo de Carla Chirlene, outra entrevistada, lança mais luz sobre como o machismo opera dentro dos partidos, reduzindo as chances das mulheres. Como ela disse:

“

AO LONGO DA CAMPANHA,

eu vivi um espaço altamente machista. A gente tem que ter mais presença de mulheres. Mulheres discutindo, trazendo ideias. Figuras de relevância dentro desse processo. É um processo longo e eu senti falta. Tinha mulheres, cultuavam-se mulheres, porém era necessário ter mais. Porque, assim como eu, algumas outras também estão sentindo essa dificuldade de ser vista, ser ouvida, ser percebida dentro desse espaço. Eu sou muito bem resolvida, eu vou para o embate. Um colega que é meu tradutor. Dentro do partido ninguém me ouve, então eu peço para ele reproduzir a minha fala, assim alguém ouve. Por isso, eu acho que deveria ter mais figuras femininas que viessem fortalecer o processo para a gente.

Carla Chirlene, 37, sem raça declarada,
(Re)presente UFBA, Valença (BA), REDE.

”

36. Adriana Santos, 36, parda, (Re)presente UFBA, Salvador (BA), PV.

Não foi apenas o machismo dentro dos próprios partidos que afetou as campanhas das mulheres, mas também as ações dos concorrentes de outros partidos. Por exemplo, como Luana explicou:



SIM, EU SOFRI ATAQUES

de um candidato da extrema direita que não queria que eu utilizasse um espaço da praça para poder falar. Vieram homens ligados à campanha dele para me intimidar, fazer com que eu saísse do espaço, mas eu continuei falando, porque eles desistiram, mas tentaram outras maneiras de intimidação no futuro, até que, coincidentemente, na última semana da campanha, eu estava fazendo atividade e passou uma carreato agressiva, dizendo que algumas pessoas da esquerda, alguns segmentos, não prestavam, xingando e depois vieram 20 fiscais do TRE vieram falar diretamente comigo, eu achei uma coincidência muito grande.

Luana Mota, 27, preta, sem iniciativa de apoio, São Gonçalo (RJ), PDT.



Como nossa pesquisa mostra, os partidos favorecem alguns/algumas candidatos/as em detrimento de outros/as, o que afeta, em última análise, quem acaba se tornando eleitoralmente viável. Particularmente, devido à distribuição desigual de recursos, estreantes na política já começam as eleições menos competitivos/as que incumbentes. Com nenhum ou pouco apoio de seus partidos, novatos e novatas acabam enfrentando uma batalha difícil, muitas vezes precisando utilizar recursos próprios e dispor de voluntários/as para levar adiante suas campanhas. Em um contexto político altamente masculino, o machismo dentro dos partidos representa um obstáculo adicional para as mulheres. Mas, ao contrário da fase de recrutamento de candidatos/as para integrar o processo eleitoral, os partidos não detêm o monopólio na definição das perspectivas eleitorais de candidatos/as. Tecnicamente, eleitores/as têm a palavra final sobre quem é eleito/a. Mas como eleitores/as avaliam os diferentes nomes nas disputas com vários candidatos/as? Como essas avaliações determinam seu comportamento eleitoral em relação a pessoas iniciantes na política e, em particular, aquelas de grupos marginalizados? Este tema será tratado a seguir.

O Papel dos Eleitores/as

Buscando reunir mais evidências sobre as principais razões que levam eleitores/as a selecionar um/a determinado/a candidato/a a vereador/a – e, por sua vez, entender o que torna alguns/algumas mais atraentes – nas nossas três coletas de dados sobre eleitores/as, pedimos que entrevistados/as fornecessem informações sobre seus processos de tomada de decisão.

Primeiramente, na pesquisa pré-eleitoral realizada pelo Datafolha, adotamos uma abordagem exploratória que não restringiu os eleitores/as a respostas predeterminadas.³⁷ A **figura 31** apresenta a distribuição das respostas espontâneas dos/as eleitores/as à pergunta: “Quando você escolhe em quem votar para vereador ou vereadora, qual é a principal razão na hora de decidir o seu voto?”³⁸

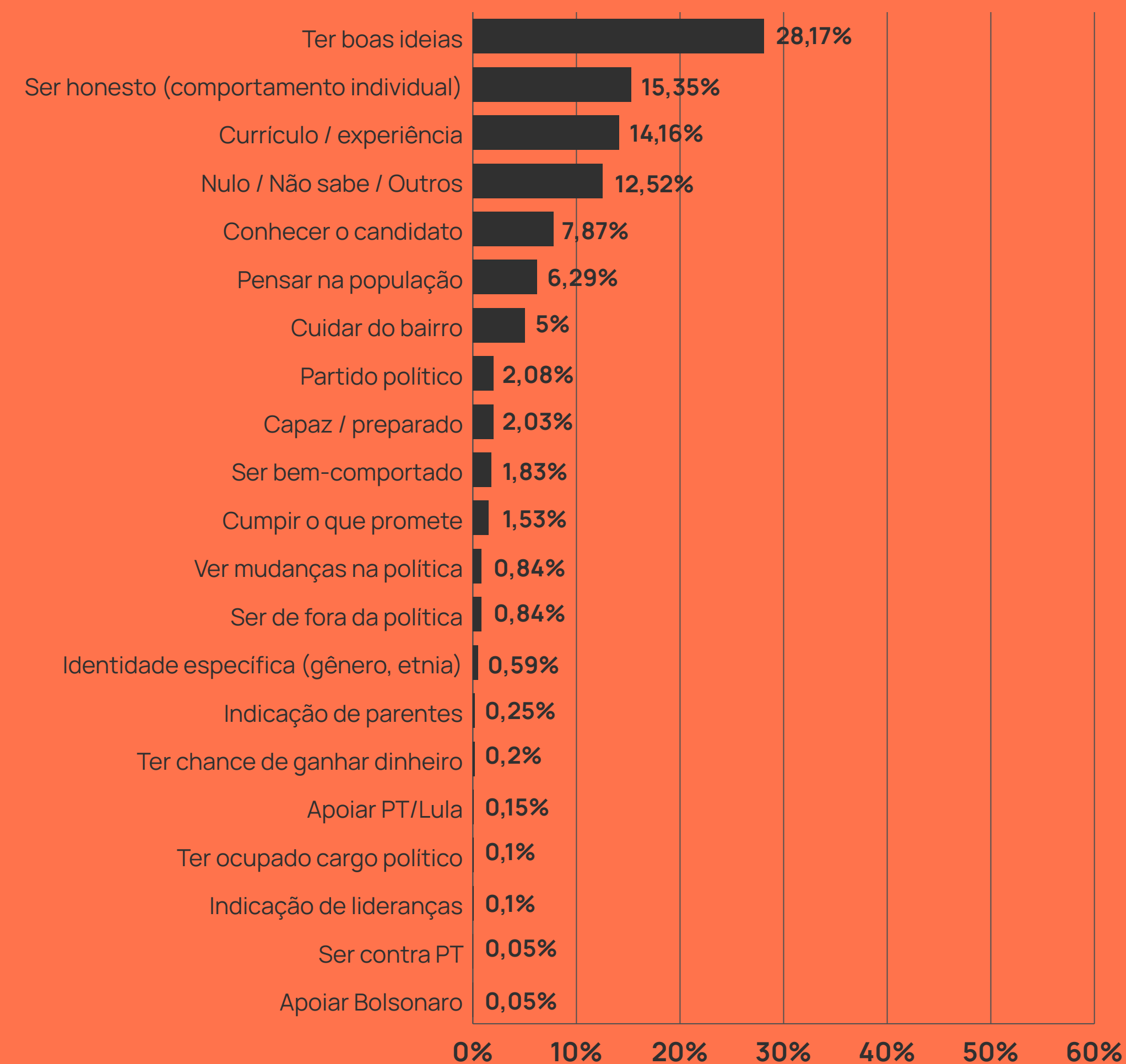
Os resultados indicam que eleitores/as costumam descrever suas decisões como sendo influenciadas pelas qualificações e prioridades políticas dos/as candidatos/as, incluindo “ter boas ideias”, “ser honesto/a (comportamento pessoal)”, “histórico (currículo)” e “pensar na população”. A proximidade dos/as candidatos/as também é importante: 5% dos/as entrevistados/as declararam que votam em vereadores/as que vão “cuidar do bairro”, outros 8% declararam que votam em candidatos/as que conhecem pessoalmente e 0,3% apoiaram um/a candidato/a recomendado/a por um parente ou amigo. Além disso, e alinhado com estudos anteriores que mostram a fragilidade dos partidos como um fator de influência sobre o comportamento eleitoral, particularmente em eleições locais, muito poucas pessoas declararam que selecionam candidatos/as com base em seu partido político ou devido ao apoio do atual presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro, ou do ex-presidente de esquerda, Lula da Silva.

37. Vale destacar que, nesta fase do ciclo eleitoral, os/as entrevistados/as poderiam responder hipoteticamente; ou seja, antes de selecionar um candidato, eles podem considerar qual é o principal motivo por trás de sua decisão de voto ou que os faria votar em alguém, em vez de identificar retrospectivamente o que os fez votar em uma pessoa específica.

38. As respostas eram abertas, mas foram organizadas com base em uma lista de opções pré-determinadas disponibilizadas aos entrevistadores.

Um dado muito relevante para este estudo, captado pela pesquisa do Datafolha, foi que apenas 0,6% e 0,8% dos/as entrevistados/as, respectivamente, mencionaram as características de identidade específica dos/as candidatos/as ou o fato de serem “de fora da política” como a principal razão para decidir seu voto. Além disso, apenas 0,3% mencionaram o capital político, como chance de vitória ou já ocupar uma cadeira, como principal motivo de sua escolha de voto.

FIGURA 31. Principais motivos para escolha de voto (Datafolha 2020).



Para sofisticar e aprofundar tal análise, triangulamos os achados com os resultados dos grupos focais de discussão e a pesquisa pós-eleitoral, realizada pelo Opinion Box. De forma semelhante à pesquisa pré-eleitoral, também não foi solicitado aos/as entrevistados/as dos grupos focais que fornecessem respostas específicas (ou seja, não existiam opções de resposta previamente estruturadas); em contraste com a pesquisa pré-eleitoral, que perguntou aos/as entrevistados/as sobre suas razões para escolher um candidato, em geral, nos grupos focais, foi solicitado aos/as entrevistados/as que refletissem especificamente sobre a seleção de um/a candidato/a a vereador/a na eleição de novembro de 2020. As respostas dadas pelos/as eleitores/as durante este exercício informam quais são as suas lógicas de racionalização e a justificativa das escolhas concretas de voto. A análise dos 10 grupos focais, realizada pela Estimativa, revela 10 razões comuns para a decisão por um/a determinado/a candidato/a. Abordamos tal classificação a seguir.

1. CAUSAS/PROPOSTAS

Na pesquisa pré-eleitoral, 28% dos/as entrevistados/as afirmaram que levam em consideração as ideias e propostas dos/as candidatos/as na hora de escolher um/a vereador/a. Ou seja, mais de um, em cada quatro entrevistados/as, expressou que as propostas foram o que os/as levou a apoiar um/a candidato/a. É importante ressaltar que esse número pode estar inflado devido à variedade de entendimentos possíveis sobre o que significa “propostas”. Por exemplo, indivíduos podem dizer que gostam de um/a candidato/a por causa de sua retórica anticorrupção ou promessas de melhorias nos serviços locais, que são conceitos abstratos, e também se enquadrariam em outras categorias de resposta.³⁹

Essa justificativa para a seleção de candidatos/as foi reproduzida por alguns/algumas participantes de grupos focais. Como, por exemplo:



EU VOTEI NO DELEGADO

Felipe Becari que defende a causa animal, que é uma das bandeiras que eu apoio. Quanto mais gente envolvido na causa, melhor.

Homem, AB, 25-45 anos, São Paulo (SP)



39. Um segundo motivo pelo qual esse resultado pode estar inflado é a “desejabilidade social”, que é uma tendência de entrevistados/as em dar uma resposta entendida como desejável, que neste caso seriam ‘ideias’ em vez de dar respostas que sugiram processos de tomada de decisão menos sofisticados, como seguir a recomendação de alguém ou escolher um amigo.



O VEREADOR QUE EU ESCOLHI,

eu vi numa página de uma causa que eu sigo, que eu apoio. Eu fui pesquisar sobre vários vereadores que estavam apoiando essa causa. Eu decidi ver as propostas dele e escolhi. (...) Pode parecer estranho, mas a causa é a volta na monarquia no Brasil.

Homem, CD, 18-24 anos, São Paulo (SP).

ESCOLHI PELO FATO DE EU

ser da causa animal. Escolhi alguém que apoia a causa. Ele ganhou. Está no segundo mandato.

Mulher, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).



2. LIGAÇÃO COM A VIZINHANÇA OU COMUNIDADE

Uma segunda justificativa bastante mencionada é baseada nas conexões locais dos/as candidatos/as. Os/as vereadores/as são os/as representantes eleitos/as mais próximos/as dos eleitores/as. Conseqüentemente, a população, muitas vezes, recorre a eles/as para lidar com questões cotidianas, como buracos, falta de serviços locais, entre outros. Assim, não surpreende que 5% dos/as entrevistados/as na pesquisa pré-eleitoral e cerca de 16% dos/as entrevistados/as na pesquisa pós-eleitoral tenham declarado que votam em candidatos/as que demonstraram ter compromisso com sua vizinhança ou comunidade local. Como explicaram participantes do grupo focal:



AQUELE QUE FAZ COISAS AQUI

no bairro. Iluminação, asfalto... tem todo o meu apoio. Ele investia em esportes. Abraçou um bairro e colocou o bairro lá em cima. Ele foi eleito.

Homem CD, 25-45 anos, Salvador (BA).





PARA VEREADOR, EU PROCURO A MELHOR

opção para o meu bairro. Votei no Thiago Praxé, ele tinha propostas para a comunidade, para projetos culturais e para crianças. Votei para dar uma oportunidade, para apoiar a comunidade. Não tinha expectativa que ele ganharia, mais pelas propostas dele e por acreditar nele.”

Mulher CD, 18-25 anos, São Paulo (SP).

3. AMIGO/A OU CONHECIDO/A

Reforçando o entendimento sobre a proximidade dos/as vereadores/as com eleitores/as, nas pesquisas pré e pós-eleitorais, 8% e 5% dos/as entrevistados/as, respectivamente, afirmaram ter votado em um/a amigo/a ou conhecido/a. Os/as participantes de grupos focais, cuja decisão eleitoral foi influenciada pelo seu relacionamento prévio com um/a candidato/a, citaram com frequência as características pessoais do/a candidato/a para justificar suas escolhas de voto. Em suas palavras:



O MEU VEREADOR, ESCOLHI

porque conhecia. Ele faz muito pelas pessoas humildes, sempre ajuda as pessoas. Ele ganhou.

Mulher CD, 25-45 anos, Monte Mor (SP).

UM AMIGO PESSOAL.

Observei nele o caráter. Nunca foi eleito, só participou de uma eleição. É idôneo, tem família, tem caráter e aquele projeto que ele já tinha apresentado na eleição passada, ele melhorou e apresentou. Ele foi eleito.

Homem, CD, 25-45 anos – São Gonçalo dos Campos (BA).

PARA VEREADOR, EU VOTEI

numa professora que eu tive, Jaqueline Projac. Eu gostava dela e poderia ajudar na educação. Não ganhou.

Homem CD, 18-24 anos, São Paulo (SP).



“ É UM AMIGO MEU DE VÁRIOS ANOS.

Por conta dele, eu segui minha profissão. Nada melhor do que dar um voto de confiança para quem eu conheço. Não foi eleito.

Homem, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).



As explicações dos participantes sobre terem escolhido votar em amigos/as e conhecidos/as sugerem que o fizeram não apenas por conta da proximidade de seu relacionamento ou do nível de acesso à pessoa, mas também porque essa relação lhes permitiu observar de perto o caráter e comprometimento do/a candidato/a com a política, e, como resultado, desenvolver confiança nele/a.

4. RECOMENDAÇÃO DE AMIGO/A OU FAMILIAR

Outro grupo de eleitores/as – 0,2% e 3% dos/as participantes das pesquisas pré e pós-eleitorais, respectivamente – seguiu as recomendações de familiares e amigos/as ao escolher seus/suas candidatos/as. Essas baixas porcentagens não surpreendem, uma vez que indivíduos poderiam dizer que conheciam a pessoa ou que os nomes selecionados tinham boas propostas, em vez de admitir que seu apoio a um candidato foi determinado por uma recomendação em si.

De forma parecida com os motivos 2 e 3 discutidos acima, as escolhas de voto influenciadas pela recomendação de familiares ou amigos/as também constituem processos de tomada de decisão moldados por conceitos de proximidade e confiança. Nesse caso, a confiança do/a eleitor/a recai sobre amigos/as e parentes e não sobre o/a próprio/a candidato/a. Conforme explicaram participantes dos grupos focais:



NÃO LEMBRO EM QUEM VOTEI

para vereador. Foi recomendado por uma amiga que me sugeriu e eu votei. Falou algumas propostas que ele tinha, que não lembro, mas, no momento, eu ouvi e gostei. Ela falou que já conhecia ele de algumas coisas que ele fazia...

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

NÃO ACOMPANHEI AS PROPOSTAS

dos candidatos, mas pessoas que eu confio me indicaram, também votei num quase anônimo que mora perto da minha região, Capão Redondo.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

VOTEI EM UM CANDIDATO

indicado por uma amiga minha. Ela não me falou das propostas, só pediu pra eu votar e eu votei.

Homem, CD, 18-24 anos, São Paulo (SP).



5. RECOMENDAÇÃO DE LÍDER RELIGIOSO

Na pesquisa pré-eleitoral, apenas 0,1% dos/as eleitores/as afirmaram que a escolha do vereador/a seguia a recomendação de um/a líder religioso/a. Quando solicitados/as a refletir sobre suas escolhas reais de voto na pesquisa pós-eleitoral, no entanto, 1% dos/as eleitores/as afirmaram ter votado num/a candidato/a que teve o apoio de seu/sua líder religioso/a. Dentro desse grupo de 23 eleitores/as, 11 (47,8%) eram evangélicos/as. Esses achados estão alinhados com outras pesquisas que mostram que os/as líderes religiosos/as no Brasil — principalmente os/as pastores/as neopentecostais — podem atuar como *brokers*⁴⁰, tendo influência sobre a decisão de voto de um grupo seleto de pessoas (ou seja, principalmente membros de sua igreja).

40. Os *brokers* são agentes políticos/as identificados/as pela literatura que trabalham na intermediação de votos entre eleitores/as e candidatos/as. Neste caso, os/as pastores/as assumem o papel de *brokers* da organização, que negociam a incorporação dos interesses de seu grupo nas plataformas e agendas dos/as candidatos/as em troca de votos (Araújo 2019).

No Brasil, a maioria dos/as evangélicos/as neopentecostais é de mulheres. Conforme observado nos grupos focais, todos/as os/as participantes que mencionaram a recomendação de um/a líder religioso/a como o principal motivo de sua escolha de voto eram mulheres. Como elas explicaram:



EU VOLTEI EM UMA CANDIDATA

da igreja. Ela tem pouco voto. Votei porque foi uma recomendação da igreja.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

VOTEI NUMA PESSOA INDICADA.

Foi a segunda ou terceira vez. Conheço o trabalho dele. A perseguição existe sim, as igrejas ficaram fechadas e é um serviço essencial. E o vereador entra nesse patamar. Foi indicação [da Igreja], mas eu conheço o trabalho do vereador.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

VOTEI NUM VEREADOR APOIADO

pelo bispo da igreja (João Jorge, que é pastor). É importante a recomendação. Tudo o que esteve ao alcance dele, foi feito. O bispo não te obriga a nada. O voto é voto, e é secreto.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).



6. POR SER ACESSÍVEL

Na pesquisa pré-eleitoral, ser acessível não era uma característica vista como essencial para influenciar a escolha de voto em um/a candidato/a, embora seja razoável supor que conhecer a pessoa implica em ter acesso a ela. Mesmo assim, durante os grupos focais, vários/as participantes mencionaram a possibilidade de ter acesso ao/a candidato/a como um fator determinante para a decisão do voto. Como alguns/algumas participantes afirmaram:

“ EU SOU MUITO DE SENTAR, ANALISAR e estudar. Vou pelas propostas. Esse ano, apoiei uma candidata que não foi eleita, por 30 votos. Conheci ela, porque sou muito participativo, conversei com ela e com as pessoas ao redor dela. Um vereador deve ser alguém que lute pela comunidade. ”

Homem, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

“

ELE JÁ ERA VEREADOR,
escolhi pelos serviços sociais que são feitos. Até para falar com ele é fácil, ele nos atende, tem projetos.

Mulher, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).

”

Incluimos esse item como opção de resposta na pesquisa pós-eleitoral. Nesta ocasião, cerca de 5% dos/as participantes escolheram ter acesso como o principal fator para a escolha do/a candidato/a. Junto com os/as eleitores/as que afirmam que suas escolhas foram motivadas pela ligação dos/as candidatos/as com seus bairros, relação de amizade e recomendação de parentes, amigos/as e líderes religiosos/as, aqueles/as que mencionam ter acesso como o principal motivo para suas escolhas de voto destacam a importância da proximidade com os/as candidatos/as nas eleições no nível local.

7. PARTIDO POLÍTICO/IDEOLOGIA

Embora as ideias e propostas dos/as candidatos/as sejam importantes para a decisão de voto de muitos/as eleitores/as, os partidos políticos desempenham, ao menos de acordo com os relatos, um papel menos significativo nessas decisões. Em ambas as pesquisas, pré e pós-eleitorais, apenas 3% mencionaram o partido político como o principal motivador da sua escolha de voto. Este baixo percentual reflete possivelmente a falta de conhecimento de eleitores/as sobre os partidos políticos e uma aversão geral em relação a eles.

Na pesquisa pré-eleitoral, por exemplo, pedimos aos/as entrevistados/as que avaliassem cinco grandes partidos políticos, que cobrem todo o espectro ideológico esquerda-direita, a saber: PSOL (esquerda),

PT (centro-esquerda), MDB (centro), PSDB (centro-direita) e PSL (direita). As respostas foram medidas numa escala de 0 a 10, em que 0 significa: “Não gosto nem um pouco do partido”, e 10 significa: “Gosto muito do partido”. Conforme mencionado anteriormente, o Brasil tem um sistema partidário altamente fragmentado, com 33 partidos registrados, a maioria dos quais com identidades partidárias frágeis. Além disso, no sistema federativo brasileiro, alguns partidos são mais ativos num determinado contexto local, enquanto outros podem nem mesmo estar presentes em certos municípios ou estados (Power e Rodrigues-Silveira 2019). Nesse cenário, o conhecimento dos/as eleitores/as sobre os partidos tende a ser baixo. Para mensurar isso, basta olhar a quantidade de entrevistados/as que nem sabiam se gostavam ou não de um partido. De acordo com a **Figura 32**, o PT é o partido que a maioria dos/as eleitores/as se sente capaz de avaliar, enquanto o MDB foi o partido menos conhecido entre os cinco citados.⁴¹

41. O MDB mudou recentemente sua nomenclatura (de “PMDB” para “MDB”), o que pode explicar, em parte, esses resultados.

Em termos gerais, a maioria dos/as entrevistados/as não gosta de nenhum dos cinco partidos.⁴² O nível de aversão é especialmente alto para o PSOL e o PT, sendo o PSDB o menos odiado. Mais especificamente, os resultados da pesquisa indicam que entre 15% e 20% dos/as entrevistados/as afirmam não gostar nem desgostar de quatro partidos: MDB, PSDB, PSL e PSOL. Em contraste, conforme observado anteriormente por Samuels e Zucco (2018) e outros, eleitores/as tendem a ter opiniões fortes em relação ao PT: mais de 40% dos/as entrevistados/as não gostam do Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo, o PT é o único partido do qual cerca de 14% dos/as entrevistados/as afirmaram gostar muito. Tal percentual não supera os 5% para nenhum dos demais partidos. Não por acaso, um dos dois únicos participantes dos grupos focais que mencionou um partido como motivo para escolher o vereador, votou em um candidato do PT. Como ela explicou:

FIGURA 32. Ter/não ter opinião sobre um partido, por partido (Datafolha 2020).



42. Como será discutido no Capítulo 4, isso é algo que os aspirantes sabem e levam em consideração ao escolher um partido para se filiar.

“

EM 2020, EU ESCOLHI O EMANUEL DEL RIO,

do PT. Eu fui pelos dois: o candidato e o partido. Eu fui nas palestras e reuniões e votei para dar uma chance, para ver se melhora. Ele já era vereador e ficou entre os mais votados daqui.

Mulher, AB, 25-45 anos, São Paulo (SP).

”

8. CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

Na pesquisa pré-eleitoral, 0,6% dos/as eleitores/as também mencionaram as características descritivas dos candidatos/as – especificamente, gênero, raça e/ou orientação sexual – como o fator mais importante na definição de suas escolhas de voto; outro 0,8% destacou o desejo de renovação política como motivador de seu apoio a candidatos/as que nunca haviam ocupado um assento. Isso mostra que apenas um pequeno grupo de eleitores/as recorre a características de identidade como principal motivo para sua escolha de voto.

Nos grupos focais, os participantes que declararam que as características descritivas dos/as candidatos/as eram importantes para sua escolha indicaram que isso estava relacionado a ideias positivas sobre ser representado/a por pessoas de seu próprio gênero, raça ou orientação sexual e a necessidade de maior representação de grupos marginalizados, tal como:

“

VOTEI NUM CANDIDATO NEGRO

e com a perspectiva ecológica. Foi eleito.”

Homem, CD, 18-24 anos, Salvador (BA).

“VOTEI NUMA MULHER E NEGRA,

porque ela representa os mesmos ideais que eu tenho e precisa de mais representatividade.

Homem, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).

”

9. APOIO DO PREFEITO

Um que não apareceu na pesquisa pré-eleitoral, mas foi mencionado nos grupos focais, foi ter o apoio do prefeito. Os prefeitos podem atuar como uma referência para indicar as qualidades de um/a candidato/a a vereador/a – uma espécie de atalho para avaliar um/a candidato/a desconhecido/a. Como uma participante do grupo focal explicou:

“

LEVEI EM CONSIDERAÇÃO

a mesma legenda do prefeito e o que já tinha realizado de trabalho.

Mulher, AB, 25-45 anos, Salvador (BA).

”

Além disso, quando questionados especificamente sobre como viam candidatos/as que tinham o apoio do prefeito, participantes do grupo focal também argumentaram que possuir esse tipo de conexão provavelmente garantiria aos/as candidatos/as mais acesso político e, conseqüentemente, uma maior capacidade de representar de forma mais eficaz seus interesses. Como disseram:



MEU PRINCIPAL CRITÉRIO FOI COMBINAR

com a Prefeitura para trabalhar em conjunto, que siga no mesmo caminho para discutir projetos. Uma pessoa que transmite confiança, que não venha com promessas mirabolantes que a gente sabe que não vão cumprir.

Homem, AB, 25-45 anos, Salvador (BA).

VAI TER MAIS FACILIDADE

dentro do jogo político para poder trabalhar.

Homem, CD, 25-45, São Paulo (SP).



FAZ MUITA DIFERENÇA,
porque traz recursos para o bairro.

Mulher, CD, 25-45, São Paulo (SP).



Incluimos este item como uma opção de resposta na pesquisa pós-eleitoral. Nesta ocasião, 2% dos/as entrevistados/as declararam o apoio do prefeito como fator determinante para dar seu apoio a um/a determinado/a candidato/a.

10. PERCEPÇÃO DE VIABILIDADE E FORÇA DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Como vários participantes relataram nos grupos focais, para evitar “desperdiçar” seus votos, as pessoas tendem a levar em consideração se o candidato/a escolhido/a tem chances de ganhar. Como em alguns trechos:

“ **NA VERDADE, AS PESSOAS** vão no pensamento: já que vai ganhar, não vou jogar meu voto fora. E, talvez, se todo mundo fosse votar em quem está perdendo, ele iria ganhar.

Mulher, AB, 25-45, Salvador (BA).

QUEM ESTÁ NA FRENTE, GANHA, porque o ser humano tem comportamento de manada: vai para onde todo mundo está indo. Eu não. Eu votei no Andrea Matarazzo, mas quem está na frente acaba ganhando porque o povo segue ele.

Homem, AB, 25-45, São Paulo (SP).

”

“

ACONTECEU ISSO AGORA.

Ninguém gostava do Bruno Covas, mas ele estava ganhando e todos votaram nele. É Maria vai com as outras; é igual moda: você lança um vestido, aí uma mulher famosa compra e todo mundo sai comprando.

Homem, AB, 25-45, São Paulo (SP).

”

Participantes dos grupos focais disseram também que a experiência política dos/as candidatos/as, laços familiares, recursos de campanha, exposição na mídia, distribuição de materiais de campanha e compra de votos são informações úteis para avaliar suas chances eleitorais. Como afirmam:



DO HISTÓRICO,

por estarem há mais tempo na política e serem mais expostos.

Mulher, CD, 25-45, Salvador (BA).

TALVEZ PELO INVESTIMENTO,

pelo que o candidato esteja gastando muito mais, pelo que se vê no bairro e também, claro, pelas pesquisas.

Mulher, AB, 25-45, São Paulo (SP).

PROVAVELMENTE A EVIDÊNCIA DELE,

o marketing, os panfletos que jogam no chão. Não teve bastante vereador que apareceu em TV, mas o que já se elegeu mais vezes.

Homem, CD, 25-45, São Paulo (SP).



A GALERA CONVERSANDO ENTRE SI,

ouve: 'os meus amigos vão votar em tal pessoa'; tem também os comentários nas redes sociais. De tanto falar, acaba que o candidato ganha mesmo.

Mulher, CD, 18-24, Salvador (BA).

É QUEM FAZ MAIS 'ZUADA,'

coloca o trio na rua, distribui santinho. E as pessoas focam muito na eleição para prefeito e quem é que está 'bombando,' ou se é parente, primo de alguém.

Homem, AB, 25-45, Salvador (BA).

O QUE NÃO FALOU E ROLA MUITO

é que o candidato oferece muitas coisas, dinheiro, vou lhe ajudar com um exame para sua mãe... E o cara pensa: vou votar no cara que me deu R\$10, R\$100, ou naquele que não me deu nada? Quem está comprando voto é que tem medo de perder.

Homem, CD, 25-45, Salvador (BA).



Essas falas evidenciam que, além de discutir ideias e características dos candidatos, eleitores/as observam os fatos e as narrativas para avaliar suas chances eleitorais. Ou seja, se um/a candidato/a faz aparições em vários eventos de campanha, recebe apoio do/a prefeito/a e de líderes comunitários/as e/ou é mencionado/a em reuniões ou mesmo nos grupos das redes sociais, eleitores/as começam a reconhecer seu nome e acreditar que ele/ela tem chance de vitória, o que, por sua vez, pode aumentar a probabilidade de o/a eleitor/a apoiar o/a candidato/a (Borges 2019). Assim, cerca de 3% dos/as entrevistados/as na pesquisa pós-eleitoral disseram que as chances de um/a candidato/a vencer foram o principal motivo para a escolha de seu voto. Mas para se fazer uma campanha impactante, é preciso ter recursos.

Dinheiro para custear o transporte, o material de campanha e o trabalho dos funcionários; assim como capital social para ser convidado/a para reuniões e ter ligações com lideranças locais, tudo isso tem bastante impacto nas campanhas. É no tocante a esses recursos que estabelecer laços fortes com um partido político, redes políticas, acessar nomes de família tradicionais e/ou riqueza pessoal acaba sendo muito importante em uma campanha. Os/as candidatos/as sabem da importância dessa percepção de viabilidade e tentam usar isso como uma estratégia para minar as candidaturas de seus/suas concorrentes. Como explicou um/a dos candidatos/as entrevistados/as:

“

[EU SOFRI] VÁRIOS ATAQUES

dos candidatos/as dos outros partidos. Eu fiquei indignada com tanta falta de caráter de outras pessoas. Eu faço parte da associação, sempre respeito todo mundo, independente de partido. Eu fiquei indignada com a falta de caráter de vereadores que também não conseguiram se eleger, mas usaram muita má fé. Chegavam na casa das pessoas e diziam: a Lena não vai se eleger, porque ela tá num partido muito ruim. Vota em outra pessoa, porque ela não vai se eleger. E quando as pessoas colocavam a minha foto no status, uma candidata já ligava pro DEM para criticar a pessoa, dizer: você não pode votar nela.

Lena da Filadélfia, 46, preta, sem iniciativa de apoio, Juína (MT), PT.

”

NÃO VOTOU EM NINGUÉM

Além dos 10 motivos oferecidos para justificar a escolha de um/a candidato/a, alguns/algumas participantes também explicaram por que optaram por não votar em ninguém. Entre as razões, mencionaram desilusão com a política, os altos custos de obtenção de informações suficientes para fazerem suas escolhas eleitorais e preferências pessoais de não participar das eleições. Tal como explicam:

“

NÃO VOTEI EM NINGUÉM;

não conhecia nenhum, preferi não votar. Na eleição passada, votei na esperança de algo novo, mas infelizmente não deu.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

”



NÃO VOTEI PARA VEREADOR:

muitas pessoas aleatórias foram candidatas. Não tinha nada com nada, não pesquisei nada, também. Eu prefiro aprofundar e entender. É fácil fazer um show, dar 50 reais para votar, mas tem que ver o caráter da pessoa, ver se vai fazer alguma melhoria.”

Mulher, CD, 18-25 anos, Salvador (BA).

“EU ACHO QUE NÃO VOTEI

no ano passado. A maioria dos meus votos é nulo.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).



Em suma, eleitores/as consideram uma série de fatores ao decidirem seu voto. De forma mais específica, a viabilidade eleitoral, as qualificações políticas e as agendas de política pública parecem estar no cerne das avaliações que eleitores/as fazem dos candidatos. No entanto, é preciso lembrar que tais percepções podem ser influenciadas por preferências e vieses com base em gênero e raça. Isso faz-nos questionar a real disposição dos/as eleitores/as em apoiar candidatos/as de grupos marginalizados.

Uma análise dos padrões de votos em mulheres e candidatos/as negros/as nos permite, em parte, avaliar essas preferências. Em 2020, o percentual do total de votos em candidatas a vereadoras (eleitas e não eleitas) foi de cerca de 20%, proporção que, embora ainda seja baixa, representa um aumento considerável quando comparada aos 15%, em 2012, e 16%, em 2016. O percentual de votos para candidatos/as negros/as também aumentou, em 2020, em relação a 2016. Esses resultados são, em parte, impulsionados pelo aumento do percentual de candidatos/as pretos/as e pardos/as, mas também sugerem que estão longe de atingir o que seria um teto de votos para esses grupos – se é que ele existe. Em outras palavras, à medida que mais candidatos/as desses grupos entram na disputa, é provável que haja mais apoio eleitoral para candidatos/as desses grupos como um todo.

Contudo, conforme discutido anteriormente, votos são o produto de campanhas que acontecem em condições desiguais: a capacidade de mulheres e negros/as de angariar votos está inerentemente ligada ao nível, em média mais baixo, de recursos que conseguem investir em suas campanhas. Sendo assim, uma avaliação dos votos totais dos/as candidatos/as não nos diz muito sobre a disposição dos/as eleitores/as em votar em candidatos/as de grupos marginalizados. Dadas as condições de campanha desiguais, os resultados não conseguem nos informar efetivamente até que ponto eleitores/as estão dispostos/as a apoiar candidatos/as com características específicas.

Para avaliar com maior precisão como as características de um/a candidato/a influenciam as opiniões dos/as eleitores/as, a última seção da pesquisa pré-eleitoral apresentou aos/as participantes o perfil de um candidato hipotético e pediu que avaliassem suas chances de vitória, além de responder se votariam nele/a. A pergunta apresentada a todos/as era a mesma, exceto por características descritivas de gênero, raça e orientação sexual do candidato hipotético, alocadas aleatoriamente.

É sabidamente difícil captar opiniões reais em relação a candidatos/as de grupos marginalizados. Perguntas sobre possíveis preconceitos baseados em gênero, raça e orientação sexual são delicadas e as respostas tendem a ser influenciadas por preconceitos de deseabilidade social – ou seja, há uma tendência de “corrigir” os verdadeiros preconceitos de alguém para acomodar o que é percebido como mais socialmente aceitável. Como entrevistados/as tendem a fornecer respostas mais próximas aos padrões socialmente aceitáveis, é difícil avaliar discriminação por meio de questionários. Este problema é ainda mais acentuado nos processos de coleta de dados que envolvem a interação dos/as entrevistados/as com um/a entrevistador/a, que foi o caso da pesquisa pré-eleitoral, realizada por telefone. A aleatorização das características do candidato nos permite abordar alguns desses problemas comparando as respostas de grupos análogos, mas que diferem nos estímulos oferecidos pelos/as pesquisadores/as – especificamente, as características do candidato hipotético. Tal método permite uma melhor avaliação de como gênero, raça e orientação sexual afetam as percepções dos/as candidatos/as por parte dos/as eleitores/as.

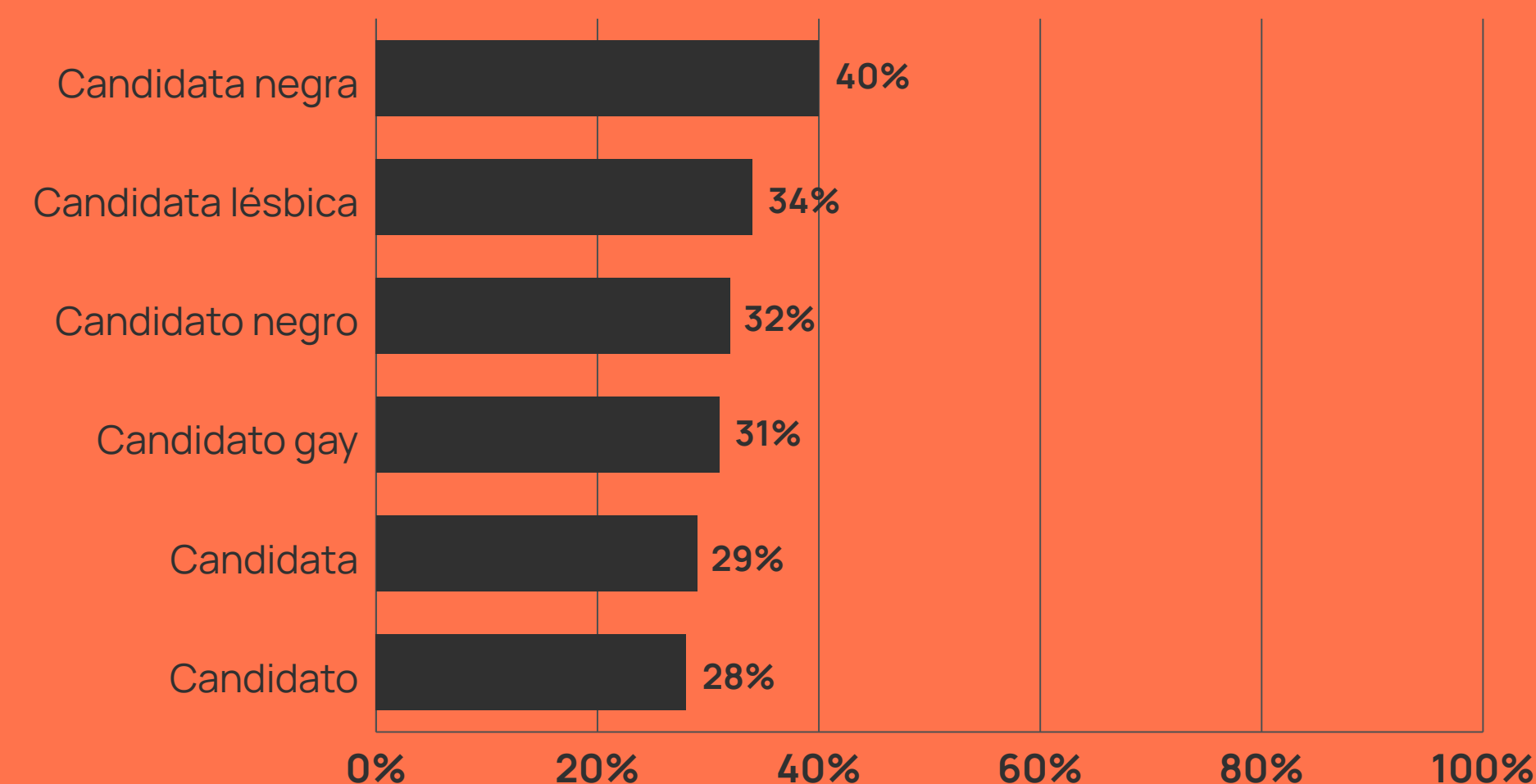
Seguindo esse raciocínio, a pesquisa pré-eleitoral fez a seguinte pergunta:

“Pensando na eleição da sua cidade, imagine que você acaba de conhecer um candidato negro que nunca foi eleito, mas tem uma lanchonete muito frequentada em um bairro popular. Você acha que esse candidato tem muita, alguma, ou pouca chance de ser eleito?”

Os seguintes perfis descritivos de candidatos/as foram oferecidos aleatoriamente aos participantes: 1) candidato (homem), 2) candidato negro, 3) candidato gay, 4) candidata (mulher), 5) candidata negra ou 6) candidata lésbica.

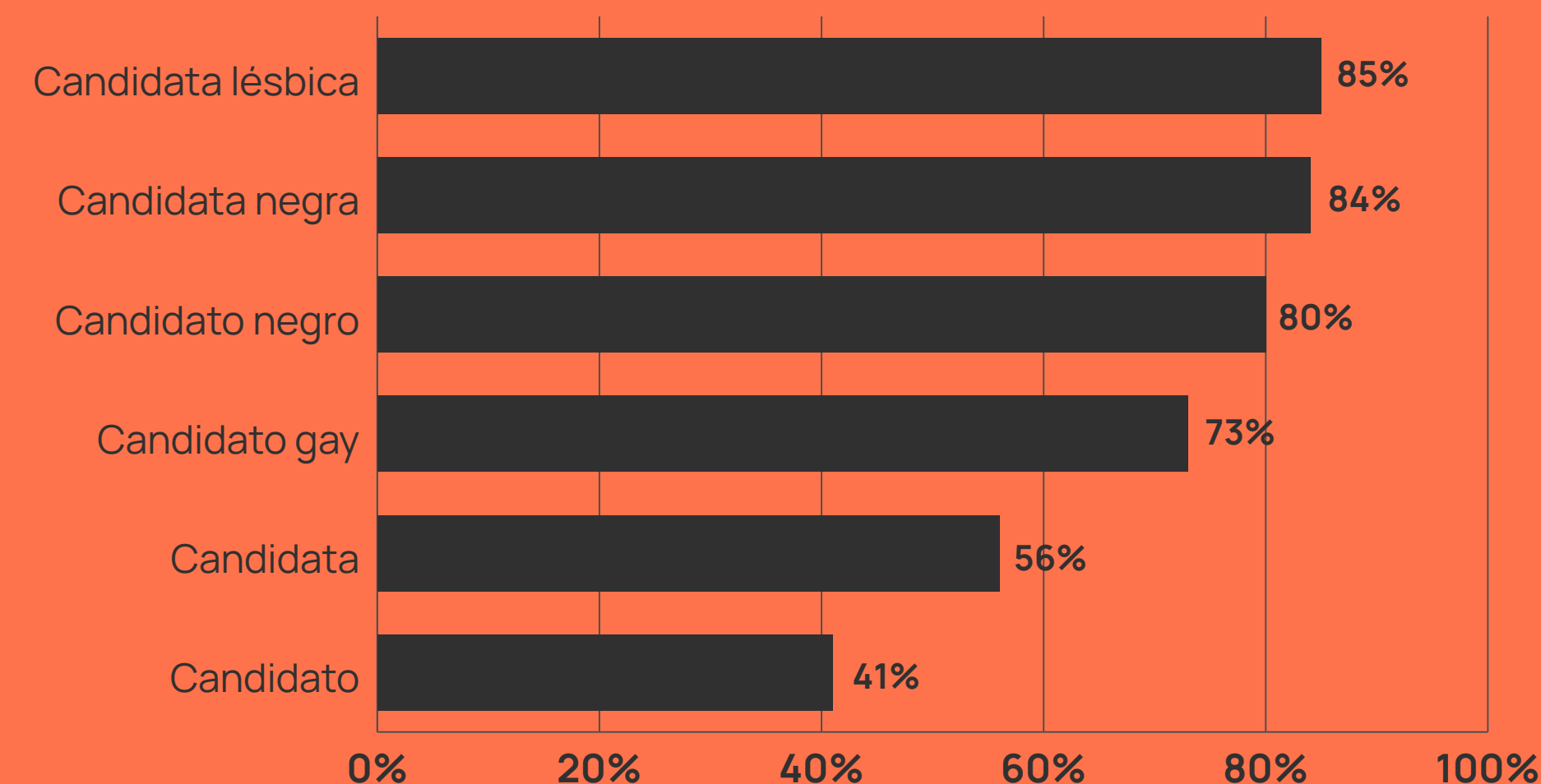
A **Figura 33** ilustra o nível de percepção do/a eleitor/a sobre a chance de sucesso eleitoral de candidatos/as com seis perfis diferentes. Como a figura indica, candidatos/as de grupos de gênero, raça e orientação sexual que normalmente são marginalizados na política (mulheres, pessoas negras e LGBTQI+) são percebidos/as pelos/as eleitores/as como tendo maior viabilidade eleitoral do que os perfis nos quais a raça ou orientação sexual do/a candidato/a não são informados. Principalmente, chama a atenção o fato de que a candidata negra tenha sido percebida como a mais viável eleitoralmente entre todos os perfis de candidatos/as.

FIGURA 33. Percepções de viabilidade eleitoral, por gênero, raça e orientação sexual dos/as candidatos/as (Datafolha 2020).



Os/as entrevistados/as foram então questionados/as se considerariam votar naquele/a candidato/a ou não, a pergunta dizia especificamente: “Agora, pensando no seu voto, você consideraria votar ou não em uma candidata com essas características?”. Novamente, o resultado é surpreendente, dado que cerca de 85% dos/as entrevistados/as afirmaram que considerariam votar em uma candidata lésbica ou negra, e apenas 56% e 40% dos/as entrevistados/as disseram que considerariam votar nos perfis de mulher ou homem que não oferece uma descrição de raça ou orientação sexual. O candidato gay também foi visto de forma positiva, com cerca de três, em cada quatro entrevistados/as (73%) dizendo que considerariam votar nele (ver Figura 34).

FIGURA 34. Intenção de voto, por gênero, raça e orientação sexual dos/as candidatos/as (Datafolha 2020).



O que pode explicar esses resultados inesperados? Conforme discutido anteriormente, a pesquisa pré-eleitoral, neste ponto específico, convidou eleitores/as a pensarem hipoteticamente. Para começar, é bom lembrar que, na aplicação do questionário, a eleição ainda não havia acontecido. Além disso, pedimos aos/as entrevistados/as que imaginassem esse/a candidato/a e fornecemos uma descrição genérica, com poucas características. Em situações em que são dadas poucas informações, os/as eleitores/as utilizam as características do/a candidato/a como pistas para ter uma noção melhor de quem eles/as são (Alexander e Andersen 1993; Campbell e Cowley 2014; Koch 2002). Em geral, os altos índices de apoio obtidos por candidatas mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+ sugerem que esses atributos provavelmente são avaliados por eleitores/as como características positivas.

Uma possibilidade é que as referências a pessoas de gênero, raça e orientação sexual não majoritárias na política sugerem aos eleitores/as que o/a candidato/a descrito/a, provavelmente, é novato/a, alguém fora da política, ou, ainda, que ele/a merece apoio por ter conseguido alcançar o *status* de candidato/a, ainda que pertencendo a um grupo marginalizado na política. Como será aprofundado em seguida, eleitores/as exibem alto grau de rejeição às elites políticas tradicionais e parecem estar mais abertos/as a candidatos/as que não fazem parte delas.

Outra possibilidade é que eleitores/as façam uso de informações sobre gênero, raça e orientação sexual marginalizadas na política como um atalho para inferir outras características que candidatos/as desses grupos possivelmente terão. Por exemplo, nos grupos focais, foi possível observar que eleitores/as tendem a associar candidatas mulheres a características positivas que desejam ver nos/as políticos/as. Como alguns descreveram:

EU IRIA PELA EMPATIA,

a mulher é muito primorosa por natureza. Passa sensibilidade maior, traz afeto para o que ela faz, mas não escolho por ser mulher, é mais pela empatia.

Mulher, AB, 25-45 anos, Salvador (BA).

A MULHER TEM MAIS VANTAGENS

porque ela é mais fiel às promessas, mais do que o homem. O homem é mais para exaltar a qualidade dele. O homem é mais gogó. A mulher é mais capaz.

Homem, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

EU VOTARIA NA MULHER

e acho que ela ganharia, porque a mulher tem um jeito de pensar diferente, ela age, vai à luta.

Mulher, CD, 25-45 anos, Monte Mor (SP).

A MULHER GANHA.

A mulher entende a outra mulher, tem a cabeça mais aberta.

Mulher, CD, 18-24 anos, São Paulo (SP).

EU ACHO QUE SERIA A MULHER,

pela mudança que nós temos hoje. Elas passam mais credibilidade e segurança. Muitos homens já estão na política e se ligam ao desvio de verbas, e a mulher é vista como mais digna de confiança.

Homem, CD, 18-24 anos, Salvador (BA).

Também é possível que, diante de cenários hipotéticos de um candidato com características descritivas específicas, eleitores/as pensem numa pessoa específica, que lhes é familiar e extrapolem sua avaliação desta pessoa para o grupo ao qual pertencem. Isso significa que, ao fazer suas avaliações sobre a viabilidade eleitoral de mulheres, homens negros, mulheres negras, gays e lésbicas, os/as entrevistados/as poderiam estar pensando em uma mulher, um homem negro, uma mulher negra, um homem gay ou mulher lésbica específicos. Por exemplo, o nome da vereadora Marielle Franco⁴³ foi mencionado em todos os grupos focais, portanto é razoável supor que, pelo menos, alguns entrevistados/as pensaram em Marielle ao fazer avaliações sobre a viabilidade eleitoral de uma mulher negra ou de uma candidata lésbica⁴⁴.

Os debates nos grupos focais forneceram pistas sobre os mecanismos que impulsionaram a alta aprovação dos/as candidatos/as de grupos marginalizados, mas também ofereceram uma avaliação mais realista das chances eleitorais destes/as candidatos/as. Como alguns/algumas entrevistados/as revelaram, usar um/a membro/a específico/a de um grupo como referência também pode levar a generalizações negativas sobre a aptidão de um grupo inteiro para cargos políticos:

43. Marielle Franco era uma vereadora negra e ativista dos direitos humanos no Rio de Janeiro. Ela foi assassinada em 14 de março de 2018. Seu assassinato é visto como um símbolo do aumento da violência contra as mulheres na política e foi considerado um impulsor das candidaturas e da eleição de muitos/as outros/as candidatos/as negros/as, especialmente mulheres (Rodrigues e Abreu 2019).

44. Marielle era bissexual, mas, na ocasião em que foi morta, estava casada com uma mulher.

AQUI EM SP, TEMOS UM EXEMPLO CLÁSSICO:

Celso Pitta era negro e votaram nele. E foi o pior prefeito que tivemos. Como com mulheres, votamos em Marta e Erundina e elas também foram ruins.

Homem, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

O HOMEM GANHARIA

porque a mulher começou a ter espaço agora. Eu acho que não tenho confiança nas mulheres. Teve muito exemplo de mulher aqui que não fez nada.

Homem, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

ATÉ PELA HISTÓRIA DA PREFEITA,
as pessoas sabem da história dela... Eu votaria num homem. Até pela cultura nossa. Tivemos uma prefeita e uma presidenta que todo mundo sabe... O homem tem mais postura, mais conhecimento, mais poder e também pela história.

Homem, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).

Muitos/as participantes dos grupos focais argumentaram que, embora eles/as próprios/as apoiassem candidaturas de mulheres e negros/as, “outros/as” não o fariam, tornando, assim, candidatos/as de grupos politicamente marginalizados eleitoralmente inviáveis. Como explicam:



NO BRASIL, TEMOS UMA MAIORIA

de pardos e pretos. Como essas pessoas não conseguem se eleger? Porque nem mesmo o negro e nem a própria mulher, votam nele. Acho que existe preconceito entre eles mesmos. Alguma coisa tá errada... é o discurso da minoria? Temos que ser menos hipócritas: não vou votar porque não gosto, não me identifico.

Homem, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

HOJE, INFELIZMENTE,

a maioria vota pelos homens. Hoje, as mulheres são maioria na população e minoria da política. Entre um homem e uma mulher, elas não se engajam e não acreditam em si mesmas. As mulheres estão nascendo para dominar o mundo. Ocupando cargos e lideranças, mostrando que o mundo sempre foi muito machista. Falta de apoio das próprias mulheres. Falta de acreditar.

Homem, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

SE VOCÊ PEGAR UM CANDIDATO NEGRO,

oferecendo educação de qualidade, e um branco fazendo 'arminha,' quem você acha que vai ganhar? O branco. Culpamos os candidatos, mas temos uma grande parcela de culpa.

Homem, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

O BRANCO GANHARIA.

Preto não confia em preto. Hoje, infelizmente, é isso. Eu ainda votaria no branco. O próprio negro não vota no negro.

Homem, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

EU ACHO QUE O BRANCO

teria mais chance, porque as pessoas são racistas.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).



Tais sinalizações são fundamentais para entender os possíveis motivos por trás da aprovação elevada dos/as candidatos/as de grupos marginalizados, captada nos resultados da pesquisa pré-eleitoral, realizada pelo Datafolha. Por outro lado, os/as participantes também destacaram outros fatores que podem minar as chances dos/as candidatos/as de grupos marginalizados em eleições reais. Em suma, esses resultados revelam a ambivalência geral dos/as eleitores/as: muitos/as gostam da ideia de que mulheres sejam eleitas por causa de suas “qualidades femininas”, que trariam mudanças desejáveis para a política, mas, também são céticos/as em relação ao potencial real de mudanças de grande vulto, de modo que não acreditam, necessariamente, que um/a candidato/a novato/a tenha chances realistas de vencer.

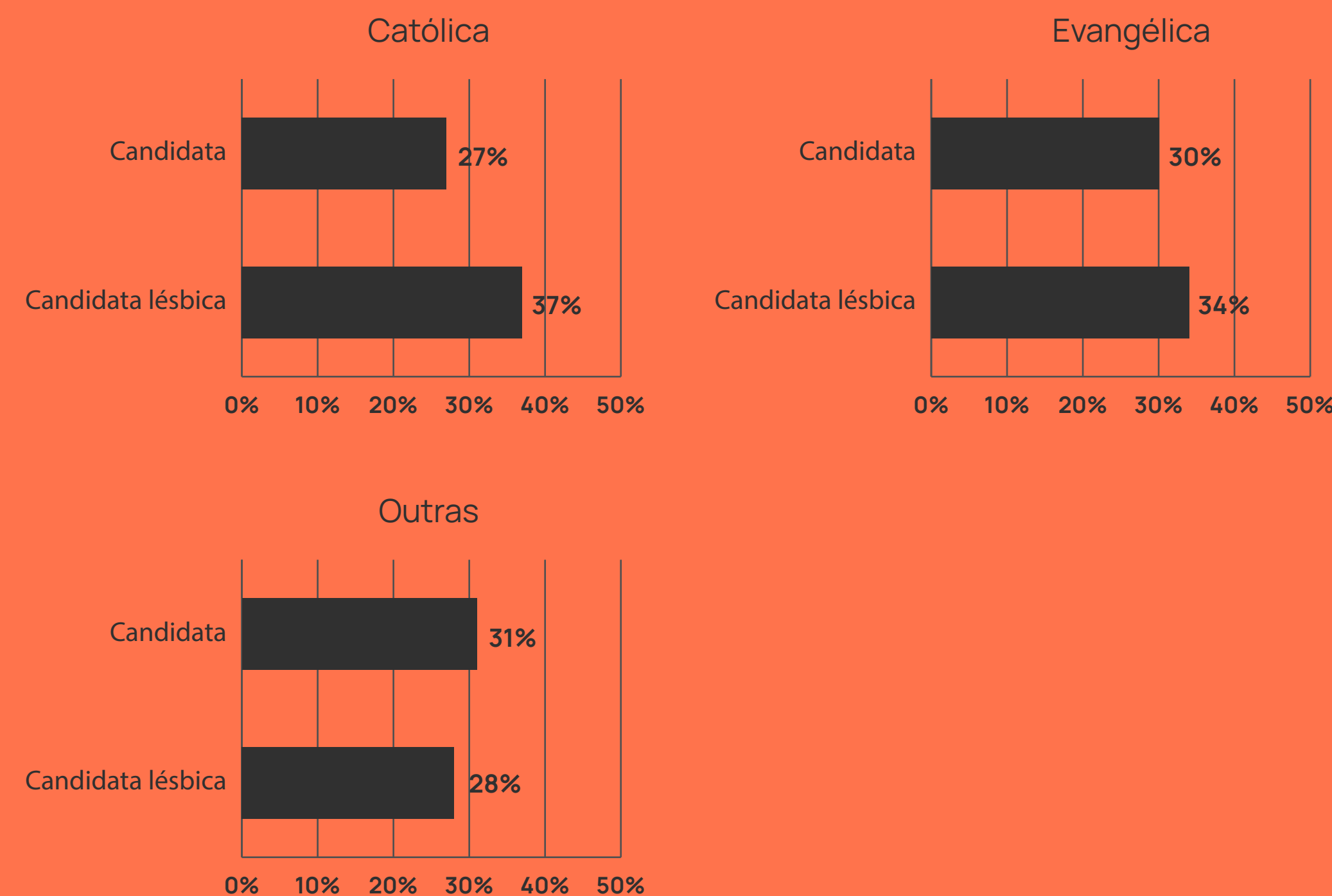
É importante ressaltar, entretanto, que nem todos/as eleitores/as pensam da mesma forma. Na avaliação dos/as candidatos/

as na pesquisa pré-eleitoral, houve diferenças na avaliação de candidatas mulheres, negros/as, lésbicas e gays, de acordo com o perfil de quem vota. Em consonância com a literatura existente sobre a crescente importância das preferências dos/as eleitores/as evangélicos no Brasil (Smith 2019), examinamos como a religião influencia opiniões em relação a candidatos/as com perfis diferentes.

Conforme mostrado na **Figura 35**, entrevistados/as evangélicos/as são particularmente menos propensos/as a votar em candidatas lésbicas e candidatos gays. Ou seja, enquanto a diferença em considerar o voto em um candidato gay e um candidato homem (sem especificação de orientação sexual) entre os católicos é de 13 pontos percentuais (23% a 36%), a diferença entre os/as evangélicos/as é quase da mesma magnitude, mas no sentido oposto. Isto é, a proporção de evangélicos/as que afirmam que considerariam votar em um candidato masculino (sem definição específica de orientação sexual) é de 40%, enquanto a parcela de evangélicos/as que consideraria votar em um candidato gay é muito menor, de 28%.

A pesquisa pré-eleitoral sugere que eleitores/as percebem os/as candidatos/as de grupos marginalizados como viáveis eleitoralmente – o que, por sua vez, é um determinante importante da escolha do voto. Ainda assim, nos grupos focais, eleitores/as argumentaram que, embora estivessem dispostos/as a votar em candidatos/as de grupos marginalizados, consideravam que candidatos/as pertencentes ao *status quo* (homens, brancos e heterossexuais) tinham maior chance de ser eleitos. Ou seja, embora os/as participantes reconhecessem que, nas eleições de fato, experiências pontuais negativas com políticos/as de grupos marginalizados, assim como preconceitos de gênero e raça poderiam minar a competitividade eleitoral das mulheres e dos/as candidatos/as negros/as, eles ainda diziam estar procurando candidatos/as que pudessem trazer algo novo para a política.

FIGURA 35. Intenção de voto por religião dos/as entrevistados/as e orientação sexual dos candidatos/as (Datafolha 2020).



Para investigar as preferências de eleitores/as em relação aos/as candidatos/as já relacionados à política (*insiders*) e novatos/as (*outsiders*), a última pergunta da pesquisa pré-eleitoral ofereceu aleatoriamente diferentes perfis de candidatos/as e, em seguida, pediu que avaliassem as chances de o candidato/a ser eleito/a e a sua propensão em apoiá-lo/a. Neste caso, o candidato sorteado podia ser do sexo masculino ou feminino, contando com o apoio de uma dessas três fontes: 1) o(a) prefeito(a) da cidade, 2) um(a) líder comunitário(a), ou 3) outro grupo que não um partido político.

A **Figura 36** resume as avaliações dos/as eleitores/as sobre a viabilidade de candidatos/as com esses perfis. Conforme indicado por nossas análises anteriores, os/as eleitores/as reconhecem, de fato, a importância do apoio do/a prefeito/a para aumentar a viabilidade eleitoral de um/a candidato/a, especialmente para candidatas mulheres. Especificamente, quase metade (48%) dos/as entrevistados/as disse que uma candidata apoiada pelo prefeito teria uma grande chance de ser eleita, 45% disseram o mesmo para um candidato homem apoiado pelo prefeito. Eles/as também acreditam que ter o apoio de um/a líder comunitário/a aumentaria a chance de eleição: 46% dos entrevistados/as afirmam isso para o caso de um candidato homem e 41% para uma candidata mulher. Em contraste, quando informados de que um/a candidato/a recebeu apoio de um grupo externo à política, cerca de um/a, em cada quatro entrevistados/as, considerou candidatos/as homens e mulheres mais viáveis eleitoralmente.

Reforçando a justificativa do apoio do/a prefeito/a como principal motivo que influenciou sua escolha de vereador/a, participantes dos grupos focais explicaram que o apoio do/a prefeito/a afeta fortemente a viabilidade eleitoral:



O APOIADO, PELA VISIBILIDADE

do prefeito: tá com o prefeito, as pessoas confiam.

Mulher, CD, 18-24 anos, Salvador (BA).

NO QUE TEM O APOIO PARA CONTINUAR.

Ele vai ganhar, mas não devemos desacreditar no que está se preparando e é novo.

Homem, CD, 25-45 anos, Salvador.

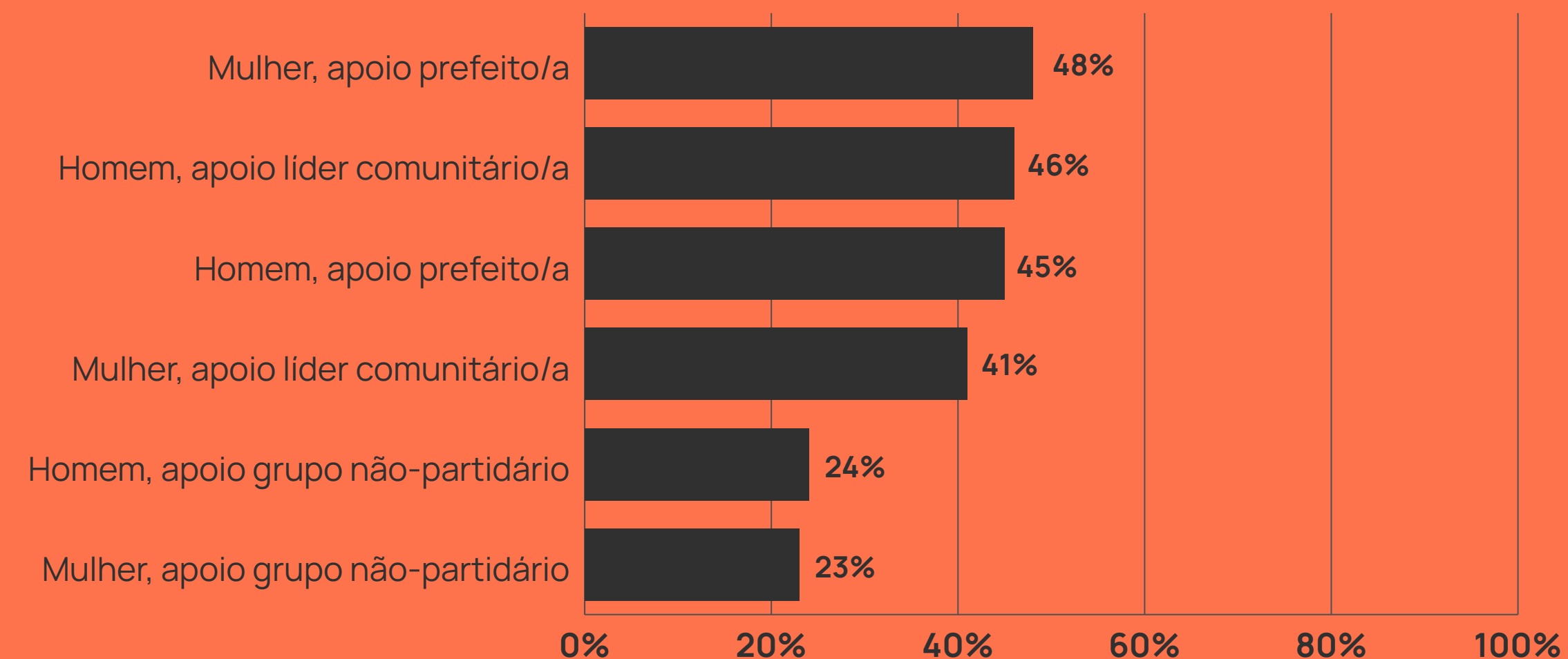
SE O PREFEITO FOSSE

uma pessoa boa, eu votaria no candidato do prefeito, porque o apoio ajuda sim.

Mulher, CD, 25-45 anos, Monte Mor (SP).

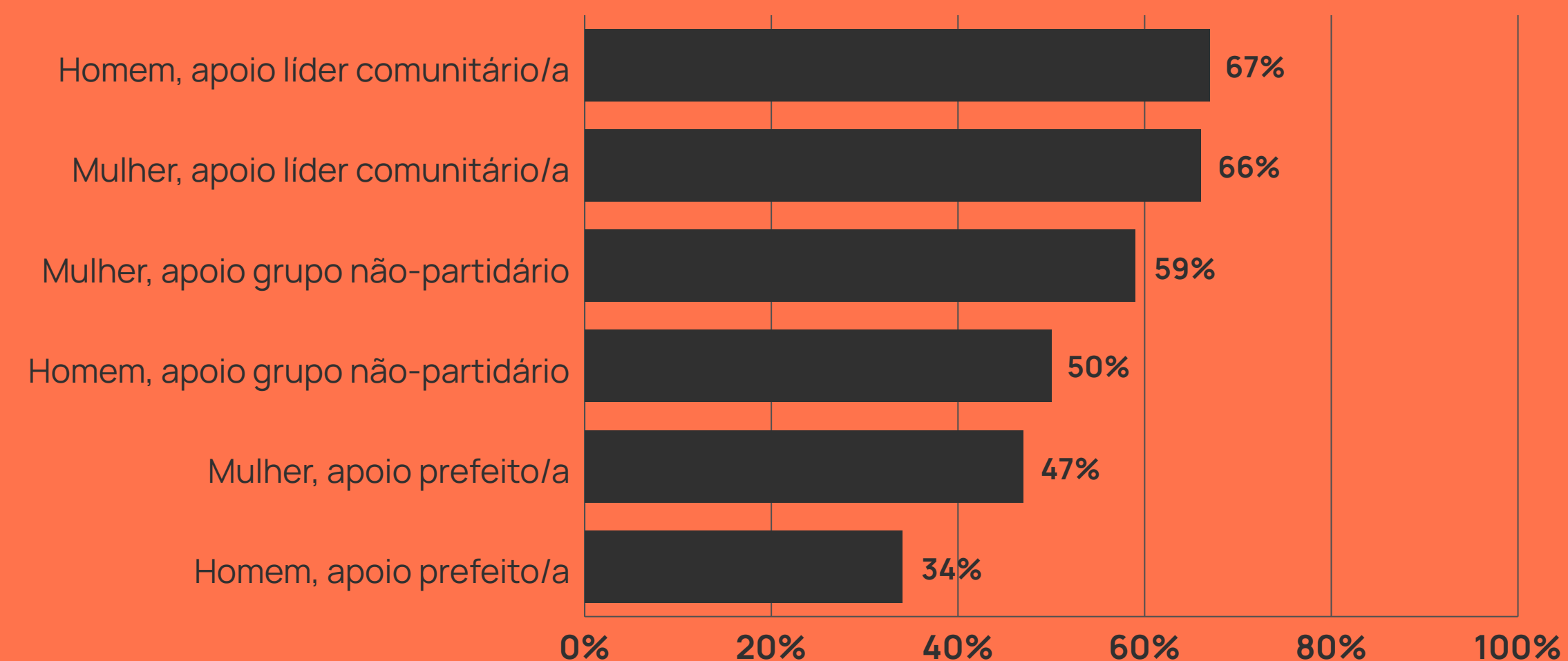


FIGURA 36. Percepções de viabilidade eleitoral, por gênero dos/as candidatos/as e tipo de apoio (Datafolha 2020).



Por outro lado, quando questionados/as se considerariam votar em tais candidatos/as, participantes da pesquisa demonstraram baixo entusiasmo em relação aos/as candidatos/as hipotéticos/as, em especial quando se trata de um homem apoiado pelo prefeito (**ver Figura 37**). Em contraste, tanto candidatos quanto candidatas descritos/as como tendo o apoio de um/a líder comunitário/a receberam o maior nível de intenção eleitoral hipotética. Especificamente, dois, em cada três entrevistados/as, disseram que considerariam votar em um/a candidato/a apoiado por um/a líder comunitário/a. Isso reforça as conclusões anteriores sobre a proximidade como um critério importante usado pelos eleitores/as para selecionar candidatos/as a cargos locais.

FIGURA 37. Intenção de voto, por gênero dos/as candidatos/as e tipo de apoio (Datafolha 2020).



Além disso, embora eleitores/as demonstrem um grau mais baixo de aprovação a candidatos/as apoiados/as por um grupo não partidário do que àqueles/as que contam com o apoio de um/a líder comunitário/a, candidatos/as com apoio de grupos não partidários ainda são preferidos aos vinculados a prefeitos/as. Os baixos níveis de intenção de voto hipotética para candidatos/as apoiados/as pelo/a prefeito/a são, pelo menos em parte, um produto da baixa confiança do eleitorado nas elites e instituições políticas tradicionais. Reforçando esse ponto, na pesquisa pré-eleitoral, 96% dos/as respondentes declararam ter pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional (ou seja, em deputados/as e senadores/as) e 97% disseram ter pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos.

Em suma, os dados das pesquisas de opinião e grupos focais sugerem que eleitores/as estão realmente dispostos/as a apoiar candidaturas de novatos/as na política, mesmo que considerem que as elites tradicionais são mais viáveis eleitoralmente. Nas eleições municipais, eleitores/as parecem particularmente favoráveis a candidatos/as com proximidade ao contexto local. De modo geral, nossas análises também sugerem que eleitores/as muitas vezes utilizam o gênero e a raça dos/as candidatos/as como atalhos para avaliá-los/as como estreados políticos/as comprometidos/as com áreas, causas sociais e grupos específicos – algo que pode ser eleitoralmente benéfico para esses/as candidatos/as. Embora em cenários hipotéticos eleitores/as pareçam particularmente favoráveis às candidaturas de pessoas de grupos marginalizados, uma reflexão mais profunda revela que eles/as possivelmente ainda enxergam as mulheres e os/as negros/as como menos propensos a vencer, e potencialmente, a “fazer as coisas acontecerem”, do que os homens brancos.

No entanto, não é apenas por meio das urnas que eleitores/as podem influenciar nas experiências políticas de candidatos/as. Ao longo do período de campanha, a interação corpo a corpo de eleitores/as com candidatos/as de grupos marginalizados revela um obstáculo adicional às suas campanhas, especialmente para as mulheres: os casos de assédio. Embora o assédio não esteja, necessariamente, diretamente associado às questões eleitorais específicas das mulheres, a maior probabilidade das mulheres enfrentarem esse tipo de violência durante uma campanha pode restringir sua atividade e, por sua vez, impactar suas chances eleitorais. Como indicam nossas entrevistas pós-eleitorais, as interações violentas com alguns/algumas eleitores/as foram relativamente frequentes. Por exemplo, como as candidatas Ludmila e Carla relataram:

“

FOI LEGAL A EXPERIÊNCIA,

assim, muita gente parava, ouvia e tal, mas eu também passei em lugares que tinham caras que ficavam fazendo gestos, como gesto de uma vulva, ou apontando pro próprio... Esse tipo de coisa, e eu no microfone e falei: 'Por que você está fazendo isso? Por que está sendo mal-educado? Não estou sendo mal-educada com vocês, qual é o problema? É o meu trabalho'. E isso, assim, tinham pessoas do lado e essas pessoas constrangiam eles. Porque eu também não me senti intimidada não.

Ludmila Rosa, 32, parda, Goianas na Urna, Goiânia (GO), AVANTE.

”

“

NÓS, COMO MULHERES,

temos que deixar de ser um pedaço de carne. Porque em alguns momentos nós somos assediadas, mas a gente tira de tempo, esquiva-se daqui, esquiva-se dali. Quando chega para esse corpo a corpo, a gente sente muito, sorriso, o olhar de cima a baixo. De uma forma ou de outra, a gente é intimidada pelo olhar. A gente precisa trabalhar muito mais esta questão do assédio, do olhar.

Carla Chirlene, 37, sem raça declarada, (Re)presente UFBA, Valença (BA), REDE.

”

Mulheres trans entrevistadas também relataram uma dinâmica específica de violência e assédio que enfrentaram nas interações com eleitores/as durante as campanhas. Como relataram as candidatas Luísa e Gilmará:

“

A MINHA DIFICULDADE É A QUESTÃO

de lidar com o assédio, e eu vejo que a maioria das mulheres sofrem com isso, é muito assédio sexual, muito. A mulher trans é muito fetichizada. Então, todo mundo que vem falar, todos os homens que vêm te falar de política, você acaba vendo, está tentando puxar a conversa pro outro lado, aí vem a dificuldade. Como você aborda um homem se você não pode falar de política? Foi minha maior dificuldade, foi conseguir conversar com o eleitor masculino sem ele falar em segundas intenções, sem fazer propostas. Acho que foi o principal.

Luísa Zansávio, 29, branca, Vamos Juntas, Ribeirão Claro (PR), MDB.

”

“

AS PESSOAS TÊM MANIA DE DIZER

que é vitimismo, mas uma mulher trans concorrer à eleição, onde seu corpo é rejeitado a todo momento, pelas famílias tradicionais brasileiras, não é fácil não. Tem dia que eu chego e penso ‘vou desistir’, mas eu olho, não, tem muitas outras vidas, muitas outras trans que são o que elas são na comunidade, por causa desse trabalho que eu construí, dando essa possibilidade delas existirem nesse território, porque a sociedade está muito cruel, intolerante, uma sensação de impotência que você não consegue entender o porquê dessa violência gratuita. Eu tô com 36 anos, comecei há muito tempo. Isso me faz sentir todo esse processo que venho traçando com essa candidatura, me leva a refletir tudo que eu passei e onde estou é pra ficar de pé e aplaudir: esse corpo pode estar dentro desse espaço.

Gilmara Cunha, 36, preta, sem iniciativa de apoio, Rio de Janeiro (RJ), PT.

”

Esses relatos vão ao encontro de padrões alarmantes previamente identificados por estudiosos/as de gênero (Krook 2017; Sanín 2019): a violência contra as mulheres na política está se tornando uma enorme barreira aos esforços para promover a representação política das mulheres. No Brasil, análises realizadas pela AzMina e InternetLab⁴⁵ revelaram que 40% dos 3.100 *tweets* sobre mulheres candidatas nas eleições de 2020 continham ofensas e palavrões; 96% dos *tweets* que continham palavrões eram sobre uma candidata de esquerda e uma de direita – Manuela D’Ávila e Joice Hasselmann – o que sugere que as mulheres de todo o espectro ideológico estão sujeitas ao machismo e ao assédio.

A violência contra as mulheres na política apresenta um obstáculo adicional para as campanhas e se configura como um fator bastante relevante de desencorajamento para a entrada das mulheres na política, com potencial de dissuadir candidatas promissoras nas suas aspirações políticas. É importante ressaltar que, como ficou evidente pelas declarações dos/as entrevistados/as, o problema é ainda pior quando se trata de candidatas trans.

45. Para a pesquisa completa:
<https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes/>

Conclusões

1 Recursos são fundamentais para o sucesso eleitoral dos/as candidatos/as e **novatos/as na política recebem menos apoio financeiro de seus partidos** – embora as lacunas baseadas em gênero e raça na distribuição do financiamento de campanha estejam diminuindo.

2 Partidos políticos **não oferecem um apoio que responda de forma adequada às necessidades específicas dos/as novos/as candidatos/as** que têm menos conhecimento sobre campanhas e eleições.

3 Sem o apoio de seus partidos, **estreantes na política dependem amplamente de recursos próprios, redes e voluntários para realizar suas campanhas.**

4 Os eleitores/as querem renovação política e expressam apoio a candidatos/as de grupos marginalizados, mas **não veem novatos/as na política como sendo tão eleitoralmente viáveis quanto as elites tradicionais** – um fator importante, já que eleitores/as também não querem “desperdiçar” seus votos.

5 O assédio e a **violência política contra as mulheres são obstáculos** às suas campanhas, principalmente das mulheres trans.

Iniciativas de Apoio a Candidatos/as

4

Destques

- A partir de 2018, foram **criadas diversas iniciativas** não partidárias dedicadas a apoiar candidatos/as.
- As iniciativas de apoio a candidatos/as podem ser caracterizadas por **dois aspectos fundamentais**: 1) seus esforços estão voltados para promover a “renovação política”, apoiando candidatos/as que, ou concorrem pela primeira vez ou foram malsucedidos/as em tentativas anteriores; e 2) a ênfase em estar fora dos partidos políticos e deles manter distância.
- Para muitas dessas iniciativas, não basta apenas renovar a política, mas também **diversificá-la**.
- **Operar em paralelo e de forma independente** dos partidos políticos impõe limitações cruciais ao impacto dessas iniciativas.
- O **sucesso das iniciativas** de apoio a candidatos/as varia de acordo com os tipos de suporte que são oferecidos, bem como de acordo com seu financiamento, escopo, forma de recrutamento e infraestrutura.
- As iniciativas de apoio a candidatos/as podem desempenhar um **papel fundamental na fase de recrutamento**, ao oferecer um treinamento que tranquiliza os/as aspirantes de grupos marginalizados, em especial, mulheres.
- Por sua vez, a **desconfiança** que os partidos têm nas iniciativas pode fazer com que aspirantes treinados/as pelas iniciativas se tornem candidatos/as potencialmente menos atraentes aos olhos dos líderes partidários.
- O **pouco acesso** que as iniciativas têm dentro das organizações partidárias restringem sua capacidade de colocar seus participantes como figuras de destaque e merecedoras de financiamento dentro dos partidos.
- Algumas iniciativas de apoio a candidatos/as conseguem compensar, em parte, o acesso limitado dos/das candidatos/as a recursos financeiros, **oferecendo serviços essenciais** a seus/suas participantes durante as campanhas eleitorais.
- Embora eleitores/as pareçam ter uma visão favorável dos/as candidatos/as que concluem um programa de treinamento antes de concorrer a um cargo, eles/as **não têm informações suficientes** que lhes permitam identificar quem são esses/essas candidatos/as e sobre o papel das iniciativas.

Introdução

As iniciativas de apoio a candidatos/as são um novo ator na política brasileira. Antes das eleições de 2018, a preparação para disputar cargos eletivos incluía essencialmente cursos pagos sobre campanhas eleitorais, processo legislativo e políticas públicas; programas de fomento à participação política, patrocinados pelo governo, inclusive alguns oferecidos pelo TSE; e programas de treinamento de candidatos/as dentro dos partidos.⁴⁶ Mas, de 2018 em diante, surgiram várias iniciativas não partidárias gratuitas⁴⁷ projetadas para apoiar candidatos/as políticos/as.⁴⁸

Essas iniciativas variam amplamente quanto ao público-alvo, cobertura territorial, nível de institucionalização, recursos, ideologia e serviços oferecidos. Apesar disso, dois aspectos fundamentais as unem: 1) seus esforços para promover a “renovação política” por meio de candidaturas de novatos/as na política (como

candidatos/as pela primeira vez ou aqueles/as que foram anteriormente malsucedidos/as) e 2) a ênfase em manter distância dos partidos políticos. Essas iniciativas se enquadram nas definições clássicas de organizações da sociedade civil, no sentido de que são organizações sem fins lucrativos, fundadas por cidadãos/ãs que prestam serviços a seus/suas integrantes e a terceiros. No entanto, elas são diferentes das organizações não governamentais clássicas: sua missão de interferir nos processos de recrutamento e preparação de candidatos/as, e apoio à campanha significa que muitas das atividades que realizam são semelhantes às dos partidos políticos – e que, eventualmente, podem rivalizar com eles, mesmo não sendo partidos propriamente ditos. Essas características únicas diferenciam as iniciativas de apoio a candidatos/as de outros tipos de organizações sem fins lucrativos e as tornam um novo tipo de instituição na política eleitoral brasileira.

46. Entendemos os cursos pagos e programas de treinamento de candidatos/as patrocinados/as pelo governo ou dentro dos partidos como diferentes das iniciativas de apoio a candidatos/as mais recentes, que surgiram a partir de 2018, de modo que as primeiras ficaram de fora do escopo desta análise.

47. As organizações variam significativamente, inclusive em termos da linguagem que usam para se descrever. Com o propósito de compreender e examinar melhor o papel dos esforços não partidários de apoio a candidatos/as, empregamos o termo “iniciativa”, embora reconheçamos que isso pode não abranger como cada um desses grupos se classificaria.

48. Em 2016, a antiga Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) ofereceu um curso com o objetivo de aumentar as chances eleitorais de candidatas. Desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense, o curso suprapartidário foi oferecido em 14 cidades brasileiras e capacitou 900 mulheres. Os cursos eram focados em informações políticas, história das mulheres, *marketing*, treinamento de comunicação e políticas públicas com atenção a gênero.

Embora recente no Brasil, a ideia de utilizar programas de treinamento e apoio a candidatos/as como forma de promover as candidaturas de estereantes na política e grupos sub-representados não é nova em termos internacionais; nos Estados Unidos, existem várias delas. Por exemplo, a Emily's List, uma organização criada para apoiar as candidaturas de mulheres dentro do Partido Democrata, foi fundada em 1985. A Ignite, uma organização não partidária para preparar meninas e mulheres em idade escolar e universitária para concorrer a cargos, e Maggie's List, que apoia as candidaturas de mulheres dentro do Partido Republicano, foram criadas em 2010. Atualmente, existem pelo menos 600 iniciativas desse tipo nos Estados Unidos para treinar, apoiar e promover as candidaturas de mulheres (Kreitzer e Osborn 2019) – além de muitas outras para promover a eleição de grupos raciais e étnicos marginalizados, jovens e pessoas LGBTQI+.

Após décadas de existência, as iniciativas de apoio a candidatos/as se tornaram um elemento importante na política eleitoral dos EUA (Kreitzer e Osborn 2019; Scott 2018). Algumas informações dão conta de que 50% das graduadas da Emerge America concorrem a cargos públicos: ex-alunas desta única iniciativa representaram 9% do número total de mulheres concorrendo a cargos legislativos estaduais nas eleições dos EUA de 2018 (Bernhard, Shames e Teele 2020). Mas embora muitas iniciativas sejam independentes e não partidárias, o sistema bipartidário altamente institucionalizado nos EUA implica que elas tendem a preparar as mulheres para concorrer especificamente por um dos dois partidos (Kreitzer e Osborn 2019). Ainda que seja preciso ressaltar que, devido ao alinhamento mais próximo do Partido Democrata com mulheres e grupos marginalizados, iniciativas de apoio a candidatos/as nos Estados Unidos preparam, em sua imensa maioria, pessoas que vão para concorrer pelo Partido Democrata (Bernhard, Shames e Teele 2020; Kreitzer e Osborn 2019; Scott 2018).

Ao contrário de suas equivalentes norte-americanas, as iniciativas que operam atualmente no Brasil funcionam, em grande parte, em paralelo com os partidos políticos. Tendo surgido em um contexto de desilusão política que atingiu boa parte da sociedade, especialmente em relação aos partidos, essas iniciativas funcionam com ceticismo em relação à “política tradicional”. Como organizações que buscam oferecer uma alternativa ao *status quo*, muitas dessas iniciativas de apoio a candidatos/as brasileiros/as têm relações tensas com os partidos.⁴⁹ Na realidade, manter distância dos partidos é fundamental para o *ethos* de muitas delas.

Além disso, para muitas dessas iniciativas não basta apenas renovar a política, mas também é necessário diversificá-la. Ou seja, enquanto algumas estão abertas a aspirantes de todos os gêneros, raças, idades, perfil socioeconômico, regiões e orientação sexual, muitas outras têm como alvo aspirantes de grupos específicos. Em particular, nossos esforços para mapear iniciativas de apoio a candidatos/as no Brasil sugerem que a maioria se concentra nas mulheres, seguidas pelos/as negros/as. Menos frequentes são as iniciativas que visam segmentos dentro de um grupo (por exemplo, mulheres negras) ou que buscam promover as candidaturas de jovens, pessoas LGBTQI+ e pessoas de baixa renda.

49. Por exemplo, o partido de esquerda PSOL, que tem em sua agenda política o comprometimento com as questões sociais de grupos marginalizados, quase barrou a candidatura de uma jovem negra, que era uma forte candidata (e que, de fato, foi eleita) por ter participado de uma iniciativa não partidária financiada pela elite econômica e por empresas privadas. Outros partidos de centro-esquerda também expulsaram ou tiveram brigas internas porque membros eram participantes de iniciativas semelhantes.

Contrastando com esses esforços, os partidos têm resistido historicamente à renovação de suas lideranças políticas e à inclusão de grupos marginalizados, algo que reforça a desconfiança das iniciativas em relação a eles. Mas, como mostramos nos capítulos anteriores, os partidos políticos são elementos centrais na política eleitoral brasileira: eles são os guardiões (*gatekeepers*) das indicações e, por meio da distribuição de recursos, podem afetar profundamente o grau de competitividade das candidaturas. Operar em paralelo e independentemente dos partidos políticos pode, dessa maneira, impor limitações cruciais ao potencial das iniciativas de promoção das candidaturas de seus/suas membros/as.

Além das limitações impostas pela falta de coordenação com os partidos políticos, o sucesso das iniciativas de apoio no recrutamento e eleição de candidatos/as pode variar de acordo com os diferentes tipos e graus de apoio que elas oferecem, e também com seu financiamento, escopo, modelo de recrutamento e infraestrutura. As iniciativas variam muito nesses quesitos.

Por exemplo, algumas não oferecem uma interação direta com os/as candidatos/as, mas os/as apoiam oferecendo canais de mídia social para aumentar sua visibilidade. É o caso, por exemplo, de iniciativas como #MeRepresenta,⁵⁰ Meu Voto Será Feminista,⁵¹ Mapa das Mina,⁵² Vote Nelas⁵³ e Agenda Marielle Franco.⁵⁴

50. <https://merepresenta.org.br>

51. <https://www.meuvotoserafeminista.com.br>

52. <https://mapadasmina.herokuapp.com>

53. <https://www.instagram.com/votenas/?hl=en>

54. <https://www.agendamarielle.com>

Outras iniciativas oferecem cursos *online* não personalizados para candidatos/as em potencial. Este é o caso de *Candidate-se*,⁵⁵ uma iniciativa voltada para grupos marginalizados que têm agendas progressistas/de esquerda, bem como de outros cursos voltados para mulheres, como o *Im.pulsa*,⁵⁶ do Instituto Update; o *+Mulheres na Política*, do Instituto Alziras;⁵⁷ o *(Re)Presente*,⁵⁸ da Universidade Federal da Bahia; o *Mulheres na Política*,⁵⁹ do Instituto Brazilianas e a série de palestras em formato *podcast* *Escola de Candidatas*.⁶⁰ Ao oferecer cursos *online*, essas iniciativas não miram em aspirantes individuais, o que lhes permite atingir centenas, ou mesmo milhares, de participantes de uma vez.

Outras iniciativas fornecem um apoio de caráter mais prático e, por isso, geralmente acabam trabalhando com menos candidatos/as em potencial. A exceção é o *RenovaBR*: como a mais bem financiada das iniciativas de renovação política, ele é capaz de oferecer apoio personalizado a um grande número de aspirantes.⁶¹ Em 2018, seu primeiro ano de implantação, o *RenovaBR* treinou e deu atendimento personalizado a 133 candidatos/as e elegeu 17 (12,8%) deles. Na preparação para as eleições de 2020, forneceu treinamento e apoio a 1.820 indivíduos selecionados de um grupo de quase 44.000 candidatos/as (um índice de admissão de cerca de 4%). O processo altamente seletivo e bem financiado e o programa de treinamento intensivo geram uma taxa de sucesso relativamente alta: dos 1.032 (57%) participantes da iniciativa que acabaram concorrendo a cargos públicos, 152 foram eleitos (14,7%).

55. <https://candidate.org>

56. <https://www.impulsa.voto>

57. <https://www.alziras.org.br/eleicoes>

58. <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/>

59. <https://iniciativabrasilia.wixsite.com/brasilianas/post/curso-mulheres-na-pol%C3%ADtica-ementa-completa>

60. <https://open.spotify.com/show/560ytnoiTFUnkyjhiyY5Fr>

61. <https://renovabr.org>

Outras iniciativas conseguiram reproduzir, até certo ponto, esse formato de apoio personalizado em menor escala. Por exemplo, a iniciativa focada em mulheres Vamos Juntas,⁶² criada pela Deputada Federal Tabata Amaral (que, por sua vez, tinha anteriormente participado dos programas de capacitação do RenovaBR e da RAPS⁶³), é também um programa seletivo que oferece orientação individual, acesso a uma extensa rede de políticos experientes, voluntários/as de campanha treinados/as e apoio psicológico. Nas eleições de 2020, o Vamos Juntas apoiou 40 candidatas, das quais 11 (27,5%) foram eleitas.

Outro exemplo é a iniciativa Goianas na Urna,⁶⁴ que também oferece treinamento exclusivo, orientação individual e voluntários/as de campanha treinados/as. Veterana das eleições de 2018, em 2020, a iniciativa Goianas na Urna apoiou 28 candidatos/as e elegeu cinco (17,9%). Uma abordagem prática semelhante à orientação personalizada é oferecida pelo Nova Frente Negra Brasileira (NFNB),⁶⁵ iniciativa que apoia as candidaturas de negros/as.

62. <http://vamosjuntasnapolitica.com>

63. <https://www.raps.org.br>

64. <https://www.goianasnaurna.com.br>

65. <https://www.facebook.com/novafrentenegrabrasileira/>

A variação no tamanho e nos serviços oferecidos pelas iniciativas não é apenas produto de suas diferentes abordagens e programas, mas também de seus diferentes níveis de acesso a recursos. Como parte de nossos esforços para entender melhor esse ecossistema, identificamos 44 iniciativas de apoio a candidatos/as e pedimos que respondessem a uma pesquisa que continha perguntas abertas e de múltipla escolha sobre sua operação e práticas, incluindo: público-alvo, objetivos, métodos de recrutamento de candidatos/as, resultados, obstáculos a suas ações e relacionamento com os partidos. Das 44 iniciativas recrutadas para participar, 19 responderam à pesquisa. Entre as que responderam, um pequeno número afirmou receber apoio de instituições privadas, enquanto a grande maioria declarou operar exclusivamente com base no trabalho de voluntários/as. A falta de recursos restringe a capacidade das iniciativas de construir infraestrutura e planejar a longo prazo. Sobre

isso, é importante mencionar que todas as 19 iniciativas que responderam à pesquisa afirmaram que planejam operar nas eleições de 2022. A falta de uma fonte estável de financiamento, relatada pela maioria das iniciativas, contrasta fortemente com o modelo do RenovaBR – e revela que este último é o *outlier* neste ecossistema emergente.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a ampla variedade entre as iniciativas não partidárias de apoio a candidatos/as, tomamos como base as conclusões dos Capítulos 2 e 3 para fornecer uma avaliação geral de como as iniciativas enfrentam os principais obstáculos à representação de grupos marginalizados que ocorrem durante o recrutamento de candidatos/as e nas campanhas eleitorais.

Recrutamento de Candidatos/as

O Capítulo 2 identificou cinco principais obstáculos e oportunidades para a representação de grupos marginalizados na fase do recrutamento de candidatos/as. A seguir, discutiremos as maneiras pelas quais as iniciativas de apoio a candidatos/as enfrentam — ou não — cada um deles.

DECIDINDO CONCORRER

O primeiro obstáculo à representação política de grupos marginalizados que identificamos diz respeito a lacunas no interesse político, à ambição de concorrer a um cargo público e autopercepções de qualificação para ocupar cargos eletivos. Assim propomos a pergunta:

1) As iniciativas de apoio a candidatos/as enfrentam essas lacunas?

Em parte, sim.

As iniciativas de apoio a candidatos/as parecem desempenhar um papel fundamental no fornecimento de treinamento que reitera a aspirantes de grupos marginalizados (principalmente as mulheres) que eles/as estão preparados/as para concorrer e ocupar cargos políticos — um achado que está em consonância com pesquisas sobre iniciativas de apoio a candidatos/as dos Estados Unidos (Scott 2018; Shames et al. 2020). De fato, as iniciativas de apoio a candidatos/as parecem estar bastante conscientes de que as lacunas na autopercepção são um grande obstáculo para a representação de grupos marginalizados — e que elas precisam atuar sobre esse problema. Por exemplo, A Candidata, uma iniciativa atuante nas eleições nacionais de 2018, utilizou um slogan que buscava, de forma muito direta, motivar as candidatas a concorrerem, levando-as a reavaliar suas próprias qualificações. Seus cartazes diziam: “Você é qualificada. Você está preparada. Você é forte. Você pode”.⁶⁶

⁶⁶. <https://www.hypeness.com.br/2018/09/seis-iniciativas-que-estao-ajudando-a-eleger-mais-mulheres-em-2018/>

As iniciativas também entendem que ser eleito/a para um cargo é difícil e que o grau de ambição política dos/as aspirantes pode diminuir como consequência de processos eleitorais mal sucedidos. Em consonância com isso, uma das iniciativas que respondeu nossa pesquisa institucional, o Instituto Gaúcho de Direito Eleitoral,⁶⁷ afirmou que seu principal objetivo não era apenas incentivar as mulheres a se candidatarem pela primeira vez, mas também garantir que “as mulheres que se inscreveram para se tornar candidatas tivessem uma boa experiência como candidatas e, mesmo que não fossem eleitas, tentassem concorrer novamente”. Essa preocupação com as experiências das mulheres com suas campanhas é importante, dados os índices mais baixos de tentativa de reeleição por mulheres incumbentes, discutidos no Capítulo 3, e os índices mais baixos de recandidatura entre as mulheres (Osmo Mardegan 2020).

Nas entrevistas, participantes citaram formas como o treinamento influenciou suas percepções sobre suas qualificações para um cargo público. Reiterando nossas análises dos dados do LAPOP apresentadas no Capítulo 2, o treinamento e o apoio oferecidos pelas iniciativas parecem ter sido particularmente importantes para inspirar e solidificar a confiança das mulheres em suas aspirações políticas. Em suas próprias palavras:

“

ESTE CURSO, DURANTE ESSES três meses, do Instituto Alziras, foi o que me deu ânimo. Para a gente realmente se empoderar, conhecer mais um pouco da política e empoderar também outras mulheres.

Diana Campos, 38, preta, Alziras, Chapada Gaúcha (MG), PODE.

”

67. <https://igade.com.br>

“

O CURSO DE EXTENSÃO

foi muito bom porque preparou para a nossa campanha. A gente que não vem de partidos políticos tem dificuldade ainda de fazer trabalho de base e de preparar politicamente as pessoas. Eu acho que esse movimento de renovação, ele vem com essa educação política e cidadã pra gente precisa ter, pra gente ir pra rua mais preparado de como que a gente pode falar, não só de renovação como também de gestão pública, para ter mais eficiência pro debate político

Yano, 20, preto, RenovaBR, Boavista (RR), REDE.

”

Conforme observado no Capítulo 2, outro obstáculo à representação de grupos marginalizados, particularmente para as mulheres, é que eles/as são incentivados/as em menor grau a concorrer a um cargo público.

2) As atividades das iniciativas estão reduzindo as brechas de gênero através do recrutamento ativo?

Não está claro.

No período pré-eleitoral, iniciativas como a Vamos Juntas usaram suas contas nas mídias sociais para pedir a seguidores/as que marcassem amigos/as que acreditavam que deveriam estar envolvidos/as na política. Esses esforços podem vir a constituir uma forma de incentivo político. Ao aumentar a conscientização sobre a sub-representação política das mulheres, apresentando pessoas de grupos marginalizados a nomes proeminentes da política e fornecendo redes de apoio, essas iniciativas também podem incentivar indiretamente as pessoas de grupos marginalizados a se perceberem como lideranças políticas em potencial. Por exemplo, como explicou a enfermeira Abenil:

“

FOI A QUESTÃO DAS MULHERES

[o mais importante], porque, na realidade não é porque ela foi mais útil, mas ela deu uma enriquecida e mostrou as diversidades e encorajou a gente a continuar dentro dos movimentos. Você ouvir outras mulheres falando, te encorajando, acho que isso enriquece qualquer pessoa, qualquer mulher tem. Isso eu levo até hoje.

Enfermeira **Abenil**, 45, preta, NFNB, Juína (MT), PT.

”

No entanto, parece haver limitações importantes para os esforços das iniciativas em lidar com as brechas de ambição política e incentivo políticos: embora as iniciativas consigam aumentar a confiança entre participantes, não está claro se elas são capazes de afetar apenas pessoas que já têm aspirações políticas pré-existentes, ou se podem inspirar e despertar a ambição política em pessoas que, de outra forma, não teriam sequer considerado se candidatar. As iniciativas de apoio a candidatos/as não parecem ter um amplo alcance na sociedade (como será detalhado posteriormente neste Capítulo), de modo que é provável que seus esforços atinjam principalmente um grupo limitado de aspirantes já pré-dispostos/as. Na verdade, muitos dos/as entrevistados/as, eles/as próprios/as candidatos/as pela primeira vez, nunca tinham ouvido falar de iniciativas de apoio. Alguns/umas outros/as tinham ouvido falar, mas não confiavam nelas. Como eles explicaram:

“

EU NÃO ACREDITO

muito nessas iniciativas, eu sempre acho que tem alguém por trás. É diferente de associação de estudantes, dessas agremiações que existem, sempre tem algo político por trás. Em São Paulo, nem tanto; Brasília, nem tanto, mas no interior do Brasil é muito comandado por político.

Anfrísio Terminelli, 27, preto, sem iniciativa de apoio, Boa Vista (RR), REDE.

”

“

OLHA, INICIATIVAS POLÍTICAS

que não são partidárias, eu acho que elas fazem isso em questão de tentar levantar alguém que faça sua defesa. Um exemplo, uma instituição nacional como os Correios, em várias regiões têm candidatos/as que os próprios Correios tentam colocar um colega para representar, porque eles sentem essa necessidade; assim acontece em outros segmentos. Não é pra criar uma organização fora do partido, mas para colocar no partido alguém que eles sentem que represente eles.

Simone Barbosa, 43, parda, sem iniciativa de apoio, Feira de Santana (Bahia), PSB

”

Em suma, conforme mencionamos no Capítulo 2, dois fatores-chave contribuem para as brechas na decisão de se candidatar: menores taxas de ambição política e autopercepção sobre as qualificações — problemas que são mais pronunciados entre mulheres de todas as raças e etnias, mas, particularmente, entre mulheres negras. Há alguma indicação de que iniciativas de apoio a candidatos/as, especialmente iniciativas específicas para mulheres, servem como um catalisador da ambição política delas — e, principalmente, como uma base para a sua consolidação. Mais importante, através de treinamentos e orientação, as iniciativas de apoio a candidatos/as dão às mulheres a autoconfiança necessária para que se sintam qualificadas para concorrer a e ocupar cargos políticos.

Apesar disso, o alcance das iniciativas parece limitado. Embora não tenhamos dados suficientes que confirmem tal percepção, seria razoável afirmar que iniciativas de apoio a candidatos/as estejam atingindo grupos da população que já se autoavaliam de uma forma mais generosa e autoconfiante, portanto seriam pessoas mais propensas a aspirar a uma carreira política. Mas o conjunto

de candidatos/as não é construído apenas tendo como base interesses individuais pela política. Como o Capítulo 2 revelou, os partidos são fundamentais no processo de seleção de candidatos/as. Em seguida, investigaremos se as iniciativas enfrentam os obstáculos criados pela relação com os partidos políticos.

O PAPEL DOS PARTIDOS

Um obstáculo fundamental para a representação de grupos marginalizados identificados no Capítulo 2 é a ação limitada dos/as líderes partidários/as na busca ativa de eliminar as brechas de representação.

3) As iniciativas de apoio a candidatos/as facilitam o acesso de grupos marginalizados aos partidos políticos?

De uma forma geral, não. Em grande parte, as iniciativas de apoio a candidatos/as fornecem vias alternativas para o recrutamento de candidatos/as que ocorre em paralelo ao trabalho dos partidos políticos.

Conforme já mencionamos, a relação das iniciativas de apoio a candidatos/as com os partidos é marcada por tensão, então, as iniciativas recrutam participantes em processos paralelos aos dos partidos. Na verdade, muitas iniciativas justificam seu trabalho com base na relutância dos partidos em recrutar candidatos/as de grupos marginalizados. Por exemplo, quando perguntado: “Quais você acha que foram as principais dificuldades que levaram as pessoas a procurarem a sua iniciativa?”, representantes de iniciativas que responderam à nossa pesquisa disseram que os indivíduos os procuraram por conta da falta de apoio dos partidos. Como declarou uma iniciativa: “Nossa atividade acontece no vácuo deixado pelos partidos em relação às candidaturas de mulheres e mulheres negras” (iniciativa anônima 1). Uma das entrevistadas explicou isso muito bem:

“

A EXISTÊNCIA DESSE TIPO DE MOVIMENTO,

desse tipo de suporte e financiamento só demonstra o quanto a nossa política partidária é frágil; afinal de contas, esse tipo de organização só existe porque os partidos falham muito com as pessoas que não são privilegiadas, pessoas comuns. Esses movimentos facilitam a pessoas comuns conseguirem participar, ter capacidade e visibilidade mais sentido.

Luana Mota, 27, preta, sem iniciativa de apoio, São Gonçalo (RJ), PDT.

”

Apesar da boa intenção e de seus muitos esforços, as iniciativas de apoio a candidatos/as não conseguem substituir os partidos políticos: conforme afirmamos anteriormente, no Brasil, pessoas não podem se candidatar a cargos como independentes, portanto, precisam ser indicadas por um partido político.⁶⁸ Tradicionalmente, as candidaturas são uma recompensa por serviço de longa data prestados aos partidos: antes de se tornarem candidatos/as, os/as aspirantes primeiro se tornam membros/as de um partido, depois servem ao partido por muitos anos, enquanto ganham a confiança das lideranças até que, finalmente, são indicados/as para concorrer a um cargo. Contudo novos/as aspirantes que concorrem a um cargo no contexto brasileiro, que combina no contexto atual um alto número de partidos com uma “crise de representação”, acabam, na maioria das vezes, não percorrendo esse caminho tradicional da política.

Por definição, *outsiders* tendem a não pertencer a uma família política ou a ter redes muito extensas na política formal. Como contaram alguns/algumas entrevistados/as, foi somente após decidirem se candidatar que foram, pela primeira vez, em busca de informações sobre os processos de eleição e indicação de candidatos/as – e tentaram se aproximar da política formal. É eloquente deste novo padrão o fato de que as trajetórias dos/as aspirantes a candidatos/as agora comecem com pesquisas no Google, e não dentro das carreiras nos partidos. Como muitos/as entrevistados/as afirmaram, eles/as aprenderam o que significava se tornar um/a candidato/a pesquisando na internet, por exemplo: “Como funciona o sistema político?”, “O que devo fazer para me tornar um político?”, ou “Como funciona o Senado?”. Curiosamente, após reunir informações preliminares, o passo seguinte para diversos/as aspirantes ainda não foi o de se filiar a um partido político, mas, sim, continuar sua preparação para o cargo de outras maneiras, entre elas, ingressando em iniciativas de apoio a candidatos/as.

68. Mesmo que candidatos/as pudessem concorrer como independentes, é difícil saber se isso teria um impacto positivo na representação, especialmente por causa da distribuição de recursos. Além disso, as candidaturas independentes provavelmente teriam outros efeitos na política que talvez fossem contraproducentes para a promoção da igualdade na política.

Isso significa que, ao contrário das gerações anteriores de políticos/as emergentes, muitos/as aspirantes no Brasil agora começam a se preparar para se candidatar a cargos públicos dentro de organizações não partidárias e, somente então, procuram um partido que esteja disposto a indicá-los/as. Ainda que este processo seja motivado pelo próprio ceticismo de estreadores em relação à “velha política” e aos partidos políticos, a chegada tardia dos/as aspirantes aos partidos não é algo que as iniciativas de treinamento de candidatos/as parecem estar buscando enfrentar ativamente. Em outras palavras, mesmo que a maioria das iniciativas possa fornecer informações sobre política e eleições, poucas oferecem orientação sobre a busca de um partido e menos delas ainda têm acesso a redes de líderes partidários.

Em nossa pesquisa junto às instituições, a maioria das respondentes classificou sua interação com os partidos como baixa ou nula. Uma exceção é o Vamos Juntas, iniciativa liderada pela deputada federal Tabata Amaral, a qual utilizou seu próprio capital político para convocar líderes partidários/as e recomendar o recrutamento e financiamento de mulheres que participaram de seu programa. Iniciativas que, embora não partidárias, são ideológicas, como a Candidate-se, também parecem desfrutar de maiores níveis de acesso aos partidos que aquelas que se caracterizam como não partidárias e não ideológicas. Como um representante do Candidate-se afirmou em nossa pesquisa com as instituições: “Os partidos estavam abertos à experiência, todos os líderes partidários que contatamos, de vários partidos, concordaram em dar uma aula ou compartilhar suas experiências”. Ao contrário do Vamos Juntas ou do Candidate-se, no entanto, a maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as não tem laços estreitos com partidos políticos ou acesso a redes de líderes partidários/as poderosos/as.

Mas mais preocupante é o fato de que os partidos, de uma maneira geral, oferecem resistência ao trabalho dessas iniciativas. Membros/as de um partido que participam de iniciativas de apoio a candidatos/as correm o risco de ter a sua lealdade partidária questionada, o que provavelmente cria obstáculos adicionais às suas eventuais indicações e campanhas. Como um dos/as candidatos/as entrevistados/as expressou:

“ **COLETIVO E PARTIDOS NÃO É**
uma relação boa. Não têm a relação boa, estreita, não esperávamos assim. O tratado era uma coisa e estão agindo completamente diferente do que combinamos.

Anderson Balbino, 48, preto, NFNB, São Paulo (SP), PDT.

”

Em relação a essas dinâmicas, outra entrevistada falou de forma ainda mais explícita e afirmou que seu partido não quis que ela participasse de nenhuma iniciativa de apoio a candidatos/as. Como ela explicou:

“ **ANTES DE INICIAR O CURSO,**
a direção do partido aqui, não queria. Alegaram ser uma coisa de direita, e eu respondi que era totalmente ultrapassado. Eu sou uma pessoa que não me apego às ideologias. Eu não me pego a ideologias partidárias. Meu slogan de campanha é 'meu compromisso é com você'.

Letícia Garces, 40, branca, RenovaBR e Goianas na Urna, Goiânia (GO), PT.

”

A desconfiança dos partidos em relação às iniciativas é algo que as próprias iniciativas identificam como um obstáculo aos seus esforços. De fato, algumas delas tentaram resolver isso. O Goianas na Urna, por exemplo, orienta todas as suas participantes sobre como explicar, detalhadamente, aos/às líderes partidários/as o que é a iniciativa – e, principalmente, o que ela não é – e reiterar que participam dela para se qualificarem mais a concorrer como candidatas de seu partido, não para aprender ou fazer avançar uma agenda política específica. Como representantes de outras iniciativas explicaram em nossa pesquisa:

“

NO COMEÇO, HOUVE RESISTÊNCIA.

Lembro de uma participante que me ligou para dizer que um dos líderes do seu partido achava que nossa iniciativa estava associada ao movimento político Acredito⁶⁹ e que ela não deveria fazer parte disso. Marcamos uma reunião com eles, explicamos nosso propósito e, então, tudo bem.”

Iniciativa anônima 2.

[OS PARTIDOS SÃO] MUITO

resistentes. Eles acreditam que podemos estar favorecendo alguns partidos em detrimento de outros e que o treinamento que oferecem internamente é suficiente.

Iniciativa anônima 3.

”

69. <https://www.instagram.com/movimentoacredito/?hl=en>



UM DOS COORDENADORES

de um partido político me procurou para dizer que nosso curso estava causando problemas para ele, porque ele poderia perder mulheres. Na verdade, essa era a sua estratégia para usar os recursos que eles tinham.

Iniciativa anônima 4.



Porém, o grau de resistência dos partidos às iniciativas também parece variar de acordo com limites ideológicos e regionais, com os partidos se mostrando aparentemente abertos ao diálogo com as iniciativas sempre que conseguem identificar uma convergência ideológica. Além disso, conforme identificamos na pesquisa com as iniciativas, as oportunidades de cooperação entre elas e os partidos também se iniciam a partir de organizações partidárias no nível local e por meio de agentes internos/as dos partidos, incluindo as líderes mulheres e/ou comitês de diversidade partidários.

Em suma, o terceiro obstáculo para a redução das lacunas de representação identificadas no Capítulo 2 é a falta de recrutamento ativo de pessoas de grupos marginalizados por parte dos partidos. Conforme discutimos aqui, este não é um obstáculo que as iniciativas de apoio a candidatos/as conseguiram enfrentar de forma adequada; pelo contrário: a desconfiança dos partidos nas iniciativas pode resultar em aspirantes treinados/as pelas iniciativas sendo vistos como candidatos/as menos atraentes pelos/as líderes partidários/as. Dessa forma, em vez de um benefício, a participação em uma iniciativa de apoio a candidatos/as pode se transformar em um obstáculo para um/a aspirante político/a.

O PAPEL DOS/AS ELEITORES/AS

Ainda em relação à fase de recrutamento de candidatos, o Capítulo 2 identificou dois fatores adicionais que podem contribuir para reduzir as brechas de representação; ambos dizem respeito aos/as eleitores/as. O primeiro deles apresenta uma oportunidade: eleitores/as estão cientes da sub-representação política dos grupos marginalizados e apoiam amplamente os esforços para enfrentar esses desequilíbrios. No entanto...

4) As iniciativas de apoio a candidatos/as aproveitam esta oportunidade?

Sim.

A maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as criadas no Brasil desde 2018 não busca apenas promover a renovação política, mas um tipo específico de renovação política que está intrinsecamente ligado ao aumento da diversidade. Uma das maneiras pelas quais isso fica evidente é o fato de que a maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as visa grupos específicos (por exemplo, mulheres, negros/as, pessoas LGBTQI+).

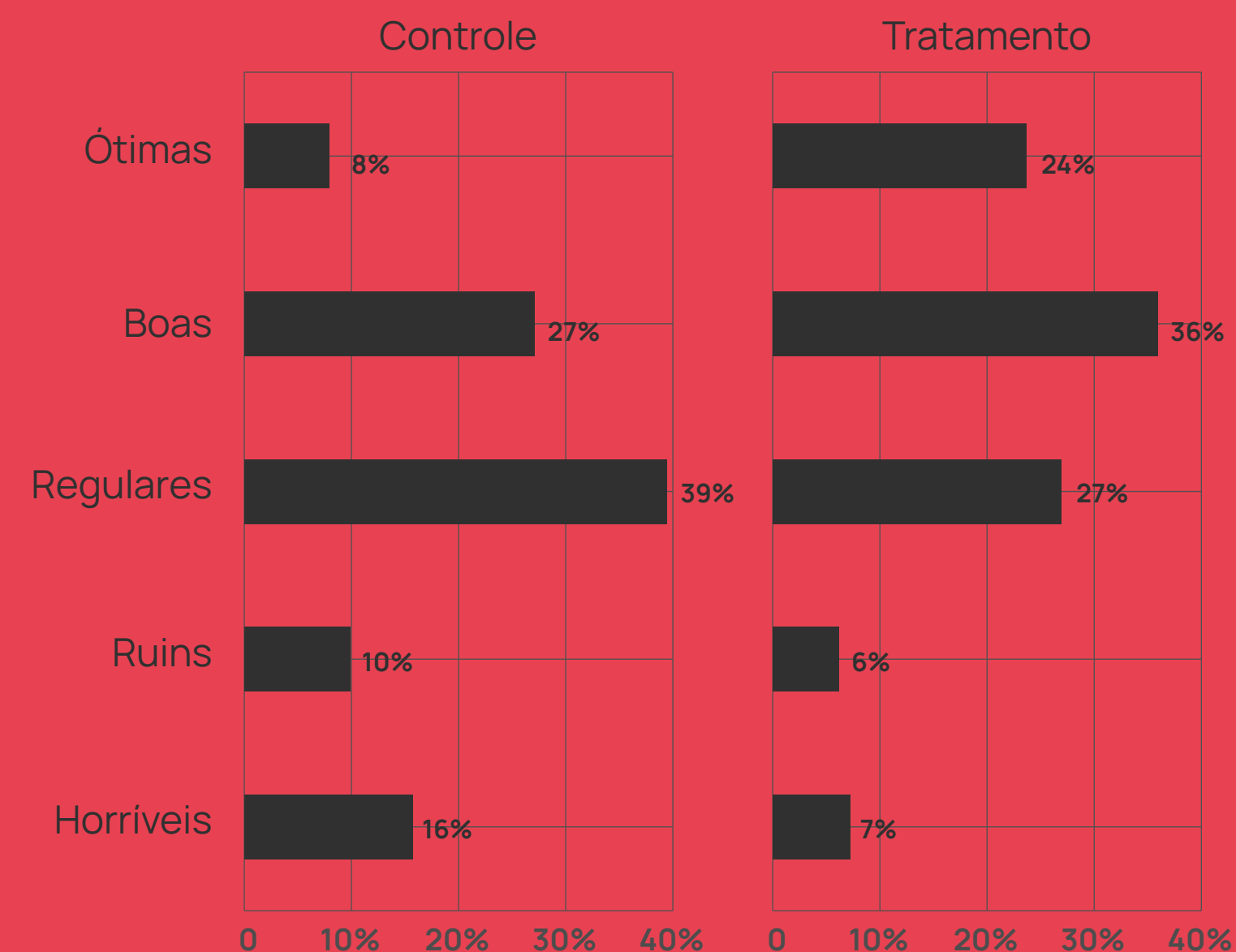
Como parte da pesquisa pré-eleitoral descrita nos Capítulos anteriores, pedimos aos entrevistados/as que avaliassem até que ponto as iniciativas não partidárias de apoio a candidatos/as eram algo positivo. De forma semelhante a outras partes do questionário, fizemos aleatoriamente duas versões da pergunta: uma versão de controle, na qual não eram mencionados detalhes sobre do que se tratam tais iniciativas, e uma segunda versão, na qual mencionamos que as iniciativas tinham como foco a promoção de candidaturas de mulheres e negros/as.⁷⁰

70. A formulação da pergunta era a seguinte: "Hoje, no Brasil, existem iniciativas, cursos e financiamentos de fora dos partidos voltados para ajudar pessoas de fora da política [*como mulheres e negros/as*] a se elegerem. Alguns dizem que essas iniciativas são boas para a política e outras dizem que não. De modo geral, como você se sente em relação a essas iniciativas: são ótimas, boas, regulares, ruins ou terríveis?". O trecho destacado em itálico foi informado, aleatoriamente, para metade dos/as entrevistados/as.

Alinhados com a atuação de muitas iniciativas de apoio a candidatos/as de promover a diversidade na representação, nossos resultados indicam que os/as eleitores/as apoiam mais as iniciativas focadas na promoção de candidaturas de grupos marginalizados (**ver Figura 38**).

Especificamente, descobrimos que, em comparação com o grupo de controle, os/as entrevistados/as no grupo de tratamento (ou seja, aqueles/as que receberam informações de que as iniciativas procuram promover candidaturas de mulheres e negros/as) foram, em média, substancialmente mais favoráveis às iniciativas de apoio a candidatos/as. Quase 60% dos/as entrevistados/as que foram solicitados/as a pensar sobre os esforços das iniciativas para promover candidaturas de mulheres e negros/as disseram que elas eram “ótimas” ou “boas”. Em contraste, cerca de 35% dos/as que não foram informados/as sobre esse foco avaliaram as iniciativas positivamente. Além disso, 40% dos/as entrevistados/as no grupo de controle disseram que elas eram “regulares”. Ou seja, mesmo com poucas informações, três em cada quatro brasileiros/as, não veem as iniciativas de apoio a

FIGURA 38. Impressões sobre iniciativas não partidárias, com grupo de tratamento (Datafolha 2020).



candidatos/as de forma negativa. Talvez o dado mais importante seja que o apoio dos/as eleitores/as às iniciativas aumenta substancialmente quando são informados/as que elas têm como foco promover a representação de grupos marginalizados. A maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as está, de fato, focada na promoção da representação política de pessoas de grupos marginalizados, de tal modo que, em termos gerais, o ecossistema parece estar bem alinhado com as preferências dos/as eleitores/as para a redução dessas brechas de representação.

Ainda que menos frequente, outra forma pela qual as iniciativas de apoio a candidatos/as estão respondendo à demanda de eleitores/as por mais diversidade na política é por meio de *advocacy*, para garantir melhores condições para a representação política de grupos marginalizados. Nesse sentido, talvez o exemplo mais interessante recente seja a participação da NFNB, em colaboração com outras organizações antirracistas e a deputada federal Benedita da Silva, para solicitar aos Tribunais Superiores que se pronunciassem sobre a reserva de verbas de

campanha para candidatos/as negros/as — o que foi assegurado pelo TSE, em setembro de 2020.

Porém, é bom lembrar que, como mostrado no Capítulo 2, embora eleitores/as pareçam apoiar uma maior diversidade na política, em geral, eles/as não são igualmente favoráveis ao aumento da representação política de todos os grupos marginalizados, preferindo as mulheres, depois pessoas negras e, por fim, pessoas LGBTQI+. Portanto perguntamos:

5) O trabalho de iniciativas de apoio a candidatos/as leva a maiores níveis de apoio à representação de candidatos/as negros/as e LGBTQI+?

Não está claro.

Por um lado, a maior concentração de iniciativas voltadas para a promoção de candidaturas femininas reflete — e reforça — o maior apoio de que vota a uma representação equilibrada de gênero.

Por outro lado, iniciativas específicas estão, de fato, realizando um trabalho fundamental para promover as candidaturas de outros grupos — e para aumentar o apoio dos/as eleitores/as a eles. É o caso de iniciativas como Mulheres Negras Decidem,⁷¹ que aumenta a consciência sobre a profunda sub-representação das mulheres negras na política; e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra),⁷² que vem trabalhando na promoção de debates sobre a exclusão política de travestis e pessoas trans com um sucesso relativamente alto, elegendo mulheres trans com expressivo apoio eleitoral em diversas capitais do país.

Em meio à crise de representação do Brasil, as demandas dos/as eleitores/as por pessoas de fora da política aumentaram substancialmente. Esse contexto também parece ter trazido luz à sub-representação de grupos marginalizados. Eleitores/as agora não apenas estão cientes dessas desigualdades políticas, mas também parecem estar mais dispostos/as a mudar a situação.

O trabalho das iniciativas de apoio a candidatos/as, principalmente aquelas voltadas para a promoção da representação feminina, está perfeitamente alinhado com as demandas dos eleitores/as. Mas preparar candidatos/as para o cargo é uma coisa; elegê-los/as é outra. Como as iniciativas de apoio a candidatos/as funcionam quanto à fase que se segue?

71. <http://mulheresnegrasdecidem.org>

72. <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>

Campanhas Eleitorais

Fazendo uma avaliação das dinâmicas de gênero e raça nas campanhas eleitorais, o Capítulo 3 apresentou outros cinco fatores-chave que podem ser identificados como obstáculos ou oportunidades para aumentar a representação política de grupos marginalizados.

O PAPEL DOS PARTIDOS

O primeiro obstáculo é o fato de os/as estreates na política receberem menos apoio financeiro de seus partidos. Assim sendo:

1) As iniciativas de apoio a candidatos/as aumentam o acesso dos/as candidatos/as a recursos financeiros?

Na maioria das vezes, não.

A incapacidade das iniciativas em aumentar o acesso de estreates ao financiamento de campanha não se deve à falta de conhecimento da existência do problema. Pelo contrário: a maioria dos/as representantes de iniciativas que responderam à nossa pesquisa destacou a falta de apoio partidário e acesso a recursos como um dos principais fatores que levam aspirantes políticos/as a procurarem seus serviços. Isso também é algo que as iniciativas expõem de forma recorrente. Por exemplo, o *Elas no Poder*⁷³ afirma em seu *site* que a distribuição desigual de recursos financeiros a candidatos/as homens e mulheres foi o que motivou a criação da iniciativa. Ainda assim – e relacionado ao *ethos* das iniciativas de apoio a candidatos/as não apenas como instituições não partidárias, mas também como organizações sem fortes conexões com os partidos – as iniciativas são limitadas em relação ao que e como podem melhorar o acesso direto de seus/suas participantes no acesso aos recursos financeiros.

73. <https://elasnopoder.org/sobre-nos/>

Com a proibição das doações de empresas, os fundos públicos distribuídos aos partidos (o Fundo Partidário e o FEFC) são agora a mais importante fonte de financiamento de campanha. O grau de acesso das iniciativas dentro das organizações partidárias que, na maioria dos casos, é muito baixo ou inexistente, limita a sua capacidade de fazer com que participantes sejam reconhecidos/as como figuras proeminentes – e, portanto, merecedoras de financiamento – dentro dos partidos. Uma das entrevistadas descreveu sua experiência:

“

NÃO CHEGOU NADA, EU INDIGNADA.

\Foi difícil trabalhar sem dinheiro. Minha família foi me ajudando nas coisas (...). A questão da logística mesmo, para eu ir nessas comunidades: não tinha como. Eu consegui ir na última semana, porque o meu cunhado me emprestou o carro para a gente poder rodar. Foi difícil.

Diana Campos, 38, preta, Alziras, Chapada Gaúcha (MG), PODE.

”

Mesmo com acesso limitado para melhorar as chances de candidatos/as de acessarem os fundos do partido, as iniciativas de apoio a candidatos/as ainda conseguem influenciar indiretamente a possibilidade de seus/ suas participantes de obter mais apoio e recursos não monetários ao longo da campanha. Uma forma pela qual o trabalho das iniciativas parece apoiar candidatos/as nesse sentido é fornecendo as informações necessárias para saber o que exigir de seus partidos. Por exemplo, uma colaboração entre A Tenda das Candidatas⁷⁴ e Escuta Candidata⁷⁵ deu orientações diretamente às mulheres sobre como identificar e refutar as desculpas mais comuns dos partidos para a não distribuição ou a baixa distribuição de recursos para suas campanhas.⁷⁶ Da mesma forma, uma pessoa entrevistada na pesquisa com as iniciativas informou que o principal objetivo era oferecer suporte a fim de garantir que “nenhum dos participantes seja tratado como ‘candidato fantasma’ ou ‘boi de piranha’ devido à falta de informação e saiba como exigir seus direitos”. Os esforços das iniciativas para

prepararem seus participantes para exigirem recursos parecem ter funcionado, pelo menos para alguns/ algumas candidatas/as. Como aparece neste relato:

“

EU SOU, FIZ O RENOVA, RENOVABR.

Acredito que, se não fossem esses projetos, eu estaria bem despreparada; bem do jeito que os partidos esperam de um candidato de 1ª viagem. Tendo esse preparo, foi como eu também consegui esses recursos do setorial de agricultura; o pessoal acaba vendo que eu não era tão inocente assim. Graças a esses dois, foram outras noções que eu tive. Meu projeto, a pré-campanha foram com base nos ensinamentos que eu tive, tanto no RenovaBR como no Goianas na Urna.

Leticia Garces, 40, branca, RenovaBR e Goianas na Urna, Goiânia (GO), PT

”

74. <https://linktr.ee/instadatenda>

75. <https://www.instagram.com/escutacandidata/>

76. <https://www.instagram.com/p/CHLY3hxHtcE/>

Como indica o Capítulo 3, no entanto, sem o mesmo nível de apoio partidário concedido aos incumbentes, estreantes acabam contando, em grande parte, com seus próprios recursos para realizarem suas campanhas.

2) As iniciativas aliviam a carga associada às necessidades dos/as candidatos/as de contar com recursos próprios para financiar suas campanhas?

Sim, embora talvez não o suficiente.

Devido à influência de seu fundador, Eduardo Mufarej, e de suas importantes relações com pessoas do mundo empresarial, as quais acabaram integrando a diretoria da iniciativa, o RenovaBR é único dentro do ecossistema que conta com o apoio de pessoas de alta renda, capazes de fornecer aos/às participantes o acesso a uma rede de potenciais doadores/as bastante poderosa.⁷⁷

Na realidade, muitos/as dos instrutores/as do RenovaBR orientam seus/suas participantes a não utilizarem recursos do partido — mesmo que sejam oferecidos — e, em vez disso, recorrer a outras fontes de financiamento.

Entretanto, ao contrário do RenovaBR, a esmagadora maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as não conta com o acesso a doadores/as da elite; ao contrário: elas são administradas por voluntários e apoiadas por doações pequenas, que atendem em curto prazo. Dessa forma, o apoio de campanha que mais frequentemente conseguem oferecer a seus/suas participantes é na forma de serviços (ou seja, não monetário) realizados por voluntários/as.

⁷⁷. Para uma lista de doadores da organização, visite: <https://renovabr.org/veja-a-lista-atualizada-de-nossos-doadores/>

Esses serviços são variados e incluem a alocação de pessoal de campanha (que é fornecido, por exemplo, por Elas no Poder, Vote Nelas e Goianas na Urna); acesso a informações sobre o comportamento do/a eleitor/a e comunicação de campanha (como é o caso da Fermenta,⁷⁸ uma iniciativa do Instituto Update, e Elas no Poder); serviços de fotografia profissional para uso em materiais de campanha (como no Grupo Mulheres do Brasil – Comitê de Políticas Públicas e Igualdade Racial); exposição a redes de ativistas e líderes comunitários/as (como no NFNB e Candidate-se); e esforços coletivos de arrecadação de fundos (como os promovidos pela Goianas na Urna⁷⁹).

Além dos benefícios diretos garantidos por esses serviços, as iniciativas de apoio também parecem aumentar a confiança dos/as candidatos/as para executarem suas próprias campanhas de forma independente, e buscar recursos adicionais. Como disseram duas entrevistadas que receberam apoio de diferentes iniciativas:

“

ELAS FIZERAM UM TREINAMENTO

para engajamento no Instagram e Facebook que eu consegui aumentar as minhas visualizações de forma natural, sem impulsionar nada. Então essa questão foi o que está sendo mais útil pra mim na campanha. Porque a parte legal que eles explicaram, isso eu já sabia, pois sou formada em direito. A lista de contato, que eu consegui formar com o programa, a experiência com um monte de mulheres diferentes, com histórias muito parecidas com a nossa, de superação.

Ynaê, 21, branca, RenovaBR e Goianas na Urna, Pirenópolis (GO), DEM.

”

78. <https://elasnopoder.org/wp/wp-content/uploads/2020/07/fermenta.pdf>

79. <https://www.goianasnaurna.com.br/post/financiamentos-coletivos-de-candidatas-goianas-precisam-do-seu-apoio>

“

TODO O CONHECIMENTO

que eu tive para fazer minha campanha foi com base no Vamos Juntas. A preparação da campanha e identificar os eleitores, montar planilha com quem eu tinha contato, com quem poderia ser mobilizador, procurar voluntários, tudo foi graças ao Vamos Juntas.

Luísa Zansávio, 29, branca, Vamos Juntas, Ribeirão Claro (PR), MDB.

”

Mas para alguns/algumas candidatos/as, esse apoio não foi suficiente. Embora as iniciativas recrutem candidatos/as e lhes prometam algum apoio de campanha, elas não têm o apoio institucional, o *know-how* ou os recursos que os partidos políticos costumam ter. Mesmo assim, alguns/algumas candidatos/as acabam as vendo como alternativas aos partidos políticos – e esperam pelo que entendem como o mesmo apoio. Quando isso não acontece, candidatos/as se sentem frustrados e à deriva no meio de suas campanhas. Como explicaram:

“

O GOIANAS NA URNA

mas que ajudou muito na pré-campanha, com formação, palestras de vereadores já eleitas, com depoimentos de pessoas que já enfrentaram eleição, mas nada efetivo de falar 'o que você está precisando, é cabo, voluntários?'. Muito só na parte virtual, mas a mão na massa mesmo, eu não encontrei ninguém. Quando eu precisei mesmo de voluntárias, de apoio, de apoio jurídico, de orientação, eu não tive. Então, eu acho que elas deveriam, quem se propõe a ajudar candidatas, principalmente as candidatas de primeira viagem, deveriam ser mais proativas e meter a mão na massa mesmo. Vem cá, vem aqui, vai no seu comitê, fala o que está faltando,

orienta, se for preciso mandar uma equipe aqui primeiro para você, até vocês engrenarem e depois a gente vai pra outro lugar. Então, eu achei que é muito assim, agora é cada um por si e Deus por todos. Então, todo mundo fala muito de ajudar as mulheres a entrar na política, vamos por mais mulheres na política, mas esquecem que as mulheres, a maioria delas, estão entrando pela primeira vez. Então, assim, se você não for uma mulher realmente proativa, lutadora, guerreira, o sistema te engole, você não consegue enfrentar. As pessoas ficam lá, disputando o quarto mandato, você não consegue

Luísa Zansávio, 29, branca, Vamos Juntas, Ribeirão Claro (PR), MDB.

”

“

PRINCIPALMENTE A QUESTÃO

do voluntariado, porque a gente teve no RenovaBR uma parte de voluntariado, mas era um voluntariado só na teoria, não sabia como conseguia voluntariado, como a gente falava com eles. Se pudesse aprofundar mais como consegue esse voluntariado, é como um curso mais aprofundado para angariar voluntário, né? Porque isso era pro RenovaBR. Principalmente a gente que tá vindo de renovação, a gente não tem recursos financeiros, então é tudo no voluntariado, se batesse mais nessa tecla, seria mais efetivo o curso.

Cleiton Barboza, 28, branco, RenovaBR, Valparaíso de Goiás (GO), PSL.

”

As análises no Capítulo 3 também revelaram que os partidos políticos não fornecem um apoio – no sentido mais amplo – que responda adequadamente às necessidades específicas dos/as candidatos/as de grupos marginalizados e daqueles/as que se candidatam pela primeira vez.

3) As iniciativas reduzem as lacunas na oferta de determinados serviços especiais?

Algumas, certamente, sim.

Reconhecendo que as mulheres podem se deparar com obstáculos específicos durante suas campanhas, algumas iniciativas voltadas para as mulheres – incluindo Elas no Poder, Grupo Mulheres do Brasil e Vamos Juntas – ofereceram acesso a apoio psicológico durante a campanha eleitoral, algo que Luana Rayalla e Aniely Mirtes,⁸⁰ do Vamos Juntas, fizeram questão de mencionar durante suas entrevistas:

80. Aniely Mirtes, 40, preta, João Pessoa (PB), REDE.

“

TEVE TAMBÉM UMA PSICÓLOGA.

De tudo, o que foi mais útil acho que foi a psicóloga, porque a gente fica muito estressada. Eu já sou ansiosa por natureza, fiquei muito mais ansiosa. Mas eu fiquei assim por falta de estrutura, porque acaba que você tem que fazer tudo. E não devia ser assim. A questão burocrática, eu que tive que fazer, banco, tudo.

Luana Rayalla, 25, parda, São Gonçalo (RJ), PDT

”

Além disso, embora candidatos/as estreantes talvez não tenham tido o apoio de “grandes nomes” dentro de seus respectivos partidos, os/as participantes do Vamos Juntas e da NFNB se mostraram gratos/as com a atenção personalizada e a orientação que receberam, respectivamente, da deputada federal Tabata Amaral e de Tadeu Kaçula, líder da NFNB. Como alguns entrevistados/as mencionaram:

“

O APOIO DO VAMOS JUNTAS

na Política, a Tabata foi incrível. Fiz parte do Vai ter Mulheres, Sim. Então, a Alessandra ajudou muito. Meus principais apoios foram da Tabata, do grupo da Tabata e do Vai ter Mulheres, Sim.

Luísa Zansávio, 29, branca, Vamos Juntas, Ribeirão Claro (PR), MDB.

”



CONSEGUI FAZER UMA *LIVE*

com a Tabata⁸¹, o que foi muito bom para o período de pré-campanha.”

Isabelle Passinho, 39, branca, São Luís (MA), PTC.

EU FIZ UM CURSO

de duas semanas. Participei de algumas lives e que mais? Acho que mais isso mesmo. Tenho tido bastante conversa com o Tadeu; ele tem me ajudando bastante. Eu ganhei muito conhecimento. A gente, sendo negro, às vezes não caía muito a ficha do que estava se passando. Então, isso veio engrandecer bastante. Agora, a gente está dando mais valor, é, brigando mais mesmo, discutindo, conversando, tentando explicar algumas coisas. Isso foi muito importante essa parte.

Vanderlei do Sindicato, 59, preto, NFNB, Extrema (MG), PT



Mesmo quando oferece tratamentos mais individualizados como mentorias, a abordagem generalista das iniciativas em relação aos processos eleitorais acaba fazendo com que seu apoio nem sempre funcione para todos/as: líderes partidários/as, em geral, dispõem de mais informações sobre os processos de campanha; eles/as estão inseridos/as no sistema e operam dentro da dinâmica da política local, por isso conhecem bem os contextos e, dessa forma, podem aconselhar seus candidatos/as preferidos/as sobre como maximizar suas chances no pleito. Enquanto isso, as iniciativas oferecem suporte para grupos de candidatos/as que concorrem a cargos em contextos muito diferentes, em cidades de tamanhos e regiões diferentes, e, assim, podem não ser capazes de fornecer o aconselhamento de campanha mais adequado para cada indivíduo. Um entrevistado mencionou esta limitação:

81. Devido à pandemia, foram impostas restrições às campanhas presenciais nas eleições de 2020. Isso levou muitos/as candidatos/as a fazerem campanha *online*. No esforço de emprestar seu capital político às mulheres de sua iniciativa, a deputada federal Tabata Amaral participou de alguns encontros *online* com candidatas apoiadas pelo Vamos Juntas.

“

PARA CADA CIDADE E CADA REGIÃO

tem um diferencial. E esse tema não é diferente. Então, acho que talvez a gente tivesse focado mais nas necessidades da cidade, eu acho que teria sido mais proveitoso, ajudaria mais, digamos assim, na campanha.

Vanderlei do Sindicato, 59, preto, NFNB, Extrema (MG), PT.

”

Em resumo, conforme destacamos no Capítulo 3, estreates na política estão em desvantagem na alocação de recursos partidários e de outros tipos de apoio de campanha, portanto, lidar com as desigualdades na fase de campanha eleitoral requer enfrentar as lacunas na alocação de recursos financeiros e de outros tipos de recursos. Embora as iniciativas estejam cientes desses problemas e algumas tenham tido sucesso em capacitar participantes para arrecadar mais recursos e gerenciar suas próprias campanhas, dois fatores-chave minam seus esforços para resolver o problema: 1) a dificuldade no acesso e colaboração com os partidos políticos, e 2) sua dependência de voluntários/as e orçamentos reduzidos. Mas os partidos não são o único fator que influencia o desempenho dos/as candidatos/as nas eleições. Assim, podemos dizer que as iniciativas de apoio a candidatos/as melhoram as perspectivas eleitorais de seus/suas participantes junto aos/as eleitores/as? Este é o tema da próxima seção.

O PAPEL DOS/AS ELEITORES/AS

Conforme discutimos longamente no Capítulo 3, a enorme desconfiança dos/as eleitores/as em relação às elites políticas tradicionais acaba favorecendo estreantes na política. Além disso, as opiniões favoráveis dos/as eleitores/as em relação aos grupos marginalizados sinalizam que existe interesse na renovação política, o que pode ser um trunfo para mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+ que pretendem se eleger. No entanto, eleitores/as consideram muitas variáveis ao decidir em quem votar; sendo um desses aspectos a probabilidade de vitória dos/as candidatos/as. Como ficou evidente a partir dos grupos focais, eleitores/as não enxergam estreantes como sendo tão viáveis eleitoralmente quanto as elites tradicionais.

4) As iniciativas de apoio a candidatos/as aumentam a viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as aos olhos dos/as eleitores/as?

Elas têm potencial para fazer isso, mas ainda não o fazem.

Uma maneira de aumentar a percepção de viabilidade eleitoral é através de campanhas: eleitores/as usam algumas pistas para avaliar se um/a candidato/a tem chances de vencer, portanto, campanhas caras e de alta visibilidade são um atalho para estas chances de sucesso (Borges 2019). Contudo, as iniciativas de apoio a candidatos/as são limitadas em relação à sua capacidade de contribuir para as campanhas de seus/suas participantes.

Além de campanhas opulentas, eleitores/as também consideram outros fatores quando fazem avaliações sobre a viabilidade dos/as candidatos/as. As discussões dos grupos focais revelam que saber que candidatos/as concluíram os cursos de preparação para o cargo aumenta a disposição em apoiá-los/as. Em particular, os/as candidatos/as que concluem os cursos sinalizam a eleitores/as que estão comprometidos/as com a população, dispostos/as a se empenhar e preparados/as para ocupar um cargo público. Por exemplo, como participantes de grupos focais disseram:

“

A MAIORIA NÃO FAZ CURSO.

Eu votaria no que fez o curso, porque ele estaria se aperfeiçoando na área. Já seria uma coisa boa para ele e para quem ia votar nele. Eu mesmo, nunca vi.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

EU APOIARIA QUEM ESTUDOU,

pois, com certeza, ele vai saber fazer.

Mulher, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).

MEU VOTO É PARA QUEM

está buscando melhorar para atender a população. Isso já mostra o caráter dele.

Homem, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

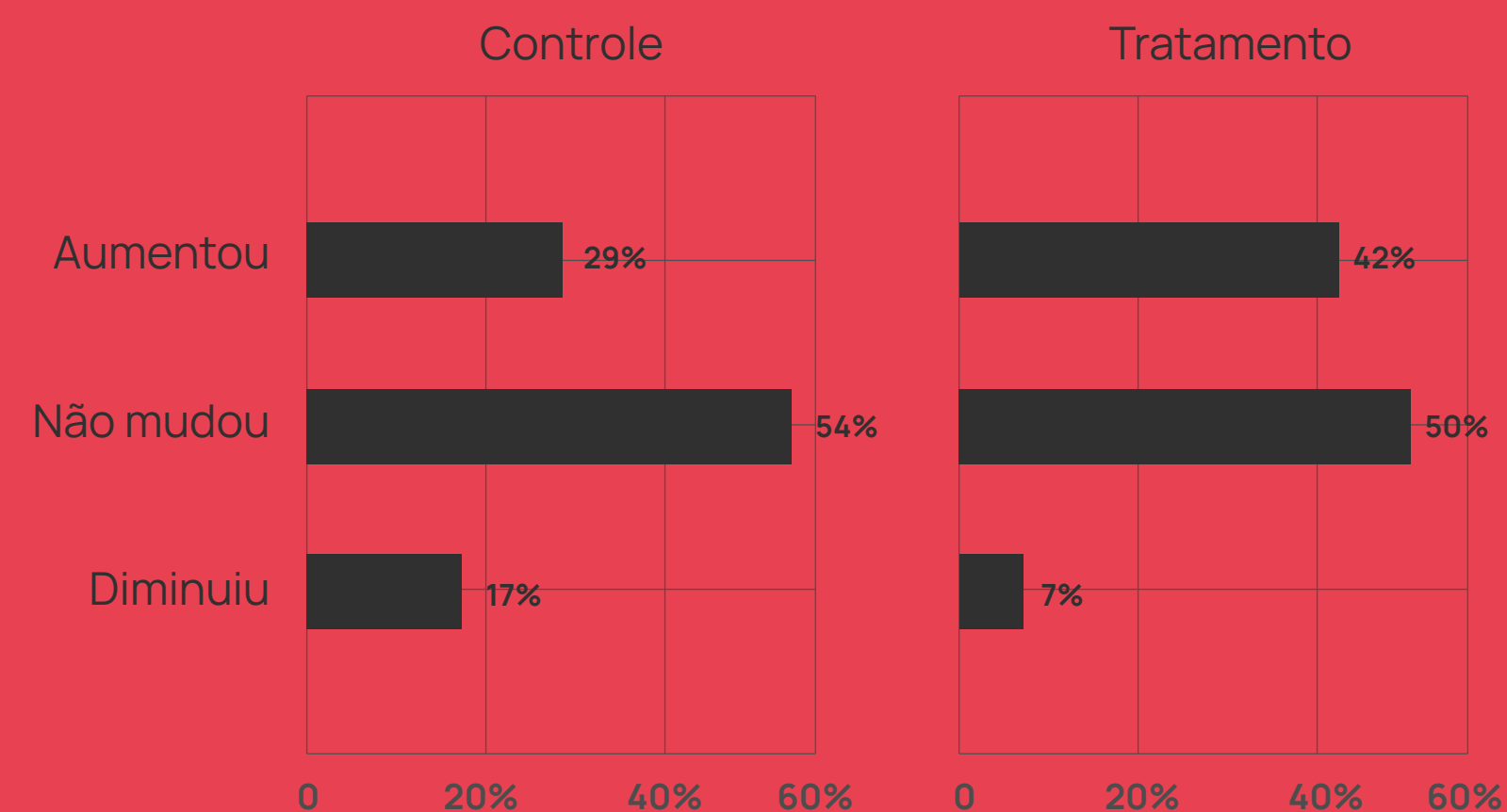
”

Os resultados de nossas pesquisas pré e pós-eleitorais reforçam esses achados. Na pesquisa pré-eleitoral realizada pelo Datafolha, perguntamos se a participação de um/a candidato/a em alguma dessas iniciativas influenciaria o apoio a ele/a. Mais especificamente, a formulação da pergunta era: “Se um/a candidato/a participa de uma dessas iniciativas, você diria que isso aumenta, diminui ou não altera as chances de você votar nesta pessoa?”. Uma vez que essa pergunta foi feita após o experimento distribuir, de forma aleatória, informações sobre iniciativas de apoio a candidatos/as, também conseguimos avaliar como a informação sobre o apoio das iniciativas estar principalmente direcionado a mulheres e negros/as se relaciona com a informação sobre a conclusão de um curso de preparação de candidatos/as na construção da intenção de voto. A Figura 39 compara a distribuição de respostas entre os grupos de controle e tratamento.

Como demonstrado, a maioria dos/as entrevistados/as nos grupos de controle e tratamento atestou que a participação dos/as candidatos/as em iniciativas não afetaria seus votos. Mesmo assim, uma parcela considerável da população, cerca de 30% do grupo de controle e 40% do de tratamento, concorda que participar de uma iniciativa de apoio que oferece um curso aumentaria seu suporte a um/a candidato/a.

A análise dos dados da pesquisa pós-eleitoral reforça a ideia de que o treinamento dos/as candidatos/as é uma importante fonte de capital político. Por exemplo, em uma pergunta sobre quem teria mais chances de vencer entre um/a candidato/a apoiado pelo/a prefeito/a ou um candidato/a que participou de um curso de preparação para a política, cerca de 60% dos/as entrevistados/as disseram ser o/a primeiro/a. Mas, quando questionados/as em qual dos dois candidatos/as prefeririam votar, 83% dos/as entrevistados/as afirmaram que apoiariam o/a candidato/a que conclísse o curso (incluindo 75% dos/das que acreditavam que o/a candidato/a apoiado pelo/a prefeito/a, venceria).

FIGURA 39. Apoio a candidatos/as que participaram de cursos, com grupo de tratamento (Datafolha 2020).



Quando solicitados/as a avaliar as perspectivas eleitorais de um/a candidato/a com ampla experiência no cargo e de outro/a que nunca fora eleito/a, cerca de 60% dos/as entrevistados/as disseram que o/a candidato/a mais experiente venceria – análogo ao resultado da questão anterior. Ainda assim, a porcentagem de entrevistados/as que declararam que votariam no/a candidato/a que nunca foi eleito/a não foi tão alta quanto no outro cenário: 69% disseram que votariam no/a candidato/a novato/a, incluindo 57% dos/das que acreditam o/a candidato/a com mais experiência, ganharia. Esses resultados reforçam a ideia de que eleitores/as, ao menos hipoteticamente, preferem votar em candidatos/as que não estejam no cargo ou não sejam apoiados/as pelo/a prefeito/a e que seriam particularmente favoráveis a candidatos/as que tivessem dedicado esforços na preparação para a função concluindo um curso sobre políticas públicas.

Entretanto, ainda que a participação em cursos preparatórios tenha o potencial de fazer com que candidatos/as se destaquem aos olhos dos/as eleitores/as, isso só é possível se quem vota estiver ciente de tal informação. Nossos achados sugerem que a população em geral desconhece a existência de iniciativas de apoio a candidatos/as. Na pesquisa pré-eleitoral, perguntamos se conheciam alguma iniciativa de apoio a candidatos/as: 44% dos/as entrevistados/as disseram que sim. Embora pareça promissor, este resultado tem grandes chances de ser o produto de um mal-entendido, ou influenciado pelo viés da desejabilidade social, uma vez que, na pergunta seguinte, a grande maioria dos/as entrevistados/as não foi capaz de citar uma única iniciativa não partidária voltada para apoiar candidatos/as.

Mais especificamente, dos 44% das pessoas que afirmaram conhecer uma iniciativa de apoio a candidatos/as, apenas 8,9% tentaram citar um nome. No entanto, a maioria deu respostas incorretas, incluindo nomes de partidos políticos, políticas públicas, como: Bolsa Família e Mais Médicos e organizações não governamentais não relacionadas com o tema, como Greenpeace. Num total de 2.000 entrevistados/as, poucos/as forneceram respostas adequadas, como RenovaBR, MBL, Movimento Vem pra Rua, e respostas apenas parcialmente corretas, como: “ONGs” (10), “Marielle Franco”, “inclusão de mulheres na política” (43), “inclusão de negros na política” (15), “luta pela liberdade feminina / movimentos feministas” e “Instituto Lemann.”

As discussões dos grupos focais corroboram os resultados da pesquisa. De todos os/as 80 eleitores/as que participaram dos 10 grupos, apenas uma pessoa foi capaz de citar uma iniciativa de apoio a candidatos/as. Não surpreende que ele tivesse ouvido falar justamente da maior e mais bem financiada entre todas:

“

EU JÁ OUVI FALAR,
conheço o Instituto RenovaBR de SP que prepara [candidatos]. Alguns candidatos se elegeram em 2020. Acredito nos ideais por lutar pela população.

Homem, CD, 25-45 anos, Monte Mor (SP).

”

A falta de conhecimento sobre essas iniciativas quer dizer que uma fonte de capital político em potencial permanece inexplorada.⁸² Como disse o participante de um grupo focal, integrar uma iniciativa de apoio a candidatos/as “não muda a minha probabilidade de apoiar um candidato, porque eu não conheço [essas iniciativas] e outras pessoas [aqui] também não conhecem” (Homem, CD, 25-45, Monte Mor, SP). Mas, além de não ser capaz de explorar uma fonte potencial de capital político, a falta de informações sobre as iniciativas pode levar os/as eleitores/as a estenderem para as iniciativas de apoio a candidatos/as a desconfiança que têm nas instituições políticas tradicionais. Participantes dos grupos focais compartilharam algumas preocupações em relação a isso. Em suas palavras:

“

O BOM É QUE SEJA TRANSPARENTE,
sem benefícios por trás. Terão os políticos bons e ruins, mas quem é o formador desses políticos?

Homem, CD, 25-45, São Paulo (SP).

ACHO NOJENTO.

Acho que deve ter algum interesse por trás.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Paulo (SP).

É IMPORTANTE SABER

qual o curso, qual a instituição, quem financiou e qual o interesse em financiar. Tem que saber tudo isso antes de apoiar.

Homem, AB, 25-45 anos, São Paulo (SP).

TEM QUE ENTENDER O LOCAL,

o curso, mas não impactaria tanto no meu voto até entender toda a estrutura e o foco principal do curso.

Homem, AB, 25-45 anos, São Paulo (SP).

”

82. Curiosamente, embora o RenovaBR seja uma das poucas iniciativas lembradas por eleitores/as, mencionada na pesquisa pré-eleitoral e nos grupos focais, o código de ética do RenovaBR orienta seus/suas participantes a não fazerem uso político do nome da iniciativa, o que pode significar que os/as candidatos/as não conseguem capitalizar em cima do programa ao longo de suas campanhas.

Como sugerem os dados da pesquisa e do grupo focal, os/as eleitores/as, em grande parte, não sabem da existência das iniciativas de apoio a candidatos/as, o que também os/as leva a suspeitar desses/as atores/as políticos/as. No entanto, uma parte substancial afirmou que estaria mais disposta a apoiar um/a candidato/a que tenha concluído um programa de treinamento. Ou seja, mesmo que os/as eleitores/as possam ter uma opinião favorável sobre candidatos/as que concluem um programa de treinamento antes de concorrer a um cargo público, eles/as não têm informações suficientes que lhes permitam identificar quem são tais candidatos/as. Isso sugere que há espaço para que as iniciativas de apoio sejam mais transparentes, bem como para melhorar seus esforços de comunicação com o eleitorado.

Um último obstáculo à representação de grupos marginalizados identificados no Capítulo 3, e que afeta principalmente as mulheres, é o assédio e a violência política contra as mulheres. Não é à toa que, em um país com altos índices de violência contra a mulher e violência na política, essas duas dinâmicas tenham acabado por se fundir. As mulheres na política, há muito, são alvos de violência, mas essa agenda se tornou mais visível desde o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, e devido ao volume das ameaças de morte recebidas por candidatos/as negros/as e trans. Como pesquisadores/as de gênero e política observaram, os padrões crescentes de violência política com viés de raça e gênero no Brasil são consistentes com a dinâmica da violência política em outros contextos, nos quais os próprios esforços para promover uma maior diversidade na política acabam se deparando com resistência e violência contra pessoas de grupos marginalizados (Biroli 2018; Krook 2017; Sanín 2019).

5) As iniciativas de apoio a candidatos/as combatem a violência política de gênero?

Ainda não, mas há avanços promissores nessa direção.

Com a violência política de gênero ocorrendo de forma generalizada antes, durante e após os períodos eleitorais, o tema vem ganhando destaque nos últimos dois anos. Como revela a literatura existente, oferecer soluções para o problema não é uma tarefa fácil e requer ação institucional formal, incluindo legislação específica (Krook 2017). No contexto de um vácuo institucional, as iniciativas vêm buscando alternativas.

Algumas delas têm procurado enfrentar o problema por meio de pesquisas. Um exemplo disso é o levantamento mencionado anteriormente, conduzido pela Revista AzMina e pelo InternetLab para mapear a violência política contra mulheres nas mídias sociais.⁸³ Enquanto isso, por meio de levantamento com 105 candidatas que concorreram ao cargo de vereadora nas eleições de 2020 e sofreram algum tipo de violência, o Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (Nepem-UFMG) também procurou traçar a dinâmica da violência política de gênero para além das redes sociais.⁸⁴

⁸³. <https://www.internetlab.org.br/pt/desigualdades-e-identidades/violencia-politica-de-genero-as-diferencas-entre-os-ataques-recebidos-por-mulheres-e-seus-oponentes/>

⁸⁴. <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/nepem-reune-dados-sobre-violencia-politica-contra-a-mulher>

Outras iniciativas estão concentrando seus esforços na conscientização. Tendo a série de palestras em *podcast* Escola de Candidatas como exemplo, o tema está cada vez mais presente no material das aulas ministradas, como parte dos programas de treinamento de candidatos/as. Antes das eleições, o Nepem-UFMG também divulgou um guia *online*⁸⁵ sobre violência política com viés de gênero. De maneira semelhante, na última semana da campanha que antecedeu as eleições, o Escuta Candidata, prevendo que a violência contra as candidatas poderia aumentar, usou suas contas nas redes sociais para divulgar orientações sobre o que as mulheres poderiam fazer para tentar se proteger durante o período.⁸⁶ Para mostrar às candidatas que elas não estavam sozinhas no enfrentamento à violência política, a A Tenda das Candidatas e o Escuta Candidata também lançaram um canal no WhatsApp para que candidatas pudessem relatar experiências de violência que seriam, depois, compartilhadas nas redes sociais.⁸⁷

As iniciativas que trabalham diretamente com os/as candidatos/as também estão se adaptando rapidamente. Ainda que as ações durante candidaturas e campanhas sejam limitadas, Elas no Poder, Grupo Mulheres do Brasil, Vamos Juntas e A Tenda das Candidatas agora oferecem serviços psicológicos de apoio a suas participantes. Mas como essas quatro iniciativas estão voltadas para as mulheres de uma maneira geral, não se sabe ainda se os serviços oferecidos são adequados para apoiar as mulheres que são particularmente mais vulneráveis à violência política, a saber, mulheres negras e mulheres trans.

85. https://www.canva.com/design/DAEL6NtqcRA/1YUMR2F6kXK50OweOxVgrg/view?utm_content=DAEL6NtqcRA&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=sharebutton#8

86. <https://www.instagram.com/p/CHd9eRInYMz/>

87. <https://www.instagram.com/p/CHd9eRInYMz/>

A ameaça da violência pode estar funcionando como um impeditivo para as carreiras políticas das mulheres; ao mesmo tempo, a violência durante as campanhas eleitorais pode levar as candidatas a reduzirem as atividades ou interromperem campanhas, afetando, assim, suas chances de eleição; finalmente, ser vítima de violência durante a campanha ou ocupando um cargo eletivo também pode impedir que incumbentes mulheres tentem a reeleição ou que candidatas que não foram eleitas concorram novamente. Em resumo, lidar com a violência política de gênero não é apenas uma questão de segurança das candidatas, mas também é uma ação necessária para garantir que todos os outros esforços para reduzir lacunas na ambição, no recrutamento e no apoio à campanha não sejam em vão.

Conclusões

Na fase de recrutamento de candidatos/as

1 As iniciativas de apoio a candidatos/as buscam reduzir as lacunas no interesse político, na ambição de concorrer a um cargo e na autoavaliação das qualificações para ocupar cargos eletivos? Em parte, sim. As iniciativas de apoio a candidatos/as desempenham um papel fundamental no fornecimento de treinamento, o que tranquiliza os/as aspirantes de grupos marginalizados, particularmente as mulheres.

2 As atividades das iniciativas estão reduzindo as lacunas de gênero no recrutamento ativo? Isso não está claro. Embora pareça que as iniciativas tenham conseguido aumentar a confiança entre participantes, é provável que só atinjam pessoas com aspirações políticas pré-existentes.

3 As iniciativas de apoio a candidatos/as facilitam o acesso de grupos marginalizados aos partidos políticos? Não. As iniciativas de apoio a candidatos/as fornecem uma via alternativa para o recrutamento de candidatos/as, que corre em paralelo ao trabalho dos partidos políticos. Na verdade, a desconfiança dos partidos em relação às iniciativas pode resultar em aspirantes treinados/as pelas iniciativas sendo vistos/as como candidatos/as menos interessantes pelos/as líderes partidários/as.

4 As iniciativas de apoio a candidatos/as atendem à demanda dos eleitores/as por esforços para combater as desigualdades na representação política? Sim, a maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as não busca apenas promover a renovação política, mas um tipo específico de renovação política, que está intrinsecamente ligado ao aumento da diversidade.

5 O trabalho de iniciativas de apoio a candidatos/as leva a maiores níveis de apoio dos/as eleitores/as para a representação de candidatos/as negros/as e LGBTQI+? Isso não está claro. A maior concentração de iniciativas voltadas para a promoção de candidaturas femininas reforça os índices mais elevados de apoio do público a uma representação equitativa de gênero.

Conclusões

Na fase de campanha eleitoral

1 As iniciativas de apoio a candidatos/as aumentam o acesso dos/das candidatos/as a recursos financeiros?

Na maioria das vezes, não. O baixo grau de acesso das iniciativas dentro das organizações partidárias limita a sua capacidade de colocar seus/suas participantes como figuras proeminentes e, portanto, merecedores/as de financiamento dentro dos partidos.

2 As iniciativas aliviam a carga associada às necessidades dos candidatos/as de contar com recursos próprios para financiar suas campanhas? Sim, embora não o suficiente. Embora limitada, a maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as consegue fornecer alguns serviços de campanha. Além disso, muitas iniciativas oferecem esses serviços inteiramente por meio de equipes de voluntários/as.

3 As iniciativas oferecem serviços que respondem de forma adequada às necessidades específicas dos/as candidatos/as marginalizados/as e pela primeira vez? Algumas, sim. Apoio psicológico e mentoria individual são dois dos principais exemplos. Ainda assim, uma abordagem genérica para o apoio do/a candidato/a pode resultar em um apoio que não é eficaz para todos/as os/as candidatos/as.

4 As iniciativas de apoio a candidatos/as aumentam a viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as aos olhos dos eleitores/as? Elas têm potencial para fazer isso, mas ainda não o fazem. Saber que candidatos/as concluíram cursos de preparação para o cargo aumenta a disposição de eleitores/as em apoiá-los/as. Mas os/as eleitores/as praticamente não sabem de sua existência.

5 As iniciativas de apoio a candidatos/as combatem a violência política de gênero? Ainda não, mas há avanços promissores nessa direção. As iniciativas de apoio a candidatos/as estão começando a entender melhor o problema e a desenvolver planos para enfrentá-lo. Isso inclui oferecer apoio psicológico às mulheres durante as campanhas.



Recomendações

5

Em 2022, ainda enfrentando os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19, serão realizadas eleições nacionais no Brasil. Eleições em nível nacional abrem pouco espaço para o sucesso de candidatos/as de grupos marginalizados, dado que o número total de assentos no Congresso e nas legislaturas estaduais é menor que o total das Câmaras Municipais. Além disso, os/as deputados/as federais em exercício gozam de importantes vantagens eleitorais associadas ao fato de estarem no cargo.

Por outro lado, momentos de crise tendem a estar associados a mudanças e um aumento do interesse por novas forças políticas. Além disso, uma persistente desilusão dos/as eleitores/as com os partidos políticos existentes e o aumento da conscientização, especialmente entre os eleitores/as mais jovens, do fato de que mulheres e negros/as constituem uma minoria entre os/as representantes, apesar de serem maioria na população, pode favorecer candidatos/as de grupos marginalizados.

Além disso, as eleições de 2022 também serão um teste mais duro para as novas regras que exigem que os fundos do financiamento de campanha reservem uma parte para candidaturas de mulheres e negros/as. As eleições nacionais tendem a receber mais atenção da mídia, e o TSE já sinalizou que reforçará a pena para os partidos que não cumprirem a obrigação de destinar recursos a esses grupos.

A consequência de uma maior conscientização dos/as eleitores/as quanto à necessidade do aumento da presença de grupos marginalizados nos cargos políticos e de uma implementação mais robusta das regras relativas à distribuição de recursos de campanha é que os partidos terão mais incentivos eleitorais e institucionais para aumentar a diversidade de suas listas. Os partidos que não aproveitarem esta oportunidade para incluir e promover grupos marginalizados podem ter impactos eleitorais negativos, já que outros partidos provavelmente o farão.

Além disso, a atuação das iniciativas de apoio a candidatos/as na promoção dos/as novatos/as na política e, principalmente, dos/as candidatos/as de grupos marginalizados, é um catalisador adicional para essas mudanças em curso, que devem levar a uma maior representação desses grupos. Como discutimos no Capítulo 4, as iniciativas de apoio a candidatos/as constituem um novo tipo de ator que, possivelmente, irá se tornando mais eficiente na sua atuação no cenário da política eleitoral brasileira, dados os aprendizados com suas experiências iniciais em 2018 e 2020. Com base em nossa avaliação da dinâmica eleitoral e das atividades dessas iniciativas em 2020, oferecemos uma série de recomendações para aquelas que se preparam para as eleições de 2022, bem como apontamos as principais mudanças estruturais e institucionais necessárias para soluções substanciais e de longo prazo.

2022 e Eleições Futuras: Iniciativas de Apoio a Candidatos/as

Os obstáculos mais profundos à representação política de grupos marginalizados estão dentro dos partidos políticos; as soluções para esses problemas, portanto, precisam necessariamente envolvê-los. Apesar disso, a relação das iniciativas de apoio a candidatos/as com os partidos tem sido limitada e muitas vezes tensa: as iniciativas desconfiam dos partidos e os partidos são receosos em relação às iniciativas. Essa relutância combinada de ambos os lados coloca os candidatos/as apoiados/as por uma iniciativa em situações difíceis. Nesse sentido, deve ser prioridade, em 2022, estabelecer o diálogo, estreitando os laços, com os partidos. Entre possíveis ações:

- Encontrar aliados/as dentro do partido, por exemplo, pessoas que atualmente lideram esforços partidários para aumentar a diversidade.
- Convidar líderes partidários/as a participarem do programa, como palestrantes ou mentores/as convidados/as. Esta estratégia parece ter funcionado bem para algumas iniciativas, como a Candidate-se.
- Recrutar pessoas que sejam influentes na sociedade, que possam atuar como “embaixadores/as”, porta-vozes, da iniciativa e de seus objetivos. Isso deve aumentar a visibilidade e diminuir a desconfiança em relação às iniciativas.
- Colaborar nos esforços de recrutamento e treinamento de candidatos/as. Por lei, os partidos devem gastar de 5% a 10% dos fundos partidários em programas para promover a participação política das mulheres. Ao desenvolverem programas que podem ser oferecidos sem custo ou “vendidos” aos partidos, as iniciativas de apoio a candidatos/as podem direcionar seu *know-how* para ajudar os partidos a se tornarem mais eficientes na seleção e preparação de candidatos/as competitivos/as de grupos marginalizados. Estratégias semelhantes estão sendo atualmente desenvolvidas por Elas no Poder e Goianas na Urna.

Considerando a limitação de recursos, as iniciativas de apoio a candidatos/as devem concentrar seus esforços no que funciona. Por exemplo, o sucesso dos programas focados apenas em cursos parece ser bastante limitado: candidatos/as que participaram destes programas relataram não terem entendido todo o conteúdo disponível e não se lembram, em grande medida, das informações ensinadas nas aulas. Ao mesmo tempo, é difícil e caro estabelecer programas nacionais que combinem treinamento com orientação e apoio personalizados. Algumas sugestões incluem:

- Limitar a abrangência geográfica. Iniciativas locais, como o Goianas na Urna, são um modelo bastante conveniente: ao focar em um estado, elas não apenas fornecem mais atenção e apoio local aos/às candidatos/as, como também podem se valer de um melhor entendimento do contexto específico das disputas eleitorais – o que pode permitir que a orientação e apoio sejam mais eficientes.
- Combinar esforços nacionais e locais. Ou seja, as iniciativas poderiam estruturar alguns dos esforços, como seus cursos, para que sejam ministrados nacionalmente, mas fornecer orientação personalizada e equipe de campanha voluntária em nível local.

As iniciativas de apoio a candidatos/as devem fortalecer e institucionalizar melhor suas estratégias para atrair voluntários/as que possam ajudar os/as candidatos/as em áreas como suporte burocrático e jurídico, arrecadação de fundos, equipe local, produção de material de campanha e segurança e bem-estar durante as campanhas. Isso é particularmente importante à luz da realidade de que muitos/as candidatos/as provavelmente não receberão recursos suficientes de seus partidos.

As iniciativas de apoio a candidatos/as poderiam alinhar melhor seus esforços com o calendário eleitoral. Uma preocupação comum levantada pelos/as entrevistados/as foi a expectativa de comparecimento às aulas e aos treinamentos durante o período de campanha. O treinamento deve ser oferecido antes do período de campanha. Nos meses que antecedem a eleição, os esforços devem ser dedicados exclusivamente ao apoio a candidatos/as em suas campanhas propriamente ditas.

As iniciativas podem melhorar sua comunicação inicial com participantes sobre o que esperar — e não esperar — delas durante as campanhas, a fim de evitar frustrações e ajudá-los/as a planejarem de forma mais realista suas necessidades. Aqueles/as que se candidatam pela primeira vez têm pouca informação e experiência com os processos eleitorais, e alguns dos/as entrevistados/as relataram ter maiores expectativas sobre a extensão do apoio que as iniciativas lhes proporcionariam durante as suas campanhas. Essa falta de experiência afeta não apenas expectativas sobre o processo em si, mas também sobre as iniciativas.

Concluir cursos de treinamento para candidatos/as e participar de iniciativas pode ser uma fonte de capital político para os/as novatos/as. Embora os/as eleitores/as expressem uma vontade de apoiar candidatos/as que procuraram por treinamento, poucos eleitores/as estão cientes de sua existência e dos seus reais objetivos. As iniciativas poderiam fortalecer seus esforços de comunicação junto à opinião pública.

Renovação política não é, necessariamente, sinônimo de maior diversidade política. Algumas iniciativas de apoio a candidatos/as tiveram sucesso na eleição de candidatos/as estreantes, mas eles eram, principalmente, homens brancos. Por exemplo, dos 152 participantes da turma RenovaBR eleitos/as em 2020, 78% eram homens e 70% eram brancos.⁸⁸ Vale ressaltar que as desigualdades também podem surgir dentro de iniciativas de apoio a candidatos/as específicos/as. Dessa forma, iniciativas que estão abertas a todas e todos, bem como aquelas que visam grupos específicos (por exemplo, apenas mulheres) devem estar cientes das formas como seus programas podem estar reproduzindo desigualdades com base em gênero, raça e etnia, orientação sexual, classe e origem regional. Mais especificamente, isso deve ser levado em conta na preparação de processos de seleção competitiva, recrutamento de participantes e avaliação das taxas de evasão e desempenho eleitoral dos/as candidatos/as.

A violência contra mulheres, especialmente contra as mulheres negras e trans, é um obstáculo crescente à representação política das mulheres, pois pode: 1) diminuir a ambição política das mulheres e o interesse em concorrer a cargos públicos; 2) impedir as mulheres de continuarem suas campanhas e 3) influenciar nas decisões das mulheres de concorrerem novamente. As iniciativas devem estar cientes da violência política de gênero ao projetar programas de treinamento e planejar seus serviços de apoio. O apoio psicológico, em particular, poderia ser priorizado, como no caso de várias organizações voltadas para as mulheres, incluindo o Vamos Juntas e o Elas no Poder. Novamente, é fundamental saber o quanto as mulheres podem ser afetadas de forma heterogênea pela violência: pesquisas em andamento indicam que mulheres trans e negras são mais vulneráveis a esse tipo de violência, sofrendo mais ataques. Assim, esforços especiais devem ser feitos para apoiá-las.

⁸⁸. Ver: <https://renovabr.org/renovabr-tem-151-alunos-eleitos-em-123-cidades-do-brasil/>

Além das Iniciativas de Apoio a Candidatos/as

As instituições desempenham um papel fundamental como catalisadoras de mudanças de comportamento. Por exemplo, uma implementação mais dura da cota de gênero a partir de 2009 aumentou a participação das mulheres nas chapas. Da mesma forma, a obrigatoriedade de reserva de financiamento de campanha para mulheres e negros/as melhorou a alocação de recursos para esses grupos. Ainda assim, a cota brasileira de gênero e as resoluções acerca da reserva de financiamento de campanha têm alcance limitado, o que acaba fazendo com que partidos tirem vantagem de suas brechas. Dado que essas regras foram elaboradas para melhorar a representação de grupos marginalizados, as iniciativas devem considerar também desenvolver o engajamento em esforços para além do período eleitoral, e trabalhar com políticos/as eleitos/as e outros aliados/as no *advocacy* pela implementação de políticas e mudanças institucionais. Em particular, os esforços podem se concentrar em:

- Aprovar uma lei de paridade de gênero para garantir a reserva de 50% das candidaturas para mulheres, como já é o caso em muitos países latino-americanos, incluindo Argentina, Bolívia, Costa Rica e México.
- Aumentar as exigências por propostas de reserva de vagas – e não apenas de vagas nas listas de candidatos – para mulheres, proposta que já foi anteriormente rejeitada por parlamentares brasileiros/as, em 2015.
- Promover o avanço de propostas para a reserva de assentos para outros grupos marginalizados. Como ocorre em outros países, como Bolívia, Colômbia e Peru, esses esforços devem levar em consideração características demográficas raciais e étnicas, incluindo nível subnacional.
- Acompanhar a ação do TSE e dos tribunais eleitorais regionais para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de reserva de recursos de campanha para mulheres e negros/as.



- Promover um debate mais amplo sobre as diretrizes para a distribuição do financiamento de campanha, para evitar a concentração de recursos em candidaturas únicas ou reduzidas.
- Pressionar pela adoção de uma legislação que tipifique a violência política de gênero como um tipo específico de violência que representa uma barreira adicional à representação política de mulheres cis e trans. A inspiração para a formulação de políticas e negociações estratégicas pode vir de algum dos vários países da região que adotaram essa legislação, incluindo Argentina, Bolívia e Equador.

Apêndice: Equipe de Pesquisa

Malu A. C. Gatto é professora de Política Latino-Americana no Institute of the Americas, da University College London (UCL), e *global fellow* no Brazil Institute, no Woodrow Wilson Center for International Scholars. Seu trabalho explora questões sobre comportamento político, representação, formulação de políticas e gênero e política com um foco regional na América Latina, especialmente no Brasil. Sua pesquisa foi publicada em várias revistas científicas, como *Comparative Political Studies*, *British Journal of Political Science*, *Party Politics* e *Politics & Gender*. Malu concluiu seu doutorado no Departamento de Política e Relações Internacionais, da Universidade de Oxford, em 2016. De 2017 a 2019, ela foi pesquisadora de pós-doutorado (Oberassistentin) no Departamento de Ciência Política, da Universidade de Zurique.

Débora Thomé é cientista política, escritora e pesquisadora associada do LabGen-UFF. É doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua pesquisa se concentra em mulheres e poder, representação e no viés de gênero das instituições do Estado. Desde 2015, trabalha com treinamento e pesquisa sobre mulheres e liderança, nos setores público e privado, assim como na política. Já treinou mais de 600 candidatas em várias cidades brasileiras. É autora de *Mulheres e Poder* e *O Bolsa Família e uma Social-democracia*. Também foi pesquisadora visitante na Columbia University (2017-2018).

Guilherme A. Russo é pesquisador associado do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele recebeu seu PhD em Ciência Política, em 2018, pela Vanderbilt University, onde trabalhou como assistente de pesquisa no Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP). Ele também trabalhou como pesquisador associado no Pew Research Center, onde ajudou a coordenar pesquisas nacionais na América Latina e na África. Sua agenda de pesquisa encontra-se na interseção das instituições políticas com comportamento, especialmente na América Latina.

Caroline Caldas forneceu fundamental assistência de pesquisa para este estudo. Caroline é uma cientista política com interesse particular em pesquisa sociojurídica. Possui doutorado (2021) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Seu trabalho inclui pesquisas empíricas que exploram questões acerca das dimensões políticas, legais e econômicas no tocante a direitos humanos, justiça de transição e sistema de justiça no Brasil e na CIDH. É também advogada com experiência na área jurídica empresarial.

Apêndice: Coleta de Dados

A. DADOS SOBRE ELEGÍVEIS E ASPIRANTES

Filiação Partidária

O TSE fornece dados com informações sobre gênero dos/as filiados/as relativos aos 33 partidos brasileiros registrados. Os dados de filiação partidária não são atualizados com tanta frequência quanto outros dados disponibilizados pelo TSE (por exemplo, candidaturas e resultados eleitorais) e podem estar sujeitos a erros distribuídos aleatoriamente: ou seja, os dados de alguns partidos podem estar mais atualizados que os de outros. No entanto, eles ainda permitem uma avaliação geral das lacunas de gênero na filiação partidária – e, portanto, ajudam a mensurar a etapa de elegibilidade de candidatos/as.⁸⁹

AmericasBarometer: Pesquisa Representativa

As pesquisas do AmericasBarometer são conduzidas pelo LAPOP (Projeto de Opinião Pública da América Latina), sediado na Vanderbilt University, e são uma fonte de dados de pesquisas disponíveis ao público desde 2004, em 34 países do Hemisfério Ocidental. Utilizamos esses dados para analisar diferenças raciais e de gênero quanto à ambição políticas.⁹⁰ As análises neste estudo utilizam dados da última rodada da pesquisa realizada no Brasil, entre 29 de janeiro e 3 de março de 2019. A amostra inclui um total de 1.498 participantes, que foram entrevistados/as pessoalmente. Ela é representativa da população brasileira em idade eleitoral “no nível do estrato primário, por áreas urbanas/rurais e por tamanho dos municípios”⁹¹.

89. Os dados sobre a filiação partidária estão disponíveis no repositório público do TSE e podem ser acessados em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitores/as-filiados-por-sexo-e-faixa-etaria>.

90. Os dados estão disponíveis para download mediante um cadastro e podem ser acessados pelo site: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/raw-data.php>.

91. Para informações mais técnicas sobre o recrutamento e a amostra da pesquisa, consulte: https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil/Brazil_AmericasBarometer_2018-19_Technical_Report_W_101019.pdf

B. DADOS SOBRE CANDIDATOS/AS

Registros eleitorais oficiais

O TSE fornece dados oficiais sobre registro de candidatos/as, financiamento de campanhas e resultados eleitorais. Para as eleições municipais para prefeito/a e vereador/a, esses dados estão disponíveis para seis turnos eleitorais, de 2000 a 2020. Os dados de registro de candidatos/as incluem algumas informações sobre o/a candidato/a, incluindo sexo, idade e ocupação. A partir de 2016, esses dados passaram a incluir também informações sobre raça. Os dados sobre o financiamento de campanha incluem informações sobre os gastos totais e a origem dos recursos. Finalmente, os dados sobre os resultados eleitorais incluem informações sobre o número de votos recebidos individualmente, bem como a situação eleitoral final dos candidatos/as (eleitos/as, suplentes ou não eleitos/as). Combinamos esses dados em análises ao longo deste estudo.^{92, 93}

Entrevistas com candidatos/as pré e pós-eleições

Um total de 51 candidatos/as foram entrevistados/as no período pré-eleitoral, 48 dos quais também foram entrevistados/as após as eleições, resultando num total de 99 entrevistas. As entrevistas estruturadas no período pré-eleitoral duraram entre 20 e 30 minutos e foram colhidas de 29 de outubro de 2020 a 13 de novembro de 2020. As entrevistas estruturadas no período pós-eleitoral duraram entre 30 e 60 minutos.

Devido ao foco do estudo na renovação política, apenas candidatos/as que nunca haviam sido eleitos/as foram entrevistados/as. Dado o nosso interesse em compreender o papel das iniciativas não partidárias de apoio a candidatos/as, selecionamos os/as 26 primeiros/as participantes entre nomes que receberam o apoio de uma das seguintes seis iniciativas: 1) RenovaBR; 2) Vamos Juntas; 3) Goianas na Urna; 4) Nova Frente Negra Brasileira; 5) Instituto Alziras; e 6) (Re)presente-UFBA. A escolha dessas iniciativas

92. O Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da Fundação Getulio Vargas oferece versões limpas e compiladas de alguns desses dados. Seu repositório pode ser acessado através do link: <https://cepespdata.io>.

93. Dados oficiais sobre registro de candidatos/as, financiamento de campanha e resultados eleitorais estão disponíveis no site do TSE e podem ser acessados aqui: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1>.

levou em consideração suas diferentes configurações, recursos, escopo e público-alvo.⁹⁴ Tais candidatos/as foram selecionados/as de forma artesanal, com esforços para maximizar a representação por gênero, raça, idade, orientação sexual, deficiência, religião, região, tamanho do município, ideologia, filiação partidária. Isso foi feito tanto para prefeito/a quanto para vereador/a. Uma vez que este primeiro grupo de 26 participantes foi escolhido, nós os comparamos com outro grupo de 25 candidatos/as “espelho”, com características similares, mas que não haviam recebido o apoio de nenhuma iniciativa não partidária, chegando assim aos 51 entrevistados/as.

C. DADOS SOBRE ELEITORES/AS

Opiniões dos/as Eleitores/as antes das Eleições:

Pesquisa Representativa

A primeira pesquisa foi realizada por telefone pelo Instituto de Pesquisa Datafolha e realizada de 27 de outubro a 11 de novembro de 2020, antes do primeiro turno das eleições municipais.

94. O RenovaBR é a maior das iniciativas existentes, com milhares de participantes em todo o Brasil, alta capacidade de captação de recursos e um programa estruturado que oferece treinamento e acesso a uma poderosa rede de relacionamento. A iniciativa é pluripartidária e tem como alvo a renovação política em geral. Os/as participantes são selecionados/as com base em um processo competitivo. O Vamos Juntas é um programa abrangente que oferece informações, mentoria, auxílio de equipe de campanha e até mesmo apoio psicológico para candidatas mulheres. As participantes são selecionadas com base num processo competitivo em todo o Brasil. O Goianas na Urna é uma iniciativa voltada para capacitação, *networking* e auxílio à campanha de mulheres. As participantes são selecionadas com base em um processo competitivo; ele está disponível apenas para mulheres que concorrem a um cargo no estado de Goiás. A Nova Frente Negra Brasileira é uma iniciativa que dá suporte a candidatos/as negros/as por meio de minicursos e acesso a redes de contato importantes. O Instituto Alziras é uma ONG voltada para a promoção da mulher na política. Em 2020, ofereceram um curso *online*, com temas semelhantes aos do (Re)presente-UFBA, mas alcançando milhares de candidatas de todo o Brasil. Por fim, o (Re)presente-UFBA foi um curso *online* organizado pela Universidade Federal da Bahia. Consistiu em uma iniciativa pontual, destinada a oferecer informações às candidatas sobre os processos eleitorais e dinâmicas políticas.

A amostra de 2.000 entrevistados/as é nacionalmente representativa em relação a gênero, raça, classe socioeconômica e distribuição geográfica, com uma margem de erro de 2 pontos percentuais (pp).

Opiniões dos Eleitores/as após as Eleições:

Pesquisa Representativa

A pesquisa pós-eleitoral foi realizada *online* pela empresa de pesquisas OpinionBox. A amostra de 2.000 entrevistados/as reflete a população nacional em relação a gênero, raça, classe socioeconômica e distribuição geográfica, com uma margem de erro de 2,2 pontos percentuais. O questionário da pesquisa continha 20 perguntas, não incluindo sociodemográficas.

Opiniões dos Eleitores/as em Detalhes: Grupos focais

Para obter uma compreensão mais profunda das diferentes visões que constroem as opiniões e decisões dos/as eleitores/as, também conduzimos 10 grupos focais com um total de 80 eleitores/as. Devido à pandemia, os grupos focais foram realizados *online*. Para garantir a representação dos/as eleitores/

as de acordo com as características preestabelecidas, pesquisas curtas presenciais em Salvador e São Gonçalo dos Campos (no estado da Bahia) e nas cidades de São Paulo e Monte Mor (no estado de São Paulo) precederam o convite para participação nos grupos focais. O recrutamento de participantes e os grupos focais foram realizados pela empresa de pesquisa Estimativa.

D. DADOS SOBRE INICIATIVAS DE APOIO A CANDIDATOS/AS

Para obter informações sobre o ecossistema de iniciativas de apoio a candidatos/as, contatamos 44 delas (identificadas em colaboração com o Instituto Update) para participarem de uma pesquisa *online*. O questionário continha 28 perguntas de múltipla escolha e abertas com o intuito de entender melhor a operação e as práticas das iniciativas, incluindo público-alvo, objetivos, métodos de recrutamento de candidatos/as, resultados, obstáculos à ação e relacionamento com os partidos. Ao todo, 19 representantes de diferentes iniciativas responderam à pesquisa. Esses dados foram usados nas análises do Capítulo 4.

Bibliografia

Aguilar, Rosario; Saul Cunow; Desposato, Scott W.. 2015. "Choice Sets, Gender, and Candidate Choice in Brazil". *Electoral Studies* 39: 230–42.

Alexander, Deborah; Andersen, Kristi . 1993. "Gender as a Factor in the Attribution of Leadership Traits". *Political Research Quarterly* 46(3): 527–45. <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/106591299304600305> (November 25, 2019).

Ames, Barry. 1995. "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". *American Journal of Political Science* 39(2): 406. <https://www.jstor.org/stable/2111619?origin=crossref> (November 29, 2018).

Araújo, Clara. 2003. "Quotas for Women in the Brazilian Legislative System". In *The Implementation of Quotas: Latin American Experiences*, Lima: International IDEA Workshop.

———. 2010. "Rotas de Ingresso, Trajetórias e Acesso das Mulheres ao Legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina". *Revista Estudos Feministas* 18(2): 567–84. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200016&lng=pt&tlng=pt.

Araújo, Clara; Borges, Doriam. 2013. "Trajetórias Políticas e Chances Eleitorais: analisando o 'gênero' das candidaturas em 2010". *Revista de Sociologia e Política* 21(46): 69–91.

Araújo, Victor. 2019. *A religião distrai os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil*. Tese defendida no Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08012021-111833/pt-br.php>

Arce Riffo, Javiera. 2018. "Ley de Cuotas a La Chilena: Notas Para Una Autopsia." In *La Política Siempre Ha Sido Cosa de Mujeres: Elecciones y Protagonistas En Chile y La Región*, eds. Lucía Miranda Leibe and Julieta Suárez-Cao. Santiago: FLACSO Chile, 77–94.

Avelino, George; Biderman, Ciro. 2019. "Os Custos da Campanha Eleitoral no Brasil: uma análise baseada em evidência". São Paulo: FGV Editora.

Baldez, Lisa. 2007. "Primaries vs. Quotas: Gender and Candidate Nominations in Mexico, 2003". *Latin American Politics and Society* 49(3): 69–96.

Barbieri, Catarina Helena Cortada et al. 2019. “*Democracia e Representação nas Eleições de 2018: Campanhas Eleitorais, Financiamento e Diversidade de Gênero: Relatório Final (2018-2019)*”. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27646>.

Barnes, Tiffany D.; Beaulieu, Emily. 2014. “Gender Stereotypes and Corruption: How Candidates Affect Perceptions of Election Fraud.” *Politics & Gender* 10(3): 365–91.

Batista Pereira, Frederico; Porto, Nathália F. 2020. “Gender Attitudes and Public Opinion towards Electoral Gender Quotas in Brazil 41.5 (2020): 887-899”. *Political Psychology* 41(5): 887–99.

Bernhard, Rachel; Shauna Shames, and Dawn Langan Teele. 2020. “To Emerge? Breadwinning, Motherhood, and Women’s Decisions to Run for Office”. *American Political Science Review*.

Biroli, Flávia. 2018. “Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics.” *Politics & Gender* 14(4): 681–85.

Bjarnegård, Elin, and Meryl Kenny. 2015. “Revealing the Secret Garden: The Informal Dimensions of Political Recruitment.” *Politics and Gender* 11(04): 748–53.

Bjarnegård, Elin; Zetterberg, Pär. 2019. “Political Parties, Formal Selection Criteria, and Gendered Parliamentary Representation”. *Party Politics* 25(3): 325–35.

Borges, Mariana. 2019. “The Politics of Strength: Elections, Clientelism, and Programmatic Politics in the Backlands of Brazil”. Northwestern University.

Brown, Nadia; and Sarah Allen Gershon. 2016. *Distinct Identities: Minority Women in U.S. Politics*. New York: Routledge.

Bueno, Natália S.; and Thad Dunning. 2017. “Race, Resources, and Representation Evidence from Brazilian Politicians”. *World Politics* 69(2): 327–65.

Bush, Sarah Sunn. 2011. “International Politics and the Spread of Quotas for Women in Legislatures”. *International Organization* 65(1): 103–37.

Caminotti, Mariana; and Flavia Freidenberg. 2016. “Federalismo Electoral, Fortaleza de Las Cuotas de Género y Representación Política de Las Mujeres En Los Ámbitos Subnacionales En Argentina y México”. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* 61(228): 121–44.

Campbell, Rosie; and Philip Cowley. 2014. "What Voters Want: Reactions to Candidate Characteristics in a Survey Experiment". *Political Studies* 62(4): 745–65.

Campbell, Rosie; and Oliver Heath. 2017. "Do Women Vote for Women Candidates? Attitudes towards Descriptive Representation and Voting Behaviour in the 2010 British Election". *Politics & Gender* 13(2): 209–31.

Carey, John M. 1996. "Parties, Incentives, and Term Limits in Costa Rica". In *Legislative Term Limits: Public Choice Perspectives*, ed. Bernard Grofman. Dordrecht: Springer.

Carey, John M.; and Matthew Soberg Shugart. 1995. "Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas." *Electoral Studies* 14(4): 417–39.

Carneiro, Sueli. 2010. *A Participação das Mulheres Negras nos Espaços de Poder*. <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>.

Carnes, Nicholas; and Noam Lupu. 2021. *Are There Social Class Gaps in Nascent Political Ambition? Survey Evidence from the Americas*. https://www.noamlupu.com/Carnes_Lupu_ambition.pdf.

Caul, Miki. 1999. "Women's Representation in Parliament: The Role of Political Parties." *Party Politics* 5(1): 79–98. <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354068899005001005>.

Chappell, Louise; and Georgina Waylen. 2013. "Gender and the Hidden Life of Institutions." *Public Administration* 91(3): 599–615.

Clayton, Amanda; Diana Z. O'Brien; and Jennifer M. Piscopo. 2019. "All Male Panels? Representation and Democratic Legitimacy." *American Journal of Political Science* 63(01): 113–29.

Cooper, Brittany. 2018. *Eloquent Rage: A Black Feminist Discovers Her Superpower*. New York: St. Martin's Press.

Crenshaw, Kimberle. 1989. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". *University of Chicago Legal Forum* 139: 139–67.

Crowder-Meyer, Melody. 2013a. "Gendered Recruitment without Trying: How Local Party Recruiters Affect Women's Representation". *Politics and Gender*.

———. 2013b. "Gendered Recruitment without Trying: How Local Party Recruiters Affect Women's Representation". *Politics & Gender* 9(4): 390–413.

Cunow, Saul Frederick. 2014. "Vote Choice in Complex Electoral Environments". UC San Diego.

Dahlerup, Drude. 2011. "Engendering Representative Democracy". In *The Future of Representative Democracy*, eds. Sonia Alonso, John Keane, and Wolfgang Merkel. Cambridge University Press.

———. 2017. *Has Democracy Failed Women?* John Wiley & Sons.

Desposato, Scott W. 2004. *The Impact of Party-Switching on Legislative Behavior in Brazil*.

———. 2006. "Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies". *American Journal of Political Science* 50(1): 62–80.

Dittmar, Kelly. 2015. "Encouragement Is Not Enough: Addressing Social and Structural Barriers to Female Recruitment". *Politics & Gender* 11(4): 759–65.

———. 2020. "Urgency and Ambition: The Influence of Political Environment and Emotion in Spurring US Women's Candidacies in 2018". *European Journal of Politics and Gender* 3(1): 143–60.

Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row. [https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=An Economic Theory of Democracy&author=Anthony. Downs&publication_year=1957](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=An+Economic+Theory+of+Democracy&author=Anthony+Downs&publication_year=1957) (September 11, 2019).

Ferreira Rubio, Delia M. 2009. "Financiamiento Político, Género, y Equidad En La Competencia Electoral". In *Encuentro de Mujeres Parlamentarias de América Latina y El Caribe*, UNDP. [http://deliaferreira.com.ar/pdf/at-miscelanea/Financiamiento - Genero - Foro Parlamentarias Madrid 09.pdf](http://deliaferreira.com.ar/pdf/at-miscelanea/Financiamiento-Genero-Foro-Parlamentarias-Madrid-09.pdf) (October 23, 2017).

Foschi, Martha. 1996. "Double Standards in the Evaluation of Men and Women". *Social Psychology Quarterly* 59(3): 237–54.

Fox, Richard L., and Jennifer L. Lawless. 2005. "To Run or Not to Run for Office: Explaining Nascent Political Ambition". *American Journal of Political Science* 49(3): 642–59.

———. 2010. "If Only They'd Ask: Gender, Recruitment, and Political Ambition". *The Journal of Politics* 72(2): 310–26. <http://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1017/S0022381609990752> (August 31, 2017).

———. 2014. "Uncovering the Origins of the Gender Gap in Political Ambition". *American Political Science Review* 108(3): 499–519.

Franco, Marielle. 2017. "A Emergência da Vida para Superar o Anestesiamento Social Frente à Retirada de Direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada". In *Tem Saída? Ensaios Críticos Sobre o Brasil: Impeachment e Resistência*, eds. Winnie Bueno, Joanna Burigo, Rosana Pinheiro-Machado, and Esther Solano. Editora Zouk.

Franks, Andrew S. 2020. "The Conditional Effects of Candidate Sex and Sexism on Perceived Electability and Voting Intentions: Evidence from the 2020 Democratic Primary" *Analyses of Social Issues and Public Policy*.

Freidenberg, Flavia. 2018. "Ellas También Saben: Estereotipos de Género, Resistencias a La Inclusión y Estrategias Para Feminizar La Política". *Pluradidad y Consenso* 8(35): 86–101.

Gallagher, Michael, and Michael Marsh. 1988. *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. Sage Publications.

Gatto, Malu A. C. 2017. "The Variation of Quota Designs and Their Origins in Latin America (1991–2015)." In *Women, Politics, and Democracy in Latin America. Crossing Boundaries of Gender and Politics in the Global South*, eds. Tomás Došek, Flavia Freidenberg, Mariana Caminotti, and Betilda Muñoz-Pogossian. New York: Palgrave Macmillan.

———. *Vulnerable Men: Political Ambition and Resistance to Gender Quotas in Latin America*. Unpublished book manuscript.

Gatto, Malu A. C., and Debora Thome. 2020. "Resilient Aspirants: Women's Candidacies and Election in Times of Covid-19." *Politics & Gender Online Fir*.

Gatto, Malu A.C.; Kristin N. Wylie. 2021. "Informal institutions and gendered candidate selection in Brazilian parties." *Party Politics*. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/13540688211008842>.

Gershon, Sarah Allen, Celeste Montoya, Christina Bejarano, and Nadia Brown. 2019. "Intersectional Linked Fate and Political Representation." *Politics, Groups, and Identities* 7(3): 642–53.

Gonzalez, Lélia. 1983. "Racismo e Sexismo Na Cultura Brasileira." In *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*, ed. Luiz Antônio Machado Silva. Brasília: ANPOCS.

———. 2020. *Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Herrick, Rebekah, and Sue Thomas. 2002. "Gays and Lesbians in Local Races: A Study of Electoral Viability." *Journal of Homosexuality* 42(1): 103–26.

Hinojosa, Magda. 2012. *Selecting Women, Electing Women : Political Representation and Candidate Selection in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press.

Holman, Mirya R., and Monica C. Schneider. 2018. "Gender, Race, and Political Ambition: How Intersectionality and Frames Influence Interest in Political Office." *Politics, Groups, and Identities* 6(2): 264–80.

Htun, Mala. 2004. "Is Gender like Ethnicity? The Political Representation of Identity Groups". *Perspectives on Politics* 2(3): 439–58. <http://www.jstor.org/stable/3688807>.

Htun, Mala; and Juan Pablo Ossa. 2013. "Political Inclusion of Marginalized Groups: Indigenous Reservations and Gender Parity in Bolivia". *Politics, Groups and Identities* 1(1): 4–25.

Huddy, Leonie; and Theresa Capelos. 2002. "Gender Stereotyping and Candidate Evaluation: Good News and Bad News for Women Politicians." In *The Social Psychology of Politics*, eds. Victor C. Ottati et al. Boston: Springer, 29–53.

Hughes, Melanie M.; Mona Lena Krook; and Pamela Paxton. 2015. "Transnational Women's Activism and the Global Diffusion of Gender Quotas". *International Studies Quarterly* 59(2): 357–72.

Hughes, Melanie M.; Pamela Paxton; Amanda Clayton; and Pär Zetterberg. 2019. "Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform". *Comparative Politics* 51(2): 219–38.

———. 2019. "Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform." *Comparative Politics* 51(2): 219–38.

Hunter, Wendy; and Timothy J. Power. 2019. "Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash." *Journal of Democracy* 30(01): 68–82.

Inglehart, Ronald; and Pippa Norris. 2003. *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World*. Cambridge University Press.

Inter-Parliamentary Union. 2019. "Women in National Parliaments". <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>.

International IDEA. 2018. "Gender Quotas Database". <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas>.

Jones, Mark P. 2009. "Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women: Evidence From the Latin American Vanguard." *Comparative Political Studies* 42(1): 56–81.

Jones, Mark P.; and Patricio Navia. 1999. "Assessing the Effectiveness of Gender Quotas in Open-List Proportional Representation Electoral Systems." *Social Science Quarterly* 80(2): 341–55.

Kenny, Meryl. 2007. "Gender, Institutions and Power: A Critical Review." *Politics* 27(2): 91–100.

———. 2014. "A Feminist Institutional Approach." *Politics & Gender* 10(4): 679–84.

Kenny, Meryl, and Tània Verge. 2016. "Opening Up the Black Box: Gender and Candidate Selection in a New Era." *Government and Opposition* 51(3): 351–69.

Kernecker, Theresa. 2017. "Ambition as a Micro-Foundation of Party Loyalty." *Party Politics* 25(5): 538–48.

Koch, Jeffrey W. 2002. "Gender Stereotypes and Citizens' Impressions of House Candidates' Ideological Orientations." *American Journal of Political Science* 46(2): 453–62.

Kreitzer, Rebecca J.; and Tracy L. Osborn. 2019. "The Emergence and Activities of Women's Recruiting Groups in the US". *Politics, Groups, and Identities* 7(4): 842–52.

Krook, Mona Lena. 2004. "Gender Quotas as a Global Phenomenon: Actors and Strategies in Quota Adoption". *European Political Science* 3(3): 59–65.

———. 2017. "Violence against Women in Politics." *Journal of Democracy* 28(1): 74–88.

Kunovich, Sheri; and Pamela Paxton. 2005. "Pathways to Power: The Role of Political Parties in Women's National Political Representation." *American Journal of Sociology* 111(2): 505–52.

Lemi, Danielle Casarez; and Nadia E Brown. 2019. "Melanin and Curls: Evaluation of Black Women Candidates." *The Journal of Race, Ethnicity, and Politics* 4(2): 259–96.

Lorde, Audre. 1981. "The Uses of Anger." *Women's Studies Quarterly*. <https://academicworks.cuny.edu/wsqr/509/>.

Lovenduski, Joni. 2016. "The Supply and Demand Model of Candidate Selection: Some Reflections." *Government and Opposition* 51(3): 513–28.

Machado, Carlos; and Luiz Augusto Campos. 2020. *Raça e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk.

Mackay, Fiona; Meryl Kenny; and Louise Chappell. 2010. "New Institutionalism Through a Gender Lens: Towards a Feminist Institutionalism?" *International Political Science Review* 31(5): 573–88.

Mainwaring, Scott P. 1999. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.

Mansbridge, Jane. 1999. "Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent 'Yes.'" *Journal of Politics* 61(3): 628–57.

Marques, Danusa. 2021. "Carreiras Políticas e Desigualdades: Elementos para uma Crítica Feminista do Campo Político. No Title." *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - Bib.*

Matland, Richard E. 1998. "Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries." *Legislative Studies Quarterly* 23(1): 109.

Matland, Richard E., and Michelle M. Taylor-Robinson. 1997. "Electoral System Effects on Women's Representation." *Comparative Political Studies* 30(2): 186–210.

Meireles, Fernando. 2019. "Carreiras Políticas na Câmara dos Deputados: uma análise quase-experimental." *Dados* 62(4).

de Melo, Hildete Pereira; and Debora Thome. 2018. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Meneguello, Rachel et al. 2012. *Mulheres e Negros na Política: Estudo Exploratório sobre o Desempenho Eleitoral Em Quatro Estados Brasileiros*. q. Campinas: UNICAMP; CESOP; ONU Mulheres.

Mitchell, Gladys L. 2020. "Politicizing Blackness: Afro-Brazilian Color Identification and Candidate Preference." In *Brazil's New Racial Politics*, eds. Bernard Reiter and Gladys L. Mitchell. Boulder: Lynne Rienner.

Molyneux, Maxine; Adrija Dey; Malu A. C. Gatto; and Holly Rowden. 2021. "Feminist Activism 25 Years after Beijing." *Gender & Development* 28(2): 315–36.

Moncrief, Gary F.; Peverill Squire; and Malcolm E. Jewell. 2001. *Who Runs for the Legislature?* Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

Moro Martins, Rafael. 2020. "Entrevista: 'Partidos Brasileiros Não Estão Preparados para Trabalhar Questão Racial em Eleições.'" *The Intercept Brasil*.

Morton, Rebecca B.; and Kai Ou. 2015. "What Motivates Bandwagon Voting Behavior: Altruism or a Desire to Win?" *European Journal of Political Economy* 40: 224–41. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0176268015000488> (September 11, 2019).

Murray, Rainbow. 2014. "Quotas for Men: Reframing Gender Quotas as a Means of Improving Representation for All". *American Political Science Review* 108(3): 520–32.

Nelson, Kjersten. 2021. "You Seem like a Great Candidate, But...: Race and Gender Attitudes and the 2020 Democratic Primary." *Journal of Race, Ethnicity, and Politics*: 1–25.

Norris, Pippa; and Joni Lovenduski. 1995. *Political Recruitment: Gender, Race, and Class in the British Parliament*. New York: Cambridge University Press.

O'Brien, Diana Z. 2018. "'Righting' Conventional Wisdom: Women and Right Parties in Established Democracies". *Politics & Gender* 14(1): 27–55.

Osmo Mardegan, Ivan. 2020. "Teoria e Evidências da Exclusão de Mulheres da Política Brasileira." Fundação Getulio Vargas.

Payne, Leigh A.; and Andreza Aruska de Souza Santos. 2020. "The Right-Wing Backlash in Brazil and Beyond." *Politics & Gender* 16(1).

Phillips, Anne. 1995. *The Politics of Presence*. Clarendon Press.

Phillips Griffiths, A.; and Richard Wollheim. 1960. "How Can One Person Represent Another?" *Aristotelian Society Supplementary Volume* 34: 182-208.

Pinto, Céli Regina Jardim. 2001. "Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil." *Revista USP* (49): 98. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910>.

Piscopo, Jennifer M. 2016. "Democracy as Gender Balance: The Shift from Quotas to Parity in Latin America." *Politics, Groups, and Identities* 4(2): 214-30.

———. 2018. "The Limits of Leaning in: Ambition, Recruitment, and Candidate Training in Comparative Perspective." *Politics, Groups, and Identities* 7(4): 817-28.

———. 2019. "The Limits of Leaning in: Ambition, Recruitment, and Candidate Training in Comparative Perspective." *Politics, Groups, and Identities* 7(4): 817-28.

Piscopo, Jennifer M.; and Meryl Kenny. 2020a. "Rethinking the Ambition Gap: Gender and Candidate Emergence in Comparative Perspective." *European Journal of Politics and Gender* 3(1): 3-10.

———. 2020b. "Rethinking the Ambition Gap: Gender and Candidate Emergence in Comparative Perspective." *European Journal of Politics and Gender* 3(1): 3-10.

Pitkin, Hanna Fenichel. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.

Power, Timothy J.; and Rodrigo Rodrigues-Silveira. 2019. "Mapping Ideological Preferences in Brazilian Elections, 1994-2018: A Municipal-Level Study." *Brazilian Political Science Review* 13(1): e0001.

Rahn, Wendy M.; John H. Aldrich; and Eugene Borgida. 1994. "Individual and Contextual Variations in Political Candidate Appraisal." *American Political Science Review* 88(1): 193-99.

Rezende, Daniela Leandro. 2020. *Mulher no Poder e na Tomada de Decisões*. Beijing +20 : avanços e desafios no Brasil contemporâneo / Organizadoras: Natália Fontoura, Marcela Rezende, Ana Carolina Querino – Brasília: Ipea, 2020.

Rodrigues, Cristiano; and Mariana Sales de Abreu. 2019. "Marielle Virou Semente: a eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como resistência às violências sofridas por corpos de mulheres negras." In Brasília: Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA).

Rule, Wilma. 1981. "Why Women Don't Run: The Critical Contextual Factors in Women's Legislative Recruitment." *The Western Political Quarterly* 34(1): 60–77.

Russo, Guilherme A. 2016. *AmericasBarometer: Topical Brief*.

———. 2018. "Political Behavior in Complex Informational Environments: The Effect of Number of Parties on Political Efficacy, Voter Turnout and Political Knowledge." Vanderbilt University.

Sacchet, Teresa. 2011. "Partidos Políticos e (Sub)Representação Feminina: um estudo sobre Recrutamento Legislativo e Financiamento de Campanhas". In *Mulheres, Política e Poder*, ed. Denise Paiva. Goiânia: Cênone.

Sacchet, Teresa; and Bruno Wilhelm Speck. 2012. "Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: uma análise das eleições de 2006". *Opinião Pública* 18(1): 177–97.

Samuels, David. 2001. "Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil". *The Journal of Politics* 63(2): 569–84.

———. 2001b. "Money, Elections, and Democracy in Brazil." *Latin American Politics and Society* 43(2): 27–48.

———. 2001c. "When Does Every Penny Count?" *Party Politics* 7(1): 89–102. <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354068801007001005> (September 28, 2017).

Samuels, David; and Cesar Zucco Jr. 2018. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans*. Cambridge University Press.

Sanbonmatsu, Kira. 2002. "Gender Stereotypes and Vote Choice". *American Journal of Political Science* 46(1): 20–34.

Sanín, Juliana Restrepo. 2019. "Violence against Women in Politics: Latin America in an Era of Backlash." *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 45(2): 302–10.

Santos, Fabiano; Carolina de Paula; and Joana Seabra. 2012. "Cotas e Movimentos Sociais nas Estratégias Partidárias de Inserção das Mulheres na Vida Parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados." In *Mulheres Nas Eleições 2010*, eds. José Eustáquio Diniz Alves, Celi Pinto, and Fátima Jordão. São Paulo: ABCP/SPM, 283–313.

Schmidt, Gregory D. 2003. "Unanticipated Successes: Lessons from Peru's Experiences with Gender Quotas in Majoritarian Closed List and Open List PR Systems." In *International IDEA Workshop*, Lima. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.453.1230&rep=rep1&type=pdf> (August 31, 2017).

Schwindt-Bayer, Leslie A. 2009. "Making Quotas Work: The Effect of Gender Quota Laws On the Election of Women." *Legislative Studies Quarterly* 34(1): 5–28.

———. 2011. "Women Who Win: Social Backgrounds, Paths to Power, and Political Ambition in Latin American Legislatures." *Politics and Gender* 7(1): 1–33. <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/women-who-win-social-backgrounds-paths-to-power-and-political-ambition-in-latin-american-legislatures/DBBFBD2C62E25B72A9F5EDB2E926CDF0>.

———. 2015. "Chile's Gender Quota: Will It Work?" *James A. Baker III Institute for Public Policy*. <https://scholarship.rice.edu/bitstream/handle/1911/91734/LAI-pub-ChileGenderQuota-051915.pdf?sequence=1> (August 31, 2017).

Schwindt-Bayer, Leslie A.; and William Mishler. 2015. "An Integrated Model of Women's Representation." *The Journal of Politics* 67(2): 407–28.

Scott, Jamil S. 2018. "Ambition Is Not Enough: Explaining Candidate Emergence in State Level Politics." Michigan State University.

Shames, Shauna; Rachel Bernhard; Dawn Teele; and Mirya Holman. 2020. *Good Reasons to Run*. Philadelphia, PA: Temple University Press.

Sigelman, Carol K.; Lee Sigelman; Barbara J. Walkosz; and Michael Nitz. 1995. "Black Candidates, White Voters: Understanding Racial Bias in Political Perceptions." *American Journal of Political Science* 39(1): 243–65.

Silva, Andrea; and Carrie Skulley. 2019. "Always Running: Candidate Emergence among Women of Color over Time." *Political Research Quarterly* 72(2): 342–59.

Smith, Amy Erica. 2019. *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. New York: Cambridge University Press.

Sniderman, Paul M.; and Matthew S. Levendusky. 2007. "An Institutional Theory of Political Choice." In *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford University Press.

Speck, Bruno Wilhelm; and Wagner Pralon Mancuso. 2014. "A Study on the Impact of Campaign Finance, Political Capital and Gender on Electoral Performance". *Brazilian Political Science Review* 8(1): 34–57.

———. 2017. “‘Street Fighters’ e ‘Media Stars’: Estratégias de Campanha e sua Eficácia nas Eleições Brasileiras de 2014.” *Cadernos Adenauer* 4: 18.

Stratman, Thomas. 2005. “Some Talk: Money in Politics. A (Partial) Review of the Literature.” *Public Choice*, 124: 135–56.

Thome, Debora. 2019. “A Mulher e a Política: Marcas do Viés de Gênero na Política e na Política Pública no Brasil.” Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense.

Traister, Rebecca. 2018. *Good and Mad: The Revolutionary Power of Women’s Anger*. New York: Simon & Schuster.

Winters, Matthew S.; and Rebecca Weitz-Shapiro. 2014. “Partisan Protesters and Nonpartisan Protests in Brazil.” *Journal of Politics in Latin America* 6(1): 137–50.

Wylie, Kristin N. 2020. “Taking Bread off the Table: Race, Gender, Resources and Political Ambition in Brazil.” *European Journal of Politics and Gender* 3(1): 121–42.

———. 2020. “Taking Bread off the Table: Race, Gender, Resources and Political Ambition in Brazil.” *European Journal of Politics and Gender* 3(1): 121–42.

Wylie, Kristin N.; and Pedro G. dos Santos. 2016. “A Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures.” *Politics & Gender* 12(3): 415–42.

Wylie, Kristin N.; Pedro G. dos Santos; and Daniel Marcelino. 2019. “Extreme Non-Viable Candidates and Quota Maneuvering in Brazilian Legislative Elections.” *Opinião Pública* 25(01): 1–28.

Zucco Jr., Cesar; and Jairo M. Nicolau. 2016. “Trading Old Errors for New Errors? The Impact of Electronic Voting Technology on Party Label Votes in Brazil.” *Electoral Studies* 43: 10–20.

Zucco Jr., Cesar; and Timothy J. Power. 2021. “Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System.” *Comparative Politics* 53(3): 477–500.